



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
LINHA DE PESQUISA ANÁLISE AMBIENTAL

**DINÂMICAS DO SISTEMA DE GESTÃO NA  
RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS (BA):  
análise da robustez institucional e de possibilidades para o ecodesenvolvimento**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RAQUEL DE CARVALHO DUMITH

Orientador: Dr. Pedro de Souza Quevedo Neto

RIO GRANDE (RS)  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
LINHA DE PESQUISA ANÁLISE AMBIENTAL

DINÂMICAS DO SISTEMA DE GESTÃO NA  
RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS (BA):  
análise da robustez institucional e de possibilidades para o ecodesenvolvimento

Mestranda: Raquel de Carvalho Dumith  
Orientador: Dr. Pedro de Souza Quevedo Neto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Catherine Prost  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Rodrigo Pereira Medeiros  
Universidade Federal do Paraná

---

Prof. Dr. Pedro de Souza Quevedo Neto - Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande

RIO GRANDE (RS)  
2012

*Dedico este trabalho aos bravos extrativistas tradicionais “filhos de Canavieiras”, pela alegria e aprendizado compartilhados.*

*Dedico também aos meus pais – Denise e José – por todo carinho, incentivo e exemplo, desde sempre. In memoriam, à minha vó Deveneza, que ainda me conforta e me emociona.*

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) por conceder-me bolsa de estudo e pelo financiamento deste trabalho através do Projeto Auxílio n° 23038.051620/2009-21 – *Gestão Integrada e Compartilhada de Territórios Marinho-Costeiros: implicações para a pesca artesanal e para a conservação da biodiversidade*, edital Ciências do Mar n° 09/2009 –, e aos coordenadores do Projeto – Cristiana Seixas, Paulo Vieira, Pedro Quevedo e Rodrigo Medeiros. Meus agradecimentos também à Daniela Kalikoski – responsável pela minha orientação por quase dois anos e pela minha entrada no Projeto, do qual foi uma das coordenadoras –, e à Conservação Internacional do Brasil de Caravelas (BA) pela parceria e pelo suporte disponibilizado em saídas de campo.

Obrigada à equipe do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da FURG pela oportunidade e estrutura para elevar minha formação acadêmica. Obrigada ao pessoal do Núcleo de Estudos Socioambientais (ASA) por todos os momentos de crescimento nas dificuldades e pelos momentos de descontração: Cristiano Quaresma, Carina Foppa, Paula Ramires, Maíra Almeida, Melina Galvão, Carolina Cavalcanti, Cristiana Ferreira, Frank Pereira, Virgínia Bastos, Daniesse Kasanoski, Maristel San Martin e Carolina Contato. Obrigada ao pessoal do Grupo Ciências do Mar pelo o compartilhamento de conhecimentos, em especial para Leopoldo Gerhardinger, Paula Chamy, Luciana Araujo, Luziana Garuana, Carolina Minte-Vera, Melissa Vivacqua, Gustavo Moura, Rodrigo Freitas e Deborah Prado.

Obrigada aos filhos de Canavieiras (como se autodenominam) pela maravilhosa recepção e exemplo de como encarar a vida com uma postura diferente, o que ajudou a tornar o meu trabalho prazeroso e apaixonante. Em especial, gostaria de mencionar minha gratidão a: Carlinhos, Ernesto, Fábio, João, Sarinha, Sílvia, Goldman, Ito, Cleber, Carlos, Maria, Aninha, Branquinha, Silvana, Saturnino, Deronice, Luana, Jairo, Cosme, Edna, Negão, Almir, Gago, Vanessa, Elialda, Ana Bárbara, Cláudia, Orion, Roozivel, Nara, Amélia, Milena, Luara, André, Sidney, Helon, Virgínia, José Bruno, Nailson, Jorge, Durval, Julimar, Getúlio, Elis e seu marido Beto.

Obrigada aos analistas ambientais do Instituto Chico Mendes, Sergio Freitas e Wellison Schumann, por toda a atenção despendida, e a todos os que me concederam as entrevistas – os quais, sem exceção, receberam-me com muita gentileza.

Obrigada aos pescadores do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) pelos momentos em que trabalhamos juntos. Obrigada ao Albino e à Maria por terem me hospedado em sua casa quando estive na Reserva Extrativista do Corumbau (BA), e ao pessoal de Caravelas, Cumuruxatiba, Caraíva e Barra Velha (BA) pela ótima companhia e informações: Thaty, Dani, Paulo, Vinícius, Jerônimo, Danilo, Rodrigo, Carl, Guilherme, Beth, Renata e Marreco.

Obrigada a todos os meus amigos, colegas e professores que me dão o suporte para que eu siga adiante e de uma maneira mais feliz: Raquel Duarte, Luciano Lucas, Allan Oliveira, Rossana Madruga, Ádrio Mocelin, Bruno Silveira, Nélia Regina, Glaudenir Lemos, Deivid Alves, Rodrigo Simões, William Rocha, Vandelci Souza, Keila Martins, Simone Gerbaudo, Jefferson Ferreira, Juarenze Neves, Jorge Arigony, Marcelo Vasconcellos, Dario Lima, Adriana Cardoso, Joyce Oliveira, Ana Cristina Santos, Claudio Del Mestre, Oldenei Vaz, Jémisson Mattos, Germano Leite, Luciana Pinho, Cleber Mendes, Flávia Costa, Miro Jones, Vitor Bessa, Gustavo Ortega, Susane Sá, Marilda Senna, Tânia da Luz, Dilermando Cattaneo, Perla Couto, Daniel Pias, Bruno Farias, Eduardo Krusche, Mirele Moran, Edirlei Tavares, Walmir Aragão, Elci Ferreira, Sabrininha Freitas, Kk Camison, Flora de Oliveira, Pati Maffizzoni, Istaél Silva, Cleidir Bicca, Edilson Pedroso, Lidiane Nunes, Eduardo Jorge e Andréia Pinheiro.

Obrigada à Mãe Teresa e à Narinha pela atenção e cuidados que transcendem o plano da matéria. Obrigada a minha família maravilhosa por todo alicerce, em especial às cunhadas Paula e Ariele, aos irmãos Daniel e Samuel e aos melhores pais do mundo: Denise e José. Por fim, agradeço também, *in memoriam*, aos meus amorosos avós Deveneza, Josué, João e Maria.

“*Odoyá!  
Ògún iê!  
Exê Babá!*”

## RESUMO

Esta pesquisa fundamentou-se no enfoque da gestão dos recursos naturais de uso comum no espaço costeiro-marinho brasileiro, tendo como objetivo principal a investigação das dinâmicas de gestão da Reserva Extrativista (RESEX) de Canavieiras, localizada no sul do Estado da Bahia, para analisar a sua robustez institucional e verificar se há caminhos que apontem para o ecodesenvolvimento. O trabalho previu constante levantamento de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados com pescadores tradicionais e com atores-chave da gestão da RESEX Canavieiras, sob a perspectiva de descrever as principais relações sociopolíticas, socioeconômicas e socioecológicas que envolvem os sete principais núcleos extrativistas de Canavieiras, incluindo as relações que se dão tanto entre os atores internos quanto as que se dão entre si e com os atores de instituições externas – *conexões institucionais transescalares*. A partir do entendimento dessas relações que ocorrem em múltiplas escalas, tornou-se possível perceber quais são os aspectos positivos da instituição “RESEX Canavieiras” – no sentido das abordagens de cogestão adaptativa e de desenvolvimento alternativo –, bem como os principais problemas inerentes aos conflitos de interesse da sua gestão. Pode-se constatar que, apesar de o arranjo institucional “RESEX” representar uma possibilidade de criar mecanismos de escolha participativa e, assim, empoderar comunidades tradicionais em seu território; e uma alternativa para dinamizar os circuitos econômicos do setor pesqueiro artesanal em um dado território, o Estado brasileiro não absorve a complexidade de seus sistemas e segue rígido e coercivo na sua forma de gerir.

**Palavras-chaves:** pesca artesanal, Reserva Extrativista, gestão territorial, conexões institucionais transescalares, ecodesenvolvimento.

## ABSTRACT

This research was focused on common-pool resources management in Brazilian coastal marine space. Its main goal was the dynamics management investigation of the Extractive Reserve of Canavieiras (*RESEX Canavieiras*) located in the south of Bahia State, in order to analyze its institutional robustness and to verify if there are ways pointing to eco-development. For this purpose it demanded primary and secondary data collecting. Primary data were gathered among traditional fishers and RESEX Canavieiras' management stakeholders, mainly in its social political, economic and ecological describing perspective which involves the principal seven extractive centers of Canavieiras, including here the relationships between internal key players and external ones – the *nested enterprises*. From these relationship understanding which occurs in multiple levels it was possible to realize which are the positive aspects of the “RESEX Canavieiras” institution – in the sense of adaptive co-management approaches and alternative development – as well as the main problems inherent to interest conflicts of its management. It is evident that, in spite of “RESEX” institutional arrangement represent a possibility to create choice participative mechanisms and, thus, give power for traditional communities in its territory – besides an alternative to dynamize the economic circuits of the artisanal fishery in a given area – Brazilian State does not assimilate its system complexities and keeps managing them rigidly and coercively.

**Keywords:** artisanal fishery, Extractive Reserve, territorial management, nested enterprises, eco-development.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE QUADROS.....	xiv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xv
EPÍGRAFE.....	xix
INTRODUÇÃO.....	20
Situação-problema.....	20
Contextualização da atividade pesqueira na região da área de estudo.....	22
Perguntas norteadoras .....	28
Objetivos.....	29
Objetivo geral.....	29
Objetivos específicos.....	29
Métodos e considerações de análise.....	29
Estruturação dos capítulos.....	35
CAPÍTULO I – OS DESAFIOS DA GESTÃO DOS RECURSOS COMUNS: A PESCA ARTESANAL.....	36
1.1 A crise socioambiental, o paradigma sistêmico e a problemática da gestão dos recursos comuns.....	37
1.1.1 A teoria dos recursos comuns e a pesca inserida na questão.....	39
1.1.1.1 Os regimes de apropriação.....	42
1.1.1.2 As instituições e suas conexões.....	43
1.2 A crise no setor pesqueiro artesanal e estratégias de ruptura na gestão convencional.....	49
1.2.1 A pesca artesanal.....	52
1.2.2 Território e territorialidade.....	53
1.2.3 Ecodesenvolvimento.....	57
1.2.3.1 Desenvolvimento territorial sustentável.....	60

CAPÍTULO II – ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS COMO ALTERNATIVAS DE DINAMIZAÇÃO DA GESTÃO DA PESCA ARTESANAL: AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS.....	64
2.1 Áreas Marinhas Protegidas como subsídios da pesca artesanal: definição e abrangências.....	67
2.2 Unidades de Conservação brasileiras: breve histórico de criação e caracterização das Reservas Extrativistas Marinhas.....	74
2.2.1 Marcos da política brasileira ligados à questão ambiental e às Unidades de Conservação.....	74
2.2.2 Contexto de criação das Reservas Extrativistas: avanços e vicissitudes.....	78
2.2.2.1 Reservas Extrativistas Marinhas: arranjos institucionais alternativos para a gestão da pesca artesanal costeiro-marinha.....	86
CAPÍTULO III – DINÂMICAS DO SISTEMA DA GESTÃO COMPARTILHADA NA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS.....	90
3.1 Descrição física, aspectos socioeconômicos e trajetórias de desenvolvimento do município de Canavieiras.....	91
3.1.1 Descrição física do município de Canavieiras.....	91
3.1.2 Aspectos socioeconômicos e trajetórias de desenvolvimento do município de Canavieiras.....	92
3.1.2.1 Dados gerais atuais.....	92
3.1.2.2 Histórico de ocupação e contexto de desenvolvimento.....	93
3.1.3 Os manguezais de Canavieiras e as principais pescarias.....	98
3.2 A gestão do arranjo institucional Reserva Extrativista de Canavieiras.....	104
3.2.1 Histórico de criação da Reserva Extrativista de Canavieiras.....	104
3.2.2 Caracterização socioeconômica, socioecológica e cultural dos principais núcleos extrativistas beneficiários da RESEX Canavieiras.....	110
3.2.2.1 Puxim do Sul (ou Puxim de Dentro).....	113
3.2.2.2 Oiticica.....	116
3.2.2.3 Puxim de Fora (ou Puxim da Praia).....	117
3.2.2.4 Barra Velha (ou Ilha da Barra Velha).....	120
3.2.2.5 Campinhos.....	122
3.2.2.6 Atalaia (Ilha de Atalaia ou Vila de Atalaia).....	125
3.2.2.7 Sede municipal.....	128
3.2.3 A gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras: o corpo institucional ...	131
3.2.3.1 Análise da robustez institucional: design principles de Ostrom..	133
3.2.3.1.1 Princípio 1: limites claramente definidos.....	133
3.2.3.1.2 Princípio 2: congruência entre apropriação e provisão de regras e condições locais.....	135
3.2.3.1.3 Princípio 3: arranjos de escolha coletiva.....	143
3.2.3.1.4 Princípios 4 e 5: monitoramento e sanções graduadas..	144
3.2.3.1.5 Princípio 6: mecanismos de resolução de conflitos.....	147
3.2.3.1.6 Princípio 7: reconhecimento mínimo dos direitos de organização.....	148
3.2.3.1.7 Princípio 8: conexões institucionais transescalares.....	149
3.2.3.1.7.1 Conexões institucionais: avanços e conflitos.	151

3.2.4 Estratégias de ecodesenvolvimento na RESEX Canavieiras: potencialidades e obstáculos.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
Sítios eletrônicos.....	178
Anexo 1.....	180
Anexo 2.....	184
Anexo 3.....	186
Anexo 4.....	189
Anexo 5.....	191

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Compartimentos regionais do litoral baiano.....	25
Figura 2 – Mapa de localização da Reserva Extrativista de Canavieiras.....	27
Figura 3 – Modelo de análise institucional.....	31
Figura 4 – Porcentagem estimada dos principais estoques pesqueiros marinhos mundiais entre os anos 1974 e 2008.....	49
Figura 5 – Situação dos estoques pesqueiros na América do Sul banhada pelo Atlântico entre os anos 1970 e 2008.....	50
Figura 6 – Desembarques das pescarias artesanais e industriais no Brasil entre os anos 1980 e 2001.....	52
Figura 7 – As dezoito regiões marinhas do mundo, com destaque para aquela que o Brasil pertence.....	68
Figura 8 – Biomas terrestres brasileiros e sua relação de contiguidade com a zona costeira e marinha, cuja divisão está de acordo com Núcleo da Zona Costeira e Marinha do Ministério do Meio Ambiente.....	69
Figura 9 – Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha.....	73
Figura 10 – Grupos e categorias de Unidades de Conservação do SNUC.....	82
Figura 11 – Distribuição dos principais núcleos pesqueiros de Canavieiras.....	99
Figura 12 – Principais pescarias artesanais do município de Canavieiras.....	102
Figura 13 – Audiência Pública para discussão do tema “RESEX Canavieiras”.....	108
Figura 14 – Relação da porcentagem de beneficiários da RESEX Canavieiras, de acordo com seus municípios.....	112
Figura 15 – Principais atividades dos usuários da RESEX Canavieiras.....	113
Figura 16 – Rua, casas e atracadouro do Puxim do Sul.....	115
Figura 17 – Acesso ao Puxim de Fora via manguezal e perspectiva das suas costas fluvial e marinha.....	118
Figura 18 – Comunidade da Barra Velha, casa de farinha e balsa de acesso.....	121

Figura 19 – Acesso, manguezais, residências e atracadouro da comunidade de Campinhos.....	123
Figura 20 – Praias marinha e estuarina, VII Festival de Moquecas e Igreja de Santo Antônio da Vila de Atalaia.....	126
Figura 21 – Aspectos citadinos de Canavieiras.....	130

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados da pesca extrativa e da aquicultura na região Nordeste e no Estado da Bahia.....	24
Tabela 2 – Produção estimada e participação relativa da pesca industrial e artesanal no Brasil em 2007.....	52
Tabela 3 – Principais ameaças à biodiversidade costeira brasileira.....	70
Tabela 4 – Principais ameaças à biodiversidade marinha brasileira.....	70
Tabela 5 – Biomas brasileiros com as respectivas porcentagens da meta nacional para 2012 e sua área.....	72
Tabela 6 – RESEXs Marinhas e seus respectivos anos de implementação, local e tamanho.....	88
Tabela 7 – Dados gerais do município de Canavieiras.....	93
Tabela 8 – Evolução demográfica do município de Canavieiras.....	98
Tabela 9 – Espécies cuja captura, desembarque, transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização são proibidas, quando seus respectivos comprimentos não forem alcançados.....	138
Tabela 10 – Espécies com períodos de defeso na Bahia.....	138

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regimes de direito de propriedade.....	42
Quadro 2 – Princípios propostos por Ostrom para caracterizar instituições robustas.....	45
Quadro 3 – Categorias e dimensões das pescarias.....	51
Quadro 4 – Dimensões a serem consideradas no ecodesenvolvimento.....	58
Quadro 5 – Matriz sistêmica de fatores favoráveis e obstáculos ao desenvolvimento territorial.....	62
Quadro 6 – Metas para aprimorar a governança global dos oceanos.....	67
Quadro 7 – Marcos importantes no ordenamento jurídico voltados para a tutela do meio ambiente.....	76
Quadro 8 – Elementos a serem contemplados na organização de um Plano de Manejo.....	85
Quadro 9 – Síntese das primeiras reuniões do CNPT/IBAMA com as comunidades de Canavieiras e demais interessados.....	107
Quadro 10 – Proibições de pesca, segundo o Acordo de Pesca de Canavieiras.....	137
Quadro 11 – Permissões de pesca, segundo o Acordo de Pesca de Canavieiras.....	137
Quadro 12 – Petrechos de pesca indevidos em Canavieiras.....	146
Quadro 13 – Conexões institucionais transescalares referentes à gestão da RESEX Canavieiras.....	150
Quadro 14 – Benefícios socioeconômicos e culturais da RESEX Canavieiras.....	151
Quadro 15 – Principais conflitos transescalares na RESEX Canavieiras.....	154
Quadro 16 – Potencialidades e obstáculos para o ecodesenvolvimento em Canavieiras.....	160

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAP – Associação Canavieirense de Apicultores  
ACCC – Associação dos Criadores de Camarão de Canavieiras  
AMAPP – Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia  
AMEX – Associação Mãe dos Extrativistas da Reserva Extrativista de Canavieiras  
AMOVA – Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos  
AMP – Área Marinha Protegida  
AMPS – Associação de Pescadores do Puxim do Sul  
APA – Área de Proteção Ambiental  
APAC – Associação dos Pescadores e Agricultores de Campinhos  
APEMA – Associação de Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Atalaia  
APEMBAVE – Associação de Pescadores, Marisqueiras e Extrativistas da Barra Velha  
APEMDOPO – Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Povoado de Oiticica  
APESC – Associação dos Pescadores e Catadeiras de Camarão de Canavieiras  
APP – Área de Preservação Permanente  
Art. – Artigo  
Assoc. – Associação  
ATCC – Associação de Tiradores e Catadeiras de Caranguejo de Canavieiras  
BA – Bahia  
Cam. – Câmara  
CCDRU – Contrato de Concessão do Direito Real de Uso  
CD – Conselho Deliberativo  
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica  
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas  
CDRC – Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras  
CEPENE – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste  
CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar  
CI-Brasil – Conservação Internacional do Brasil  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
cm – centímetros

CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais  
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros  
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
COP – Conferência das Partes  
CRA/BA – Centro de Recursos Ambientais da Bahia  
DOU – Diário Oficial da União  
DTS – desenvolvimento territorial sustentável  
ECOMAR – Associação de Estudos Costeiros e Marinhos  
ECOTUBA – Instituto de Conservação de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica  
FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GPS – *Global Positioning System*  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IESB – Instituto de Pesquisas Socioambientais do Sul da Bahia  
IN – Instrução Normativa  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IUCN – *International Union for Conservation of Nature*  
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente  
ha – hectare  
hab – habitante  
Km – quilômetro  
Km<sup>2</sup> – quilômetro quadrado

m – metros

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

mm – milímetros

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPF – Ministério Público Federal

ONG – organização não governamental

PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais

PARNA – Parque Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESEX – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAVE-Brasil - Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia

SEAP – Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SEMA/BA – Secretaria do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

s.d – sem data

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UC – Unidade de Conservação

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

WCPA – *World Commission on Protected Areas*

WDPA – *World Database on Marine Protected Areas*

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

°C – graus Celsius

*A onda beijando a areia  
Mistério que vem do mar  
É noite de lua cheia  
Ouço o canto da sereia  
Anunciando um novo dia vai chegar  
Vem de Deus essa força do homem  
Que batalha, fugindo da fome  
Essa desigualdade no mundo  
Um dia vai ter que acabar  
Depois da tempestade, a bonança  
É preciso manter a esperança  
Pra cumprir o destino, a fé no Divino  
Não pode faltar  
É o vento que leva a jangada pro alto-mar  
Um amor que espera o outro que vai voltar  
É o peixe na rede  
Alimento pra gente  
É a mãe natureza dando a certeza que vai melhorar*

*(Música "Natureza Esperança".  
Voz: Leci Brandão. Letra: Marcelo D'Águiã e Gilson Bernini)*

## INTRODUÇÃO

*“Cedo me dei conta deste estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos. Arrastando-se, acachapando-se como os caranguejos para poderem sobreviver. Parados como os caranguejos na beira da água ou caminhando para trás como caminham os caranguejos. É por isso que os habitantes dos mangues, depois de terem um dia saltado para dentro da vida, nesta lama pegajosa dos mangues, dificilmente conseguem sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte e, assim, afundando-se para sempre dentro da lama.*

*A impressão que eu tinha era que os habitantes dos mangues – homens e caranguejos nascidos à beira do rio –, à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama. Parecia que a vegetação densa dos mangues com seus troncos retorcidos, com o emaranhado de seus galhos rugosos e com a densa rede de suas raízes perfurantes os tinha agarrado definitivamente como um polvo, enfiando tentáculos invisíveis por dentro de sua carne, por todos os buracos de sua pele, pelos olhos, pela boca, pelos ouvidos.*

*E assim ficavam todos eles afogados no mangue, agarrados pelas ventosas com as quais os mangues insaciáveis lhes sugavam todo o suco da sua carne e da sua alma de escravos. Com uma força estranha, os mangues iam assim apoderando-se da vida de toda aquela gente, numa posse lenta, tenaz, definitiva. [...]*

*Na verdade, foram os mangues os primeiros conquistadores desta terra. Foram mesmo, em grande parte, os seus criadores” (CASTRO, 2007, p. 10-11).*

O presente trabalho visou analisar o grau de robustez institucional, bem como as possibilidades e obstáculos para a promoção de estratégias de ecodesenvolvimento na *Reserva Extrativista de Canavieiras*, localizada no sul do Estado da Bahia, Brasil. Esse estudo faz parte da rede de pesquisa – *Gestão Integrada e Compartilhada de Territórios Marinho-Costeiros: Implicações para a Pesca Artesanal e para a Conservação da Biodiversidade* –, a qual se propôs a integrar estudos que investiguem a problemática das formas de apropriação dos recursos pesqueiros e de gestão de territórios costeiro-marinhos utilizados por comunidades de pescadores artesanais. Essa rede de pesquisa fundamenta sua investigação com abordagens analíticas com enfoque na teoria dos *commons* (ênfatisando a gestão compartilhada adaptativa) e do desenvolvimento territorial sustentável, além de experiências vivenciadas em campo nas *regiões-laboratório*.

### **Situação-problema**

Os processos de poluição continental e marítima, a perda das florestas e da biodiversidade têm sido acompanhados de drástico empobrecimento econômico e cultural de grandes massas rurais e urbanas, excluídas do processo de mundialização econômica. Políticas socioeconômicas estruturais propagadas pela democracia liberal e dominadas pelas forças de mercado – *ideologia economicista* – preconizam uma redução do papel do Estado em áreas essenciais, como a saúde, a educação e a proteção do meio ambiente (DIEGUES, 2001a). Segundo Sachs (2009), todos os países em desenvolvimento têm problemas ambientais, de um tipo ou de outro. A maioria desses problemas constitui uma herança do passado colonial, o resultado de uma superexploração dos recursos naturais e dos conflitos pelo uso da terra.

Aproximando o foco desses problemas socioambientais para o recorte geográfico correspondente à zona costeira brasileira, a qual possui uma linha de costa de 8.698 Km, 395 municípios em dezessete Estados, abrigando  $\frac{1}{4}$  da população brasileira, com uma densidade média de 87 hab/Km<sup>2</sup>, cinco vezes superior à média nacional (17 hab/Km<sup>2</sup>) (EGLER et al., 2005), algumas considerações antagônicas que merecem atenção podem ser feitas. Embora conste na legislação<sup>1</sup> que a zona costeira do Brasil é patrimônio nacional e constitui um sistema natural complexo que requer planejamento de uso e ocupação eficientes em termos de sustentabilidade, o Estado, enquanto produtor de espaços (responsável pela edificação das grandes obras de engenharia, como portos, estradas e complexos industriais) e através de seus diferenciados órgãos, é o maior agente impactante na zona costeira. Apesar do padrão pontual e concentrado do povoamento litorâneo no Brasil (que entremeia espaços de baixa densidade demográfica com áreas de grande aglomeração populacional), a maior porção da zona costeira, inclusive a maioria das áreas ainda não incorporada materialmente ao padrão de povoamento urbano, encontra-se submetida a uma lógica mercantil no que concerne à apropriação de espaços. Um dos problemas mais graves do litoral brasileiro reside nos conflitos pela posse de terras<sup>2</sup> (MORAES, 2007).

Outros fatores que contribuem para conflitos e degradação socioambiental da zona costeira brasileira são: urbanização e expansão urbana desordenada, alimentada por um aumento drástico na migração para as cidades do Nordeste; expansão do sistema de transporte; perfuração para exploração de gás e petróleo; especulação imobiliária; projetos de turismo e recreação, os quais muitas vezes são patrocinados pelo Estado; e incentivos fiscais para o desenvolvimento da pesca industrial e de criadouros de camarão em grande escala. Esses dois últimos – pesca industrial e criadouros de camarão – costumam render lucros a curto prazo para os investidores, o que ocasiona intensiva competição por esse espaço e pelos seus (limitados) recursos, contribuindo, assim, para a destruição de extensas faixas de manguezais. Desde a década de 1980, fazendas de camarão têm surgido em grande escala, destruindo significativamente manguezais, causando efeitos sociais adversos sobre as comunidades tradicionais de pescadores

---

<sup>1</sup> A zona costeira brasileira é definida como patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988, Art. 225, no parágrafo 4º.

<sup>2</sup> Em relação ao tema, o autor acrescenta que há muitos conflitos oriundos da sobreposição de títulos de propriedade. Esses, muitas vezes, originam-se de grilagens de terras. Do litoral a oeste de Fortaleza (CE) até o centro da costa do Estado do Rio Grande do Sul, pode-se aventar que inexistem terrenos sem pelo menos um proprietário formal ou reivindicante (MORAES, 2007).

artesanais. Corroborando, a mais grave ameaça à biodiversidade costeira, à pesca artesanal e à subsistência das populações residentes na zona costeira do Brasil é a expansão não regulamentada, altamente especulativa e ambientalmente destrutiva das fazendas de camarão em grande escala, especialmente no Nordeste (DIEGUES, 2008a).

Nesse sentido, o caso do município de Canavieiras, situado no litoral sul da Bahia, serve como exemplo. A atuação da pesca industrial e a apropriação de extensas áreas de mangues para a atividade de carcinicultura e para a ampliação do mercado hoteleiro de luxo na região passaram a ser uma realidade preocupante para a população tradicional de extrativistas de Canavieiras, sobretudo para aqueles que dependem diretamente dos manguezais para sua subsistência, como é o caso dos pescadores artesanais.

Os manguezais, considerados amiúde como um recurso não renovável, podem ser vistos como um recurso renovável quando manejados adequadamente, fornecendo um suprimento sustentável de alimento, madeira e combustível para uso humano. Ao mesmo tempo, os manguezais proveem funções ecossistêmicas importantes, pois servem de *habitats* de vida silvestre, berçários para peixes, proteção dos litorais e manutenção da qualidade da água. Contribuem também para a produtividade biológica mediante a reciclagem de nutrientes a partir da decomposição das folhas de serrapilheira (SMITH e BERKES, 2005).

As indevidas formas de uso e apropriação da zona costeira e marinha desencadearam uma crise estrutural no setor pesqueiro artesanal, com dimensão mundial. No Brasil, essa crise no setor pesqueiro, cujos indicadores são o decréscimo da abundância dos recursos e o empobrecimento e marginalização histórica das comunidades tradicionais, vem comprometendo e questionando a eficácia dos denominados regimes de gestão estatais e centralizadores (KALIKOSKI e PINTO DA SILVA, 2007). No caso da costa baiana, onde está inserido o município de Canavieiras, o quadro estrutural não é diferente.

#### *Contextualização da atividade pesqueira na região da área de estudo*

O desmatamento da Mata Atlântica para diversos fins, somado ao turismo predatório e à intensificação da pesca industrial desenvolveram-se na contramão do esforço investido na manutenção dos meios de vida dos pescadores artesanais. A pesca industrial, não só na Bahia,

mas na região Nordeste e no restante do País, foi estimulada por meio das políticas de incentivo fiscal<sup>3</sup> e crédito rural, implementadas pela SUDEPE<sup>4</sup> na década de 1960:

O programa de incentivo fiscal da pesca fez parte da política do Governo Federal para desenvolver regiões ou setores no Brasil. Assim, os incentivos fiscais não foram apenas concedidos a empresas de pesca, mas também para demais atividades que visavam a desenvolver as regiões Nordeste e amazônica do Brasil, como as empresas florestais e atividades de turismo, entre outros. [...]

O crédito rural era financiado com menor taxa de juros nominal em comparação com as taxas que existiam no mercado. O crédito rural foi orientado por três objetivos principais: manutenção, investimento e comercialização. O crédito para a manutenção era usado para a compra do material necessário para a pescaria (como redes, pequenos reparos, alimentos e gelo). O crédito, portanto, fornecia as condições necessárias para incentivar a captura e melhorar a qualidade do pescado (a bordo dos barcos de pesca). O crédito para investimento era utilizado para a aquisição de barcos, enquanto o objetivo do crédito para a comercialização era facilitar a operação e venda dos peixes (ABDALLAH e SUMAILA, 2007, p. 445-446).

Contudo, essa política não foi exitosa. Na região Nordeste, as experiências de construção de unidades de desembarque, fábrica de gelo e armazenamento em frio associadas a cooperativas não deram certo. Uma grande parte delas acabaram reféns nas mãos de comerciantes e intermediários. Cooperativas foram criadas às pressas, sem avaliação da capacidade administrativa dos próprios pescadores e das perspectivas de comercialização (VASCONCELLOS et al., 2007). O declínio ou fracasso do modelo adotado pela SUDEPE pode ser visto por vários ângulos, tais como: o inadequado uso de incentivos fiscais e creditícios; o restrito apoio concedido à pesca artesanal ou de pequena escala; os escândalos de corrupção; e, principalmente, a promoção danosa do uso dos principais recursos pesqueiros, resultando na sobrepesca e no colapso de recursos considerados importantes (DIAS-NETO, 2010).

A política de incentivos fiscais visava transformar os pescadores artesanais em tripulantes das embarcações industriais. O conhecimento tradicional daria espaço à alta tecnologia de procura e obtenção dos pescados. Isso acaba condicionando a extinção de uma rede histórico-cultural de conhecimentos que possibilitou a sobrevivência de diversas populações de pescadores artesanais por várias gerações (ALVES, 2009). Apesar disso, contemporaneamente, a ênfase concedida oficialmente pelas políticas públicas ao setor pesqueiro não foi alterada substancialmente, ainda concentrando-se na pesca oceânica de grande escala e na aquicultura, as quais nem sempre são desenvolvidas seguindo critérios sociais e ambientais aceitáveis – à

---

<sup>3</sup> Decreto n° 221/1967.

<sup>4</sup> Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

exemplo da carcinicultura praticada em manguezais. Em síntese, a despeito de sua importância, o fortalecimento do setor artesanal e a gestão de pesca de pequena escala não têm figurado entre os investimentos prioritários das agências governamentais, as quais, inclusive, podem ameaçar a sobrevivência do setor (MOURA et al., 2009).

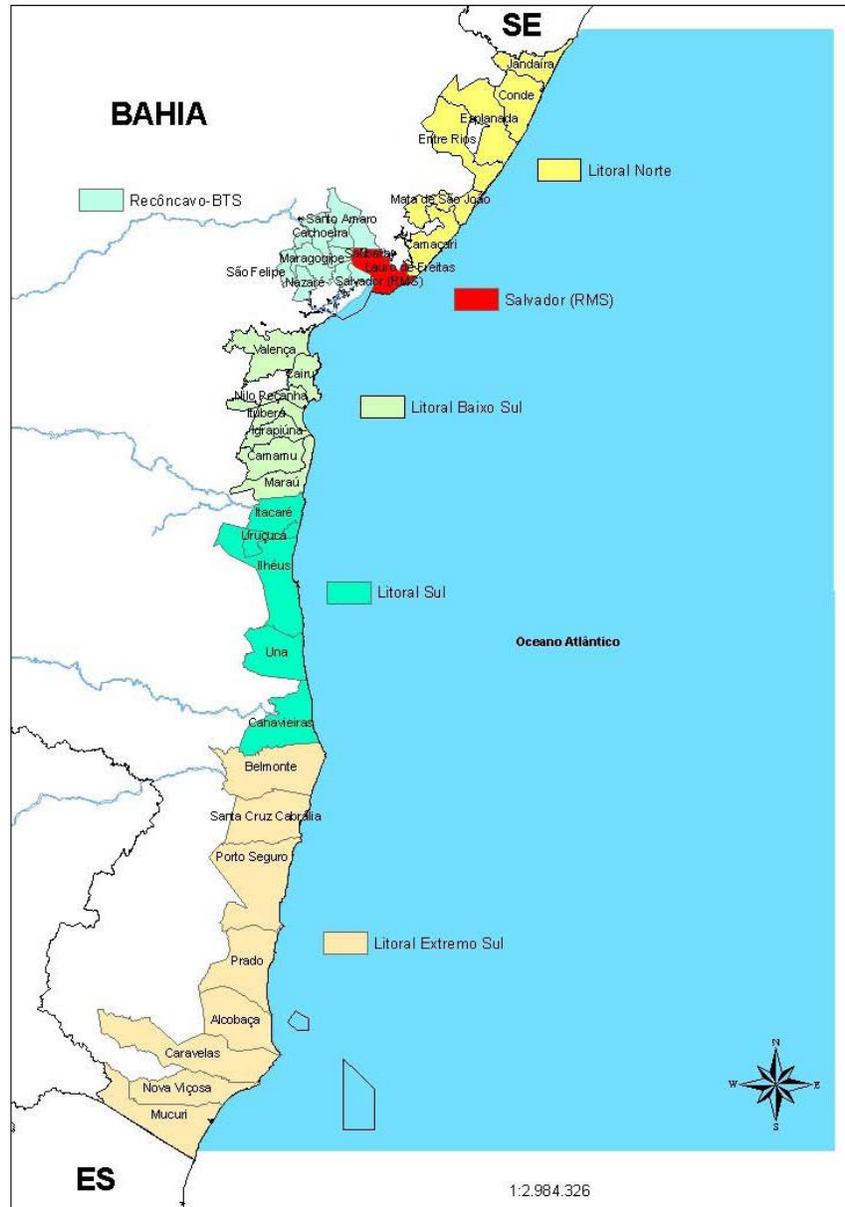
Na região Nordeste, as pescas marinha e estuarina, de modo geral, caracterizam-se (i) pela predominância da pesca artesanal relativamente à industrial; (ii) pela elevada disponibilidade de espécies de alto valor comercial, mas de baixa densidade; (iii) pela descentralização dos desembarques; e (iv) emprego de tecnologia pouco desenvolvida, com falta de assistência técnica e carência de infraestrutura em toda a cadeia, da produção à comercialização (CEPENE, 2008). Mas, apesar das limitações de infraestrutura, a importância da pesca artesanal na região vem aumentando ao longo do tempo, chegando a representar 70% das capturas (MOURA et al., 2009). As estruturas de desembarques (entrepósitos) são precárias para todos os tipos de pesca – especialmente para a de pequeno porte. Os grandes entrepostos, em geral, não dispõem de meios adequados para o desembarque do pescado. Nas comunidades pesqueiras, ele é desembarcado nas praias, iniciando-se aí uma longa cadeia de intermediação até o mercado local e, às vezes, regional (VASCONCELLOS et al., 2007).

Atualmente, a região Nordeste assinala a maior produção de pescado do País, com 410.532,1 toneladas (Tabela 1), respondendo por 32,5% da produção nacional. Na Bahia, considerado o segundo Estado mais produtivo da região e o terceiro do País, foram cadastradas 347 comunidades pesqueiras ao longo de sua costa (Figura 1), sendo que a pesca é essencialmente artesanal, com embarcações de pequeno porte à vela e motorizadas (IBAMA, 2007; CEPENE, 2008; MPA, 2012).

Tabela 1 – Dados da pesca extrativa e da aquicultura na região Nordeste e no Estado da Bahia

	2010						
	Pesca Extrativa			Aquicultura			Total (t)
	Marinha	Continental	Subtotal	Marinha	Continental	Subtotal	
<b>Nordeste</b>	195.842,1	68.783,5	264.625,6	67.327,9	78.578,5	145.906,4	410.532,1
<b>Bahia</b>	74.043,0	17.669,9	91.712,9	6.560,8	16.256,6	22.817,4	114.530,3

Fonte: MPA (2012).



**Figura 1:** Compartimentos regionais do litoral baiano.

Fonte: CEPENE (2008).

A aquicultura, tendo como segmento mais expressivo a atividade carcinicultura, vem crescendo constantemente<sup>5</sup> e é bastante incentivada pelas políticas estaduais do Estado da Bahia, como pode ser verificado no texto retirado do sítio eletrônico da Bahia Pesca<sup>6</sup> (órgão estadual responsável por “fomentar a aquicultura e a pesca” – escrito dessa forma no seu sítio eletrônico):

<sup>5</sup> Boletins estatísticos de pesca e aquicultura correspondentes a anos anteriores podem ser encontrados em <http://www.mpa.gov.br/index.php/informacoes-e-estatisticas/estatistica-da-pesca-e-aquicultura.html>.

<sup>6</sup> Acessado em 23/04/2012.

Nos últimos anos a aqüicultura tem se mostrado uma excelente opção de desenvolvimento sócio-econômico para o Estado, a produção ultrapassa as 20 mil toneladas por ano, com destaque para o cultivo de camarão marinho, cuja produção no ano de 2007 foi superior a 6 mil toneladas, sendo o terceiro produtor do país. [...]

As águas, as terras e o clima fazem do estado o lugar ideal para a captura e o cultivo, entre outros, de peixes, camarões e ostras, atividades que o governo elegeu como prioritárias ao criar o Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca. A Bahia oferece ainda uma infra-estrutura de rodovias, portos e aeroportos que facilita o desenvolvimento da cadeia produtiva (*sic*)<sup>7</sup> (BAHIA PESCA, 2012)<sup>8</sup>.

Na contramão desse modelo de desenvolvimento, visando à proteção, à manutenção e ao fortalecimento dos modos de vida das famílias que dependem há gerações do extrativismo pesqueiro tradicional, um mosaico de Unidades de Conservação (UCs) vem sendo estabelecido no sul da Bahia, no qual predominam as Reservas Extrativistas (RESEXs)<sup>9</sup> Marinhas e os Parques Nacionais. O estabelecimento de UCs vem freando o avanço de pescarias alóctones de maior escala, impedindo o avanço da carcinicultura e, no caso das RESEXs Marinhas<sup>10</sup>, vem desencadeando uma mobilização ímpar na região através da formação de conselhos e associações vinculadas à pesca artesanal (MOURA et al., 2009).

Em 2006, foi criada a *Reserva Extrativista de Canavieiras*<sup>11</sup> (Figura 2) com o objetivo de proteger e conservar os modos de vida dos pescadores artesanais. A RESEX Canavieiras foi implementada com forte apoio das comunidades pesqueiras locais, mas em meio a um grande conflito com a atividade de carcinicultura e com grupos de grileiros e especuladores de terras na região. O discurso contrário à criação da RESEX era fundamentado na premissa de que a criação de uma UC traria estagnação econômica e falta de atratividade para o desenvolvimento de atividades, como o turismo, tido como uma das vocações do município de Canavieiras (CI-BRASIL, 2010).

A RESEX Canavieiras possui uma área de aproximadamente 100.650 hectares, estando situada nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una (Figura 2). É uma RESEX que abrange porções marinhas (aproximadamente 83%) e continentais (cerca de 17%), formadas por extensa

---

<sup>7</sup> Nas citações diretas, serão feitos os ajustes gramaticais correspondentes à Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa de 2009 (e que entrou em vigor em 2012), desde que as publicações sejam anteriores ao ano de 2012.

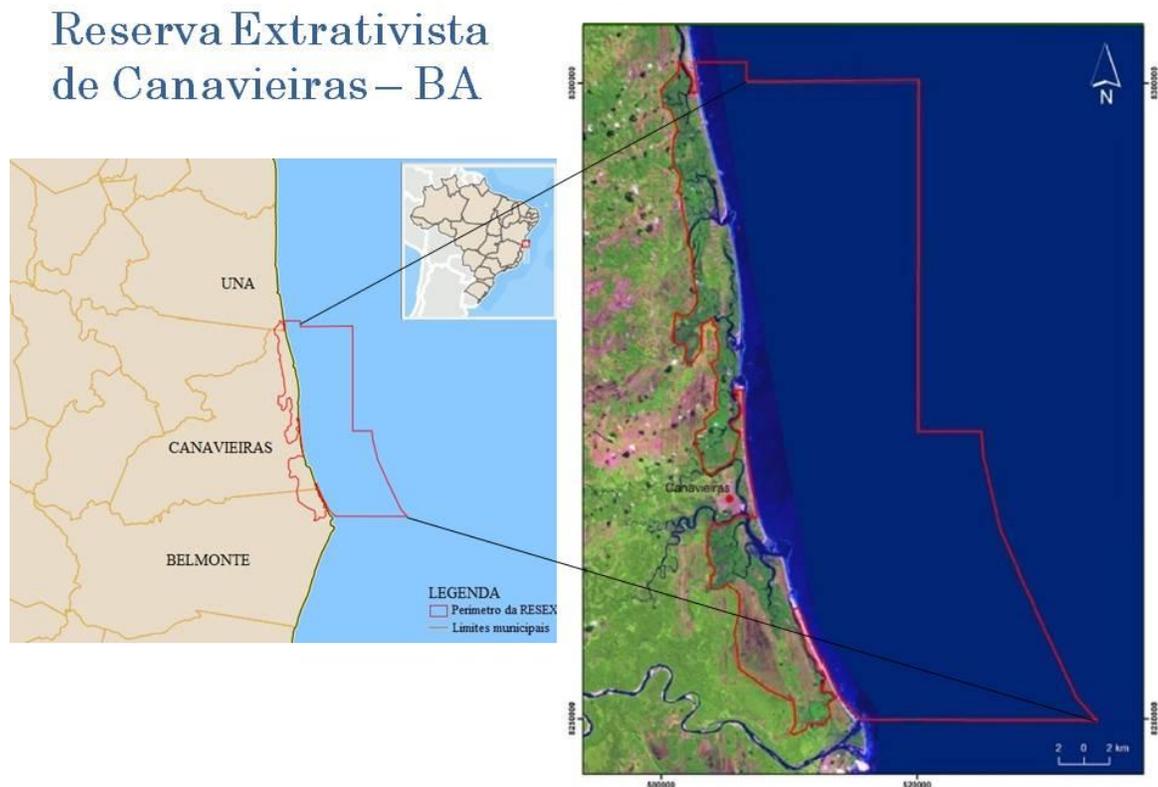
<sup>8</sup> Em 2003, o Bahia Pesca publicou o *Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para a Carcinicultura Marinha*, a fim de atrair investimentos para essa atividade no Estado.

<sup>9</sup> Decreto nº 98.897/1990.

<sup>10</sup> *Marine Extractive Reserves* (MERs). Comumente, o vocábulo “Marinha” não aparece no nome de todas as RESEXs que efetivamente são RESEXs Marinhas, de acordo com a classificação do SNUC/MMA, como é o caso da RESEX Canavieiras.

<sup>11</sup> Decreto s/n, de 5/6/2006. Anexo 1. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm), consultado em 21/08/2011.

área de manguezais (cerca de 8.000 ha), rios e pequenas ilhas costeiras (NASCIMENTO e DOMINGUEZ, 2010). Nessas últimas, pescadores moram e/ou utilizam-nas como pontos de apoio de pesca.



**Figura 2:** Mapa de localização da Reserva Extrativista de Canavieiras.  
Fonte: Sítio eletrônico do MMA.

Com o agravamento da crise estrutural do setor pesqueiro, torna-se interessante a tentativa de introduzir inovações que assumam uma visão mais sistêmica do trabalho de planejamento e de gestão. As RESEXs Marinhas, por sua vez, vêm sendo concebidas como *inovações institucionais* para a gestão descentralizada, compartilhada e participativa dos recursos pesqueiros, denominados como recursos de uso comum (PINTO DA SILVA, 2002). Recursos pesqueiros são denominados recursos de uso comum porque é difícil excluir usuários e o seu uso por um usuário leva à diminuição de abundância de pescados para os demais (BERKES, 2005a).

Reconhecida a fragilidade dos sistemas centralizados de gestão para o manejo dos recursos de uso comum<sup>12</sup>, torna-se pertinente e relevante a aproximação de estudos que abordem o arranjo institucional “RESEX” para que sejam analisadas suas potencialidades/fragilidades no que tange ao desafio de aprimorar formas mais socialmente justas e ecologicamente prudentes de gestão e à viabilidade de modelos alternativos de desenvolvimento, a exemplo do *ecodesenvolvimento*. A posição dos adeptos do *ecodesenvolvimento*

distingue-se claramente da maneira pela qual o conceito de *desenvolvimento sustentável* (WCED<sup>13</sup>, 1987) tem sido associado (mesmo na esfera acadêmica) a uma modalidade de enfrentamento de sintomas isolados da crise socioambiental, baseando-se para tanto numa concepção reducionista (ou “fraca”) de sustentabilidade – ou seja, atrelada à reprodução da lógica profunda do capitalismo globalizado (VIEIRA et al., 2010, p. 8).

### **Perguntas norteadoras:**

- Quais as potencialidades e fragilidades do arranjo institucional “RESEX”? O arranjo institucional “RESEX” representou uma mudança positiva para a comunidade extrativista tradicional de Canavieiras? E para a gestão dos recursos pesqueiros de Canavieiras?
- Existe em Canavieiras uma estrutura, uma memória institucional (tal como sistemas de gestão comunitários pretéritos), uma condição de associativismo ou organização que sustenta a implantação do modelo institucional “RESEX”?
- Há conflitos a partir da implantação da RESEX Canavieiras? Em quais situações e entre quais atores e/ou instituições? Como costumam ser resolvidos? Existem relações de confiança e cooperação entre os atores da mesma e/ou de diferentes escalas de gestão na RESEX Canavieiras?
- O “jogo de atores” (caracterizado pelas dinâmicas conflitivas e cooperativas entre governo, empresas, associações civis) do sistema de gestão compartilhado da RESEX Canavieiras permite o empoderamento da comunidade extrativista tradicional? O conhecimento ecológico tradicional das comunidades extrativistas de Canavieiras é valorizado no processo de gestão compartilhada, sob uma ótica de aprendizagem adaptativa?
- Há características que permitam considerar a RESEX Canavieiras um novo território?

---

<sup>12</sup> Vide bibliografia utilizada no primeiro capítulo.

<sup>13</sup> *World Commission on Environment and Development*.

- Na RESEX Canavieiras, há sistemas locais integrados de produção? Há conexão da pesca artesanal – principal atividade – com outras atividades econômicas? Há dinâmicas de desenvolvimento alternativas que apontem para o ecodesenvolvimento?
- Em que medida o arranjo institucional “RESEX Canavieiras” situa-se como um modelo viável para se promover o desenvolvimento territorial sustentável (DTS)?

## **Objetivos**

### *Objetivo geral*

Analisar as dinâmicas do sistema de gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras com ênfase na análise da robustez institucional e das possibilidades e obstáculos para a promoção de estratégias de ecodesenvolvimento.

### *Objetivos específicos*

- Descrever o sistema socioecológico que envolve a RESEX e o município de Canavieiras;
- Investigar a trajetória de desenvolvimento do município de Canavieiras, com foco nas dinâmicas do setor pesqueiro;
- Identificar as principais pescarias realizadas na RESEX Canavieiras;
- Levantar quais são as instituições envolvidas no processo de criação e continuidade da gestão da RESEX Canavieiras para entender e reproduzir como se dão suas conexões transescalares;
- Analisar a robustez institucional da RESEX Canavieiras;
- Verificar se há práticas alternativas de desenvolvimento que representem um direcionamento ao ecodesenvolvimento.

## **Métodos e considerações de análise**

A pesquisa possui natureza qualitativa, estando relacionada à intenção de compreender as relações entre atores sociais, além da possibilidade de compreender mais detalhadamente suas crenças, atitudes, valores e motivações em contextos específicos (GASKELL, 2007). A abordagem qualitativa permite potencializar aspectos cruciais das realidades locais, levando em conta o envolvimento dos usuários locais de recursos de uso comum na identificação de problemas e na busca de soluções. Na gestão dos recursos pesqueiros, pouca atenção tem sido dada aos aspectos sociais:

o problema mais importante é que a maioria da ciência pesqueira é, na verdade, biologia pesqueira. A ciência pesqueira que nos ensinaram, e que hoje em dia ensinamos nas salas de aula, não dá suficiente atenção ao papel do elemento humano. A ciência pesqueira reduziu o elemento humano a conceitos simplistas como, por exemplo, ‘esforço’ de pesca, entre outros. Dessa forma, os processos sociais que crescentemente ameaçam as populações de peixes foram quase que completamente marginalizados do estudo da pesca. Uma evidência disso é que os três livros mais citados na ciência pesqueira (Walters 1986, Hilborn & Walters 1992, Wootton 1998) enfocam-se quase que exclusivamente na biologia e ecologia dos peixes e em estratégias de pesca. Mas agora é claro que somente o entendimento sobre a biologia e ecologia das populações de peixes não é suficiente para determinar estratégias de exploração pesqueira que sejam sustentáveis. [...] Outro problema é que a abordagem convencional ao manejo pesqueiro é inadequada para a pesca no Brasil assim como na maioria dos países tropicais. A abordagem convencional é aquela onde os pesquisadores estudam a biologia e a dinâmica populacional do recurso pesqueiro, passam a informação à agência de manejo, e a agência determina regras de manejo que, às vezes, são implementadas na prática (CASTELLO, 2008, p. 18).

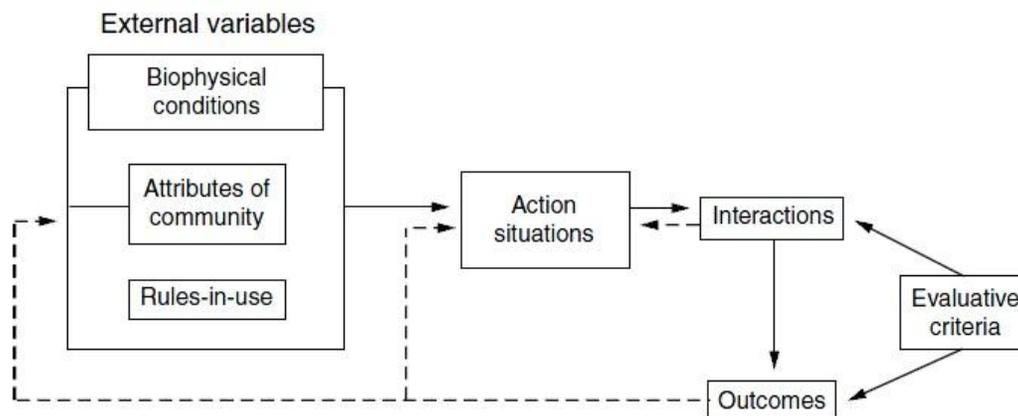
Complementando, Pinkerton (2003, p. 67) argumenta que “mesmo gestores convencionais de pesca geralmente reconhecem que ‘temos de gerir os peixes gerindo pessoas’”. Nas últimas décadas, considerando-se o fracasso de muitos sistemas convencionais de gestão de recursos, alguns pesquisadores começaram a investigar as dinâmicas de sistemas sociais e sistemas ecológicos integrados, denominando-os *sistemas socioecológicos*, assumindo uma visão mais sistêmica (BERKES e FOLKE, 1998; SEIXAS e BERKES, 2005). Para analisar as dinâmicas do sistema socioecológico da RESEX Canavieiras, foi utilizada a *teoria dos commons* e o conceito de *cogestão adaptativa*, aprofundados no primeiro capítulo.

Para orientar o enfoque da análise institucional do arranjo “RESEX”, foi utilizado o *Institutional Analysis and Development (IAD) framework* (Figura 3), proposto por Ostrom (2005; 2010). O modelo IAD auxilia os pesquisadores a reconhecer e descrever as complexidades inerentes às múltiplas interações institucionais e seus resultados.

*The IAD framework is intended to contain the most general set of variables that an institutional analyst may want to use to examine a diversity of institutional settings including human interactions within markets, private firms, families, community organizations, legislatures, and government agencies (OSTROM, 2010, p. 646).*

O modelo IAD é projetado de maneira a permitir que os pesquisadores possam analisar os sistemas desalinhando-os conforme a pergunta de interesse imediato numa dada *situação-ação*. Em uma situação-ação, é importante saber quem são os atores e sua posição social; quais são os conflitos, como e onde (“*action arenas*”) são resolvidos; se há relações de confiança e

cooperação; quais são as normas e os valores compartilhados (ou não); as relações de assimetria de poder; e como são retroalimentadas as interações do sistema (OSTROM, 2005; 2010). Uma situação-ação é sempre afetada por variáveis externas, conforme dispostas na Figura 3:



**Figura 3:** Modelo de análise institucional.  
Fonte: Ostrom (2010).

As macrovariáveis externas que afetam uma determinada situação-ação podem ser assim caracterizadas, segundo Ostrom (2005; 2010):

- *Condições biofísicas*: correspondem às características do tipo de bens – públicos, privados ou de uso comum – a ser analisado;
- *Atributos da comunidade*: histórico das principais interações, principais recursos naturais, aspectos culturais, conhecimento ecológico tradicional, compartilhamento de aprendizado;
- *Regras em uso*: o que pode e o que não pode ser feito e quem toma as decisões. As regras em uso podem se alterar com o passar do tempo, bem como os envolvidos nas tomadas de decisão.

Portanto, a leitura de uma situação-ação pode auxiliar a análise da configuração de um sistema de gestão de uma dada instituição. Nessa perspectiva de análise institucional, o trabalho seminal de Ostrom (1990) define oito princípios (*design principles*<sup>14</sup>) que caracterizam as instituições dos recursos comuns como robustas:

- 1) Limites claramente definidos;
- 2) Congruência entre a apropriação e provisão de regras e condições locais;
- 3) Arranjos de escolha coletiva;
- 4) Monitoramento;

<sup>14</sup> Vide maior detalhamento na seção 1.1.1.2.

- 5) Sanções graduais;
- 6) Mecanismos de resolução de conflitos;
- 7) Reconhecimento mínimo dos direitos de organização;
- 8) Conexões institucionais transescalares.

Esses princípios têm sido amplamente utilizados para avaliar a contribuição das instituições para a sustentabilidade dos recursos de uso comum. As instituições, portanto, estão no centro da análise para compreender quais as configurações são apropriadas para as características apresentadas pelos sistemas socioecológicos. Nessa tendência, diversas têm sido as propostas para a análise institucional para o estudo dos recursos de uso comum (MEDEIROS, 2009).

Para a análise da viabilidade de estratégias do ecodesenvolvimento no território abrangido pela RESEX Canavieiras, do ponto de vista metodológico, vale a pena salientar dois componentes essenciais dos esforços que vêm sendo investidos hoje em dia na elucidação das novas dinâmicas produtivas para se repensar o fenômeno do desenvolvimento na sua configuração territorial. O primeiro deles consiste no resgate das *trajetórias de desenvolvimento* (VIEIRA et al., 2009). O estudo das trajetórias de desenvolvimento local procura analisar as transformações rurais<sup>15</sup> no tempo histórico e subsidiar o planejamento das atividades a serem executadas em nível local (SABOURIN, 2001). Entende-se por trajetória de desenvolvimento

a evolução e a reorganização dos recursos produtivos - naturais, humanos, capital e informações - no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num território delimitado, com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar as suas condições de vida. Estas condições são determinadas, em parte, pela influência de fatores e atores do ambiente externo (SABOURIN et al., 1996, p. 57).

O segundo componente diz respeito à necessidade de se compreender cada vez melhor as percepções e os padrões de interação dos diferentes *stakeholders*<sup>16</sup> locais – trabalhadores, empresários, poderes públicos e o terceiro setor (VIEIRA et al., 2009). Esses componentes, somados às indicações do modelo de análise institucional proposto por Ostrom, orientaram as observações em campo e a composição dos roteiros de entrevistas a serem realizadas e a

---

<sup>15</sup> Os roteiros organizados por Sabourin foram elaborados com foco para comunidades rurais. Aqui, foram adaptados para as comunidades pesqueiras.

<sup>16</sup> Representantes, lideranças e/ou tomadores de decisão.

determinar quais seriam os informantes-chave da pesquisa<sup>17</sup>. Assim, os informantes-chave foram (i)os(as) pescadores(as) mais antigos que ainda residem em Canavieiras (pelo menos dois(duas) em cada comunidade)<sup>18</sup> e (ii)os representantes das instituições que compõem o Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras<sup>19</sup>.

O trabalho teve constante levantamento e processamento de dados secundários bibliográficos e documentais. Já para a coleta de dados primários, houve a combinação de duas técnicas: entrevistas semiestruturadas com informantes-chave e entrevistas com grupos focais (SEIXAS, 2005).

Para preservação da identidade dos entrevistados, esses foram mencionados de acordo com a sua atuação (função), seguido do nome do lugar (comunidade ou órgão institucional) em que atuam. Outro ponto importante a ser mencionado é que as entrevistas foram quase em sua totalidade registradas em gravador digital<sup>20</sup>. Ainda, a contribuição metodológica da observação participante foi fundamental, para que encontros formais e informais com os diversos atores dessa pesquisa fossem realizados, tais como:

- 1 - Acompanhamento das reuniões das associações de pescadores;
- 2 - Acompanhamento das pescarias de rede de espera, de tarrafa e de braceamento;
- 3 - Acompanhamento de reuniões promovidas pela Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras (AMEX) com ONGs, empresas privadas e parceiros;
- 4 - Participação na *VI Oficina de Planejamento das Comunidades e Entidades Extrativistas da Resex de Canavieiras*, na qual estavam presentes extrativistas da RESEX Canavieiras, bem como representantes das esferas governamentais, privadas, científicas e civis que atuam ou pretendem atuar no local;
- 5 - Participação do *Curso de Formação para Agentes Locais Multiplicadores*, realizado no Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (Caravelas – BA), no qual havia representantes da RESEX Canavieiras;
- 6 - Visitação aos sete principais núcleos pesqueiros de Canavieiras;

---

<sup>17</sup> Tal como é requisitado pelo ICMBio para que se possa realizar pesquisas em Unidades de Conservação, a pesquisa foi cadastrada no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

<sup>18</sup> Anexo 2.

<sup>19</sup> Anexos 3 e 4.

<sup>20</sup> Houve casos em que representantes de instituições do Conselho Deliberativo solicitaram que não fosse efetuada a gravação. Nenhuma dessas instituições representa o segmento dos pescadores.

7 - Acompanhamento da fiscalização do período de andada do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) junto ao ICMBio e IBAMA;

8 - Participação de eventos festivos tradicionais;

9 – Passeios ecoturísticos promovidos pela comunidade tradicional.

Os primeiros contatos com as comunidades tradicionais da RESEX Canavieiras foram feitos no ano de 2010. Nesse ano, a pesquisa ainda não tinha seus objetivos definidos e, portanto, foram realizadas duas saídas de campo com o intuito de primeiramente estabelecer contatos e observar as características de gestão dos recursos pesqueiros do mosaico de RESEXs Marinhas existentes no sul da Bahia. As saídas de campo contaram com o apoio da ONG CI-Brasil, a qual é uma das proponentes<sup>21</sup> do Projeto (em andamento) *Monitoramento Pesqueiro Participativo nas Reservas Extrativistas Marinhas do Corumbau, de Canavieiras e do Cassurubá, e na Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Bahia*. No âmbito desse Projeto, estão previstas, além do monitoramento dos desembarques pesqueiros, oficinas e reuniões de capacitação junto aos pescadores e demais extrativistas. Ao todo, três saídas de campo contaram com o apoio da CI-Brasil:

- a primeira foi em julho de 2010 e teve duração de dez dias. Houve o primeiro contato com as RESEXs Marinhas do Corumbau e de Cassurubá e o acompanhamento (observação) da discussão metodológica do Projeto no Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (Caravelas – BA). Estavam presentes extrativistas e lideranças das RESEXs Corumbau, Cassurubá e Canavieiras, bem como representantes das esferas governamentais, científicas e civis que atuam nesses locais;

- a segunda saída de campo teve duração de uma semana correspondente a agosto de 2010. Nesse momento, houve o *Curso de Formação para Agentes Locais Multiplicadores*, também realizado no Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Novamente, todas as esferas de governança envolvidas na gestão das RESEXs estavam representadas;

- a terceira, ocorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2011 e teve duração de quarenta dias. Durante esse período, houve alternância da estada entre as RESEXs Corumbau e Canavieiras, de modo a poder participar de diversas reuniões dos comunitários em suas associações de pesca, bem como a desenvolver diálogos informais com os mesmos ao vivenciar parte de seu cotidiano.

---

<sup>21</sup> O outro proponente do Projeto é a ONG ECOMAR. O órgão financiador é o Ministério da Pesca (MPA).

Após definido que a pesquisa iria se centrar na RESEX Canavieiras, o quarto e último campo foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, no qual, além das principais comunidades da RESEX Canavieiras, também foram percorridos os municípios de Ilhéus e Belmonte, visto que há representações do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras alocadas nesses locais. A entrevista com a instituição SEMA/BA (situada em Salvador) foi feita via telefone e internet. As únicas instituições que não agendaram a entrevista, após terem sido contatadas várias vezes, foram o PANGEA e o *Hotel Transamérica*.

### **Estruturação dos capítulos**

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, são apresentados os fundamentos conceituais do enfoque de *gestão de recursos naturais de uso comum*, com atenção especial aos *recursos pesqueiros*. Também são apresentados os preceitos do *ecodesenvolvimento* e a importância das *instituições* no manejo dos recursos naturais. No segundo capítulo, é abordada a questão das *Áreas Marinhas Protegidas* com foco nas *Reservas Extrativistas Marinhas* – arranjo institucional chave dessa pesquisa. No terceiro capítulo, é analisada a configuração do *sistema socioecológico* da *Reserva Extrativista de Canavieiras*, a partir dos seus atributos físicos, socioeconômicos e políticos e da *trajetória de desenvolvimento*. A análise segue com uma leitura sobre as dinâmicas institucionais, enfocando os principais atores locais, conflitos e manejo dos recursos pesqueiros da Reserva Extrativista de Canavieiras. Por fim, há a conclusão com as considerações finais da pesquisa.

# CAPÍTULO I

## OS DESAFIOS DA GESTÃO DOS RECURSOS COMUNS: A PESCA ARTESANAL

Devido ao processo histórico vastamente exploratório e dominante que o homem estabeleceu com os demais elementos do meio ambiente<sup>22</sup>, a visão concebida outrora (e estendida à contemporaneidade) é de que o ente humano é exterior à natureza<sup>23</sup>. A percepção do homem como sujeito e da natureza como objeto é o cerne da atual crise socioambiental planetária.

Essa percepção disjuntiva e restrita tem sido a causa da destruição progressiva de ecossistemas e culturas humanas. Do ponto de vista epistemológico, a busca de entendimento de como as sociedades humanas lidam com as inter-relações entre as dinâmicas naturais e sociais, em busca de respostas adaptativas e coevolutivas, deve levar em conta a inércia do *paradigma científico analítico-reducionista*. A hegemonia da concepção reducionista está diretamente atrelada ao modo de desenvolvimento economicista vigente, o qual ignora os preceitos de justiça social e exerce pressões sobre os recursos naturais (VIEIRA et al., 2005). Destarte, urgem na gestão dos recursos naturais mecanismos de dimensões éticas, políticas, institucionais e socioculturais que vão ao encontro de uma abordagem sistêmica e a formas alternativas de desenvolvimento.

Nesse sentido, esse capítulo tem o propósito de repensar e fundamentar conceitos da gestão dos recursos naturais de uso comum (*common-pool resources management*), com foco no sistema socioecológico da pesca artesanal. Com o intuito de traçar estratégias para reverter a crise em que se encontra o setor pesqueiro, serão expostos ao longo dessa seção (i) a importância das instituições como arranjos de manejo, (ii) a necessidade de conexões institucionais transescalares que exercitem a cogestão<sup>24</sup> adaptativa (*adaptive co-management*) nas práticas de governança e (iii) o ecodesenvolvimento como alternativa de dinamização dos territórios pesqueiros artesanais na zona costeiro-marinha.

---

<sup>22</sup> Meio ambiente ou meio, aqui, refere-se à junção dos elementos químicos, físicos, biológicos e sociais.

<sup>23</sup> Aqui, parte-se da premissa de que o homem também é natureza. Contudo, nesse momento, é referida a natureza instituída anteriormente ao surgimento do homem. Utilizar-se-á hipoteticamente a definição de natureza de Jollivet e Pavé: “trata-se de tudo aquilo que envolve ou circunda o homem e que obedece a dinâmicas próprias” (2000, p. 57).

<sup>24</sup> Vocábulo oriundo do termo *cooperative management (co-management)*. Seguindo o proposto por Kalikoski et al. (2009), ao longo do texto, os termos gestão compartilhada, gestão participativa, comanejo e cogestão serão utilizados como sinônimos. Da mesma forma, os termos gestão comunitária e manejo comunitário serão utilizados como sinônimos.

## 1.1 A crise socioambiental, o paradigma sistêmico e a problemática da gestão dos recursos comuns

*“A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta-se a nós como um limite no real, que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental: da ‘determinação metafísica’ que, ao pensar o ser como ente, abriu o caminho para a racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como formas de domínio e controle sobre o mundo. Por isso, a crise ambiental é acima de tudo um problema de conhecimento, o que nos leva a repensar o ser do mundo complexo, a entender suas vias de complexificação (a diferença e o enlaçamento entre a complexificação do ser e o pensamento) para, a partir daí, abrir novas pistas para o saber no sentido da reconstrução e da reapropriação do mundo” (LEFF, 2007, p. 191).*

Muitos conceitos e práticas na gestão dos recursos naturais podem ser vistos à luz dos processos de *commodification* da natureza. Como exemplo, o conceito de *maximum sustained yield* (produção máxima sustentada) é ainda amplamente usado na gestão pesqueira, onde as interações ecossistêmicas e a variabilidade ambiental são ignoradas. Essas incongruências são consequentes de uma visão mecanicista do mundo natural por muito tempo preponderante na ciência ocidental (HOLLING et al., 1998).

A instauração dessa visão, seguindo as explanações de Capra (2006), tem origem entre 1500 e 1700 (séculos XVI e XVIII<sup>25</sup>) – período de mudança drástica na maneira como as pessoas concebiam o mundo e o seu modo de pensar. Antes de 1500, a maioria das civilizações residia em comunidades pequenas, coesas e vivenciava a relação interdependente dos fenômenos espirituais e materiais. Somado a isso, havia uma subordinação das necessidades individuais às da comunidade. No entanto, com o aprimoramento da física e astronomia, a noção de mundo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela metáfora do mundo concebido como uma máquina. Não havia propósito, vida ou espiritualidade na matéria. A natureza funcionava de

---

<sup>25</sup> Período em que houve a Revolução Científica. A Revolução Científica começou com Nicolau Copérnico. Ele se opôs à concepção geocêntrica de Ptolomeu e da Bíblia, que tinha sido aceita como dogma por mais de mil anos. Depois de Copérnico, a Terra deixou de ser o centro do universo (heliocentrismo). Johannes Kepler veio a corroborar as ideias de Copérnico ao terminar de formular as leis empíricas do movimento planetário. Galileu Galilei foi o primeiro a combinar a experimentação científica com o uso da linguagem matemática para formular leis da natureza e, por isso, é considerado o “pai da ciência moderna”. Já Francis Bacon foi quem encetou a visão do mundo como máquina. Em sua opinião, a natureza deveria ser “escravizada”, “reduzida à obediência” e “obrigada a servir”. René Descartes, por sua vez, é usualmente considerado o fundador da filosofia moderna. Mediante a aplicação de relações numéricas a figuras geométricas, pode correlacionar álgebra e geometria e, assim, estabeleceu um novo ramo da matemática – a geometria analítica. Descartes criou a estrutura conceitual para a ciência do século XVIII, mas sua concepção de natureza como uma máquina perfeita, governada por leis matemáticas exatas, permaneceu como simples visão durante sua vida. Quem deu realidade ao sonho cartesiano e completou a Revolução Científica foi Isaac Newton. A física newtoniana – a realização culminante da ciência seiscentista – forneceu uma consistente teoria matemática (conhecida, hoje, como cálculo diferencial) do mundo, que permaneceu como alicerce sólido do pensamento científico até boa parte do século XX (CAPRA, 2006).

acordo com leis mecânicas e tudo no mundo material podia ser explicado em função da organização e do movimento de suas partes – *reducionismo*.

O olhar reducionista, além de caracterizar-se por dividir os fenômenos em partes, ao conceber a natureza como uma máquina de comportamento previsível (linear), mostra-se totalmente inadequado na gestão dos recursos naturais, uma vez que as interações socioambientais possuem a característica de constituírem fundamentalmente um sistema integrado não linear (HOLLING et al., 1998). Sistemas são definidos por Morin (1977, p. 99) como “uma inter-relação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global. Uma definição deste tipo comporta duas características principais: a primeira é a inter-relação dos elementos, a segunda é a unidade global constituída por estes elementos em inter-relação”. Ou seja, o olhar sistêmico pode ser caracterizado como a integração das partes, onde a realidade é holística<sup>26</sup>.

Esse novo ponto de vista integrativo e dinâmico tem como principal desafio a expansão das fronteiras do conhecimento, com base na hipótese de que fenômenos situados em qualquer nível de organização da natureza – de células e indivíduos a organizações, cidades ou relações internacionais – podem ser descritos e analisados enquanto *sistemas complexos* (VIEIRA et al., 2005). Sistemas complexos se distinguem pela mútua dependência e integração da heterogeneidade dos elementos e funções que o compõem, não sendo previsíveis (GARCÍA, 1994).

Logo, sob o enfoque não dicotômico sistêmico, a interação do sistema social com o sistema ecológico – *sistema socioecológico* – pode ser caracterizada como um sistema complexo (BERKES e FOLKE, 1998). Assim, os sistemas socioecológicos assumem a condição de imprevisibilidade no comportamento, conforme assertam Holling et al. (1998, p. 347):

*Surprise is inevitable. [...] Surprises occur when causes turn out to be sharply different from what was conceived, when behaviours are profoundly unexpected, and when action produces a result opposite to that intended. [...]*

*In principle, therefore, there is an inherent unknowability, as well as unpredictability, concerning these evolving, managed ecosystems and the societies with they are linked. The essential point is that evolving systems require policies and actions that not only satisfy social objectives but, at the*

---

<sup>26</sup> “O termo ‘holístico’, do grego ‘*holos*’, ‘totalidade’, refere-se a uma compreensão da realidade em função de totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas a unidades menores” (nota do tradutor) (CAPRA, 2006, p. 13).

*same time, also achieve continually modified understanding of the evolving conditions and provide flexibility for adaptation to surprises. Science, policy and management then become inextricably linked.*

A gestão dos recursos naturais ocupa um papel determinante no processo de regulação das inter-relações dos sistemas socioecológicos (VIEIRA et al., 2005). No caso dos sistemas socioecológicos que envolvem a atividade pesqueira, pode-se concluir que o âmago de sua crise está no tipo de gestão convencionalmente utilizada (fragmentada). Na esfera política governamental, as decisões são historicamente centralizadas, ou seja, não atendem às demandas dos usuários locais por excluírem sua participação ativa no processo de gestão (DIEGUES, 2004). Já na esfera científica, as abordagens sempre despenderam maior atenção para levantamento de dados biológicos, deixando de lado todo o universo de fatores sociais circundantes (VASCONCELLOS et al., 2007).

Uma característica que alimenta a problemática da gestão dos recursos pesqueiros, é o fato de esses constituírem-se recursos naturais de uso comum, tema que será elucidado no tópico a seguir.

#### 1.1.1 A teoria dos recursos comuns e a pesca inserida na questão

Alguns recursos naturais, tais como florestas, solos (para, por exemplo, fins de pastagem, agricultura e moradia), atmosfera, fauna selvagem e águas marinhas e continentais, podem ser caracterizados como *recursos de uso comum*<sup>27</sup> (doravante, *commons*), ou seja, compartilham de duas características básicas: a dificuldade de exclusão de usuários e o reconhecimento do fato de que “cada usuário é capaz de subtrair daquilo que pertence também a todos os demais usuários, isto é, existe um problema de uso compartilhado” (BERKES, 2005a, p. 49). Nesse sentido, os recursos pesqueiros podem ser incluídos na categoria de *commons*.

Ao discutir o problema da complexidade envolvida no gerenciamento dos *commons*, utilizando a atividade pesqueira como exemplo, Gordon (1954, p. 135) reconhecia de forma pioneira,

haver alguma verdade no ditado conservador de que a propriedade de todos é propriedade de ninguém. Recurso em abundância que é gratuito para todos não é valorizado por ninguém, porque quem é destemido o suficiente para esperar por seu tempo adequado de consumo sempre irá descobrir que ele foi tomado por outra pessoa. [...] os peixes do mar

---

<sup>27</sup> *Common-pool resources* (CPR).

são sem valor para o pescador, pois não há garantia de que eles vão estar lá para ele amanhã, se eles forem deixados para trás hoje.

No entanto, o debate acerca dos modos de apropriação e gestão dos *commons* tem como marco o artigo clássico de Hardin “*The Tragedy of the Commons*”, publicado em 1968 (DIETZ et al., 2002). Nesse artigo, Hardin chama a atenção para os riscos da destruição intensiva e irreversível de recursos naturais de uso compartilhado ao relatar a fábula de um grupo de pastores ingleses medievais que, devido a decisões tomadas de forma puramente econômica e individualista, aumentavam seus rebanhos de modo a exceder a capacidade de suporte das áreas comunais de pastagem. O autor demonstra que os lucros, pelo menos em um primeiro instante, serão individuais; porém, os prejuízos acabam sendo assumidos por todos<sup>28</sup>.

Hardin (1968) pressupõe que, nesse caso, somente uma ação reguladora de cunho estatal ou privado estaria em condições de assegurar a perenidade do recurso. No entanto, muitos estudiosos de problemas socioecológicos, no transcurso da década de 1970, começaram a perceber que nem sempre a expectativa de uma “tragédia” acabou se confirmando. “Inúmeras comunidades de pescadores, caçadores e usuários de recursos florestais conseguiram criar suas próprias regras de apropriação e uso de recursos comuns, mesmo na ausência de regulações governamentais e de medidas destinadas a fazer valer a legislação em vigor” (VIEIRA et al., 2005, p. 30-31).

Rousseau (2000, p. 100), ao analisar o homem que vive em sociedade, afirma que o “contrato social”, idealmente, limita a liberdade individual em favor da comunidade: “os prudentes compreenderam a necessidade de resolverem-se sacrificar parte de sua liberdade para conservar a do outro, como um ferido manda cortar um braço para salvar o resto do corpo”. Diegues (2001a) também demonstra que há muitas situações que apontam a fragilidade da hipótese da “tragédia dos comuns”, pois muitos exemplos mostram a capacidade dos

---

<sup>28</sup> “*The tragedy of the commons develops in this way. Picture a pasture open to all. It is to be expected that each herdsman will try to keep as many cattle as possible on the commons. Such an arrangement may work reasonably satisfactorily for centuries because tribal wars, poaching, and disease keep the numbers of both man and beast well below the carrying capacity of the land. Finally, however, comes the day of reckoning, that is, the day when the long-desired goal of social stability becomes a reality. At this point, the inherent logic of the commons remorselessly generates tragedy. As a rational being, each herdsman seeks to maximize his gain. [...] The rational herdsman concludes that the only sensible course for him to pursue is to add another animal to his herd. And another; and another.... But this is the conclusion reached by each and every rational herdsman sharing a commons. Therein is the tragedy. Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit-in a world that is limited. Ruin is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons. Freedom in a commons brings ruin to all*” (HARDIN, 1968, p. 1244).

“comunitários” não só em reagir, mas também em reorganizar-se para recriar modos de vida e territórios de uso comum.

O problema é que as preposições de Hardin, em especial a ideia de “*freedom in a commons brings ruin to all*” (1968, p. 1244), foram assumidas quase que literalmente e dotadas, por alguns, do *status* de lei científica (BERKES, 2005a) e logo foram apropriadas pelas políticas de muitos países (especialmente os desenvolvidos), de modo que passou a constar em sua legislação que florestas, áreas de pastagem, pescarias e outros recursos naturais eram propriedade estatal, ou seja, houve uma transferência dos direitos de apropriação para o Estado (DIETZ et al., 2002). Contudo, na prática, devido à ausência de estratégias decorrente da falta de informações específicas acerca dos contextos socioecológicos locais, acabou ocorrendo muito mais a efetivação do *livre acesso* (OSTROM, 1990).

A influência que a teoria de Hardin passou a exercer na gestão dos *commons* é ainda mais criticável ao se perceber que houve um grave equívoco ao confundir-se *propriedade comum* com *livre acesso*:

“propriedade comum” ou “regime de propriedade comum” referem-se a arranjos de direito de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos. O termo “propriedade” está relacionado a instituições sociais e não qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos. [...]

Estranhamente, o termo “propriedade comum” parece ter sido apropriado como referindo-se à ausência de propriedade ou a recursos de livre acesso – aos quais direitos e responsabilidades não tenham sido definidos. [...] em regimes de propriedade comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos, assim caracterizando uma forma de propriedade – ao invés de sua ausência. Em outras palavras, existem direitos, e estes são comuns a um determinado grupo de usuários e não a todos. Dessa maneira, a propriedade comum não se caracteriza por acesso livre a todos, mas como acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos comuns. [...]

O clássico ensaio de Hardin (1968) sobre a tragédia dos comuns aponta para os prejuízos do livre acesso, sem no entanto afirmar claramente que o problema é a ausência de direitos de propriedade ou de regimes de manejo (a liberdade de acesso), e não o compartilhamento do uso de recursos (uso comum) (MCKEAN e OSTROM, 2001, p. 80-81).

Para aperfeiçoar a análise sobre os *commons*, é necessário, entre outras coisas, enfatizar uma estrutura conceitual de *regimes de apropriação* e *instituições* na discussão (BERKES e FOLKE, 1998; BERKES, 2005a), conceitos que serão abordados a seguir.

### 1.1.1.1 Os regimes de apropriação

Com base na classificação de Feeny et al. (1995), há quatro tipos regimes básicos de direitos de propriedade: *livre acesso*, *propriedade privada*, *propriedade comunal* e *propriedade estatal*<sup>29</sup>, conforme segue no Quadro 1:

Quadro 1 – Regimes de direito de propriedade

Regimes de apropriação	Significado
Livre acesso	É a ausência de direitos de propriedade. O acesso aos recursos não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer pessoa. Muitas pescarias oceânicas <i>offshore</i> anteriores ao século XX e a atmosfera global proveem exemplos.
Propriedade privada	Direitos de exclusão a terceiros na exploração e na regulação do uso dos recursos são delegados a indivíduos (ou a grupos de indivíduos, como as empresas). Direitos de propriedade privada, geralmente, são reconhecidos pelo Estado. Diferentemente dos direitos em um regime de livre acesso, direitos de propriedade privada costumam ser exclusivos e transferíveis. Exemplos incluem áreas florestais e pastagens privadas.
Propriedade comunal (ou comunitária)	Os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes. Os usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade local. Internamente à comunidade, os direitos aos recursos normalmente não são exclusivos ou transferíveis e sim frequentemente igualitários em relação ao acesso e ao uso. Algumas pescarias <i>inshore</i> , bancos de bivalves, pastagens e áreas florestais têm sido manejadas como propriedades comunais. Similarmente, associações de usuários de reservatórios de água subterrânea e de sistemas de irrigação podem ser incluídas nessa categoria. Os direitos do grupo podem ser legalmente reconhecidos. Em outros casos, tais direitos são reconhecidos <i>de facto</i> , dependendo da negligência benigna do Estado. Alguns autores empregam o termo <i>propriedade comum</i> como sinônimo (tal como exposto anteriormente no excerto de McKean e Ostrom).
Propriedade estatal	Os direitos aos recursos são alocados exclusivamente no governo, o qual toma decisões em relação ao acesso aos recursos e ao nível e natureza da exploração. Exemplos incluem florestas e pastagens mantidas por governos ou monarquias e recursos como peixes e vida selvagem manejados, sob custódia pública, pelo conjunto de cidadãos. A categoria de propriedade estatal pode ser aplicada à propriedade em relação às quais o público tem acesso e direitos iguais, tais como rodovias e parques públicos. A natureza do regime de propriedade estatal também difere dos demais regimes pelo fato de o Estado, em geral, possuir poderes coercivos de imposição, ao contrário de grupos privados.

Na prática, os *commons* tendem a ser geridos mediante combinações desses regimes, existindo variações em cada combinação. Com base em evidências empíricas, pode-se levantar a

<sup>29</sup> *Open access, private property, communal property e state property.*

hipótese de que os três regimes – propriedade estatal, propriedade privada e propriedade comunal – podem, de acordo com as circunstâncias, condicionar a utilização sustentável dos recursos. Por outro lado, existe um consenso generalizado de que o livre acesso é incompatível com a sustentabilidade, uma vez que não há *instituições* para regular o uso do recurso (BERKES, 2005a).

#### 1.1.1.2 As instituições e suas conexões

As instituições desempenham papel fundamental no contexto da gestão dos *commons*, uma vez que representam os códigos de conduta socialmente construídos para mediar as interações dos homens entre si e com o meio. Podem ser definidas como um conjunto de regras em uso (formais ou informais) para determinar o que é permitido e o que é proibido em dada situação, bem como quem pode participar ou não do processo decisório (OSTROM, 1990; DIETZ et al., 2002). As regras, por sua vez, quando assumem o sentido de regulamentação<sup>30</sup>, estão no âmago de uma análise institucional. As regras podem ser entendidas como um conjunto de instruções, criadas por um ou mais grupos de indivíduos, que estruturam uma *situação-ação* (*action situation*) e produzem resultados (*outcomes*) em um determinado ambiente, podendo, entretanto, afetar outros (OSTROM, 1990; 2005).

Os arranjos institucionais podem ser diversos. De maneira geral, podem ser principalmente privados, estatais ou comunais, mas também combinados entre si (DIETZ et al., 2002). Na gestão dos *commons*, normalmente, as instituições estão distribuídas em múltiplas escalas<sup>31</sup>. Por isso, o ideal é que haja conexões institucionais transescalares (*governança policêntrica*), de modo que as instituições estejam articuladas tanto horizontalmente, através do espaço geográfico, quanto verticalmente, através de níveis de organização (BERKES, 2005b). O frequente não delineamento de arranjos institucionais adequados para o manejo dos sistemas socioecológicos talvez seja consequência do arquetípico problema de definição das escalas e/ou de integração das múltiplas variáveis envolvidas no processo (CASH et al., 2006).

---

<sup>30</sup> *Regras* também podem assumir o sentido de *instruções* (estratégias para resolver um problema matemático, por exemplo), *preceitos* (denotando comportamento moral e prudente) e *princípios* (tais como os físicos testados cientificamente) (OSTROM, 2005).

<sup>31</sup> Escalas, aqui, fazem-se a partir de e por sujeitos sociais e não simplesmente por meio de uma referência matemática cartográfica (por exemplo, 1:5.000 ou 1:1.000.000). Dessa forma, escala aparece muito mais próxima de um de seus significados em francês, que é o de escada e, assim, da hierarquia dos degraus, indicando que se trata de relações assimétricas, de um *em cima* e um *embaixo* e, logo, de relações de poder (PORTO-GONÇALVES, 2003).

A gestão dos *commons* não pode ser feita apenas no nível local ou no nível nacional; ela é transescalar no tempo e no espaço. Para viabilizar conexões institucionais transescalares promissoras, se faz necessária a descentralização das tomadas de decisão. Em outras palavras, deve haver parcerias e compartilhamento de ideias na gestão ou, simplesmente, *cogestão* (BERKES, 2005b). A cogestão pode ser entendida como “estratégia de gestão formalizada que conecta comunidades locais e governos. Algumas dessas estratégias são codificadas na lei” (ARMITAGE et al., 2007, p. 2). Acrescenta-se a definição de Jentoft (2003, p. 3): “cogestão é um processo colaborativo e participativo de tomada de decisões regulatórias entre os representantes dos grupos de usuários, agências governamentais, instituições de pesquisa, e outras partes interessadas”. Na verdade, ambos os autores admitem não haver um conceito único e fechado, pois a participação e o compartilhamento do poder dos tomadores de decisão variam de um local para o outro e são flexíveis a contínuas mudanças, de acordo com as relações que se estabelecem entre si e com o ambiente (o que remete à questão já exposta dos sistemas complexos não lineares).

Em detrimento da complexidade de interações, *outcomes* e possíveis retroalimentações (*feedbacks*) inerentes às múltiplas escalas dos sistemas socioecológicos, não há como estabelecer panaceias que solucionem a gestão dos *commons* (OSTROM, 2007). A literatura a respeito da gestão dos *commons* está repleta de estudos de caso que demonstram que há exemplos tanto de sucesso quanto de fracasso mesmo quando considerados os diferentes tipos de regime de apropriação, sendo notável, no entanto, o espectro de impactos negativos das ações governamentais sobre as instituições locais (BERKES, 2009). A centralização excessiva da gestão dos recursos naturais é encontrada em quase todos os governos nos quais as funções de gestão dos recursos foram assumidas por uma elite administrativa. Entretanto, essa centralização não tem ocorrido de maneira uniforme, uma vez que varia de acordo com os arranjos institucionais definidos a partir dos diferentes recursos e áreas geográficas. A falta de legitimação ou reconhecimento de instituições no nível local é um dos fatores que influencia e dificulta a construção de *instituições robustas* (BERKES, 2005b).

Instituições robustas podem ser definidas como aquelas que têm se mantido sustentáveis por um longo período de tempo, ou seja, constituem-se em um sistema que possui a capacidade

de se adaptar e manter sua performance diante de distúrbios<sup>32</sup> (OSTROM, 2005). Com o intuito de identificar sistemas de gestão com instituições robustas, Ostrom<sup>33</sup> (1990; 2005; 2010) definiu oito princípios (“*design principles*”<sup>34</sup>), os quais nortearam a análise institucional da RESEX Canavieiras, conforme mostra o Quadro 2:

Quadro 2 – Princípios propostos por Ostrom para caracterizar instituições robustas

<b>Princípios</b>	<b>Significado (em síntese)</b>
1 - Limites claramente definidos	Definição dos limites físicos e dos usuários dos recursos.
2 - Congruência entre apropriação e provisão de regras e condições locais	As regras dotadas de restrição de tempo, lugar, tecnologia e/ou quantidade de unidades de recurso devem estar relacionadas às condições/características socioambientais locais.
3 - Arranjos de escolha coletiva	A maioria dos indivíduos afetados pelas regras em uso pode participar do processo de modificação das mesmas.
4 - Monitoramento	Monitores desempenham função de auditoria quanto aos usos dos recursos de propriedade comum, sendo responsáveis por observar o comportamento dos usuários e/ou a evolução dos recursos. Podem ser também usuários dos recursos.
5 - Sanções graduadas	Usuários que violam as regras são suscetíveis de sanções graduais (dependendo da gravidade e do contexto da infração) por outros usuários, pela autoridade fiscal dos usuários ou por ambos.
6 - Mecanismos de resolução de conflitos	Quando usuários e autoridades fiscais têm acesso rápido e pouco custoso a locais para discutir a resolução de conflitos, os quais podem ter sido gerados entre os próprios usuários ou entre os usuários e as autoridades fiscais.
7 - Reconhecimento mínimo dos direitos de organização	Quando os usuários têm direitos legitimados para elaborar sua própria orientação institucional, não sendo desafiados por autoridades governamentais externas.
8 - Conexões institucionais transescalares	Quando os sistemas socioecológicos estão imersos em sistemas maiores, ou seja, quando as ações de governança (apropriação, provisão, monitoramento, sanção e resolução de conflitos) estão distribuídas em múltiplas escalas.

<sup>32</sup> O conceito de robustez – trazido da área da engenharia – aproxima-se do conceito de *resiliência*, trazido da ecologia e, no princípio, relacionado apenas a sistemas ecológicos (OSTROM, 2005). Resiliência, por sua vez, pode ser definida como o conjunto de processos necessários para transformar e romper a estrutura de um sistema, levando-o a outro estado (HOLLING, 1986).

<sup>33</sup> Ostrom, em 1990, publicou um livro de estudos de caso realizados em diversos contextos (países diversos), nos quais se encontram exemplos de gestão comunitária de recursos naturais de sucesso, de fragilidades e de falhas. Visando indagar o porquê de algumas comunidades apresentarem robustez suficiente para superar conflitos oriundos tanto de agentes internos quanto externos, enquanto outras se encontram em situação de fragilidade ou fracasso, a pesquisadora definiu princípios que auxiliam a investigação do grau de robustez institucional. Ostrom, em 2009, obteve o reconhecimento mundial do trabalho de suas análises institucionais ao receber o prêmio Nobel de Economia, tendo sido a primeira mulher a realizar esse feito nessa categoria.

<sup>34</sup> (1) *Clearly defined users and resource boundaries*, (2) *congruence between appropriation and provision rules and local conditions*, (3) *collective-choice arrangements*, (4) *monitoring users and resources*, (5) *graduated sanctions*, (6) *conflict-resolution mechanisms*, (7) *minimal recognition of rights to organize* e (8) *nested enterprises*.

A importância da *confiança* e da *comunicação* entre os atores envolvidos nas múltiplas escalas para a constituição de instituições robustas é destacada por Ostrom (2010, p. 664; p. 650): “*Building trust in one another and developing institutional rules that are well matched to the ecological systems being used are of central importance for solving social dilemmas*” [...] “*In CPR dilemmas where individuals do not know one another, cannot communicate effectively, and thus cannot develop agreements, norms, and sanctions, aggregate predictions*”. Nesse sentido, a falta de confiança e comunicação pode afetar diretamente o grau de *cooperação* para a resolução de conflitos numa dada situação-ação.

Estando os sistemas socioecológicos sempre sujeitos a incertezas e a mudanças no tempo e no espaço, é imprescindível a flexibilidade das instituições, nas múltiplas escalas, para modificar as regras operacionais. Assim, uma *cogestão adaptativa* é chave para a constituição de instituições robustas (FOLKE et al., 2010; YOUNG, 2010).

Cogestão adaptativa pode ser caracterizada como um processo de colaboração entre diferentes tomadores de decisão que operam em diferentes níveis, desde usuários locais até organizações municipais, regionais, nacionais e agências internacionais. Em sistemas bem desenvolvidos de manejo, comumente essas partes aparecem unidas em redes flexíveis que “pulsam” se inovando e renovando de acordo com os problemas a serem resolvidos (BERKES, 2007, p. 29).

A cogestão adaptativa difere-se da gestão convencional dos recursos naturais por proceder o “aprender fazendo” (*learning-by-doing*) e por enfatizar a importância dos *feedbacks*, os quais podem viabilizar correções necessárias nos sistemas (HOLLING et al., 1998; BERKES e FOLKE, 1998; O’RIORDAN, 2000). Nesse sentido, a ênfase concedida pela gestão adaptativa à *aprendizagem* por meio de *feedbacks* é importante (BERKES, 2005b). Contudo, para um manejo adaptativo promissor, os *feedbacks* dos sistemas socioecológicos requerem arranjos de governança que unam *stakeholders* das múltiplas escalas envolvidas, com o objetivo de compartilhar a aprendizagem e o poder nas tomadas de decisão (ARMITAGE et al., 2009; OLSSON et al., 2004). Sob essa perspectiva, a participação dos usuários, a legitimação das instituições locais e a incorporação do *conhecimento ecológico tradicional* são condições *sine qua non* no processo de cogestão adaptativa.

A substituição de instituições locais por outras, centralizadas, envolve frequentemente uma mudança na maneira de se utilizar o conhecimento para fins de gestão. Instituições locais tendem a fazer uso do conhecimento popular – muitas vezes denominado

conhecimento local, conhecimento indígena, ou conhecimento ecológico tradicional – ao passo que agências de gestão centralizada tendem a usar práticas científicas internacionalmente aceitas e, com frequência, desconsideram os conhecimentos e as práticas locais. A mudança nos sistemas de conhecimento é um dos principais impactos provocados pelas instituições governamentais sobre as instituições locais, pelo fato de muitas vezes influenciar a capacidade de controle sobre a utilização de um dado recurso. As diferenças entre ambos os sistemas de conhecimento podem ser substanciais na maneira de abordar os recursos de uso comum (BERKES, 2005b, p. 299).

O conhecimento ecológico tradicional<sup>35</sup> refere-se a um corpo cumulativo de conhecimentos, crenças e práticas, sobre a relação dos seres vivos (incluindo os humanos) entre si e com o meio ambiente, gerado por populações tradicionais e transmitido através de gerações por transmissão cultural. Quanto às comunidades tradicionais – *indígenas, pescadores, quilombolas, agricultores, seringueiros, caiçaras, quebradeiras de coco*, por exemplo –, a palavra tradicional é usada para se referir à continuidade histórica e cultural, reconhecendo que as sociedades estão constantemente redefinindo o que é considerado “tradicional” (BERKES e FOLKE, 1998). De acordo com o primeiro parágrafo do Art. 3º da *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*<sup>36</sup>, povos e comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Segundo Diegues, no Brasil

existem duas categorias de populações tradicionais: os Povos Indígenas e as Populações Tradicionais não Indígenas. Uma das características básicas dessas populações é o fato de viverem em áreas rurais onde a dependência do mundo natural, de seus ciclos e de seus produtos é fundamental para a produção e reprodução de seu modo de vida. A unidade familiar e/ou de vizinhança é também uma característica importante no modo de vida dessas populações que produzem para sua subsistência e para o mercado. O conhecimento aprofundado sobre os ciclos naturais e a oralidade na transmissão desse conhecimento são características importantes na definição dessa cultura (2006, p. 206).

Apesar de todo o aporte de conhecimento local, foi somente a partir dos anos 1980 que as comunidades tradicionais passaram a ser consideradas no processo de gestão dos recursos naturais. Mais pontualmente, o termo “*co-management*” foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos no final dos anos 1970 para caracterizar a relação da esfera governamental com as tribos

<sup>35</sup> *Traditional ecological knowledge* – TEK.

<sup>36</sup> Decreto nº 6.040/2007.

indígenas (PINKERTON, 2003). No Brasil – país que teve por berço uma formação colonial e permanece com traços de escravismo, mandonismo, compadrio e clientelismo –, as populações tradicionais são vistas como meio de extrair riquezas, a coisa pública é tratada como negócio privado das elites e comumente as decisões políticas são centralizadas “pelo alto” (ou “de cima para baixo” – *top down*). No que tange à área ambiental, até a década de 1980, a visão política a respeito dos recursos naturais era essencialmente presevarcionista e, logo, reducionista. Acrescenta-se também a característica de essa área ter sido montada como mais um setor do aparelho governamental, isto é, foi estruturada como gestora de um conjunto específico e próprio de políticas. Tal fato é em muito responsável pela performance ainda insatisfatória desse “setor”. Aos poucos, porém, está havendo uma maturação que se direciona à descentralização das decisões e à tentativa de planejar as políticas públicas ambientais de forma integrada (MORAES, 2005). O setor pesqueiro, no Brasil e no mundo, reflete bem essa inabilidade de gestão dos recursos naturais. A primeira evidência institucional da crise da pesca no Brasil

estava presente no próprio “loteamento” de recursos pesqueiros. De um lado os recursos ditos “**sobreexplotados**”, sob competência do IBAMA. De outro, os ditos “**subexplotados ou altamente migratórios**” sob competência da SEAP. Assim, o órgão de controle ambiental definia as regras dos recursos considerados comprometidos biologicamente, enquanto que o órgão de desenvolvimento estabelecia os procedimentos para o uso dos recursos que permitem o investimento em esforço de pesca.

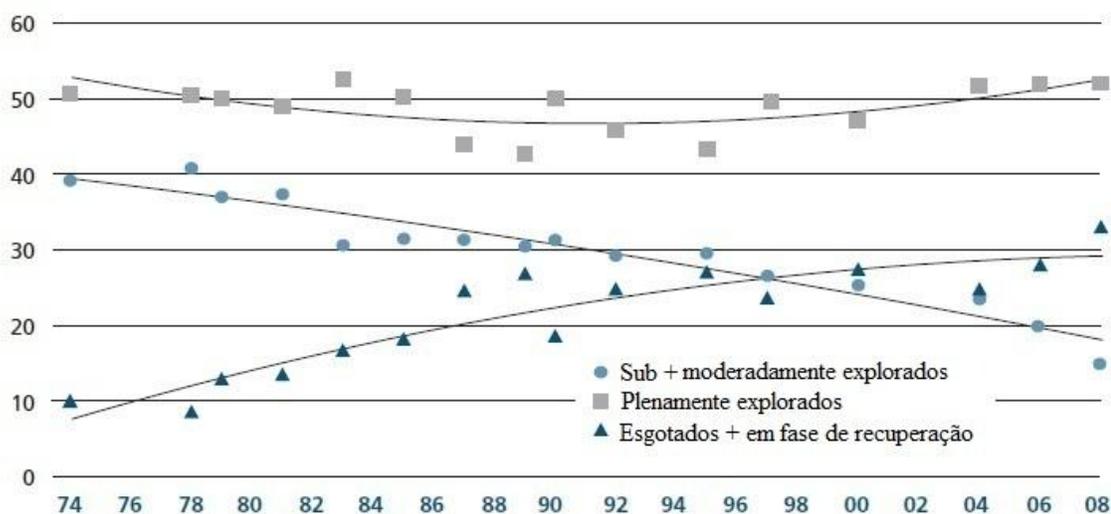
Nesta política de (des)ordenamento pesqueiro, a dimensão sistêmica – que incorpora as diferentes características sociais e ecológicas e suas interações – é abandonada em nome de uma aparente disputa de poder. Desta maneira, um sistema socioecológico pode estar submetido a duas concepções distintas de gestão. Uma orientada para o controle do esforço, outra orientada para o aumento potencial de esforço sobre os ecossistemas (MEDEIROS, 2009, p. 20).

Incorporar a cogestão e o “aprender fazendo”, incluindo o uso do conhecimento local e tradicional dos pescadores, pode ser uma alternativa promissora no manejo da pesca, a qual se encontra em crise ao redor do mundo (WILSON, 2002). No entanto, é importante ter a clareza de que, no Brasil, todos os recursos pesqueiros estão formalmente sob um regime de apropriação estatal, já que a pesca é permitida mediante concessão pública, na forma de uma permissão de pesca. “Essa definição deixa claro a condição do Estado na função de ‘comando e controle’ dos recursos pesqueiros, que, em seu caráter *discricionário e precário* assume toda a responsabilidade e poder para definir quem pode e quem não pode pescar” (MEDEIROS, 2009, p. 168).

## 1.2 A crise no setor pesqueiro artesanal e estratégias de ruptura na gestão convencional

“Sistemas de gestão compartilhada da pesca são reconhecidos mundialmente como uma alternativa viável para a efetiva participação de ambos, governo e usuários, na administração da pesca, e como um caminho para a descentralização do gerenciamento pesqueiro” (KALIKOSKI e PINTO DA SILVA, 2007, p. 115).

Como consequência do registro histórico dos fracassos da gestão dos sistemas socioecológicos complexos, a exemplo dos que envolvem a pesca marinha, passou-se a perceber a necessidade de mudar a estrutura de governança (WILSON, 2002; FAO, 2012). Fonte significativa de proteína animal para o consumo humano, a atividade pesqueira entrou em situação de crise no século passado, devido à sobrepesca de muitas espécies (Figura 4). Dados recentes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO) demonstram a dimensão atual da crise do setor pesqueiro:

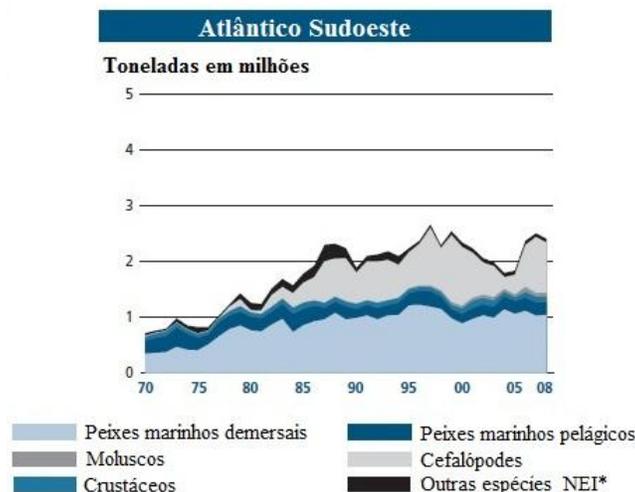


**Figura 4:** Porcentagem estimada dos principais estoques pesqueiros marinhos mundiais entre os anos 1974 e 2008.

Fonte: FAO (2010). Adaptada pela autora.

A proporção de unidades populacionais de peixes marinhos estimada como subexploradas ou moderadamente exploradas caiu de 40% em meados da década de 1970 para 15% em 2008, enquanto a proporção de estoques esgotados ou se recuperando aumentou de 10% em 1974 para 32% em 2008. A proporção de estoques plenamente explorados manteve-se relativamente estável, em cerca de 50% desde 1970. Em 2008, 15% dos grupos de estoques monitorados pela FAO foram estimados em subexplorados (3%) ou moderadamente explorados (12%) e capaz de produzir mais do que as suas capturas atuais. Este é o menor percentual registrado desde meados dos anos 1970. Pouco mais da metade das ações (53%) foram estimados para ser plenamente exploradas e, portanto, as suas capturas atuais estão em ou perto de suas máximas produções sustentáveis, sem espaço para expansão (FAO, 2010, p. 8).

Quanto à América do Sul, na costa banhada pelo Oceano Atlântico, é possível observar a situação dos seus estoques pesqueiros na Figura 5:



**Figura 5:** Situação dos estoques pesqueiros na América do Sul banhada pelo Atlântico entre os anos 1970 e 2008. Fonte: FAO (2010). Adaptada pela autora. \*NEI = *not elsewhere included*.

Também no Brasil, como na maior parte do mundo, pode ser constatado o mesmo quadro estrutural:

A pesca brasileira expandiu impressionantemente entre os anos de 1960 e 2001, passando de cerca de 281 para 710 mil toneladas por ano. No entanto, grandes variações são observadas no padrão de captura, as quais indicam duas tendências opostas. A captura aumentou de 1960 a 1985. No entanto, desde 1986, a captura apresentou uma tendência decrescente. A primeira decolagem na captura de peixes no Brasil ocorreu de 1960 a 1962. De 1963 a 1967, as capturas permaneceram relativamente estáveis. A nova fase de crescimento das capturas começou em 1968 e durou até 1974. Foi seguido por flutuações sem uma tendência bem definida de 1975-1980. Mais uma vez, as pescarias empreenderam uma terceira fase de crescimento de 1981-1985. E, por último, de 1986 a 1999, uma tendência decrescente dominou. No entanto, na primeira metade da década de 1990, a captura mostrou uma ligeira tendência ascendente. Mesmo assim, permaneceu abaixo da média anual observada na segunda metade da década de 1990 (ABDALLAH e SUMAILA, 2007, p. 446).

Em decorrência, as demandas por medidas mitigadoras têm aumentado e, com isso, a discussão da necessidade de uma gestão solidamente eficaz dos recursos naturais oriundos da pesca mostra-se cada vez mais iminente, em todo e qualquer tipo de pescaria. Quanto aos tipos de pescarias, diferentes categorias e dimensões podem ser visualizadas no Quadro 3. Aqui, ater-se-á à pesca artesanal, uma vez que a atividade pesqueira industrial é proibida na Reserva Extrativista de Canavieiras.

Quadro 3 – Categorias e dimensões das pescarias

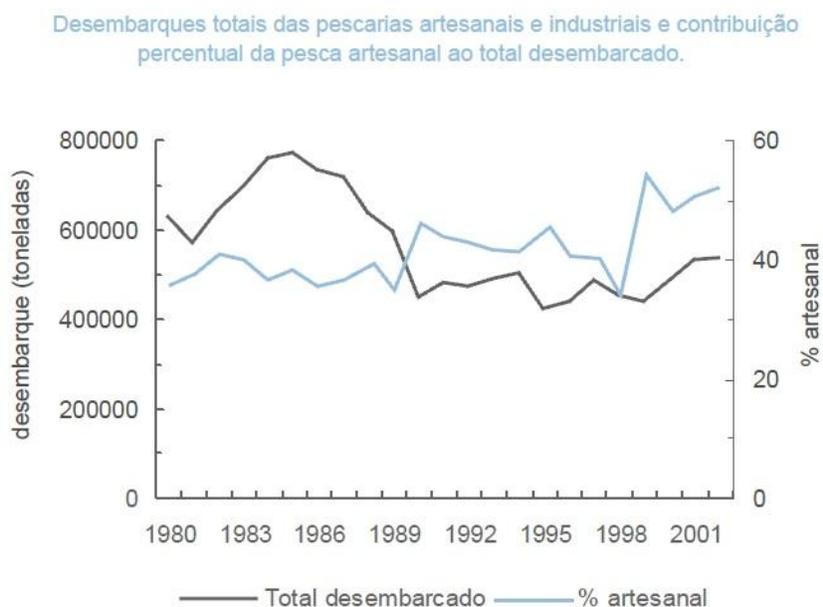
CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS COM AS PESCARIAS	CATEGORIAS		
	GRANDE ESCALA	PEQUENA ESCALA	SUBSISTÊNCIA
	INDUSTRIAL		ARTESANAL
Unidade pesqueira	Estável, com divisão da mão-de-obra e perspectiva de carreira	Estável, pequena e especializada, com uma certa divisão da mão-de-obra	Operadores individuais, ou família ou grupo comunitário
Propriedade	Concentrada em poucas mãos, muitas vezes, não operadores	Normalmente, pertence a um operador sênior ou operadores em conjunto; proprietário ausente	Operada por proprietário
Compromisso de tempo	Normalmente, integral	Integral ou parcial	Normalmente, parcial
Barco	Motorizado, bastante equipado	Pequeno; motor interno (ou pequeno com motor externo)	Nenhum ou pequeno, normalmente, não motorizado
Tipos de arte de pesca	Industrializada, montada por outros	Materiais parcialmente ou totalmente industrializados, normalmente, montados pelo operador	Normalmente, materiais artesanais, montados pelo operador
Sofisticação da arte	Eletrônica, automação	Mecanizada e manual	Principalmente, não mecanizada
Investimento	Alto; grande proporção de pessoal além do operador	Médio a baixo; inteiramente do operador	Baixo
Rendimento (por unidade de pesca)	Alto	Médio a baixo	Baixo a muito baixo
Disposição do pescado	Venda em mercados organizados	Venda local organizada; consumo significativo por operadores	Consumido principalmente por operadores, sua família e amigos; escambo; venda ocasional
Processamento do pescado	Grande parte para ração e consumo não humano	Secagem, defumação, salga; principalmente, consumo humano	Pouco ou nenhum; todo para consumo humano
Nível de renda do operador	Normalmente alto	Médio a níveis mais baixos	Mínimo
Integração à economia	Formal; totalmente integrada	Parcialmente integrada	Informal; não integrada
Status operacional	Emprego ou sazonal	lmente, multiocupacional	Multiocupacional
Comercialização	Produtos encontrados em todo o mundo	Normalmente, nacional e local	Apenas, local ou regional
Capacidade de gestão da autoridade pesqueira	Considerável, com muitos cientistas e gestores	Mínima a moderada, com poucos cientistas/gestores	Normalmente, sem gestão, exceto por usuários dos recursos
Unidades de gestão	Uma ou poucas unidades grandes	Normalmente, muitas unidades pequenas	Muitíssimas unidades pequenas
Coleta de dados de pescarias	Não muito difícil, devido à capacidade da autoridade	Difícil, devido a características das pescarias e da autoridade	Normalmente, dados não podem ser coletados devido a dificuldades

Fonte: Berkes et al. (2006).

### 1.2.1 A pesca artesanal

De acordo com a FAO (2010), em muitos países, especialmente os em desenvolvimento, a maioria dos pescadores costeiros trabalha com embarcações típicas da pesca artesanal, evidenciando, assim, a importância socioeconômica dessa atividade. A pesca artesanal é responsável por trazer para o consumidor a diversidade do pescado, pois, enquanto a pesca industrial se foca em poucas espécies (muitas das quais resultam em ração para o consumo animal), a pesca artesanal é focada em múltiplas espécies (DIEGUES, 2008a; LOPES, 2010; FAO, 2012).

No Brasil, a contribuição da pesca artesanal para a produção pesqueira tem apresentado uma tendência de aumento desde 1980 (Figura 6<sup>37</sup> e Tabela 2).



**Figura 6:** Desembarques das pescarias artesanais e industriais no Brasil entre os anos 1980 e 2001.  
Fonte: Vasconcellos et al. (2007).

Tabela 2 – Produção estimada e participação relativa da pesca industrial e artesanal no Brasil em 2007

CATEGORIA	TOTAL (t)	TOTAL (%)
Industrial	277.364,5	35,4
Artesanal	505.812,0	64,6

Fonte: IBAMA (2007).

<sup>37</sup> Os dados apresentados pelos autores foram compilados do IBGE e IBAMA.

Esse aumento da importância da pesca artesanal no mercado em detrimento da industrial é explicado, em parte, pela sobreexploração e pelo colapso de importantes pescarias industriais durante as últimas duas décadas. Esses dados também revelam a resiliência e o dinamismo da pesca artesanal, além de permitir a conclusão de que a pesca artesanal constitui-se num setor produtivo tão ou mais importante, em termos de volume de desembarques, do que a pesca industrial (VASCONCELLOS et al., 2007)

Acrescenta-se que a pesca artesanal envolve um complexo sistema de interação com o ambiente e é fundamentada no conhecimento tradicional dos pescadores acerca dos recursos (suas variedades, seus ciclos reprodutivos, seus hábitos e *habitats*) e das formas de manejo apropriadas. Ainda, a pesca artesanal se caracteriza por meios de produção com tecnologia relativamente modesta, um sistema de capturas multiespécies e relações de trabalho fundadas na parceria. Os pescadores são influenciados, mais ainda dos que os agricultores, pelas vicissitudes do tempo, que alteram a salinidade da água nos estuários e/ou afetam a segurança da atividade (PROST, 2007).

Inúmeras comunidades tradicionais de pescadores têm demonstrado capacidade de adaptação ao sistema, uma vez que conseguem estabelecer uma relação de *simbiose com o meio natural* (DIEGUES, 2001b). Diegues (2006) aponta que o conhecimento acumulado de grande parte das práticas tradicionais de manejo é transmitida através das gerações de forma oral e que a noção de *território* é uma das mais importantes características que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam uma trajetória de ocupação de longa data – a *territorialidade*.

### 1.2.2 Território e territorialidade

O território<sup>38</sup> se forma a partir do espaço; é uma produção do espaço (RAFFESTIN, 1993). O território é fundamentalmente um espaço físico definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2008). Aqui, a noção de território é utilizada para designar um processo de *criação coletiva e institucional*. Isso significa que a *densidade institucional* de um dado espaço pode ajudar a compreender melhor os processos de *construção territorial* que

---

<sup>38</sup> O conceito clássico *território* é oriundo da Geografia Política. Sua recente incorporação por outras ciências sociais – especialmente economia e sociologia, por meio do estudo de sistemas produtivos localizados – é extremamente salutar (ABRAMOVAY, 2010).

mobiliza atores sociais sensíveis à identificação e valorização dos chamados *recursos territoriais* (VIEIRA et al., 2010).

Em outras palavras, a noção de território designa o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. Como sugere Pecqueur, “o jogo dos atores adquire localmente uma dimensão espacial que provoca efeitos externos e pode permitir a criação de um meio favorável para o desenvolvimento do potencial produtivo de certo local” (apud CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p. 33). As investigações sob a perspectiva territorial

baseiam-se na consideração de dois elementos cruciais. Por um lado, na noção de territórios capazes de se dotar de vantagens diferenciadoras, decorrentes de processos de criação, manutenção e renovação de recursos imateriais específicos. Por outro, na constatação de que esse processo de construção territorial depende da existência de relações de proximidade e também da especificidade do *jogo de atores* sociais envolvidos no contexto local. [...] Os diferentes tipos de recursos territoriais passam a ser vistos também como expressão de um *patrimônio natural e cultural* compartilhado pelas populações sediadas em territórios-dados (VIEIRA et al., 2006, p. 15).

A ocupação de um território é vista como algo gerador de raízes e identidade, ou seja, um grupo não pode mais ser compreendido sem se levar em conta o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico e paisagem) (SOUZA, 2008). Esse senso de identidade no território está atrelado ao conceito de *territorialidade*, entendido por Raffestin como multidimensional e inerente à vida em sociedade, por isso adquire valor particular (RAFFESTIN, 1993). Para Haesbaert (2007), territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcionem efetivo poder sobre a reprodução enquanto grupos sociais. Contudo, é preciso considerar a variedade geográfica, pois essas mediações são diretamente influenciadas por aspectos culturais e de identidade. Tanto é que Raffestin (1993), referenciando Soja, cita os três elementos que compõem a territorialidade: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

A territorialidade, embora possa ser um componente do poder, é também uma mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade (natural e/ou produzida) diferencial do território permite. “A complexidade das demandas de reconhecimento de novas territorialidades requeridas por grupos sociais antes marginalizados revigora a construção social do espaço

geográfico ao valorizar a identidade, a cultura e os laços de solidariedade e, com eles, as marcas identitárias deixadas em cada lugar” (MELLO, 2009, p. 53). Contextualizando a pesca artesanal,

a territorialidade é um método fundamental de espaço e recursos. Territorialidade pode acontecer em diferentes escalas (indivíduo, família, raça, comunidade) e sob diferentes formas de controle dos recursos (pontos de pesca, baías). A territorialidade em populações humanas não corresponde necessariamente a um comportamento agressivo, em muitos casos, recursos são obtidos através de disputas, mas em outros existem uma série de normas locais tais como relações de amizade e parentesco que regulam o acesso aos recursos através de acordos de pesca informais. Territorialidade é criada baseada num conhecimento da localização de bons pontos de pesca e da sua legitimização através de instituições (formais e/ou informais) baseadas na melhor forma de uso e da manutenção da extração dos recursos ao longo do tempo (KALIKOSKI, 2007, p. 71).

A materialidade diferencial do espaço também contribui para o despertar do senso de *identidade* territorial. O conceito de identidade tem sua origem na discussão sobre território. Atualmente, há diversas definições de identidade, e, comumente, aparece acompanhada do termo *cultura*. Segundo, Perico (2009, p. 61), “a cultura configura sistemas de significados criados historicamente e que orientam os indivíduos a dar forma, ordem, objetivo e direção a suas vidas; as identidades constituem fonte para a construção desses significados, que servem para orientar seus comportamentos”. Dessa forma, “a cultura é inerente a um grupo; a identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta frente a outro(s). A cultura une um grupo; a identidade o diferencia de outros” (PERICO, 2009, p. 63).

Ainda segundo Perico (2009), compreender a formação da identidade territorial em áreas específicas possibilita maior aderência de políticas públicas aos princípios de participação, autonomia e gestão social; fundamentação do pertencimento, solidariedade, coesão e ação conjunta; conciliação de interesses, mediação de conflitos e formulação de estratégias territoriais. Além disso, a identidade ajuda a resgatar tradições práticas e sociais, manifestações culturais e paisagens naturais, valorizando aspectos endógenos, fundamentais para a recuperação da autoestima e para a concretização de anseios dos atores locais.

Os estudos dos territórios baseados na teoria das instituições oferecem uma interpretação que coloca em destaque as ações coletivas dos atores sociais (mercantis ou não). O território é uma criação coletiva e um recurso institucional ao mesmo tempo. A criação coletiva e institucional do território está associada à ideia de que as transformações das propriedades do *território-dado* podem gerar e maximizar o processo de valorização de diversos recursos – genéricos e específicos. Um território-dado, cuja delimitação é político-administrativa, pode

abrigar vários *territórios construídos*, os quais não são vistos igualmente por todos, já que são fruto da identidade e da cultura de determinados atores ou grupos de atores (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006). Num território-dado

tem-se, com maior ou menor grau de intensidade e eficiência, a intervenção de instituições e profissionais externos com o propósito de empreender operações de desenvolvimento em torno de problemas comuns ligados a grupos de atores locais. Para tanto, parcerias ou processos participativos são estabelecidos, buscando valorizar “recursos territoriais”. [...] O nível de sustentabilidade dessas iniciativas varia segundo a capacidade e a disposição dos atores envolvidos de não se restringirem a objetivos econômicos, concebendo ações que integrem categorias sociais empobrecidas e preservem e/ou recuperem os recursos naturais (CAZELLA, 2006, p. 231).

Assim, os aparatos institucionais nas dinâmicas de desenvolvimento e gestão não são os mesmos em todos os territórios. A existência dessas especificidades territoriais baseia-se

na presença de saberes não reproduzíveis, ou seja, não suscetíveis de existir em outros lugares, ou de serem duplicados. Esses saberes são, portanto, únicos e escapam parcialmente à concorrência mercantil. A reprodução e a reorganização desses recursos específicos não são espontâneas e nem automáticas; na maioria das vezes, elas estão vinculadas a experiências anteriores bem sucedidas de coordenação, que alimentam o conhecimento recíproco e a confiança entre os atores sociais envolvidos. Em termos mais gerais, o processo de especificação baseia-se numa forte densidade institucional no nível territorial, que permite o surgimento de tais dispositivos de coordenação e favorece seu bom funcionamento (COURLET, 2006, p. 64).

Para entender as peculiaridades das configurações territoriais, é importante o resgate das *trajetórias de desenvolvimento* e a compreensão das percepções e dos padrões de interação dos diferentes *stakeholders* locais – trabalhadores, empresários, poderes públicos e o terceiro setor (VIEIRA et al., 2009). Mesmo que tardiamente, o debate acadêmico e político vêm reconhecendo a necessidade de integrar a dimensão territorial no planejamento de novas estratégias de desenvolvimento. “Esta tendência pode ser entendida como parte de um esforço de redução das incertezas e dos riscos de um processo de mundialização dos mercados que alimenta a degradação intensiva dos ecossistemas e o aumento das desigualdades sociais” (VIEIRA et al. 2010, p. 5).

No caso específico da pesca artesanal, a variedade de recursos territoriais, a diversidade sociocultural e o reconhecimento da importância das conexões institucionais transescalares permitem apostar em respostas diferenciadas e inovadoras para enfrentar sua gestão historicamente ineficiente. Com vistas ao fomento da discussão do rompimento da gestão

convencional e ao incentivo da dinamização de territórios sustentáveis de pesca, entrar-se-á nos preceitos do *ecodesenvolvimento*.

### 1.2.3 Ecodesenvolvimento

O termo seminal *ecodesenvolvimento*, inspirado no novo paradigma sistêmico, designa um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão dos recursos naturais, norteado por um conjunto interdependente de postulados éticos, a saber: atendimento de necessidades humanas fundamentais (materiais e intangíveis), promoção da autoconfiança (*self-reliance*) das populações envolvidas e cultivo da prudência ecológica (VIEIRA, 2007). Esse enfoque foi gestado nas reuniões preparatórias da *Conferência de Estocolmo*, em 1972, consolidando-se como instrumento de análise e intervenção por ocasião da *Cúpula da Terra*<sup>39</sup>, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (VIEIRA et al., 2006). Destaca-se também a formulação da *Agenda 21*<sup>40</sup> nessa ocasião, cuja implementação foi um importante compromisso firmado entre os países presentes (SACHS, 2008).

O conceito de *ecodesenvolvimento* disseminou-se gradativamente como expressão de uma crítica radical da *ideologia economicista* subjacente à suposta “civilização” industrial-tecnológica:

Essa nova perspectiva colocou em primeiro plano, na busca de enfrentamento da crise planetária do meio ambiente, a redefinição dos *estilos de desenvolvimento* predominantes nos dois hemisférios e das formas de organização socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioambiental que lhe correspondem. Seus proponentes insistiam no reconhecimento do caráter *interdependente e globalizado* das múltiplas dimensões da crise: poluição generalizada, perda intensiva de diversidade biológica e cultural, alterações climáticas, explosão demográfica, crescimento urbano desordenado, assimetrias Norte-Sul, abertura indiscriminada de mercados; conflitos interétnicos; e agravamento dos indicadores de miséria, exclusão social, criminalidade e violência – entre outros flagelos. Da mesma forma, destacaram o potencial emancipador contido na noção de *endogeneidade das dinâmicas de desenvolvimento* – que passa a adquirir legitimidade como indutora de um novo princípio de racionalidade social no campo do planejamento, ao evitar ao mesmo tempo as armadilhas do *estatismo tecnocrático* e as limitações de uma abordagem autárquica-fragmentada ou “*localista*” (VIEIRA, 2006, 252).

---

<sup>39</sup> *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, também chamada de *Cúpula da Terra, Eco-92* ou *Rio-92*.

<sup>40</sup> *Agenda 21 Brasileira* pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (Fonte: Sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente).

Com base na abordagem do ecodesenvolvimento, a variável ambiental não é percebida como um obstáculo ao desenvolvimento, e sim como uma oportunidade, condicionada à disponibilidade de recursos naturais, que devem ser identificados e levados em conta por meio da pesquisa científica de ponta, aliada ao saber tradicional das populações. Portanto, a questão que se coloca não é a de parar o crescimento econômico, mas de se buscar novas modalidades de desenvolvimento que possam adaptar, de forma ecologicamente prudente, o meio ambiente às necessidades humanas (ANDION et al., 2006).

No planejamento do ecodesenvolvimento, segundo Sachs (2007), precisa-se considerar cinco dimensões:

Quadro 4 – Dimensões a serem consideradas no ecodesenvolvimento

<b>Dimensões</b>	<b>Especificações</b>
<i>Sustentabilidade social</i>	Entendida como uma lógica de crescimento com uma visão do que seja bom para a sociedade. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e bens.
<i>Sustentabilidade econômica</i>	Onde a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais e não apenas por meio do critério da rentabilidade empresarial microeconômica. Deve haver um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Para tanto, é necessário superar as configurações externas negativas existentes entre os países do Sul e Norte.
<i>Sustentabilidade ecológica</i>	Através da limitação de consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos danosos ao meio ambiente, da autolimitação no consumo material, da intensificação de pesquisa para obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos, da definição de normas para uma adequada proteção ambiental por meio constitucional coerente.
<i>Sustentabilidade espacial</i>	Deve ser dirigida para uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de uma melhor distribuição de assentamentos humanos e suas atividades econômicas, reduzindo a concentração excessiva nas áreas metropolitanas, freando a destruição de ecossistemas frágeis, explorando o potencial da industrialização descentralizada e promovendo práticas modernas e regenerativas de agricultura – envolvendo os pequenos agricultores.
<i>Sustentabilidade cultural</i>	Incluindo a procura de raízes endógenas, ajustadas às especificidades de cada contexto socioecológico.

Em termos operacionais, de acordo com Vieira (2006), a noção de *meio ambiente* pressuposta no enfoque de ecodesenvolvimento foi construída levando-se em conta três dimensões fundamentais:

- a dimensão relativa à *base de recursos naturais*, necessária à subsistência de grupos humanos e, de maneira simétrica, à função de assimilação dos dejetos gerados pelas atividades de produção e de consumo;

- a dimensão relativa ao *espaço territorial*, entendido como o *locus* dos processos coevolutivos de adaptação ao meio e de invenção cultural; e
- a dimensão do *habitat* considerado em seu sentido mais amplo, ou seja, correspondendo à infraestrutura física e institucional que influencia a qualidade de vida das populações (habitação, trabalho, recreação, autorrealização existencial) e a própria viabilidade ecológica dos sistemas socioculturais no longo prazo. Neste último caso, os aspectos subjetivos (ou vivenciais) das relações que mantemos com a natureza – as percepções, valores e significações culturais – passam a ser incorporados como variáveis essenciais nas pesquisas orientadas para a formulação de estratégias alternativas de desenvolvimento.

Em síntese, o enfoque de ecodesenvolvimento insiste no caráter dinâmico, contingente, incerto dos sistemas socioambientais, reforçando ao mesmo tempo a necessidade de se levar em conta, de forma participativa, suas trajetórias de evolução no passado e o diagnóstico do contexto atual. A proliferação de estudos de caso sobre as experiências de *desenvolvimento local* e *desenvolvimento territorial* em diferentes contextos nacionais, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, tem contribuído para o aprofundamento das noções (sistêmicas) de *endogeneidade*, *descentralização*, *autonomia* e *sistemas produtivos integrados*, que sempre foram consideradas como alicerces da posição *bottom up* (“de baixo pra cima”) compartilhada pelos teóricos do ecodesenvolvimento. O aperfeiçoamento de *ecotécnicas*, por sua vez, sempre ocupou um espaço privilegiado no desenho experimental dessas novas estratégias (VIEIRA, 2005; VIEIRA, 2006).  
Trata-se de uma

variável multidimensional por excelência de um “*jogo de harmonização*” dos objetivos simultaneamente socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos associados ao enfoque de ecodesenvolvimento. O ajuste harmonioso dos planos de intervenção às peculiaridades de cada *ecorregião* selecionada para fins de intervenção pressupõe a consideração do mais amplo espectro possível de opções tecnológicas – desde as mais simples e intensivas em mão de obra às mais sofisticadas e intensivas em capital (VIEIRA, 2006, p. 256).

Num contexto marcado pelo emperramento do processo de implementação da Agenda 21 Brasileira – processo este ainda hoje considerado muito aquém do limiar desejável – vêm se tornando cada vez mais oportunos os estudos de viabilidade política do enfoque territorial do desenvolvimento nas diversas regiões brasileiras (VIEIRA, 2006). Nas palavras de Pecqueur, cujo trabalho pioneiro sobre o assunto data de 1987, o termo *territorial* é preferível porque não

induz à ideia de pequena dimensão ou pequena escala: “se há quinze anos atrás (*sic*) se falava em desenvolvimento local, atualmente é preferível falar em desenvolvimento territorial, já que esse estilo de desenvolvimento não se reduz à pequena dimensão” (apud CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p. 23). A ideia de “territórios sustentáveis na pesca” ganha apoio nos esforços de integração da abordagem do desenvolvimento territorial e do ecodesenvolvimento, na construção de uma perspectiva de *desenvolvimento territorial sustentável* (MEDEIROS, 2009).

#### 1.2.3.1 Desenvolvimento territorial sustentável

A análise das relações entre as noções de sustentabilidade e de território pressupõe que se leve em conta a articulação entre as escalas global e local. Um aspecto importante da aproximação das noções de sustentabilidade e território no campo do desenvolvimento refere-se à consideração da interdependência entre os sistemas sociais e os ecossistemas. Nesta perspectiva, a visão que dissocia a natureza e os seres humanos é superada e suplantada por uma visão simbiótica e coevolutiva. As dinâmicas socioeconômicas e socioambientais num território-dado são interpretadas à luz da relação de complementaridade entre as dimensões da natureza e da cultura (ANDION et al., 2006).

Tendo como base essas linhas gerais, o *desenvolvimento territorial sustentável* (DTS) pode ser visto como uma síntese atualizada e refinada do conceito de ecodesenvolvimento. As discussões que permeiam o conceito de desenvolvimento territorial pontuam a necessidade de incorporar as dimensões históricas, junto das espaciais, nas análises do fenômeno do desenvolvimento territorial (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Segundo Veiga (2003), para se entender adequadamente o desenvolvimento territorial, torna-se necessário separar a análise em temas (ou eixos centrais) inter-relacionados, visando contemplar as diferentes formas de expressão do empreendedorismo local (econômico, social e público). Dois deles:

- *sistemas produtivos locais*: podem ser definidos como (i)um conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas, e territorialmente aglomeradas; (ii)uma rede de empresas de uma mesma atividade ou de uma mesma especialidade que cooperam em determinado território; (iii)agrupamentos geográficos de empresas ligadas pelas mesmas atividades;

- *qualidade do meio ambiente*: a competitividade de um sistema produtivo local pode ser comprometida pela degradação ambiental. No entanto, o patrimônio natural, que se encontra, quase sempre, associado a alguma forma de patrimônio histórico-cultural, pode representar o principal trunfo de desenvolvimento de territórios. Além de paisagens, obras artísticas e sítios arqueológicos, o patrimônio natural e histórico-cultural envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, ou a própria imagem do território.

Desse modo, o desenvolvimento territorial, numa perspectiva de sustentabilidade, implica ir além das dimensões econômica e sociopolítica do desenvolvimento, integrando-as à dimensão ecológica. Isso supõe o reforço ao uso de tecnologias de produção e de gestão apropriadas, que otimizem o uso dos recursos naturais e que produzam poucos dejetos (e que estes possam ser reaproveitados ao máximo). Além disso, é necessário estimular novos padrões de consumo, diminuindo gradativamente o desperdício e os gastos supérfluos. Neste caso, as seguintes variáveis podem ser consideradas nas análises das dinâmicas de desenvolvimento: (i) as modalidades de apropriação, uso e gestão dos *commons*; (ii) a identificação das fontes de degradação e da promoção de ações corretivas e preventivas para melhoria da qualidade socioambiental do território; e (iii) o estímulo de formas de produção e consumo ecologicamente prudentes (ANDION et al., 2006).

Uma atenção especial nas abordagens de desenvolvimento territorial e de conexões institucionais transescalares deve ser dada à questão *cooperação/conflito*. Os estudiosos do funcionamento das instituições perceberam que o grau de incidência de conflitos num contexto social onde se almeja induzir mudanças, juntamente com o grau de incerteza provocado pelas pretensas reestruturações, pode gerar um ambiente de resistência à mudança (CAZELLA, 2006).

Esses conflitos são elementos constitutivos da vida social e traduzem, de certo modo, o confronto entre a autonomia e a dependência que procuram impor os poderes locais. O conflito é culturalmente estruturado e reflete os interesses ligados à escala da hierarquia social que os indivíduos ou os grupos sociais ocupam. Se é verdade que as desigualdades de posição social dos indivíduos ou dos grupos frente aos projetos de desenvolvimento são múltiplas, não se pode desprezar, no entanto, o fato de que mesmo os mais marginalizados dispõem de margens de manobras. No limite, a resistência passiva, a indiferença, o rumor e a recusa a qualquer tipo de participação são mecanismos de ação possíveis que, se bem utilizados, podem alcançar seu objetivo.

Assim, a análise estrutural dos conflitos, combinada à compreensão das estratégias e margens de manobra dos atores sociais se torna um excelente “fio condutor” para se inserir numa sociedade qualquer e perceber os principais interesses em jogo (CAZELLA, 2006, p. 242-243).

Para o passo inicial que leve do conceito à ação de planejamento e gestão, uma base de dados empíricos atualizados sobre as dimensões econômica, cultural, político-institucional e ecológica da *ecorregião* deve ser diagnosticado de maneira descritiva e depois explicativa para que cenários prospectivos (“futuros possíveis”) possam ser traçados. As informações coletadas com base nesse esquema deverão permitir, em seguida, a elaboração de uma *matriz qualitativa de potencialidades e pontos frágeis* e de *oportunidades e ameaças* das dinâmicas que estão sendo investigadas. Essa avaliação deverá apoiar-se em entrevistas semiestruturadas – individuais e grupais – com representantes dos grupos de atores-chave, levando em conta o conceito sistêmico de desenvolvimento, as demandas, as aspirações e os conflitos envolvendo as diferentes categorias sociais envolvidas (VIEIRA, 2006). Embora o presente trabalho não tenha tido o objetivo de construir cenários prospectivos, é relevante a apresentação dessa matriz qualitativa (Quadro 5), uma vez que ela pode orientar a análise institucional e, principalmente, a investigação da existência de embriões de ecodesenvolvimento na RESEX Canavieiras.

Quadro 5 – Matriz sistêmica de fatores favoráveis e obstáculos ao desenvolvimento territorial

<b>Fatores sociopolíticos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de um sistema de planejamento de longo prazo (incluindo um sistema de informações), a exemplo de Fóruns de Agenda 21 local.</li> <li>• Existência de programas de fomento da ação coletiva voltada para a criação e implementação de estratégias de desenvolvimento local integrado e sustentável.</li> <li>• Nível de descentralização do sistema político (existência e dinamismo de Conselhos Municipais e interfaces do Estado com o Terceiro Setor).</li> <li>• Existência de leis e normas reguladoras das ações de agentes e instituições econômicas, especialmente no que diz respeito aos aspectos ligados à apropriação e gestão de recursos ambientais.</li> <li>• Existência de transversalidade no planejamento e na condução das políticas públicas.</li> <li>• Incorporação da questão ambiental nas agendas dos partidos políticos, bem como adoção de medidas para sua implementação.</li> <li>• Inovações no sistema de ensino público, a exemplo das <i>Casas Familiares Rurais</i> e demais formas de ensino supletivo.</li> </ul>
<b>Fatores socioeconômicos e técnicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível educacional, de formação técnica para o ecodesenvolvimento e de saúde/qualidade de vida da população.</li> <li>• Sistemas produtivos ajustados à satisfação das necessidades básicas da população local.</li> <li>• Existência de modalidades específicas de economia social e solidária (grau de associativismo e cooperativismo), além de instituições capazes de organizar a poupança local e suprir as necessidades de crédito dos agentes locais.</li> <li>• Existência de circuitos econômicos locais.</li> <li>• Grau e qualidade de empreendedorismo econômico (existência de <i>clusters</i> ou Sistemas Produtivos Locais e níveis de integração da agricultura familiar aos mercados).</li> <li>• Ações de alívio à pobreza diferenciando aquelas de cunho assistencialista das que visam o empoderamento das famílias carentes.</li> </ul>
<b>Fatores socioculturais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de mecanismos de integração social (redes associativistas, festas típicas, movimentos</li> </ul>

sociais). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de formas de valorização da cultura local/territorial.</li> <li>• Existência de conexões culturais transescalares (local, microrregional, nacional e internacional).</li> <li>• Existência de patrimônio cultural e arquitetônico.</li> </ul>
<b>Fatores socioecológicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de ONG e partidos políticos que assumam a problemática socioambiental como diretriz das ações de mudança.</li> <li>• Disponibilidade e gestão de recursos naturais (os ecossistemas considerados como potencial de recursos).</li> <li>• Nível de degradação da qualidade socioambiental.</li> <li>• Existência de diagnósticos e de ações em curso visando à superação das principais fontes de degradação socioambiental.</li> </ul>
<b>Posição do nível local em relação aos níveis superiores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de vantagens locais.</li> <li>• Existência de conexões institucionais transescalares (nos níveis intermunicipal, regional, estadual, nacional e internacional).</li> <li>• Articulações da economia local com a dinâmica dos sistemas socioeconômicos nos níveis intermunicipal, regional, estadual, nacional e internacional.</li> <li>• Existência de políticas de apoio ao desenvolvimento territorial adotadas por instituições governamentais.</li> </ul>
<b>Obstáculos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carência e/ou utilização inadequada de recursos naturais.</li> <li>• Legislação excessivamente coercitiva em termos ambientais e de normas técnicas.</li> <li>• Baixo nível educacional e de saúde pública.</li> <li>• Carências do sistema de gestão socioambiental do ponto de vista da descentralização.</li> <li>• Cultura política autoritária e clientelística.</li> <li>• Estratégias socioeconômicas definidas em função de espaços externos e indutoras de efeitos negativos no nível local/territorial.</li> <li>• Produção local voltada exclusivamente a mercados consumidores externos (nacional ou internacional).</li> </ul>

Fonte: Vieira (2006).

Ainda em direção a estratégias de ruptura da gestão convencional dos *commons* em ambientes costeiro-marinhos, pode-se citar as *Áreas Marinhas Protegidas* como instituições de manejo diferenciadas, as quais podem vir a afetar diretamente as territorialidades dos pescadores artesanais, sobretudo quando se trata das *RESEXs Marinhas*. Mas esse tema será aprofundado à parte (no próximo capítulo), visto que o arranjo institucional chave do presente trabalho é justamente “RESEX”.

## CAPÍTULO II

### ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS COMO ALTERNATIVAS DE DINAMIZAÇÃO DA GESTÃO DA PESCA ARTESANAL: *AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS*

Durante a maior parte das últimas décadas, a preocupação de cientistas e conservacionistas de todo o mundo concentrou-se prioritariamente na proteção dos ecossistemas terrestres, entre outras razões, porque os impactos sobre tais ambientes eram mais facilmente observáveis. No entanto, de forma silenciosa e menos perceptível, zonas costeiras, mares<sup>41</sup> e oceanos de todo o mundo também sofriam gradativamente os efeitos da expansão da ocupação e dos usos humanos, sem receber a devida consideração. Perda de *habitats*, assoreamento, erosão, disseminação de espécies invasoras, contaminação, sobreexploração e mudanças climáticas, provocadas em grande parte pelas emissões de gases poluentes e pelas alterações no uso da terra, têm sido listadas por pesquisadores como as principais razões para a perda de biodiversidade costeira e marinha. A partir da década de 1980, as evidências da acelerada degradação de ambientes costeiros e marinhos levaram pesquisadores e membros da comunidade conservacionista mundial a alertar os governos e a opinião pública mundial para o problema (MMA, 2010a).

Visando integrar as ações governamentais nos diversos temas marinhos, o Brasil criou, em 1974, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), para apoiar a implementação da Política Nacional para Recursos do Mar, e vem investindo, desde 1982, na avaliação do estado dos recursos vivos e não vivos dentro da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)<sup>42</sup>. Adicionalmente, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)<sup>43</sup>, implementado em

---

<sup>41</sup> A zona costeira é caracterizada pelos ecossistemas continentais que sofrem influência marinha (tais como mangues, dunas, restingas, etc.). A zona marinha compreende o *mar territorial* e a ZEE (vide nota de rodapé abaixo) (MMA, 2010b).

<sup>42</sup> Em 1982, na Jamaica, aconteceu a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Como produto, houve a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. De acordo com seu artigo 308, a Convenção entrou em vigor em 1994. Até 2005, 148 Estados a haviam ratificado. Entre eles, o Brasil, em 1988. O *mar territorial* deve ser medido a partir das linhas de base (retas ou normais) e não ultrapassar o limite das 12 milhas marítimas. Adjacente ao mar territorial, a *zona contígua*, cujo limite máximo é de 24 milhas, é medida a partir das linhas de base do mar territorial. A *zona econômica exclusiva* (ZEE), medida a partir das linhas de base do mar territorial, não deve exceder as 200 milhas. A plataforma continental, que compreende o solo e o subsolo das áreas marinhas além

2006, reconheceu a importância de estabelecer zonas vedadas à pesca (reservas marinhas) como ferramentas de gestão pesqueira, fornecendo um incentivo político para o estabelecimento de um sistema de *Áreas Marinhas Protegidas*<sup>44</sup> (MMA, 2010b). O PNAP define princípios, diretrizes, objetivos e estratégias que proveem o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)<sup>45</sup>, o qual, por sua vez, é responsável por delimitar restrições quanto ao uso dos recursos dentro de uma AMP.

O SNUC é a base institucional da gestão da biodiversidade no Brasil e, a partir dela, são concebidas as Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral ou de Uso Sustentável (Figura 10). Com a criação do SNUC, uma nova perspectiva para o controle do uso e acesso aos recursos naturais é dada, territorializando e descentralizando a gestão, com possibilidades de, em maior ou menor grau, envolver a sociedade na construção das regras em jogo para aquele espaço (MEDEIROS, 2009). O SNUC foi criado no ano de 2000; após, segundo Diegues (2008a), dez anos de discussão entre diferentes grupos de conservacionistas. Na época, o SNUC era integrado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>46</sup>. Com a reestruturação pela qual o IBAMA passou, foi estabelecido em 2007 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>47</sup>, o qual, então, passou a ter como incumbência maior a responsabilidade de administrar as UCs.

Atualmente, o SNUC é composto por 310 unidades federais, 570 estaduais, 91 municipais e 635 particulares (Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs). Em área, as unidades de conservação brasileiras abrangem cerca de 1.514.342 km<sup>2</sup> do território continental e marinho nacional. Do total, 755.204 km<sup>2</sup> pertencem à esfera federal, 753.584 km<sup>2</sup> à estadual e 5.554 km<sup>2</sup> à municipal (CNUC/MMA, 2012)<sup>48</sup>.

---

do mar territorial, pode estender-se além das 200 milhas, até o bordo exterior da margem continental. Tal bordo deve ser determinado com base na aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 76 da Convenção. A distância máxima está limitada a 350 milhas, a contar da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial, ou a uma distância que não exceda 100 milhas da isóbata de 2.500 metros (linha que une os pontos com essa profundidade) (VIDIGAL et al., 2006).

<sup>43</sup> Decreto nº 5.758/2006. O PNAP considera como áreas protegidas as Unidades de Conservação, as terras indígenas e os territórios quilombolas.

<sup>44</sup> *Marine Protected Areas* (MPAs).

<sup>45</sup> Lei nº 9.985/2000. Conforme, seu Art. 3º, o SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

<sup>46</sup> Lei nº 7.735/1989.

<sup>47</sup> Lei nº 11.516/2007.

<sup>48</sup> Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Atualizado em 31/01/2012. Fonte: Sítio eletrônico do MMA.

As UCs vêm sendo concebidas como “inovações institucionais” para a gestão dos *commons*, orientadas para atender, pelo menos, duas grandes metas de conservação, que muitas vezes se contradizem ou entram em conflito entre si: (i) a criação de UCs de Proteção Integral para garantir a preservação e manutenção das funções ecológicas de fragmentos ecossistêmicos considerados prioritários; (ii) o estabelecimento de UCs de Uso Sustentável orientadas para a proteção e conservação dos modos de vida das populações tradicionais (MEDEIROS, 2009).

As UCs, sobretudo as AMPs, vêm permitindo a possibilidade de consolidação de territórios sustentáveis de pesca artesanal. No entanto, nem sempre as AMPs representam um instrumento adequado para o manejo dos sistemas socioecológicos da pesca artesanal, podendo levar a muitos conflitos em seu interior. O estabelecimento de AMPs de proteção integral, por exemplo, restringe as atividades pesqueiras em áreas que tradicionalmente foram utilizadas pelos pescadores artesanais e, comumente são criadas sem a consulta e participação dos usuários locais. Nesses casos, os processos de construção de UCs promovem a aniquilação dos modos de vida local, rompendo com os elementos culturais das comunidades e atuando como um agente de exclusão social. Por isso, nos últimos anos, cada vez mais comunidades pesqueiras artesanais vêm requisitando AMPs de uso sustentável, como as RESEXs Marinhas. As RESEXs Marinhas possuem como princípios teóricos norteadores básicos a sustentabilidade socioecológica, o princípio da precaução, a cogestão adaptativa, a junção dos conhecimentos ecológico e científico, usos tradicionais de múltiplos recursos e processos participativos transescalares (DIEGUES, 2008a).

Neste capítulo, almeja-se o aprofundamento conceitual dessas instituições diferenciadas de manejo pesqueiro artesanal no cenário costeiro-marinho brasileiro. Para tanto, será feito um breve resgate histórico da política ambiental mundial e brasileira relacionado à criação das UCs, com foco na categoria “RESEX”. Essas elucidações acerca das RESEXs servirão não somente como embasamento conceitual do estudo de caso do próximo capítulo, mas também para a compreensão de que, embora haja potencialidades inerentes a esse arranjo institucional para o aprimoramento da gestão dos recursos pesqueiros e para a dinamização de territórios costeiro-marinhos centrados na pesca artesanal, há também fragilidades basais.

## 2.1 Áreas Marinhas Protegidas como subsídios da pesca artesanal: definição e abrangências

“Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. [...] Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-se aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem” (CAMINHA, P. V.<sup>49</sup>).

Oceanos e regiões costeiras estão entre os ecossistemas que impõem os maiores desafios para o manejo, devido à complexidade das populações marinhas, à dinâmica dos sistemas socioecológicos e à escala das questões jurisdicionais (CHUENPAGDEE, 2011). Reconhecida a necessidade de mudança nas bases do sistema de governança dos recursos naturais costeiros e marinhos, as AMPs passaram a ser instrumentos eficientes para a recuperação de estoques pesqueiros. Uma AMP pode ser definida como: “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e manejado, por meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação a longo prazo da natureza associando os atributos dos ecossistemas com os valores culturais<sup>50</sup>” (IUCN<sup>51</sup> WCPA<sup>52</sup>, 2008, p. 7).

Dentre as decisões da 10ª Conferência das Partes (COP-10), realizada em 2010, foram estabelecidas metas na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para aprimorar a governança global dos oceanos entre os anos 2011-2020, tais como as apontadas no Quadro 6:

Quadro 6 – Metas para aprimorar a governança global dos oceanos

Metas	Objetivos
Nº 6	Até 2020, todos os estoques de peixes, invertebrados e plantas aquáticas devem ser geridos e explorados legalmente, de maneira sustentável e aplicando a abordagem ecossistêmica, de maneira a evitar a sobrepesca, com planos e medidas de recuperação em vigor para todas as espécies sobrepescadas.
Nº 10	Até 2015, as múltiplas pressões antrópicas sobre os recifes de coral e outros ecossistemas vulneráveis afetados pelas alterações climáticas ou pela acidificação dos oceanos devem ter sido minimizadas, de modo a manter sua integridade e funcionamento.
Nº 11	Até 2020, pelo menos 17% das áreas terrestres e de águas continentais e 10% das zonas costeiras e marinhas, principalmente as áreas de particular importância para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais, devem estar conservadas por meio de sistemas ecologicamente representativos e integrados dentro de paisagens terrestres e marinhas mais amplas, compostos por áreas protegidas ou outras medidas de conservação efetivas <i>in situ</i> , bem conectadas e geridas com eficácia e equidade.

Fonte: MMA (2010a).

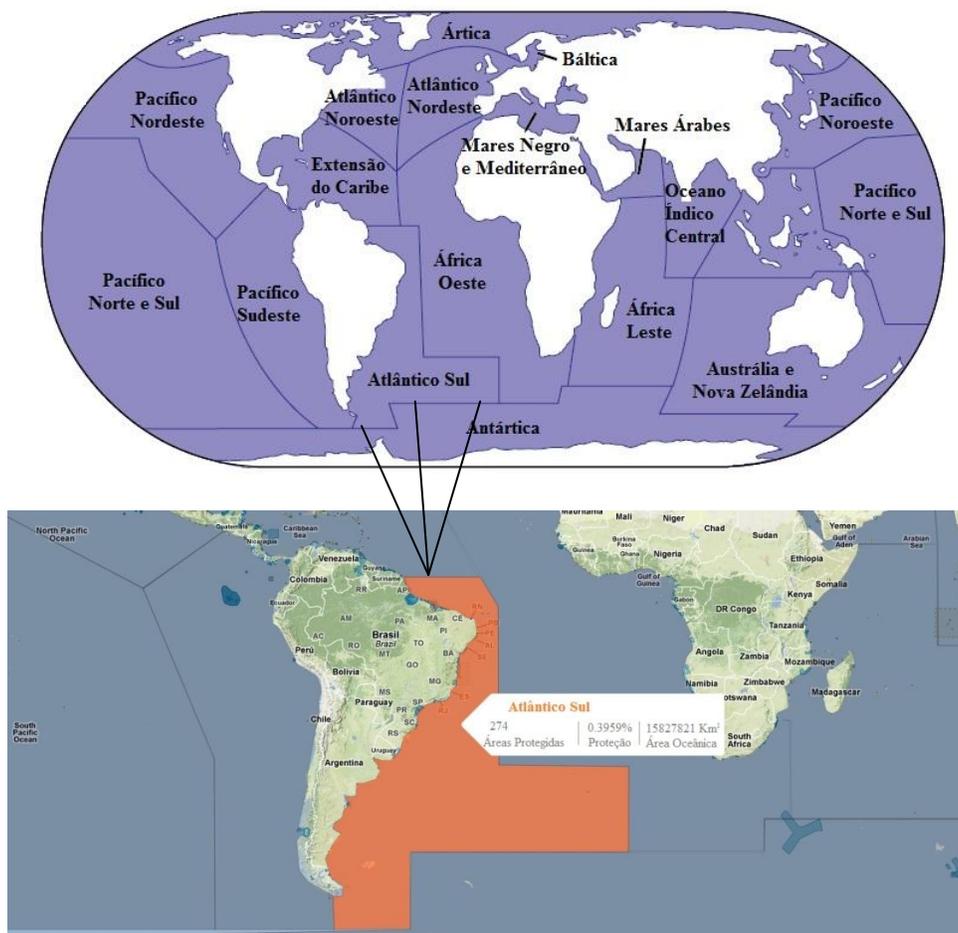
<sup>49</sup> Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. Fonte: <http://dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>, consultado em 11/08/2011.

<sup>50</sup> “A clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long-term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values.”

<sup>51</sup> International Union for Conservation of Nature.

<sup>52</sup> IUCN World Commission on Protected Areas.

Segundo dados da *World Database on Marine Protected Areas (WDPA*<sup>53</sup>), atualmente, há no mundo um total de 5.000 AMPs, as quais cobrem apenas 0,7% da superfície marinha global. De acordo com a divisão feita pela IUCN WCPA, há dezoito regiões marinhas no mundo (Figura 7), estando o Brasil inserido na região *Atlântico Sul*, onde há 274 AMPs.

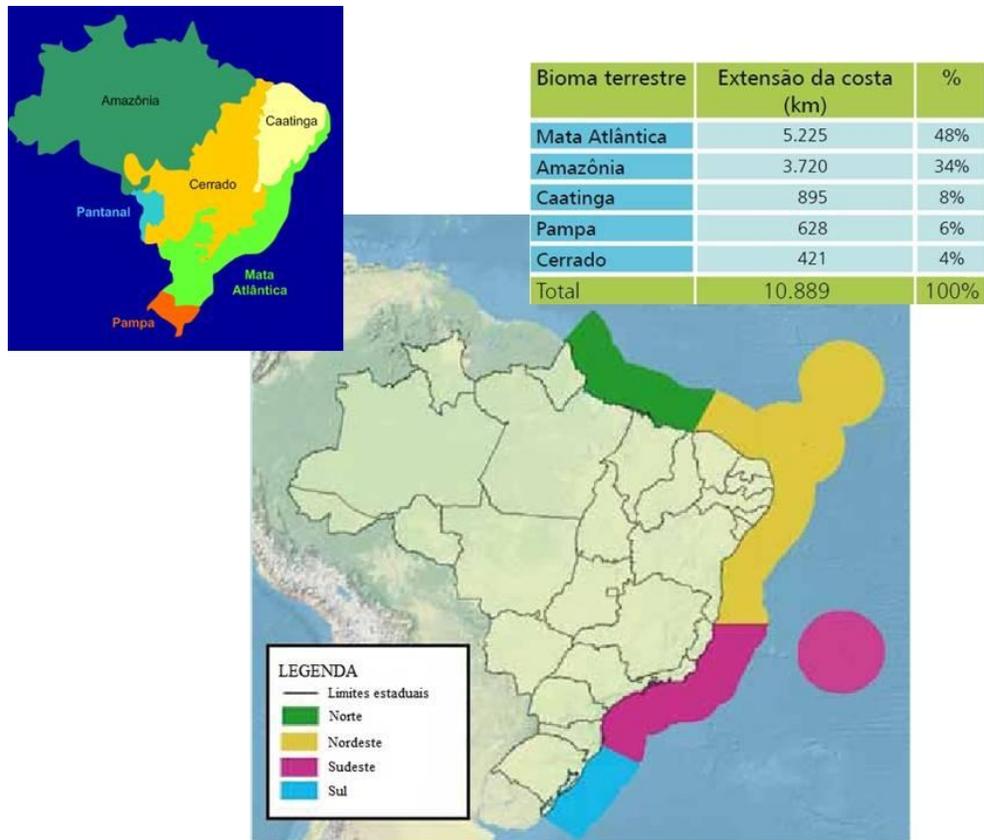


**Figura 7:** As dezoito regiões marinhas do mundo, com destaque para aquela que o Brasil pertence. Fonte: IUCN WCPA (2008) e sítio eletrônico da IUCN. Adaptada pela autora.

No Brasil, a zona costeira e marinha (Figura 8) estende-se por aproximadamente 4,5 milhões de km<sup>2</sup> dentro da jurisdição brasileira, denominada pela CIRM de *Amazônia Azul*, ao longo de uma linha de costa de mais de 8.000 km. O Brasil também abriga a maior extensão contínua de manguezais do mundo (1,3 milhões de hectares) e os únicos ambientes recifais do

<sup>53</sup> Fonte: <http://www.wdpa-marine.org/#/countries/about>.

oceano Atlântico Sul, distribuídos ao longo de 3.000 km da costa nordeste. A maior parte dessas espécies de coral que formam recifes é endêmica (MMA, 2010b).



**Figura 8:** Biomas terrestres brasileiros e sua relação de contiguidade com a zona costeira e marinha, cuja divisão está de acordo com Núcleo da Zona Costeira e Marinha do Ministério do Meio Ambiente. Fonte: MMA (2010a). Adaptada pela autora.

Conforme mostram as Tabelas 3 e 4, estruturadas a partir de um estudo realizado em 2006 pelo MMA com o apoio da ONG *The Nature Conservancy*, através de quatro reuniões técnicas regionais, urge o estabelecimento de ferramentas de gestão mais eficazes para todas as atividades exercidas no compartimento costeiro-marinho brasileiro, incluindo a pesca:

Tabela 3 – Principais ameaças à biodiversidade costeira brasileira

Principais ameaças	Importância (%) da ameaça em cada região costeira			
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
<b>Ameaças à biodiversidade costeira</b>				
Desenvolvimento costeiro	21,7%	22,0%	23,0%	30,7%
Poluição	17,1%	15,0%	17,4%	16,5%
Atividades pesqueiras	16,2%	15,0%	15,3%	9,0%
Extração de recursos	14,4%	8,0%	7,9%	8,4%
Sedimentação	8,3%	< 0,1%	< 0,1%	2,6%
Transporte marítimo	4,4%	1,2%	5,6%	1,4%
Agricultura	4,3%	3,0%	1,6%	10,4%
Aqüicultura	3,8%	6,0%	2,6%	1,0%
Pecuária	3,1%	< 0,1%	1,3%	4,4%
Espécies invasoras	0,1%	2,6%	< 0,1%	3,8%
Turismo	2,0%	14,0%	13,2%	10,2%
Mudanças climáticas	2,1%	1,6%	1,2%	0,6%
Atividades petrolíferas e de extração de gás	0,8%	0,6%	6,0%	< 0,1%
Barulho	0,1%	< 0,1%	0,8%	< 0,1%
Governança	1,7%	< 0,1%	4,2%	0,8%

Fonte: MMA (2010b). Adaptada pela autora.

Tabela 4 – Principais ameaças à biodiversidade marinha brasileira<sup>54</sup>

Principais ameaças	Importância (%) da ameaça em cada região marinha			
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
<b>Ameaças à biodiversidade marinha</b>				
Atividades pesqueiras	29,4%	(não avaliado)	49,0%	52,5%
Poluição	16,7%	(não avaliado)	6,5%	36,4%
Transporte marítimo	13,8%	(não avaliado)	2,5%	-
Atividades petrolíferas e de extração de gás	9,8%	(não avaliado)	21,0%	1,0%
Extração de recursos	9,2%	(não avaliado)	2,1%	2,0%
Agricultura	1,7%	(não avaliado)	< 0,1%	-
Aqüicultura	2,3%	(não avaliado)	0,9%	-
Espécies invasoras	< 0,1%	(não avaliado)	0,3%	-
Desenvolvimento costeiro	8,6%	(não avaliado)	3,7%	1,0%
Sedimentação	2,6%	(não avaliado)	< 0,1%	-
Turismo	2,3%	(não avaliado)	4,6%	-
Mudanças climáticas	2,0%	(não avaliado)	2,2%	-
Governança	1,4%	(não avaliado)	7,5%	7,1%

Fonte: MMA (2010b). Adaptada pela autora.

<sup>54</sup> À guisa de crítica, faz-se necessário ressaltar a lacuna de dados da Região Nordeste.

Hoje em dia, vem se tornando consensual a impressão de que as AMPs são essenciais para se conservar a biodiversidade dos oceanos. Diversos autores apontam que o estabelecimento de AMPs ajuda na recuperação de estoques pesqueiros colapsados ou considerados ameaçados, servindo como berçário e fonte de exportação de indivíduos maduros para as áreas adjacentes (PRATES, 2007). Nesse sentido, Pomeroy et al. argumentam que

a pesca artesanal está no centro das estratégias de muitas AMPs, sob o entendimento de que o fechamento de áreas para a pesca pode reverter drasticamente o declínio das populações de peixes e melhorar as capturas também em áreas adjacentes. Monitorar os efeitos dessas proibições pode fornecer evidências de seus benefícios, as quais ajudam a construir a reforçar a ideia de conservação<sup>55</sup> (2004, p. xvi).

Por sua vez, Moura et al. (2009, p. 159) ressaltam que: “o estabelecimento de AMPs rompe com a inércia de séculos na gestão (ou falta de gestão) de conflitos relacionados à apropriação do espaço e ao uso dos recursos pesqueiros”. Entretanto, atualmente, o Brasil tem apenas 3,14% de sua área costeira e marinha (composta pela zona costeira, mar territorial e ZEE) incluída em AMPs (Tabela 5). Porém, esforços vêm sendo investidos visando alcançar a meta de 10% até 2012 (MMA, 2010b).

Quando AMPs são criadas, há todo um redesenho territorial e, para que possam permitir a possibilidade de consolidação de territórios sustentáveis de pesca artesanal, é importante destacar que:

A criação e implementação de Áreas Marinhas Protegidas devem ser estabelecidas a partir de um debate amplo com a sociedade civil organizada, principalmente envolvendo as comunidades diretamente e potencialmente afetadas com a criação de tais instrumentos de conservação. Já que as AMP envolvem a exclusão de usuários do ecossistema e, em caso de proibição do uso dos recursos, é necessário que haja um compartilhamento de decisões sobre como tais regras devem ser estabelecidas e por quem (KALIKOSKI, 2007, p. 69-70).

Como demonstrado no excerto acima, há possibilidade de restrições quanto ao uso dos recursos dentro de uma AMP. Essas restrições vão variar de acordo com o tipo de AMP estabelecida. No Brasil, a restrição de uso pode ser integral ou parcial, de acordo com as diretrizes do SNUC.

---

<sup>55</sup> “Artisanal fishing is at the heart of many MPA strategies, in the knowledge that closing areas to fishing can dramatically reverse decline of fish stocks and improve catches in neighbouring areas. Monitoring the effects of such closures can provide evidence of their benefits that helps build the case for conservation.”

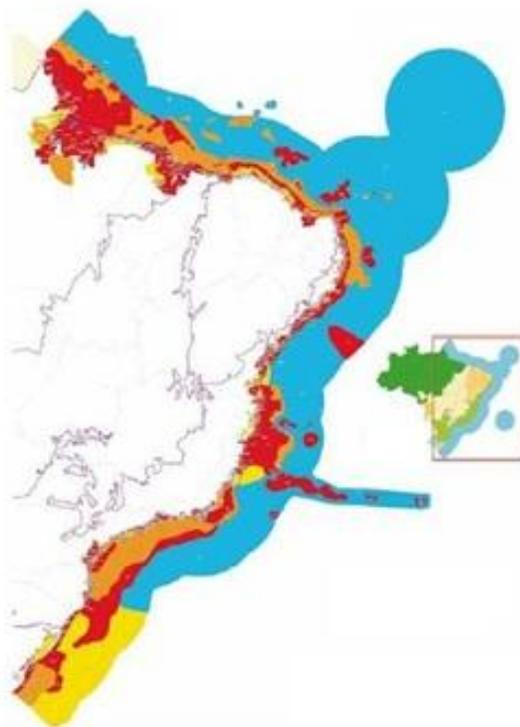
O Brasil estabeleceu em 2002 na COP-7 e, posteriormente, em 2006 no Plano Estratégico da CDB a meta de proteger com UCs até o ano 2012 pelo menos 30% da Amazônia e 10% de cada um dos outros biomas, incluindo a zona costeira e marinha. Até 2010, considerando as informações validadas já incluídas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e os dados disponíveis de UCs estaduais e municipais, o total é de 17,42% (1.539.416 km<sup>2</sup>) na área continental e somente 3,14% (116.278 km<sup>2</sup>) na zona costeira e marinha (0,88% em UCs federais e 2,26% em UCs estaduais). O Brasil ainda não alcançou sua meta nacional em nenhum bioma, mas obteve avanços consideráveis em três: Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. A Caatinga alcançou mais de 70% da meta até meados de 2010, enquanto que os três outros biomas (Pantanal, Pampa e a zona costeira e marinha) ainda não chegaram a 50% da meta, sendo o Pampa e a zona costeira e marinha os biomas menos protegidos (Tabela 5) (MMA, 2010b).

Tabela 5 – Biomas brasileiros com as respectivas porcentagens da meta nacional para 2012 e sua área

<b>Bioma</b>	<b>% da meta</b>	<b>% do bioma</b>
Amazônia	90,33	27,10
Mata Atlântica	89,91	8,99
Cerrado	84,27	8,43
Caatinga	73,31	7,33
Pantanal	47,92	4,79
Pampa	34,97	3,50
Zona costeira e marinha	31,37	3,14

Fonte: MMA (2010b).

As áreas costeiras e marinhas com os seus respectivos graus de risco estão dispostas na Figura 9.



Grau de Importância Biológica na Zona Marinha	Total 1999			Áreas 2006		
	nº de áreas	Área (km²)	%	Nº de áreas	Área (km²)	%
Alta	1	102.028	10,6	9	234.157	7,0
Muito alta	8	279.944	29,2	19	413.116	12,4
Extremamente alta	18	435.846	45,5	58	555.249	16,6
Insuficientemente conhecida	4	140.947	14,7	16	2.142.136	64,0
Total	31	958.766	-	102	3.344.658	-

**Figura 9:** Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha. Fonte: MMA (2010a). Adaptada pela autora.

Verifica-se que houve um significativo aumento no número de áreas com importância biológica extremamente alta entre os anos 1990-2006, o que reforça o estabelecimento de UCs costeiras e marinhas como instrumento essencial na manutenção dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, das comunidades tradicionais que deles dependem.

## 2.2 Unidades de Conservação brasileiras: breve histórico de criação e caracterização das Reservas Extrativistas Marinhas

*“As Reservas Extrativistas Marinhas são a mais importante iniciativa política a nível federal a atender as necessidades de pescadores costeiros de pequena escala no Brasil até hoje. As reservas extrativistas de modo geral representam as primeiras unidades de conservação que envolvem especificamente as comunidades locais em seu projeto e gerenciamento. Essas iniciativas têm enorme potencial para conservar áreas costeiras e garantir o sustento das populações costeiras.” (PINTO DA SILVA, 2007, 178).*

### 2.2.1 Marcos da política brasileira ligados à questão ambiental e às Unidades de Conservação

A preocupação da comunidade internacional com a intensiva perda da biodiversidade em todas as regiões do Planeta, principalmente nos trópicos, foi uma das razões do expressivo aumento do número de áreas naturais protegidas estabelecidas em países em desenvolvimento. “Embora a criação de unidades de conservação no Brasil seja antiga, sua multiplicação no território intensificou-se na década de 1990 sob um novo contexto histórico em que se estabeleceu uma política ambiental específica no país” (BECKER, 2009, p. 17).

A respeito desse novo contexto histórico, pode-se citar alguns marcos da política ambiental brasileira que estão conectados com a promulgação do SNUC. A *Revolução de 30* e a *Constituição de 1934* marcam a transição de um País dominado pelas elites rurais para um Brasil que começa a se industrializar e urbanizar, particularmente na Região Sudeste. O Estado se fortalece, passa a centralizar decisões e a enfrentar o poder dos coronéis regionais. Tem início um período caracterizado por políticas regulatórias destinadas à proteção do ambiente e de seus recursos naturais, mesmo que ainda incipientes (CUNHA e COELHO, 2009).

Com a Revolução de 30, o Governo passou a ser mais sensível à pressão referente à delimitação de áreas protegidas, pois preponderava a visão nacionalista de caráter tecnocrático, típica do *Governo Vargas* e do momento de transformação do Brasil de País agrário para urbano-industrial. A partir dessa transformação estrutural e das necessidades associadas ao controle e gestão dos recursos naturais pelo Estado, o avanço da política de implementação de áreas protegidas apresenta-se como questão nacional. Esse processo culminou na realização da Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, a qual teve como um de seus objetivos pressionar a criação, pelo Governo Federal, de um sistema nacional de unidades de conservação. Nesse contexto, uma série de medidas de caráter jurídico e de gerenciamento foi determinada, tendo em vista o controle territorial e as primeiras ideias de um sistema de áreas protegidas. Entre as mais importantes, todas do ano de 1934, estão a aprovação do Código de Caça e Pesca e as medidas de proteção aos animais, além da origem do Código Florestal, do Código das Águas e

de Minas (CASTRO JÚNIOR et al., 2009). É importante destacar que o Código Florestal serviu como base para a criação do primeiro Parque Nacional (PARNA)<sup>56</sup> brasileiro – Parque Nacional de Itatiaia –, em 1937. Sua criação se deu sem nenhum critério técnico e científico. Isso se repetiu na criação de muitos outros Parques brasileiros, concebidos apenas em razão de suas belezas cênicas, fenômenos geológicos ou até mesmo por oportunismo político, tornando-se funcionalmente ineficientes (SIQUEIRA, 2006; DIEGUES, 2008b). Em 1958, o Governo Federal criou a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), filiada à IUCN, a qual tinha como objetivo principal defender a fauna marinha, a flora aquática e fiscalizar a pesca do litoral (CUNHA e COELHO, 2009). Em 1962, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura.

Outra medida importante diz respeito à instituição do Estatuto da Terra, em 1964. Dentre outras características, ele previa a extensão dos direitos trabalhistas à população sediada no campo. Em 1965, o Código Florestal foi reeditado, com poucas alterações, sendo uma de suas grandes contribuições para a conservação a definição de Áreas de Proteção Permanente (APPs), ampliando a proteção em lei para as florestas nos topos de morro, margens de rios, entorno de nascentes, encostas íngremes e restingas. Além disso, o Código Florestal de 1965 definiu as reservas legais que os proprietários são obrigados a manter em suas propriedades, assim como a reposição florestal quando há remoção da floresta (CASTRO JÚNIOR et al., 2009).

Ainda em 1965, foi criada a Política Nacional de Saneamento e, mais tarde, em 1967, o Conselho Nacional de Poluição Ambiental, vinculado ao Ministério da Saúde. Já na década seguinte, foram inaugurados o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970 e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) em 1973, no âmbito do Ministério do Interior. Contudo, não existia ainda uma legislação unificada que fixasse claramente os objetivos e áreas de competência dos órgãos responsáveis (MONTEIRO, 1981).

Finalmente, em 1981, foi sancionada a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)<sup>57</sup> (Quadro 7). Em 1985, a partir da estrutura da SEMA, consolidou-se o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (CASTRO JÚNIOR et al., 2009).

---

<sup>56</sup> O gerenciamento dos primeiros Parques brasileiros foi feito no âmbito do Ministério da Agricultura até 1967, quando o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) assumiu essa responsabilidade. Em 1989, o IBAMA sucedeu o IBDF (DIOS e MARÇAL, 2009).

<sup>57</sup> Lei n° 6.938. É composta, hierarquicamente, pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA, regulamentado pelo Decreto n° 99.274/1990), pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como órgão consultivo e deliberativo, pela SEMA como órgão central, pelo IBAMA, ICMBio, órgãos seccionais e locais como

Os marcos mais importantes no ordenamento jurídico voltados para a tutela do meio ambiente, de acordo com Araújo (2009), podem ser encontrados em duas Leis Federais e na Constituição Federal vigente. O primeiro marco foi a edição da Política Nacional do Meio Ambiente; o segundo, a promulgação da Lei da Ação Civil Pública; e o terceiro, a edição da nova Constituição Federal de 1988 (Quadro 7).

Quadro 7 – Marcos importantes no ordenamento jurídico voltados para a tutela do meio ambiente

Marcos políticos	Ações previstas
Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)	Teve o mérito de trazer para a esfera do Direito o conceito normativo de <i>meio ambiente</i> , como objeto específico de proteção em seus múltiplos aspectos, bem como os conceitos de degradação da <i>qualidade ambiental</i> , <i>poluição</i> , <i>poluidor</i> e <i>recursos ambientais</i> e o de estabelecer a obrigação de o <i>poluidor pagador</i> reparar os danos causados, segundo a responsabilidade da <i>responsabilidade objetiva</i> (ou sem culpa) em ação pelo Ministério Público. Instrumento significativo para a gestão ambiental brasileira, pois sistematiza a discussão ambiental e as diretrizes políticas da gestão do meio ambiente no País.
Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985)	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético e histórico, com nova redação dada pela Lei nº 8.070/1990. Essa Lei tem por finalidade o cumprimento da obrigação de fazer, de não fazer e/ou a condenação em dinheiro, e cria um fundo com recursos advindos das condenações em dinheiro para a reconstituição dos bens lesados. A Lei da Ação Civil Pública pode ser considerada como o principal instrumento processual coletivo de defesa do ambiente e principal fonte de demanda por perícias ambientais.
Constituição Federal de 1988	Trouxe um capítulo específico sobre o meio ambiente, fortalecendo o PNMA, o SISNAMA e o CONAMA. Deu um grande impulso à questão ambiental no Brasil, não conferindo ao Estado o monopólio da defesa ambiental, pois a sociedade e também o cidadão passaram a dispor de espaços de participação no sistema de gestão ambiental. O ano de 1988 demarca a criação do Programa “Nossa Natureza”, o qual estabelece no ano seguinte o IBAMA <sup>58</sup> que, por sua vez extinguiu alguns órgãos existentes no governo federal dedicados ao assunto, como o IBDF e a SUDEPE, e contemplou alguns programas, como o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro <sup>59</sup> . Posteriormente, em 1992, criou-se um ministério específico para tratar do tema ambiental (ao qual o IBAMA passa a vincular-se) – <i>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</i> – e foi trazida ao Brasil a Eco-92.

Fonte: Araújo (2009), Moraes (2005) e Castro Júnior et al. (2009).

executores. O ICMBio foi incluído como órgão executor pelo Decreto nº 6.792/2009 (Fonte: Sítio eletrônico do MMA).

<sup>58</sup> Com a aprovação da Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/1998), o IBAMA passou a atuar de modo mais eficiente no trabalho de fiscalização e punição de infratores da legislação ambiental. Esse fato, adicionado ao papel que o Ministério Público Federal (MPF) passou a exercer com a Constituição de 1988, tornou a parceria entre IBAMA e MPF importante alternativa para a punição de crimes ambientais (CASTRO JÚNIOR et al., 2009).

<sup>59</sup> Ainda não existem no Brasil programas municipais de gerenciamento costeiro. Deve-se exigir dos governos a incorporação de iniciativas de manejo comunitário para que se integrem às práticas de gerenciamento costeiro das políticas públicas. A pesca artesanal, por exemplo, poderia obter um importante apoio no que tange a sua integração com outros setores produtivos atuantes na zona costeira, tais como o turismo responsável. Tais atividades consorciadas, além de obter um importante efeito multiplicador na disseminação das políticas públicas, garantiriam também a conservação ambiental e o incremento de renda de populações tradicionais (BERKES et al., 2006).

Percebe-se que o SNUC, tendo surgido no ano 2000 sob competência do IBAMA, como exposto no início do presente capítulo, aparece tardiamente, pois foi preciso agrupar as diferentes UCs de distintas categorias já existentes em um único sistema. Essas distintas categorias são reflexo do significado atribuído à natureza pelas sociedades no tempo histórico, ou seja, a incompatibilidade entre o homem e a natureza inerente ao paradigma reducionista também gerou distanciamento no que tange à temática das UCs. Segundo Diegues,

o SNUC foi aprovado depois de mais de 10 anos de discussão entre diferentes grupos de ambientalistas. O principal ponto de discórdia foi o papel e a presença dos ‘povos tradicionais’ nas áreas de proteção total. Na época, estimou-se que mais de 70 por cento das áreas fechadas tinham pessoas ali vivendo, muitas delas constituíam povos tradicionais (2008a, p. 4).

O modelo de UCs inicialmente adotado no Brasil deriva da concepção de áreas protegidas construída no século XIX nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial, mas de forma a distanciá-la do homem. Esse modelo expandiu-se para o Canadá e para os países europeus, consolidando-se como um ponto de referência de escopo global (ARRUDA, 1999). O cerne do problema é que

parte da ideologia subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. [...]

A transposição desses espaços naturais vazios em que não se permite a presença de moradores entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas são habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica. Existe nesses países grande diversidade sociocultural responsável por séculos de manejo do mundo natural, que tem garantido a diversidade biológica. A imposição de neomitos (“a natureza selvagem intocada”) e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas.

Mais recentemente, no Brasil, sobretudo após o período autoritário – quando se criou a maioria dessas áreas protegidas –, algumas populações tradicionais começaram a resistir à expulsão e à desorganização de seu modo de vida, recriando à sua maneira formas de apropriação comum dos recursos naturais. Isso somente foi possível com o estabelecimento de alianças com movimentos sociais mais amplos (DIEGUES, 2008b, p. 15).

Sem dúvida, o movimento social tido como marco no que tange à manutenção dos modos de vida de populações tradicionais no Brasil foi o Movimento Social dos Seringueiros, no Estado do Acre, liderado por Chico Mendes<sup>60</sup>. Esse Movimento previa a resistência das populações tradicionais ao “modelo exógeno” de desenvolvimento, norteador da ocupação dos espaços de fronteira (BECKER, 2006). Conhecida como a reforma agrária dos seringueiros, as *reservas extrativistas* requeridas pelo Movimento tinham princípios que se contrapunham ao modo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, baseado na propriedade privada e na exploração da natureza transformada em mercadoria (CUNHA e LOUREIRO, 2009). “Registre-se que a Reserva Extrativista é uma ruptura teórica com o conceito de unidade de conservação ambiental que não incorpora o homem e sua cultura como seu protagonista” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 385).

### 2.2.2 Contexto de criação das Reservas Extrativistas: avanços e vicissitudes

Contra um determinado modo de apropriação da natureza e de organização do espaço que implicava a derrubada da floresta<sup>61</sup>, começou a ser posto em prática, sobretudo a partir da década de 1970, um vigoroso movimento de resistência de base sindical e numerosos *empates* (na maior parte das vezes, seringueiros *versus* peões e/ou fazendeiros latifundiários<sup>62</sup>), os quais impediam a continuidade desse modo de organização do espaço que tendia a expulsar as populações extrativistas, desterritorializando-as. Essas populações, majoritariamente na Amazônia Ocidental, em particular no Acre (Vale Acre-Purus), ao mesmo tempo em que se organizaram em sua base local comunitária e estadual, também o fizeram em escala regional, esta última consagrada a partir de 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) durante o 1º Encontro Nacional de Seringueiros, em Brasília<sup>63</sup> (PORTO-GONÇALVES, 2003).

---

<sup>60</sup> Francisco Alves Mendes Filho. Em 1990, foi criada a RESEX Chico Mendes em sua homenagem (Decreto nº 99.144).

<sup>61</sup> Esse processo de derrubada da floresta para formação de pastagem expulsou milhares de famílias para a capital Rio Branco. As que não se adaptavam à vida urbana, muitas vezes, iam para os seringais bolivianos tentar sobreviver, ainda, como seringueiros (PORTO-GONÇALVES, 2003).

<sup>62</sup> As lutas travadas pelos seringueiros pelo direito de permanecer em sua terra e contra os desmates ficaram conhecidas por *empates*. Era comum policiais, a serviço dos fazendeiros, estarem envolvidos nos *empates* (PORTO-GONÇALVES, 2003).

<sup>63</sup> Nessa ocasião, dentre outras coisas, o CNS dizia que na floresta havia gente, que a Amazônia não era um vazio demográfico, como pensavam os brasileiros não amazônidas que têm uma remota imagem do que seja um seringueiro. Nesse encontro, foi formulada a expressão *Reserva Extrativista* (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Com a visibilidade desses conflitos, a emergência do sindicalismo rural no Estado do Acre assumiu um papel primordial na luta dos seringueiros. Os primeiros sindicatos foram criados na década de 1970 com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da ala progressista das Comunidades Eclesiais de Base ligadas à Igreja Católica<sup>64</sup>. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) atuou na organização dos seringueiros, dando o suporte necessário para que a luta por uma causa se ligasse a outras lutas. As reivindicações dos seringueiros – pela permanência na floresta – identificava-se com as exigências dos trabalhadores rurais das outras regiões do país, na luta pela terra, necessidades que se encontram e se articulam nos Congressos da CONTAG. Inicialmente, com o STR de Brasília e sua principal liderança – Wilson Pinheiro (e, posteriormente com Chico Mendes à frente do STR de Xapuri) –, os seringueiros assumiam a luta dos trabalhadores (e se reconheciam e eram reconhecidos como tal), levando sua reivindicação de uma reforma agrária<sup>65</sup> que contemplasse o contexto sociocultural dos povos da floresta, em um processo nacional-regionalizado (CUNHA e LOUREIRO, 2009).

Os seringueiros, de fato, começaram a mudar de donos, expressão que viria a ser muito usada para o período dos anos setenta/oitenta quando os “*de fora*”, sobretudo os “*paulistas*”, começam a adquirir terras no Acre. O que não se via no Acre é que uma mudança de donos já vinha se dando a décadas onde os “*de baixo*”, enquanto ocupantes, mais do que se apossar das condições naturais de produção, estavam se tornando,

---

<sup>64</sup> A Igreja Católica foi quem propôs a criação de um veículo de comunicação capaz de tornar público os crimes ocorridos no Estado do Acre, especialmente no campo, numa abordagem contundente de defesa dos povos da floresta e em resistência à frente de expansão agropastoril da década de 1970. Surgiu, assim, o jornal alternativo *Varadouro – um jornal das selvas*, que entre maio de 1977 e dezembro de 1981 buscou outras formas de relação com os movimentos sociais legitimados por grupos que se apresentavam como “povos tradicionais”, especialmente aqueles que eram definidos como “pobres do Acre” – referindo-se a seringueiros, índios e colonos (PORTELA, 2009).

<sup>65</sup> A demanda dos seringueiros por uma reforma agrária específica foi inserida na estrutura legislativa brasileira na forma de Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAEXs (Portaria 627/1987 do INCRA), e posteriormente, através do Decreto nº 98.897/1990, na figura de Reservas Extrativistas, vinculadas ao IBAMA. Algumas questões influenciaram a mudança da instância governamental do INCRA para o IBAMA: além da fragilidade jurídica dos instrumentos que criara os PAEXs, uma Portaria que, como tal, pode ser modificada ao sabor das conjunturas internas e externas ao órgão e, é sabido, que o INCRA é um órgão do Estado tradicionalmente capturado por interesses de um segmento de classe específico, no caso os latifundiários, faz-se necessário considerar que nos anos 90, início do governo Collor de Mello, o INCRA passou por momentos de reestruturação e desarticulação de sua equipe, enquanto que o IBAMA, recém-criado, estava em consonância com os interesses presentes nos momentos que antecediam a Eco-92, no Rio de Janeiro. As lideranças do Conselho Nacional dos Seringueiros, com a assessoria do Instituto de Estudos Amazônicos, conseguiram incluir as RESEXs na Lei nº 7.084/1989, que compatibiliza a Política Nacional do Meio Ambiente (1981) às novas disposições constitucionais de 1988. Já a expressão “Reserva” foi tomada de empréstimo do conceito de “Reserva Indígena”, seguindo a matriz de racionalidade caboclo-seringueira (proximidade geográfica, política e afinidades culturais) que fomentava a “Aliança dos Povos da Floresta” (PORTO-GONÇALVES, 2003; CUNHA e LOUREIRO, 2009).

rigorosamente, trabalhadores livres, seringueiros autônomos. É isso mesmo: desde os anos 20 vinha aumentando significativamente no Acre aquilo que o IBGE, a partir dos anos 40, passa a designar como ocupantes, ou seja, aqueles que comandam um estabelecimento de produção sem que sejam proprietários da terra e sem estar subordinados a ninguém. Em suma, sem Estado (não pagam impostos) e sem Patrão (são autônomos).

[...]

Assim, de fato, a partir de 1970 em diante assistiremos a um processo tenso e intenso de conflitos entre aqueles que dependem da floresta para viver e aqueles que querem desmatar, posto que a floresta não tem nenhum valor de uso para quem quer fazer pasto. Para uns, esses habitantes da floresta, trata-se de manter o *habitat*, *locus* do seu *habitus*. Para outros, os “*paulistas*”, para os “*de fora*”, trata-se de afirmar o progresso nessas terras ainda dominadas pela natureza, conforme reza o imaginário da modernidade. Na prática, os portadores desse imaginário, aqueles que o *transportam*, são fazendeiros ávidos de adquirir as férteis terras acreanas a baixo preço, até porque tratava-se da fronteira mais externa dos ‘anéis de Thünen’<sup>66</sup>. **Empate!** (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 72-74).

Deve-se reconhecer o pioneirismo de Chico Mendes em captar a potencialidade colocada pelo ambientalismo e, através dele, reterritorializar-se (BECKER, 2006). Mais do que proteger o “verde”, os seringueiros e sindicalistas buscavam assegurar as suas condições materiais de existência e reprodução, o que identificou o movimento com a causa ambiental ligada à questão social (SPÍNOLA et al., 2010).

Os seringueiros conseguiram combinar diferentes escalas de luta: a local, por meio dos empates contra o desmatamento; a estadual e nacional, por meio dos sindicatos; por intermédio do Conselho Nacional dos Seringueiros se articulam regionalmente (Amazônia) e internacionalmente.

[...]

Destaquemos que a presença internacional era muito concreta na vida das populações amazônicas através das estradas e das hidrelétricas financiadas com recursos do Bird e do BID<sup>67</sup>, mais concretamente, insistimos, com dinheiro dos impostos dos cidadão do Primeiro Mundo. A inteligência de Chico Mendes soube perceber o feixe de relações que articulava o local ao regional, ao nacional e ao internacional.

Pelo ambientalismo, Chico Mendes conseguiu a visibilidade política que era negada aos seringueiros (e, sabemos, não só a eles) à escala nacional. A globalização, como vemos, globaliza as lutas de classes. Até aqui o monopólio das relações internacionais cabia ao Estado e, portanto, aos “de cima”. [...]

Com isso Chico Mendes conseguiu educar uma boa parcela de ambientalistas, inclusive do Primeiro Mundo, colocando uma perspectiva própria, original para a emblemática ambiental; uma perspectiva mais complexa, em que a problemática social e a do modo de vida (cultura) aparecem imbricadas à defesa da natureza. Chico Mendes

---

<sup>66</sup> Von Thünen propôs um modelo no qual as atividades agrícolas dispersas ao redor de um centro urbano, são agrupadas formando cinturões ou anéis, que têm sua localização determinada, principalmente, pela distância da cidade central. Os anéis de von Thünen demonstram que há um padrão de vantagens locais no uso da terra de acordo com as características de produção e considerando uma planície na qual a qualidade da terra é uniforme (MATOS, 2005).

<sup>67</sup> Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), instituição do Banco Mundial; e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

surpreende ao debater a biodiversidade, dando-lhe cores vivas quando nos fala da bacaba, do patauí, do taperebá, do buriti, do açaí, da graviola, do cupuaçu, da pupunha... (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 394-395).

No entanto, os seringueiros passaram também a ser os principais alvos de fazendeiros da região que, ao eliminar as lideranças do Movimento, almejavam acabar com a resistência à apropriação e exploração da terra (CUNHA e LOUREIRO, 2009). Tanto é que, em dezembro de 1988, o mundo acordou sob o impacto na mídia da morte do seringueiro, líder sindical, socialista e ecologista Chico Mendes. Os principais órgãos da mídia das principais cidades do mundo noticiaram o assassinato: *Xapuri estava em Nova Iorque, em Londres e em Paris*. A imprensa brasileira se viu às voltas com a enorme repercussão internacional de um fato que ela mesma não tinha pautado com importância<sup>68</sup>. Na verdade, a chamada grande imprensa brasileira repercutia a repercussão internacional do fato e não o fato em si (PORTO-GONÇALVES, 2003). A morte de Chico Mendes, pela repercussão e pressão interna e internacional representou um “tiro pela culatra”, pois indiscutivelmente acelerou a demarcação de terras na forma de Reservas Extrativistas como uma resposta do governo brasileiro aos conflitos naquela região (CUNHA e LOUREIRO, 2009).

Enfim, com a Reserva Extrativista os seringueiros obtiveram uma chancela formal de reconhecimento, de direito, resultante de um longo processo de lutas que conformaram *habitus*, *habitats*, modos de vida e de produção. Essa invenção que o movimento dos seringueiros produziu ao ser sancionada oficialmente como uma Unidade de Conservação Ambiental, tende a ser vista como uma entidade jurídica reificada e, tal como o território enquanto limite do poder de Estado, ocultar os, muitas vezes sangrentos, processos (os *fronts*) e seus sujeitos instituintes.

A Reserva Extrativista expressa a Territorialidade Seringueira com os recursos materiais, políticos e simbólicos que o movimento dos seringueiros dispunha no momento que vai de 1985, quando a ideia é, pela primeira vez formulada como tal, a 1990 quando é *con-sagrada* e sancionada formalmente, tendo grafado a terra, construído seus varadouros não só com os memoriais com suas descrições e seus mapas necessários para a decretação legal mas, também, deixando rastros de sangue *pela floresta*<sup>69</sup> (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 77).

---

<sup>68</sup> O *Jornal do Brasil*, por exemplo, só após o assassinato de Chico Mendes se deu conta de que tinha em sua posse aquilo que, tardiamente, vieram a descobrir que seria a última entrevista de Chico Mendes. A referida entrevista, publicada imediatamente *post mortem*, havia sido concedida em 8/12/1988, portanto, quinze dias antes do assassinato, quando Chico Mendes passara pelo Rio de Janeiro, como parte de uma viagem pelo Sul do País, exatamente para chamar a atenção para os riscos de vida que corria. Do ponto de vista da imprensa brasileira, o risco de vida de um líder sindical não era, quinze dias antes, noticiável (PORTO-GONÇALVES, 2003).

<sup>69</sup> “Afim, toda uma organização do espaço havia sido engendrada no Acre *sob, com* ou, como costumava falar Chico Mendes, e que causava uma certa estranheza, o ‘*pela floresta*’, que colocará frente a frente esses diferentes processos de territorialização” (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 74).

Como exposto no último excerto, em 1990 surge a primeira RESEX<sup>70</sup>, reconhecendo explicitamente as populações extrativistas como protagonistas de seus territórios ao designar-lhes um estatuto jurídico que as consagra enquanto “populações extrativistas”, o que revolucionou “os próprios fundamentos filosóficos hegemônicos na matriz de racionalidade da moderna sociedade ocidental, ao associar dois termos que tradicionalmente se excluem, que são a *exploração* e a *conservação* dos recursos naturais” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 560). No texto do SNUC, RESEX é caracterizada como

uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Cap. III, Art. 18).

Atualmente, as UCs brasileiras dividem-se em 2 grupos – de *Proteção Integral* e de *Uso Sustentável* (Figura 10) – e estão assim definidas pelo SNUC: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (ICMBio<sup>71</sup>).



**Figura 10:** Grupos e categorias de Unidades de Conservação do SNUC.  
Fonte: Sítio eletrônico do ICMBio.

<sup>70</sup> RESEX do Alto Juruá (Decreto nº 98.863).

<sup>71</sup> Sítio eletrônico do ICMBio.

Institucionalmente, para viabilização legal dessa relação de propriedade junto ao Estado, utilizou-se como instrumento o Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU). Esse documento conterà cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão intervivos. Ou seja, o extrativista está sujeito a perder o direito de propriedade caso infrinja regras acordadas coletivamente. As RESEXs, ao garantirem a posse da terra (em apropriação coletiva) e a forma de utilização (segundo métodos tradicionais) tensionam a proteção ao direito individual de propriedade e, com ele, uma estrutura jurídica criada para tal. Desse modo, foi necessária a atuação junto ao Estado na construção de um arcabouço jurídico que lhes dessem sustentação, representando uma invenção de direitos que tinha como fundamento o saber reconhecidamente pertencente às populações tradicionais, construído no uso dos recursos naturais como condicionante à sua sobrevivência. No entanto, o modelo de propriedade requerido pela RESEX não representa necessariamente um benefício real ou uma conquista para os extrativistas frente à lógica capitalista. Em um Estado de classes, como ocorre no Brasil, o caráter de propriedade estatal das RESEXs iria contra os interesses dos extrativistas, já que, historicamente, o Estado brasileiro se organiza a favor das classes dominantes (SPÍNOLA et al., 2010; CUNHA e LOUREIRO, 2009).

De fato, a participação do Estado na gestão compartilhada dos recursos tidos culturalmente pelos usuários como de propriedade comunal gera divergência de opiniões.

*Some people insist that the state should withdraw completely and let the local communities handle their own affairs according to their cultural traditions and established practices. Others have argued that co-management only empowers the elite, thus entrenching inequities that already exist (JENTOFT, 2005, p. 3).*

Segundo Berkes (2007), necessita-se de uma parceria mais dinâmica, usando as capacidades e interesses dos pescadores e das comunidades locais, complementados pela capacidade de o Estado possibilitar uma legislação de apoio, fiscalização, recursos financeiros, suporte educacional, estrutura técnica de pesquisa e outras formas de amparo. Contudo, no Brasil, a transferência dos direitos de apropriação para o Estado, muitas vezes, tem causado a “tragédia dos comunitários” (DIEGUES, 2001a). Apesar de as RESEXs terem representado e ainda representarem um contraponto ao modelo de desenvolvimento capitalista, o qual não pressupõe a propriedade coletiva nem a preponderância do conhecimento tradicional, é preciso atentar-se às armadilhas presentes em planos, projetos e programas que, rotulados de

democráticos, buscam uma forma de imposição de vontades que anula a força criativa conquistada pelos povos tradicionais (CUNHA e LOUREIRO, 2009).

O excerto a seguir aponta uma problemática estrutural quanto à evolução temporal do modo de gestão compartilhado nas RESEXs:

O Decreto assinado em 1990, que dispõe sobre as Reservas Extrativistas, afirma que caberá ao Ibama *supervisionar* as áreas extrativistas e acompanhar as condições estipuladas no contrato de concessão de uso. No SNUC, a presença de um conselho deliberativo como gestor da Resex modifica esta função e se reflete nos atos formais de criação. Nas Unidades criadas após o SNUC, há um deslocamento da administração da Resex para a esfera do órgão governamental, suprimindo a ideia de autogestão presente na criação das primeiras Resex, quando caberia ao Ibama apenas a supervisão da área para cumprimento do contrato de concessão de uso, assinado com as associações representativas mediante um plano de utilização elaborado pelas comunidades e aprovado pelo Ibama.

[...]

Na prática, passa-se à esfera do Órgão Gestor, o Ibama<sup>72</sup>, a responsabilidade pela administração da Unidade, o que se potencializa com a existência do “chefe”, antes inexistente para as Resex, e do conselho deliberativo, instância gestora da Unidade, segundo o SNUC. A figura do conselho, que representou um avanço para as outras categorias de Unidades de Conservação que não dispunham de um espaço participativo de gestão, para as Resex vem carregada da preocupação de que ocorra uma diluição no poder das comunidades, representando um retrocesso na intervenção dos verdadeiros protagonistas nas esferas de decisão sobre o seu território. Sabe-se que a participação em espaços públicos institucionalizados, como os Conselhos, é um bom exemplo da disputa e das contradições presentes em situações concretas. [...]

Seja na forma de Projetos de Assentamento Agroextrativistas, ou de Reservas Extrativistas, a incorporação das demandas dos seringueiros no arcabouço legal brasileiro vem acompanhada das tensões impostas pela lei, estabelecida nos marcos do capitalismo. As Resex nascem grávidas do sistema onde se inserem uma vez que precisam obedecer a um marco legislativo maior, que tem como função principal o estabelecimento do sistema (CUNHA e LOUREIRO, 2009, p. 11-15).

De qualquer forma, o instituto jurídico das RESEXs ressalta o caráter inovador dessa UC e as viabiliza como pilares de um novo paradigma, que abarque justiça social e preservação ambiental. Claro que a cogestão, formalizada através de um Conselho Deliberativo, prevista no manejo das RESEXs poderá gerar divergências, as quais irão variar de acordo com cada caso, dadas as particularidades históricas, socioeconômicas, socioculturais e institucionais. Por mais que a RESEX represente por si só um arranjo institucional, cada uma possuirá especificidades nas relações de confiança, cooperação e conflito que se dão entre os atores situados nas múltiplas escalas da sua cogestão (“jogo de atores”) e nas regras operacionais, as quais devem estar

---

<sup>72</sup> Importante lembrar que atualmente o órgão gestor é o ICMBio.

definidas em um *Plano de Manejo*. Consta no texto do SNUC (XVII parágrafo do Art. 2º) que Plano de Manejo é o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. De acordo com o que consta no sítio eletrônico do ICMBio<sup>73</sup>, a elaboração de Planos de Manejo não se resume apenas à produção do documento técnico; o processo de planejamento e de elaboração de Planos de Manejo é um ciclo contínuo de consulta e tomada de decisão com base no entendimento das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam uma unidade de conservação e a região onde se insere.

Em uma publicação organizada pelo IBAMA (2004), um roteiro metodológico para elaboração de Planos de Manejo de uso múltiplo das RESEXs de recursos pesqueiros<sup>74</sup> indica os elementos essenciais a serem contemplados pelo respectivo documento, conforme mostra o Quadro 8:

Quadro 8 – Elementos a serem contemplados na organização de um Plano de Manejo

<b>Organização</b>	<b>Aspectos sugeridos</b>
Gestão da RESEX	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Arranjo institucional</li> <li>- Características sociais, educacionais, artísticas e culturais</li> <li>- Características econômicas</li> <li>- Características ambientais</li> <li>- Características do manejo tradicional e conflitos de uso e acesso aos recursos naturais</li> <li>- Regras de convivência e ajuda mútua</li> <li>- Conselho Deliberativo</li> <li>- Manutenção e fiscalização</li> <li>- Infraestrutura social, de educação, de saúde e de lazer</li> <li>- Situação fundiária</li> </ul>
Informações básicas e subsidiárias da RESEX	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fauna e flora</li> <li>- Geologia, geomorfologia e climatologia</li> <li>- Serviços ambientais</li> <li>- Energias alternativas</li> </ul>
Sustentabilidade econômica da RESEX	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Componente <i>programa de negócios</i></li> <li>- Ordenamento pesqueiro</li> <li>- Descrição das categorias de manejo</li> </ul>
Protocolos de monitoramento e de viabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protocolo de monitoramento socioambiental e econômico</li> </ul>

Fonte: Rodrigues et al. (2004).

<sup>73</sup> Consultado em 23/04/2012.

<sup>74</sup> Nessa publicação, há também um roteiro metodológico para RESEXs de recursos florestais.

Assim, o plano de manejo pode ser entendido como um plano de desenvolvimento territorial orientado sob dimensões ecológicas, sociopolíticas, socioculturais e socioeconômicas, indo além do simples zoneamento e definição de regras. Pode constituir-se em um processo que se constrói e passa a depender da capacidade de criação de riquezas que a própria interação entre atores locais é capaz de criar, numa abordagem policêntrica (MEDEIROS, 2009, p. 24)

Portanto, devido à vasta abrangência de elementos, o Plano de Manejo se consolida como principal instrumento formal de gestão das RESEXs. No que concerne ao ambiente costeiro-marinho, enquanto os programas governamentais de gerenciamento costeiro têm se caracterizado como um exercício burocrático com grande dificuldade de implantação real, tem crescido o número de comunidades de pescadores artesanais requerendo *RESEXs Marinhas*, com o objetivo de explorar de forma sustentável os recursos marinhos e melhorar o nível de vida das comunidades envolvidas (DIEGUES, 2004). Porém, é importante ressaltar que

as reservas extrativistas foram concebidas em três contextos: i) de organização social e luta por direitos de uso sustentável, em detrimento da privatização e deteriorização dos ecossistemas; ii) em ecossistemas terrestres e aquáticos continentais, cujos limites são relativamente mais palpáveis e reconhecíveis e, ainda, fortemente relacionados ao contexto da região amazônica; e iii) em áreas isoladas ou “territórios” facilmente distinguíveis de outros grupos (madeireiros, latifundiários, etc.). Este último elemento de contexto não é comum nas zonas litorâneas altamente modificadas pelo crescimento urbano, pela expansão do turismo de massa e pela coexistência de diversas atividades no ambiente marinho (MEDEIROS, 2009, p. 27).

#### 2.2.2.1 Reservas Extrativistas Marinhas: arranjos institucionais alternativos para a gestão da pesca artesanal costeiro-marinha

As RESEXs Marinhas representam essencialmente um esforço para modificar e estender o conceito de RESEX – instituída no contexto amazônico ocidental – para as comunidades tradicionais de pescadores habitantes dos domínios costeiros e marinhos. “*MERs can also be considered ‘new commons’ that are being built by coastal communities, particularly fishworkers, to protect their fishing territory from encroachment by other economic activities such as tourism, industrial fisheries and commercial shrimp farms*” (DIEGUES, 2008a, p. 17-18).

As RESEXs Marinhas apresentam um grande potencial de geração de renda e emprego para os pescadores artesanais, além de serem consideradas formas inovadoras de manejo dos recursos pesqueiros, tendo como princípio a apropriação comunal. Embora sejam áreas da União, as RESEXs Marinhas são geridas coletivamente, na forma de gestão compartilhada, através de um Conselho Deliberativo, o qual, dentre outras funções, deve criar e revisar periodicamente um

Plano de Manejo, visando harmonizar a sustentabilidade dos recursos naturais com a satisfação das necessidades básicas das populações tradicionais. A aprovação do Plano é atribuição do órgão gestor, no caso, ICMBio (PINTO DA SILVA, 2004; ALVES, 2009). Quanto ao Conselho Deliberativo, há divergências de entendimento do significado da sua inserção na gestão das RESEXs, pois enquanto

alguns autores destacam que há a diluição do poder dos comunitários que passam a dividir o poder decisório com outros entes, outros veem nesse espaço a possibilidade de unir esforços e abrir o diálogo com outras esferas do poder público e demais entidades que se envolvam com a Resex. Afinal, outro problema enfrentado por essas Unidades refere-se à falta de interlocução com gestores da esfera executiva estadual e municipal que se isentam da responsabilidade de conferir infraestrutura a seus moradores, tais como saúde, transporte e educação, como se a UC representasse uma verdadeira Ilha no território do Município. Na prática, o conselho representaria uma oportunidade de contato direto com representantes destas instituições no sentido de responsabilizá-los com a área.

Procuramos demarcar, com a discussão sobre o espaço público e dos limites da democracia no regime capitalista, que o foco não deve ser a presença do conselho deliberativo e sim a forma como é criado, implementado e como atua qualquer espaço de deliberação existente. O conselho pode ser mais ou menos participativo que a forma anterior de gestão a depender de como se viabiliza a participação dos comunitários, e especialmente, a relação representante-representado, de modo a diminuir as assimetrias existentes nesse espaço de atuação, tornando-o representativo das correlações de forças existentes. Ao mesmo tempo, não se pode gerir uma Reserva Extrativista desconsiderando-se os fundamentos nos quais se baseia, pois essa modalidade de Unidade de Conservação pressupõe o saber das populações tradicionais ao lidar com o seu território, fazendo com que devam ser consideradas como protagonistas nas ações de gestão, dentre elas, a construção do conselho (CUNHA e LOUREIRO, 2009, p. 14).

Portanto, a robustez institucional do arranjo “RESEX” pode variar em cada território. Mas, sem dúvida, há avanços positivos consolidados na instituição “RESEX Marinha” que podem ser explorados. Ao estabelecer uma RESEX Marinha, o Estado reconhece o direito consuetudinário dos pescadores artesanais sobre territórios marinhos e as formas de arranjos e representações simbólicas de tradição pesqueira secular, sendo, então, a RESEX um veículo de comanejo que associa os usuários e a administração pública na gestão do uso e manutenção dos recursos naturais, buscando soluções mais singulares e eficientes para gestão dos recursos pesqueiros, respeitando-se a multiplicidade dos grupos de pescadores artesanais, suas diferenças culturais e distintas trajetória históricas (SIQUEIRA, 2006).

A implementação das RESEXs Marinhas pode também estar relacionada com o empoderamento dos usuários diretos dos recursos costeiro-marinhos, já que o Estado, ao ceder o uso de parte do domínio da União a um grupo da população, está reconhecendo e apoiando um

processo de constituição de novos espaços públicos e de elaboração e aplicação de regras para a sua utilização consistente. Para tanto, os pescadores são levados a elaborar, em assembleia, regras de aplicação para a utilização dos recursos, as quais se tornam de cumprimento obrigatório por todos ao serem publicadas em Diário Oficial da União (DOU). Na verdade, são regras locais, mas de âmbito federal, que ali se aplicam a todos igualmente. Outro aspecto positivo é o fato de as populações extrativistas terem maioria de votos no Conselho Deliberativo (50% + 1) (PRATES et al., 2007). Atualmente, existem 21 RESEXs Marinhas<sup>75</sup> no País, sendo que a maioria delas encontra-se no Estado do Pará, tal como pode ser verificado na Tabela 6:

Tabela 6 – RESEXs Marinhas e seus respectivos anos de implementação, local e tamanho

Ano	Nº de RESEXs Marinhas	Nome	Estados abrangidos	Área em hectares
1992	1	RESEX Marinha Pirajubaé	Santa Catarina	1.444
1997	1	RESEX Marinha Arraial do Cabo	Rio de Janeiro	56.769
2000	3	- RESEX Marinha da Baía de Iguape - RESEX Marinha do Corumbau - RESEX Marinha do Delta do Parnaíba	- Bahia - Bahia - Maranhão e Piauí	- 10.074 - 89.500 - 27.021
2001	2	- RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá - RESEX Marinha de Soure	- Alagoas - Pará	- 10.203 - 27.464
2002	4	- RESEX Chocoaré-Mato Grosso - RESEX Mãe Grande de Curuçá - RESEX Maracanã - RESEX São João da Ponta	- Pará - Pará - Pará - Pará	- 2.785 - 37.062 - 30.018 - 3.203
2003	1	RESEX do Batoque	Ceará	601
2004	1	RESEX de Cururupu	Maranhão	185.046
2005	4	- RESEX Marinha Araí-Peroba - RESEX Marinha Caeté-Taperaçu - RESEX Marinha de Gurupi-Piriá - RESEX Marinha de Cracuateua	- Pará - Pará - Pará - Pará	- 11.479 - 43.068 - 74.081 - 127.153
2006	1	RESEX de Canavieiras	Bahia	100.645
2007	1	RESEX do Alto do Jequiá	Paraíba e Pernambuco	6.678
2009	2	- RESEX do Cassurubá - RESEX Prainha do Canto Verde	- Bahia - Ceará	- 100.687 - 29.794
	Total = 21			Total = 974.775

Fonte: CNUC/MMA (2012)<sup>76</sup>.

<sup>75</sup> Todas as RESEXs Marinhas existentes são geridas pela esfera federal.

<sup>76</sup> Consulta realizada no sítio eletrônico do MMA em 04/05/2012. Vale ressaltar a dificuldade deparada ao se pesquisar os dados desejados no sítio eletrônico do MMA. Os dados encontram-se desatualizados, incompletos e nem sempre aparecem nos campos de buscas selecionados.

Contudo, muitos são, ainda, os desafios a serem enfrentados. Moura et al. (2009) assertam que, no Brasil, são raros os casos de AMPs que tenham recebido a devida atenção e suporte governamental. Para que o Governo adquira o apoio e a confiança das comunidades de pescadores artesanais, é necessário que sejam desenvolvidas relações de reciprocidade. Mas elas tendem a se desintegrar rapidamente se as partes não cumprirem suas promessas. Pescadores brasileiros de pequena escala vivem há muito tempo marginalizados, e as experiências negativas na relação com o Estado deixaram os pescadores céticos quanto à efetividade das novas configurações de governança. Por isso, será necessário muito cuidado na hora de renovar as relações entre o Estado e os grupos de usuário de recursos (PINTO DA SILVA, 2007).

A fim de adentrar nas especificidades institucionais do recorte territorial costeiro-marinho correspondente à *RESEX Canavieiras*, dar-se-á início ao estudo de caso proposto por esse trabalho no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO III**

### **DINÂMICAS DO SISTEMA DA GESTÃO COMPARTILHADA NA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS**

Este capítulo apresenta a configuração da gestão do sistema socioecológico da Reserva Extrativista de Canavieiras com base em dados primários e secundários, estando organizado em duas partes. Primeiramente, é descrito o município da área de estudo, por vezes, contextualizando-o com as escalas regional e nacional, com foco nos atributos físicos, na base socioeconômica e nas trajetórias de desenvolvimento relacionadas à evolução histórico-tecnológica do setor pesqueiro em Canavieiras.

Na segunda parte, encontram-se os principais atores envolvidos no processo de criação e continuidade da RESEX Canavieiras; as características socioeconômicas, políticas e culturais dos principais núcleos extrativistas beneficiários da RESEX; as regras operacionais em uso e as que se quer pôr em prática na RESEX; as relações institucionais transescalares da gestão da RESEX, apontando seus principais conflitos, espaços e modos de negociação; e o circuito de comercialização associado à pesca artesanal, para também apontar quais aspectos oferecem pistas para estratégias de ecodesenvolvimento.

### 3.1 Descrição física, aspectos socioeconômicos e trajetórias de desenvolvimento do município de Canavieiras

*“Eu tenho uma história de mais ou menos trezentos anos. A minha família é descendente de portugueses. Sou neto da família Vieira que tem uma história aí, acho que com mais de duzentos anos, que os Vieira chegaram em Canavieiras e foi quem fundou Canavieiras. Plantavam muita cana, daí chamava ‘cana dos Vieira’ e ficou ‘Canavieiras’” (Pescador do Puxim de Fora).*

#### 3.1.1 Descrição física do município de Canavieiras

De acordo com a setorização do litoral brasileiro feita por Ab’Saber (2006), o *Complexo Litorâneo Sul da Bahia Litoral de Ilhéus – Porto Seguro/Itacaré – Canavieiras Belmonte* possui tabuleiros ondulados com florestas contínuas até a borda leste do Planalto Sul-Baiano. A região é drenada pelos rios Contas, Pardo e Jequitinhonha, ambos provenientes dos planaltos interiores.

Quanto à geologia, o município de Canavieiras é constituído de sedimentos litorâneos – Depósitos Quaternários Pleistocênicos e Holocênicos e a Formação Barreiras do Terciário – e de rochas do Complexo Gnáissico-Granítico, composto por biotita-muscovita gnaisses, biotita-gnaisses migmatíticos bandados e quartzito, do Arqueano/Proterozóico Inferior (NASCIMENTO e DOMINGUEZ, 2010).

Na área submersa, a plataforma continental em frente ao município de Canavieiras vai até 31 Km. Logo ao sul de Canavieiras, a plataforma continental se alarga bastante, formando o Banco *Royal Charlotte*. Já na porção emersa do município de Canavieiras, podem ser identificadas três províncias geomorfológicas, sustentadas por um arcabouço geológico constituído por litologias bastante contrastantes: (i)Relevo Serrano, (ii)Tabuleiros Costeiros e (iii)Planície Quaternária (THN<sup>77</sup>, 2010).

A planície quaternária é uma unidade geomorfológica expressiva no município de Canavieiras. Neste trecho ocorre o delta/planície quaternária dos rios Jequitinhonha e Pardo (Bacia Hidrográfica do Atlântico Leste), onde essa província geomorfológica alcança uma largura máxima de 25 km. A planície quaternária compreende depósitos de origem marinha, fluvial e lagunar, além de inúmeras terras úmidas, que testemunham a complexa evolução geomorfológica da área no decorrer do Quaternário. Grande expressividade de Depósitos Argilo- Orgânicos de Mangues é verificado no município de Canavieiras, os quais correspondem aos sedimentos que se acumularam em associação com os mangues atuais. O substrato sobre o qual o

---

<sup>77</sup> Transamérica de Hotéis Nordeste.

mangue se encontra instalado é predominantemente constituído de materiais argilo-siltosos ricos em matéria orgânica. Estes depósitos afloram localmente na face da praia, nos trechos que experimentam recuo erosivo severo da linha de costa, como ao norte de Canavieiras (THN, 2010).

Os solos principais são os Latossolos, os Argissolos, os Neossolos (Flúvico e Quartzarênico), os Organossolos, os Gleissolos e os Espodosolos, recobertos por Floresta Ombrófila, Manguezais e Restinga – Mata Atlântica. O clima é úmido e úmido a subúmido. A pluviosidade média anual registrada é de 1.806,5 mm, com distribuição regular durante o ano. As temperaturas médias anuais são em torno de 24°C (NASCIMENTO e DOMINGUEZ, 2010).

### 3.1.2 Aspectos socioeconômicos e trajetórias de desenvolvimento do município de Canavieiras

#### 3.1.2.1 Dados gerais atuais

Canavieiras é considerada um município de pequeno a médio porte<sup>78</sup>, localizada no compartimento *Litoral Sul* do Estado da Bahia (Figura 1). De acordo com dados de 2005 do IBGE, suas principais atividades econômicas são as que correspondem ao terceiro setor – setor de serviços (65,51%). A lavoura do coco e a extração da piaçava são os principais responsáveis pela movimentação da economia local. O turismo aparece como importante complemento dessa economia, em especial o turismo náutico. A pesca artesanal também é bastante praticada no município, sendo responsável por muitos postos de trabalho (THN, 2010).

A baixa escolaridade dos moradores do município somada à falta de oportunidades de empregos formais diminui a chance de inserção no mercado de trabalho. O município de Canavieiras mostra uma dependência direta da Administração Pública e da utilização dos recursos naturais, seja na agricultura e extrativismo, na pesca e mariscagem, como também no turismo. A informalidade também contribui para péssimos índices de renda, resultando na saída da população para regiões vizinhas em busca de uma melhor qualidade de vida (THN, 2010).

Tem que estudar. Em primeiro lugar, tem que estudar. Hoje em dia, até pra pescar, você tem que estudar. Porque, com a evolução, você tem que se dá com o radar, com o GPS, com sonda. Hoje em dia dá condições, porque naquele tempo nós não tinha escola à noite, aula à noite. Não existia energia como hoje existe em tudo quanto é lugar. Então, se não dá pra estudar ao dia, você estuda à noite; se você trabalha à noite, você estuda ao dia. Então, hoje, há muito meio de você estudar. Não estuda quem não quer! (Pescador de Atalaia)

---

<sup>78</sup> Segundo o IBGE, municípios de 20.001 a 50.000 habitantes são considerados de pequeno a médio porte.

Segundo dados do censo de 2010 realizado pelo IBGE, o município concentra sua população no perímetro urbano e a taxa de analfabetismo é alta (mais de ¼ da população total) (Tabela 7).

Tabela 7 – Dados gerais do município de Canavieiras

Canavieiras	Dados gerais
Coordenadas geográficas	Latitude 15°40'40" e longitude 38°56'56"
Altitude	4 metros acima do nível do mar
Acesso	BA-001
Área (Km <sup>2</sup> )	1.326,954
Densidade demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	24,37
População total	32.336
População urbana	25.903 (80,1%)
População rural	6.433 (19,9%)
PIB <i>per capita</i> (2009)	3.844,71
População não alfabetizada	8.628 (26,68%)

Fonte: IBGE (2012).

Contudo, ao analisar os indicadores sociais de Canavieiras, Aguiar (2011) conclui que o PIB *per capita* não condiz com a realidade, pois, na prática, há forte concentração de renda nas mãos de pequena parcela privilegiada da população. A origem desse quadro atual do município pode ser compreendida ao resgatar dados históricos.

### 3.1.2.2 Histórico de ocupação e contexto de desenvolvimento

No final do século XVII e início do século XVIII, ao sul da Capitania de Ilhéus, surgiu uma pequena povoação em decorrência de aldeamentos indígenas realizados pelos jesuítas. Colonos portugueses e brasileiros, oriundos da sede da Capitania, estariam fugindo de ataques dos indígenas, em razão de grandes conflitos provocados pelos próprios colonos, e também pela procura de novas terras para reiniciarem suas lavouras. Alguns se fixaram em Puxim<sup>79</sup>, onde erigiram uma capela em louvor a São Boaventura, cuja imagem, segundo a lenda, havia sido encontrada por pescadores na praia. O pequeno povoado foi crescendo e, em 1718, foi elevado à categoria de freguesia, com o nome Freguesia de São Boaventura do Poxim. Inicialmente, os colonos se dedicavam ao cultivo da mandioca, coco, cana de açúcar e à extração pesqueira e madeireira (FRANÇA FILHO, 2009).

<sup>79</sup> Diz-se também “Poxim”.

Cerca de quarenta anos após a chegada dos colonos ao Puxim, muitos resolveram abandonar o local, em razão do assédio de índios Pataxós, e se mudaram para a foz do rio Pardo. Logo após, a cultura do cacau foi implantada na fazenda *Cubículo*, próximo ao povoado. As sementes teriam sido enviadas do Pará, em meados do século XVIII, mas ainda levariam alguns anos para que o cacau se tornasse elemento de sustentação econômica. Até as primeiras décadas do século XIX, a policultura, incluindo a cana de açúcar, ditava as regras da economia regional (FRANÇA FILHO, 2009).

A fertilidade das terras ensejou o cultivo da cana de açúcar, principalmente, nas propriedades da família Vieira. Acredita-se que a localidade passou a ser conhecida pela denominação de Canavieiras devido a esse fato (IBGE, 2012<sup>80</sup>). No entanto, a economia açucareira não vingou no litoral sul baiano devido à mata densa e ao relevo acidentado que isolava esses compartimentos litorâneos do interior do Estado, dificultando o transporte da mercadoria para locais portuários. Esse fato, combinado aos frequentes ataques aimorés<sup>81</sup> aos engenhos de açúcar da região, fez com que a economia prosperasse somente no recôncavo baiano, no litoral norte (QG<sup>82</sup>, 2006).

Com a vinda Família Real para o Brasil (1808), houve uma preocupação em se acelerar o povoamento das regiões brasileiras, especialmente as litorâneas. Isso foi feito com a doação de sesmarias<sup>83</sup> nas áreas próximas às cidades, vilas e povoados, às margens dos grandes rios. Em 1812, a Câmara Municipal da Vila de São Jorge dos Ilhéus solicitou ao ministro responsável a elevação do povoado de Canavieiras à categoria de vila. Finalmente, depois de vinte anos, o município de Canavieiras foi criado em 1832 (FRANÇA FILHO, 2009). O território do então criado município de Canavieiras se limitava ao norte com a Vila de Ilhéus, ao sul com a antiga Capitania de Porto Seguro, pelo limite histórico que foi o rio Jequitinhonha, até encontrar a

---

<sup>80</sup> Biblioteca digital do IBGE (<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/canavieiras.pdf>), consultada em junho de 2012.

<sup>81</sup> Aimorés ou Aymorés era o nome que os portugueses, no início da colonização, atribuíam aos nativos que habitavam a região da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente no vale do rio Jequitinhonha e vale do rio Doce.

<sup>82</sup> Queiroz Galvão.

<sup>83</sup> “Quando os sesmeiros não vinham cuidar de suas terras, colocavam administradores ou as vendiam para outros. Ou ainda, quando um sesmeiro não tinha condições de cuidar de suas terras, aplicava-se também a fórmula diplomática do *uti possidetis*, pela qual se legitimava a ocupação dessas sesmarias por fazendeiros poderosos” (FRANÇA FILHO, 2009, p. 46).

província de Minas Gerais, já em direção oeste. A partir de 1950, há o desmembramento do território de Canavieiras para o surgimento de novos municípios<sup>84</sup> (AGUIAR, 2011).

A porção sul do Estado da Bahia permaneceu fragilmente integrada ao conjunto da economia nacional até a segunda metade do século XIX, quando se intensifica a lavoura cacauera a norte do rio Jequitinhonha. Um fator que contribuiu para o lento processo de (re)produção do espaço decorre da ligação entre as vilas e cidades da área realizada basicamente por via marítima, sendo que a comunicação por via terrestre utilizava-se de pequenas e precárias estradas vicinais (AMORIM e OLIVEIRA, 2007). A piaçava e o coco também eram extraídos para serem comercializados.

Toda essa costeira que tem aqui que pega o coqueiral de Belmonte a Ilhéus, todo esse coco ia pra Salvador. De Salvador se destinava pra outros pontos. Aqui, tiveram vários barcos de carga que faziam o seguinte: saíam daqui da barra de Canavieiras, entrava barra de Albino, saía barra de Albino e entrava em João Paulo, ia fazendo esse trecho aí até Ituberá, ou Camamu, Caperoá, Valença, Nazaré, Salvador. Não existia transporte terrestre; tudo era por água. Puxim tinha dois pontos fortes de venda de coco. Os barcos que não enchiam aqui, chegavam lá e superlotavam. Era o maior produtor de coco da região. Isso parou por questão da deficiência na navegação; os rios assorearam, as barras também. [...]

Piaçava era usada na fabricação de navios de guerra e pra pólvora. Teve também o período da mineração. Canavieiras foi, de certa forma, base da Segunda Guerra Mundial. Belmonte também. (Pescador da Barra Velha)

O período compreendido entre os anos de 1851 a 1960 representou um novo sentido para a economia da região sul da Bahia. Nesse período, espalhou-se e consolidou-se na região, primeiramente, o cacau, e, em seguida (e concomitantemente), a pecuária, a qual contribuiu substancialmente para acelerar o processo de devastação da mata, sobretudo na porção norte da região (AGUIAR, 2011).

As três primeiras décadas do século XX conformam a organização econômica da monocultura do cacau, transformando-se numa economia organizada, de formação capitalista e conteúdo mercantil, originando um processo de acumulação e concentração fundiária com base no comércio exterior. A consolidação do cacau como o principal produto da economia baiana na primeira metade do século XX<sup>85</sup> provocou uma mudança na configuração espacial que atingiu os

---

<sup>84</sup> Os municípios desmembrados de Canavieiras são: Potiraguá (1953), Camacã (1961), Pau Brasil (1962), Mascote (1962), Uma (1980) e Santa Luzia (1985) (AGUIAR, 2011).

<sup>85</sup> “No âmbito do estado da Bahia o cacau passa a ser o principal produto de exportação em 1903, superando o café que era até o momento o seu principal produto de exportação, sendo que em 1905 o cacau já dava uma parcela de contribuição de aproximadamente 19% de sua renda tributária” (AGUIAR, 2011, p. 33).

pequenos centros litorâneos, os quais deixaram de ser exclusivamente núcleos de pescadores e pequenos produtores de farinha ou aguardente (MACHADO, 2007).

É a partir do desenvolvimento da lavoura cacauera, no segundo período de expansão, iniciado em 1860, com a introdução do cacau forasteiro, que se vão alterar os costumes e os valores sociais da comarca, de forma geral e, em particular, do município de Canavieiras. O desbravador se infurnou na floresta, para ali estabelecer uma nova cultura, o início de uma nova civilização, afastando-se da foz dos grandes rios para ganhar a mata, o interior. Começa então a se definir na região uma espécie de aristocracia rural, cuja influência seria decisiva no processo de desenvolvimento regional.

É esse desbravador que mais tarde vai se tornar o coronel do cacau ou da mineração, quando novas povoações surgem transformando-se em vilas e depois em novas cidades. A figura do coronel é representativa do poder, um poder que não se mede tanto pela extensão de suas terras, ou pela quantidade de escravos, mas pelas arrobas de cacau que colhe, pelos diamantes<sup>86</sup> que extrai e pela influência política que exercia (FRANÇA FILHO, 2009, p. 48).

Os fazendeiros não queriam que os trabalhadores matassem as crias e comessem as plantações. Todas fazendas, quase todas, tinham lá dentro um barracão, que era uma venda, aonde a família era obrigada a comprar ali pro dinheiro não sair de dentro da fazenda. E o valor da carne era alto, por isso o cara ia pegar o peixe. E como não tinha manejo de uso naquela época, nego chegou em Canavieiras detonando. (Pescador da Barra Velha)

Isso do domínio do coronialismo, de obrigar o empregado a comprar no barracão, isso acontecia em toda a região: da fazenda de cacau à beira da praia. Sempre foi assim. Lá na Atalaia, por exemplo, meu pai, na época era sal, meu pai e meu avô iam pro mar, salgavam não sei quantos quilos de peixe. Só pegavam peixe nobre: badejo, garoupa, cioba, dentão. Os peixes menor, não traziam. Cação, arraia... não tinham valor. Então, eles salgavam aquela ruma de peixe, mas já tinham pra quem entregar. Sempre foi bem definida essa questão de se ter uma dependência muito forte do atravessador, que nada mais é do que, é como se fosse, o coronel da pescaria (Pescador de Atalaia).

O volume de dinheiro que circulava localmente era suficiente para manter aquecido o comércio local, propiciando emprego e prosperidade aos moradores de Canavieiras. Esse quadro manteve-se relativamente estável até a década de 1960, quando a abertura de estradas para o escoamento da produção pelo porto de Ilhéus dizimou os empregos relacionados ao transporte e à cabotagem, e conseqüentemente aos armazéns das docas, que devido ao baixo volume da produção que ainda passava pelo porto de Canavieiras foram obrigados, gradativamente, a

---

<sup>86</sup> Antes que o cacau viesse a ascender e significar o principal produto econômico do município de Canavieiras, enquanto a imperial Vila de Canavieiras passava dificuldades socioeconômicas, em 1882 é descoberta na região do Salobro, no interior do território do município, uma mina de diamantes. Esses diamantes começam a ser extraídos e comercializados, dando início à atividade mineradora, a partir de 1883, perdurando em escala ascendente por cerca de uma década, quando então passa a declinar. A partir do declínio da atividade mineradora de diamantes no município de Canavieiras, uma grande concentração de braços e capitais foram deslocados dessa atividade para a atividade cacauera (AGUIAR, 2011).

fecharem suas portas. Estes acontecimentos, associados à proliferação de pragas como a “vassoura de bruxa” (*Crinipellis pernicioso*), que dizimou boa parte das lavouras de cacau na década de 1980<sup>87</sup>, foram responsáveis pelo declínio da economia local baseada na monocultura cacaueteira (MACHADO, 2007).

No tempo do coronelismo, no final do século XIX, a cidade tinha em torno de três, quatro policiais. Enquanto isso, uma fazenda de cacau tinha de trinta a quarenta clavinoteiros. [...]

Normalmente, os donos das fazendas de cacau tinham casa em Salvador, Rio de Janeiro, na Europa, menos aqui em Canavieiras. As casas daqui eram bem simples, só vinham aqui de vez em quando, mas as casas melhores estavam fora daqui. O dinheiro que eles ganhavam com o cacau era investido fora da cidade. [...]

Mas na década de 70 pra 80 vem a “vassoura de bruxa” que praticamente dizima a lavoura cacaueteira. E aí os ricos ficaram pobres. Estou falando em termos de região. Surge uma nova categoria social, a classe média. Pessoal vai estudar, viram médicos, dentistas, engenheiros, funcionários públicos. Essas categorias se tornam notórias, enquanto os coronéis tendem a desaparecer. Os mais velhos morrem e os seus filhos migram, vão pra fora, vão estudar. [...]

A “vassoura de bruxa” é uma doença (um fungo) que tem que ser combatida em conjunto. Se eu trato e meu vizinho não, não adianta. É uma doença que se espalha com o vento. Algumas pessoas conseguiram combater e revitalizar a fazenda, mas depois acaba voltando porque o vizinho não tratou. (Relato oral de Durval França Filho – professor de História aposentado da UESC e escritor)

Após a crise, para reverter a situação de desemprego, a mão de obra da atividade cacaueteira é obrigada a migrar para outros setores, incluindo o pesqueiro.

Assim, o Município passa a perder significativa importância no contexto regional, sendo que sérios problemas sociais surgiram como consequência disso, pois a lavoura de cacau que concentrava a maior parcela da mão de obra disponível passou a não mais garantir essa situação, surgindo um grande número de desempregados no meio rural que passaram a ver como solução o migrar com seus familiares para o meio urbano, causando um crescimento desordenado da cidade e aumentando os seus problemas sociais [...], sendo que muitos desses desempregados encontraram nos recursos naturais como os manguezais, a pesca artesanal e outras formas de pequenos extrativismos, a sua fonte de sobrevivência, pois a mesma não possuía a infraestrutura necessária para agregar esse contingente (AGUIAR, 2008, p. 11).

A população de Canavieiras, de acordo com os três últimos censos, alterou pouco. Mas o número de pescadores aumentou significativamente, de acordo com dados da Colônia. Mas também é preciso se considerar alguns fatores: muitos pescadores passaram a ter informação de seus direitos e de algumas políticas públicas, como o seguro defeso e aposentadoria, têm atraído os pescadores a se documentar. O aumento da população de pescadores é muito evidente, ainda mais se for associado ao aumento da população do município. (Liderança da AMEX)

---

<sup>87</sup> No ano de 1988/1989, a produção de cerca de 450 mil toneladas na lavoura cacaueteira decaiu para menos de 130 mil toneladas de amêndoas de cacau no ano 2007/2008 (TABU, 2009).

Segundo dados da Colônia Z-20<sup>88</sup> do município de Canavieiras, só a partir da década de 1990 é que a instituição passou a ter um número significativo de associados, fato que deu início à realização de assembleias gerais. Nessa década, havia aproximadamente quinhentos associados. No ano 2000, havia cerca de setecentos. Em 2006, atingiu-se o número de 1000 e, atualmente, tem-se o registro de 1.465 associados. Entretanto, estima-se<sup>89</sup> que o número de pescadores não registrados e residentes no município seja, pelo menos, seis vezes maior. Aguiar (2011) estima que haja mais de nove mil pessoas atuando diretamente na captura do pescado.

Analisando-se os censos demográficos do IBGE referentes ao município de Canavieiras (Tabela 8), percebe-se que, apesar de o número de pescadores registrados na Colônia vir aumentando gradativamente, a população diminuiu, evidenciando a importância da atividade pesqueira para a população local.

Tabela 8 – Evolução demográfica do município de Canavieiras

Município	Censos				
	1970	1980	1991	2000	2010
Canavieiras	33.460	42.122	33.019	35.322	32.336 <sup>90</sup>

Fonte: IBGE (2012).

Atualmente, Canavieiras é conhecida como a *Cidade do Caranguejo*, devido à relevante ocorrência do crustáceo nos manguezais do município.

Um dia bom, vai depender da época. No verão, é a época melhor de nós trabalhar no caranguejo. Um profissional chega a pegar trinta cordas. Cada corda tem cinco caranguejos (150 caranguejos). (Catador de caranguejo da sede municipal)

### 3.1.3 Os manguezais de Canavieiras e as principais pescarias

Manguezal é um ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés. É constituído de espécies vegetais lenhosas típicas, além de micro e macroalgas, adaptadas à flutuação de salinidade e caracterizadas por colonizarem sedimentos predominantemente lodosos, com baixos teores de oxigênio. O manguezal é um ecossistema aberto no que diz

<sup>88</sup> A Colônia Z-20 foi criada em 1931.

<sup>89</sup> O ICMBio e a Colônia Z-20 de Canavieiras têm essa estimativa.

<sup>90</sup> A estimativa da população para 2011, segundo o IBGE, é de queda para 32.116.

respeito à energia e matéria, e o transporte de matéria para dentro do ecossistema, sua reciclagem e consequente exportação são controlados por fatores físicos (marés, escoamento, chuvas) e biológicos (queda de folhas, decomposição, atividade da fauna, etc.) (ECOTUBA, 2006).

Sendo a atividade pesqueira a principal fonte de renda para muitas famílias do município de Canavieiras e, considerando o aumento significativo desse contingente decorrente do declínio da lavoura de cacau, o manguezal se tornou uma fonte de recursos ainda mais importante. Para muitas famílias, o manguezal representa a única forma de sobrevivência (MACHADO, 2007).

No município de Canavieiras, a população pesqueira tradicional está organizada em sete principais núcleos, os quais estão assentados em áreas ribeirinhas e insulares. Os sete núcleos apresentam o aspecto comum de a população utilizar o manguezal para a extração de recursos pesqueiros, tanto para o autoconsumo, quanto para a geração de renda. São eles denominados, na direção sul para norte, *Campinhos*, *Atalaia*, *sede municipal*, *Barra Velha*, *Puxim do Sul* (ou *Puxim de Dentro*), *Puxim de Fora* (ou *Puxim da Praia*) e *Oiticica* (Figura 11).



**Figura 11:** Distribuição dos principais núcleos pesqueiros de Canavieiras.  
Fonte: CI-Brasil (cedida).

Nós já sabe por saber. Por exemplo, eu trabalho nesse mangue aqui ó. Aí eu entrei nele hoje e já sei se tem caranguejo suficiente pra eu trabalhar direto ou não, ali eu já sei, pra semana toda. Geralmente, nós não trabalha num mangue direto não, sai sondando que é pra gente exatamente já saber isso. Então, no meu caso, assim, que eu já tenho muitos anos de trabalhar eu já sei qual o mangue que tem mais caranguejo e qual o mangue que tem menos caranguejo, então já vou no lugar que é onde tem mais. De casa mesmo, eu já sei o mangue que eu vou; aonde eu vou trabalhar pra pegar o caranguejo suficiente. Porque tem muitos mangues por aí, você sabe que é quilômetros de mangue por aí, mas só que não é todos que têm o caranguejo. Tem, mas não tem o pra nós trabalhar o suficiente. Nós conhece pelo mangue. Cada mangue tem um nome. (Catador de caranguejo da sede municipal)

A pesca é a terapia mental melhor que existe, pra mim, no meu modo de pensar. (Pescador de Atalaia)

Quanto às embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais, as mesmas costumam ter em média 5,5 metros de comprimento, sendo que a mais presente e utilizada é a canoa (mais de 430 unidades – 63%). O total de embarcações varia de 700 a 800 unidades. Apenas ¼ tem registro no Ministério da Pesca e pouco mais de ¼ tem registro na Marinha (CURADO, 2010).

As canoas na verdade tão desaparecendo. Pra fazer uma canoa hoje tá complicado né? O homem desmatou, agrediu muito a natureza que chegou ao ponto de surgir essa Lei<sup>91</sup>. Eu sou favorável à Lei porque se não fosse a Lei nós estaríamos perdidos. Esse desmatamento e aquecimento global é em consequência à falta de mata né? Eu tenho uma canoa de vinhático, que eu comprei faz três anos. Deve ter uns quatro anos de fabricada. Mas pra se conseguir uma dessas hoje, tá difícil. Eu sou favorável que não venha a desmatar a natureza. Tem que criar outra alternativa, substituir a embarcação, se tem outro material. (Pescador do Puxim de Fora)

Se fazia canoa com ipê, oiticica (da preta e da amarela), vinhático, jaqueira, pequi, landi-carvalho, piuna... (Pescador de Atalaia)

Essa criatividade de fazer artes de pesca e embarcações tá se perdendo. É uma pena... O pessoal hoje não quer saber disso. Quem quiser aprender, eu ensino! É uma coisa que não se passa por escrito não, é praticando! (Pescador de Atalaia)

Além da canoa, também são utilizadas bateira, barco de convés, bote e jangada.

Onde você pensa que o pescador habilidoso não vai com o motor de rabeta? Se na época do remo ele ia... (Pescador da Barra Velha)

Bateira não dá pra ir pra fora. Tem que ser jangada ou barco. (Pescador de Atalaia)

---

<sup>91</sup> Refere-se à Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/1998).

No que se refere às artes e utensílios de pesca, são encontrados no município de Canavieiras<sup>92</sup>:

- redes: caçoeira, tapasteiro, cerco, tresmalho, tarrafa, arrasto e de espera;
- linhas: espinhel, linha de mão e caniço;
- armadilhas: covo (peixes), manzuá (lagosta vermelha – *Panulirus argus* – e lagosta cabo verde – *Panulirus laevicauda*), siripóia (siri de ponta – *Callinectes danae*), ratoeira (caranguejo guaiamum – *Cardisoma guanhumi*) e tapagem (caranguejo-uçá);
- utensílios: enxada (lambreta – *Lucina pectinata*), facão (lambreta e ostra – *Crassostrea rhizophorae*) e gancho (siri de mangue – *Callinectes exasperatus*);
- método de captura do caranguejo-uçá: braceamento, tapagem e redinha.

A rede de espera se bota por maré. Bota numa maré seca e tira na outra maré seca; tem que passar o período da maré enchendo, chega a preamar, vaza e vem a baixa mar. Na baixa mar que eu vou ver. (Pescador de Atalaia)

Tarrafa? Aí vareia né? Tem gente que gosta de pescar com a malha mais miúda, outros com a malha maior. Eu prefiro as malhas mais abertas, que eu pego uma quantidade de peixe menor, mas os peixes maiores, com valor mais alto também, e também agride menos a natureza. (Pescador do Puxim da Praia)

A tarrafa não é proibida porque o peixe sai vivo de dentro da água. O pescador pode escolher o peixe, daí vai da conscientização dele. (Pescador de Oiticica)

A prática é uma coisa muito boa. Porque hoje nós tamu tendo pesca, estamos praticando pesca, através do GPS que é transmitido via satélite, nós temos a sonda que depende de bateria, de energia pra funcionar. Eu pratiquei pesca quando nós não tinha nada disso. Nós navegávamos à noite através das estrelas e pelo dia muitas vezes a gente não via a terra pela tempestade. Era através de quê? Do giro do sol, das ondas do mar... A gente sabia pra onde que tava a terra. Hoje, se um de vocês tiver com trinta, quarenta milhas no meio do mar e não teve energia pra você se guiar pela sonda, não teve o sistema de satélite pra você navegar pelo GPS? Você vai fazer como no meio do mar? [...]

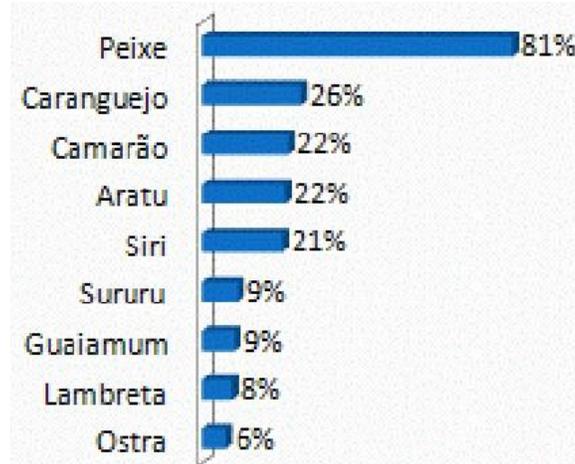
Hoje em dia, eu saio daqui e viajo três, quatro, cinco milhas, eu boto em cima de uma pedra e digo: aqui só vai dar tal espécie de peixe. Sem sonda, sem bússola, sem GPS. Só por conta de referências, pontos de referências internas. (Pescador de Atalaia)

Quanto aos recursos pesqueiros artesanais, os mais extraídos são peixes, crustáceos e moluscos (Figura 12), sendo que o caranguejo-uçá é tido como o recurso mais importante: 26% das famílias extrativistas praticam sua captura. Os peixes mais capturados, respectivamente, são o robalo (*Centropomus ensiferus*), a tainha (*Mugil platanus*) e o badejo (*Mycteroperca bonaci*;

---

<sup>92</sup> Algumas artes e utensílios utilizados são ilegais. Esse tema será abordado nas seções 3.2.2.1.2 e 3.2.2.1.4.

*M. Interstitialis*). Há grande dependência de atravessadores para a comercialização em todos os tipos de pescarias (CURADO, 2010).



**Figura 12:** Principais pescarias artesanais do município de Canavieiras.  
Fonte: Curado (2010).

Camarão e siri são porco, comem tudo que veem pela frente. O mais limpo de todos é o caranguejo, só come folha. (Pescador de Atalaia)

Guaiamum come de tudo. (Catador de caranguejo da sede municipal)

Hoje em dia, o badejo já tá ficando mais difícil, como a garoupa né? A garoupa tá entrando quase em extinção. E no meu tempo, na época de quando eu comecei a pescar, eu comecei a pescar com 15 anos, até meus 30 anos; 35 anos, a garoupa era o peixe que mais a gente pegava no mar. Tinha até barco apropriado pra apanhar a garoupa – a garoupeira. A garoupa tá entrando em extinção, ainda mais depois da pesca de lagosta com caçoieira. Robalo, vermelho, canguá, oriocó, tainha, dourado, garoupa também tão quase tudo em extinção. (Pescador de Atalaia)

Atualmente, a maioria dos pescadores artesanais de Canavieiras tem a atividade pesqueira como principal fonte de renda, embora muitos pratiquem a agricultura como complemento de renda e/ou para subsistência (LINS, 2011). No entanto, até a década passada, a atividade pesqueira artesanal estava sofrendo grandes impactos nocivos. Atividades como a pesca industrial, com destaque para a pesca de lagosta, somada à expansão da carcinicultura e da especulação imobiliária, começaram a ameaçar as práticas tradicionais de extrativismo dos recursos pesqueiros, tanto pela sobrepesca, quanto pela depredação do meio físico e cultural.

Com o objetivo de proteger e conservar os modos de vida dos pescadores artesanais, no começo da década de 2000, um grupo de extrativistas locais, com o apoio de algumas instituições governamentais e não governamentais, chegaram à conclusão de que uma Reserva Extrativista Marinha poderia ajudá-los a atingir a sustentabilidade no uso de seus recursos pesqueiros e a garantir direitos para melhorar a sua qualidade de vida. Começa aí uma série de conflitos entre os que eram favoráveis e os contrários à RESEX. Alguns conflitos foram amenizados; outros, perpetuam-se. Porém, novos surgem a todo instante.

Por envolver interesses de diferentes segmentos sociais, a criação da RESEX de Canavieiras acaba por se tornar um fator de posicionamentos ideológicos antagônicos com relação à mesma dentro do espaço geográfico municipal.

Dentre os segmentos da sociedade local que têm se apresentado como sendo contrários à criação dessa Reserva Extrativista, os mais importantes são: os agentes políticos, que desde que souberam da criação desta têm se mostrado contrários à mesma, inclusive não medindo esforços para que o processo que deu origem à sua criação seja revisto, sob alegação de ter havido fraude na origem da documentação que lhe deu início; o segmento dos comerciários que se sentem prejudicados pela inibição de novos fluxos capitais virem a circular no espaço geográfico local.

Por outro lado, encontram-se os segmentos que se colocam favoráveis à criação da Unidade de Conservação, dentre os quais se destacam os extrativistas e os ambientalistas, cujo discurso se fundamenta na garantia ao meio de sobrevivência de marisqueiras e pescadores artesanais, e à preservação do meio ambiente, onde o ecossistema manguezal acaba por assumir um papel importante (AGUIAR, 2008, p. 11).

Têm professoras na sala de aula que passam informação errada. [...] Quando ela terminou de falar, eu disse: professora, quero dar uma opinião. Não é assim não! A Reserva não é como a senhora tá dizendo não! A Reserva, professora, veio pra proteger o meio ambiente da degradação, dos gringos, dos ricos que degrada o mangue, a restinga. Veio proteger! Veio dar um pouco de liberdade pro pescador que não tinha. Ô professora, a senhora fala assim porque a senhora não é pescadora. A senhora pegue uma rede, uma barraca e vá numa beirada de barranco desses. Antes da RESEX, o neguinho não podia se abarracar pra botar uma rede no rio, porque, quando a senhora bota a barraca, o cachorro vem, o cara vem com uma espingarda e te tira no pente, na lapa. “Propriedade particular, não entre!” Ah, então quer dizer que se você entra lá dentro come chumbo? Ou o cachorro *Pit Bull* escrava você lá dentro. Ali meteram uma cerca, cercavam tudo e meteram uma cancela com um cadidão deste tamanho e fechou a passagem. A gente não podia, os gringo metia bala e dizia que tinha uma ordem pra, se invadir, meter bala. Quer dizer, a Reserva veio pra abrir a porteira pra gente! Pra garantir o nosso direito! (Marisqueira da sede municipal)

Pra mim, o modelo RESEX em área urbana não funciona. Em ambientes pouco habitados, (onde praticamente não há administração pública) onde o Estado intervém muito pouco, é efetivo porque daí ocorre uma autogestão. Agora, em área urbana, é ruim pra Prefeitura e ruim pra eles também. E ainda tem a SPU<sup>93</sup> no meio, que por não agilizar os processos, impedem os dois de trabalhar. (Representante da Prefeitura)

---

<sup>93</sup> Secretaria do Patrimônio da União.

### 3.2 A gestão do arranjo institucional *Reserva Extrativista de Canavieiras*

“Tem que fazer com amor, de coração. Se errar em qualquer coisa, tem que procurar se corrigir pra fazer com mais perfeição ainda. Eu sou um profissional que procura fazer as coisas com o máximo de perfeição, porque eu faço com amor. Se eu achar que devo fazer uma coisa e for fazer aquilo com má vontade, então eu não faço, porque eu não vou dar tudo de mim; eu não vou fazer o máximo do que eu sei, entendeu? E quando você vai fazer alguma coisa com amor, você vai dar o máximo de si” (Pescador de Atalaia).

#### 3.2.1 Histórico de criação da Reserva Extrativista de Canavieiras

De acordo com relatório da *Rede MangueMar Bahia* (s.d.), em 2002, havia nas rádios locais um acúmulo de denúncias de pescadores<sup>94</sup> quanto à mortandade de caranguejos, peixes e crustáceos nos rios Cedreiro e Cotovelo, chegando à Barra Velha e Puxim de Fora. Observou-se o lançamento de efluentes contaminados próximo a uma fazenda de cultivo de camarão<sup>95</sup> em Puxim do Sul, na BR-001. Também, havia denúncias de que:

- acessos ao manguezal e aos atracadouros estavam sendo interditados por cercas e tanques;
- barreiras construídas entre os tanques e o estuário se romperam e houve escape da espécie exótica de camarão *Litopenaeus vannamei* para o rio da Barra Velha, com consequências imprevisíveis na cadeia trófica estuarina;
- os manguezais estavam sendo drasticamente desmatados e as fazendas estavam sendo implantadas sobre áreas de apicum<sup>96</sup>;
- várias áreas úmidas (brejos e lagoas) onde os peixes se reproduziam foram drenados e os rios próximos ficaram assoreados;
- as águas dos rios estavam sendo contaminadas pelas águas lançadas sem tratamento pelas fazendas no momento da despesca.

Segundo informações da SEAGRI, dos cerca de 5.759 hectares ocupados com projetos de implantação de carcinicultura na Bahia, 2.648 hectares estão localizados no município de Canavieiras, representando 46% de toda a área utilizada, até o momento, com este tipo de

---

<sup>94</sup> As denúncias partiram da Colônia Z-20 e das demais Associações representativas de pesca das seis comunidades (algumas eram informais na época): Atalaia, Campinhos, Oiticica, Barra Velha, Puxim da Praia e Puxim do Sul.

<sup>95</sup> Refere-se à fazenda *Agrimarine*.

<sup>96</sup> Termo derivado da palavra “apecu”, originária da língua indígena Tupi e que significa “a língua de terra”. O apicum também é conhecido por “salgado”, “areal” ou, mais tecnicamente, planície hipersalina. A principal importância do apicum está em ser um reservatório de nutrientes (decomposição de material vegetal e sais acumulados pela evaporação) que, em certas épocas do ano, são removidos das camadas inferiores do solo pela ação escavadora de caranguejos como o uçá e, em seguida, lixiviados para o bosque do manguezal, mantendo seu equilíbrio salino. Outra importância atribuída ao apicum é o fato de esse ambiente funcionar como verdadeiros “berçários” para os caranguejos-uçá, o que reforça a importância de sua preservação, já que é um dos ambientes mais sujeitos à degradação do ecossistema *manguezal* (ECOTUBA, 2006).

atividade no Estado (PANGEA<sup>97</sup>, 2007). As fazendas de camarão obtiveram licenças do Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA/BA) sem que a população fosse informada dos impactos dos empreendimentos e sem a realização das audiências públicas previstas em lei. Em 2002, após a grande mortandade de caranguejos e peixes, mais de 2.000 famílias de pescadores viram-se em situação de risco alimentar. Muitos pescadores, funcionários do IBAMA e de ONGs sofreram ameaças de morte por se oporem à instalação das fazendas. Outros foram ameaçados de terem seus barcos queimados. Trabalhadores nas fazendas com algum grau de parentesco com lideranças do movimento de pescadores foram demitidos das fazendas carcinicultoras (REDE MANGUEMAR BAHIA, s.d.). Um pescador da Barra Velha sofreu ameaças de morte e teve seu poço de água potável contaminado propositalmente.

No ano de 2001, o *Instituto Ecotuba* já havia apresentado a ideia de criação de uma RESEX para a Associação de Marisqueiros de Canavieiras. Ainda no mesmo ano, um grupo de pescadores e marisqueiras, lideradas por Wilma Xavier, levantou uma lista de apoio (118 assinaturas) à criação de uma RESEX no município de Canavieiras. Esse grupo foi apoiado pelo sociólogo Orlins, preposto da Prefeitura Municipal e lotado na Secretaria de Ação Social, que por sua vez fomentou a solicitação de abertura do processo de criação da RESEX junto ao IBAMA. A solicitação foi enviada ao Escritório Regional do IBAMA em Ilhéus<sup>98</sup> e depois foi encaminhada Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT<sup>99</sup>) do IBAMA de Salvador<sup>100</sup> (PANGEA, 2007; AGUIAR, 2011).

De acordo com Aguiar (2011), antes da ida do CNPT a Canavieiras, houve uma reunião da Gerência Executiva do IBAMA com a *ONG PANGEA*, a qual já realizava estudos no município, e foi estabelecida uma programação conjunta, levando em consideração o que contemplava o Projeto *Ações Integradas para Conservação, Recuperação e Preservação Ambiental do Manguezal de Canavieiras*<sup>101</sup>. Em contatos prévios com a Prefeitura de Canavieiras e outros parceiros, os técnicos do IBAMA e do PANGEA elaboraram o seu programa de trabalho, que consistiu em:

- envolver o escritório do IBAMA de Ilhéus no processo;

---

<sup>97</sup> Plano de Manejo Participativo da RESEX Canavieiras (em construção, sob coordenação do PANGEA).

<sup>98</sup> Processo nº 02618/01.

<sup>99</sup> Atual Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP) – do ICMBio.

<sup>100</sup> Processo nº 02006002618/01-16.

<sup>101</sup> Contrato nº 2001CV000074 do PANGEA com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)

- ampliar o apoio local à criação e desenvolvimento da RESEX;
- fortalecer a base organizacional local;
- definir os passos concretos para a conclusão do processo de criação e desenvolvimento da RESEX;
- definir responsabilidades individuais e institucionais no sentido da conclusão do processo de criação da RESEX;
- discutir a origem histórica e funcional da Unidade de Conservação, abordando os seguintes temas: origem popular da proposta, bases filosóficas centradas na exploração sustentada dos ecossistemas, preservação da cultura extrativista e melhoria da renda e das condições sociais dos usufrutuários das RESEXs.

Em 2002, o CNPT enviou um grupo de técnicos ao município para verificar a solicitação e avaliar a viabilidade da criação de uma RESEX no local. Na ocasião, foram realizados os estudos socioeconômicos preliminares por uma equipe mista formada por técnicos do IBAMA e da Prefeitura Municipal, coordenada pelo sociólogo Orlins. Essa equipe mista também realizou várias reuniões locais com representantes da Prefeitura, de associações representantes dos segmentos extrativistas, Colônia de Pescadores, grupos ambientalistas e visitas às comunidades. A partir dessa ação, foi formado um grupo denominado de *Pró-RESEX* (PANGEA, 2007).

O Pró-RESEX, inicialmente, não possuía muitos representantes da pesca do município, apesar de apresentar pessoas envolvidas com ONGs de caráter ambientalista, além da Colônia de Pescadores. A Colônia de Pescadores disponibilizou um espaço na sua sede para as ações do grupo. Sendo assim, à medida em que o trabalho ia sendo desenvolvido, grupos relacionados à pesca e à preservação ambiental passaram a se organizar em instituições. Um exemplo disso foi a *Associação dos Agentes Ambientais Voluntários*, criada e legalizada logo após o curso ministrado pelo IBAMA, no âmbito do *Programa Agentes Ambientais Voluntários do IBAMA*. A ideia da criação de uma associação partiu das pessoas que moravam na sede municipal e participaram do curso. “Isso foi positivo porque o grupo consolidou uma entidade representativa dos agentes que significou uma base de apoio, uma figura de representação e mais poderes para os agentes que eram moradores da zona rural e que representavam as comunidades pesqueiras” (PANGEA, 2007, p. 10).

Ao todo, segundo Aguiar (2011), houve três reuniões principais, assim sintetizadas:

Quadro 9 – Síntese das primeiras reuniões do CNPT/IBAMA com as comunidades de Canavieiras e demais interessados

Reuniões	Principais pontos
Primeira (agosto de 2002)	<p><u>Local:</u> Sede da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, no centro da cidade de Canavieiras.</p> <p><u>Pauta:</u> explanação sobre a história, significado e propósito das RESEXs; os passos legais necessários que deveriam ser seguidos para a criação da RESEX em Canavieiras (abaixo-assinado, estudo biológico e estudo socioeconômico). Também, deveriam ser colhidas de segmentos da sociedade cartas de apoio ao IBAMA; documentação da Marinha; carta do patrimônio da União; definição da área marinha da RESEX (milhas); área do manguezal e memorial descritivo.</p> <p>Nessa ocasião, o PANGEA apresentou o conteúdo do Projeto que vinha desenvolvendo em Canavieiras, comprometendo-se a incluir o seu estudo biológico ao processo de criação da RESEX. Já o estudo socioeconômico ficou a cargo das Secretarias de Administração Municipal, de Educação e de Turismo e Cultura. Foi ainda formado o grupo de trabalho Pró-RESEX.</p>
Segunda (setembro de 2002)	<p><u>Local:</u> Sede da Secretaria do Bem-Estar Social.</p> <p><u>Pauta:</u> a coordenação do Pró-RESEX reuniu-se com a finalidade de definir a agenda de trabalho para a efetivação da criação da Reserva Extrativista, que, no momento, já era informalmente denominada de Wilma Xavier<sup>102</sup> (nome da líder marisqueira). Discutiu-se, na reunião, a elaboração de uma agenda para visitas às comunidades. A Secretaria do Bem-Estar Social já tinha começado o trabalho de campo repassando os questionários socioeconômicos.</p> <p>Ficou acertado que as comunidades a serem visitadas fossem as de Oiticica, Puxim de Dentro, Puxim de Fora, Barra Velha, Atalaia, Birindiba, Antônio Osório, Campinhos e Beira do Rio Pardo.</p>
Terceira (novembro de 2002)	<p><u>Local:</u> pousada no centro da cidade.</p> <p><u>Pauta:</u> estudo biológico e diagnóstico socioeconômico, agressões ambientais, delimitação da área da Reserva, agenda das comunidades.</p> <p>Abordou-se a importância de os relatórios biológicos e socioeconômicos serem feitos até o final de dezembro daquele ano para que se acelerasse o processo de criação da RESEX. Foi colocado que os relatórios deveriam ser embasados com a participação da comunidade, que houvesse formação das associações, dados da fauna/flora, agentes ambientais, material de mídia (filmagens) e fotos.</p>

De janeiro a março do ano de 2003, foram aplicados os questionários socioeconômicos fornecidos pelo CNPT. Os questionários, segundo o relatório do CNPT, foram aplicados exclusivamente nas casas onde a pesca era tida como a principal atividade da unidade familiar, tendo sido aplicados nas comunidades de Barra Velha, Brasas, Campinhos/Laranjeiras, Curva do

<sup>102</sup> Posteriormente, o IBAMA barrou a ideia do nome de *Reserva Extrativista Marinha Wilma Xavier*, baseado na Lei nº 6.454/1977, a qual estabeleceu em seu Art. 1º que “É proibido, em todo território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

Leão (Km 18), Atalaia, Oiticica, Puxim de Fora, Puxim de Dentro, Volta dos Currais e sede municipal. Ao todo, foram entrevistadas 313 pessoas (AGUIAR, 2011).

Quanto às Audiências Públicas – pré-requisito do SNUC –, as mesmas foram promovidas pelo CNPT (Figura 13) em 2002 e 2005. Na primeira, as comunidades pesqueiras tiveram papel preponderante nas decisões relativas aos procedimentos necessários a sua constituição. As comunidades extrativistas se posicionaram a favor da criação da RESEX frente aos gerentes do IBAMA estadual e das regionais de Ilhéus e Eunápolis; do prefeito do município; dos representantes do setor comercial, turístico, ambientalista; e dos agentes ambientais voluntários, dentre outros interessados. Um dos pontos mais importantes dessa reunião foi a solicitação da comunidade para que o IBAMA acelerasse o trâmite do processo de formação da RESEX. Não houve conflito significativo, segundo a ata da reunião (PANGEA, 2007; AGUIAR, 2011).



**Figura 13:** Audiência Pública para discussão do tema “RESEX Canavieiras”.  
Fonte: PANGEA (2007).

Já no ano de 2004, a assessoria de Meio Ambiente de Canavieiras enviou um ofício<sup>103</sup> ao CNPT solicitando informações sobre o estágio do processo de criação da RESEX Canavieiras, devido ao fato de as comunidades ribeirinhas estarem sofrendo drásticas pressões externas, as quais estariam escasseando os recursos naturais locais e provocando conflitos de interesses pessoais. Em 2005, diversas entidades de Canavieiras manifestaram, por meio de carta destinada

---

<sup>103</sup> N° 041/2004.

ao Ministério do Meio Ambiente, apoio à criação da *Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros de Canavieiras*: Câmara Municipal de Canavieiras, Colônia Z-20, Associação Canavieirense de Apicultores (ACAP), Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, Fundação e Associação de Ação Social e Direitos Humanos, o prefeito municipal de Canavieiras<sup>104</sup> e todas as associações representativas dos segmentos extrativistas locais. O PANGEA e a Colônia Z-20 solicitaram que cópias dessas cartas fossem apensadas ao processo<sup>105</sup> de solicitação de criação da RESEX (AGUIAR, 2011).

Porque a RESEX, ela era pra ser publicada assim: Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros de Canavieiras. Só que foi bom até que na hora que publicaram né, que foi assinado o Decreto e publicou, não saiu o “recursos pesqueiros”, porque não tem só recursos pesqueiros na RESEX. (Liderança da Barra Velha)

Em 2005, foi publicado um edital no jornal *A Tarde* (de Salvador) convocando a população interessada para a segunda Audiência Pública que seria realizada em dezembro do respectivo ano, relativa à criação da RESEX Canavieiras, na área externa da Associação dos Moradores da Barra Velha. Compareceram à Audiência cerca de quinhentas pessoas. Segundo o que consta na ata da reunião, diversas autoridades se pronunciaram, tal como os representantes do IBAMA, do PANGEA, das seis associações representantes dos segmentos extrativistas pesqueiros de Canavieiras e o prefeito municipal. Todos se posicionaram favoráveis à criação da RESEX Canavieiras, com exceção da representante do ramo de empreendimentos turísticos que protestou contra a falta de representantes do ramo hoteleiro e da carcinicultura.

Finalmente, no dia 5 de junho de 2006, foi criada a Reserva Extrativista de Canavieiras, contemplando uma área de aproximadamente 100.650 hectares, estando situada nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una.

Belmonte, se ficasse de fora, ia passar fome. Una é porque Comandatuba é distrito de Una e tem um pedacinho do continente (comunidade de aglomerado de casa. Ali mora pessoas que são pescadores e são colonizadas) dentro da RESEX. Onde tá o hotel<sup>106</sup> é Puxim da Praia, mas por questão de política, o pessoal do hotel registrou como pertencente a Una. De acordo com as cartas náuticas, a divisa dos municípios é o estuário, então ali ainda é Canavieiras. (Liderança da Barra Velha)

---

<sup>104</sup> Através do ofício nº 109/2005.

<sup>105</sup> Nº 02006.00.2618-2001/79.

<sup>106</sup> Refere-se ao Hotel Transamérica da Ilha de Comandatuba.

A RESEX Canavieiras abrange porções marinhas (aproximadamente 83%) e continentais (cerca de 17%), formadas por extensa área de manguezais (cerca de 8.000 ha), rios e pequenas ilhas costeiras. Quatro dos sete principais núcleos de pescadores de Canavieiras foram contemplados, ficando os outros três na área de entorno<sup>107</sup>.

Território tradicional não é só aquele lugar aonde a gente mora. Quando se fala em território, qual é o seu território? Muita gente remete a pergunta a sua casa, ao seu quintal... Mas a visão de território é muito mais ampla. Um pescador precisa ir na mata pra tirar o pau pra fazer a jangada dele. Ele só vai lá uma vez por ano ou talvez a cada dois anos. Ele tem que ir no mar pra pescar. Então você vê: ele sai do litoral, ele vai no centro pra tirar o pau da jangada, tirar o cipó pra fazer o samburá, tirar a taboa e assim vai. Ele vem pro litoral e do litoral ele vai pro mar pra poder pescar, ou seja, será que toda essa área seria o território da população tradicional? Não tenho a menor sombra de dúvida, porque é um território necessário pra ele se reproduzir, levando-se em consideração toda a questão da reprodução. Infelizmente, nós não tivemos a condição de abarcar o que nós tínhamos a necessidade de abarcar, que seria toda essa área. Então, nós resolvemos delimitar a área da Reserva Extrativista levando em consideração as áreas de uso mais efetivas: os manguezais, as ilhas costeiras. Barra Velha, Puxim da Praia, Atalaia e Campinhos, essas são comunidades tradicionais que ninguém tem sombra de dúvida que são comunidades tradicionais. Mas nós temos Puxim e Oiticica que são antigos assentamentos; são áreas ocupadas por agricultores, agricultores familiares e têm também populações tradicionais lá que são pescadores artesanais. A sede do município, não se justifica você botar uma área urbana consolidada como essa aqui. (Liderança da AMEX)

Territorialidade sempre existiu. Na verdade, a RESEX veio pra dar visibilidade pro público lá fora que aqui existia isso desse jeito. Essa coisa de organização; de liderança já existia antes da Unidade. A RESEX impulsionou o interesse maior de se unir mais ainda. Na minha opinião, a RESEX já existia informalmente, mesmo sem ter um território demarcado pra dar visibilidade lá pros de fora. Pra mim, a RESEX não faz o extrativista, o extrativista faz a RESEX.

[...]

Se tá preservado, é porque a população cuidou bem. Por isso eu disse que a RESEX já existia. (Liderança da Barra Velha)

A Reserva Extrativista veio pra garantir uma territorialidade já existente. A Reserva Extrativista sempre existiu. O que tem agora é uma política pública pra garantir, devido a ameaças que vinha sofrendo que poderiam comprometer essa territorialidade existente. (Analista ambiental do ICMBio)

### 3.2.2 Caracterização socioeconômica, socioecológica e cultural dos principais núcleos extrativistas beneficiários da RESEX Canavieiras

Antes de iniciar a caracterização dos principais núcleos extrativistas de Canavieiras que são beneficiários da RESEX, é importante fazer a distinção entre *usuário* e *beneficiário*. Usuário

---

<sup>107</sup> Suas áreas residenciais estão fora da RESEX. Contudo, as áreas de manguezais estão dentro.

é quem faz usos da RESEX, como trânsito e lazer, mas que não depende da RESEX como principal fonte de renda, que é o caso do beneficiário.

Tem uma resolução do Conselho Deliberativo sobre o perfil do beneficiário. Hoje, na RESEX Canavieiras (pode variar) tem que ser membro da população tradicional da RESEX, que é pescador artesanal ou agricultor familiar residente no interior da Reserva, ou pescador artesanal e artesão que faz uso dos recursos ambientais da Reserva e que pode, inclusive, morar fora, no entorno dela, mas que usa a RESEX como meio ou forma complementar de vida. Usuário são todos os outros que usam a RESEX e não se enquadram nessas questões (hotéis que organizam passeios, lancheiros que não são pescadores e fazem passeios, surfistas...). (Analista ambiental do ICMBio)

Alguns beneficiários têm como atividade principal a agricultura. Muitos não são colonizados. (Liderança da AMEX)

Pelo fato de uma Portaria Interministerial entre o MDA<sup>108</sup> e o MMA reconhecer as RESEXs como beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o órgão responsável pelo cadastro dos beneficiários da RESEX Canavieiras é o INCRA. O cadastro atual do INCRA é referente aos anos 2009/2010. Há cerca de 1.250 beneficiários cadastrados, mas estima-se<sup>109</sup> que haja cerca de 30, 40% a mais.

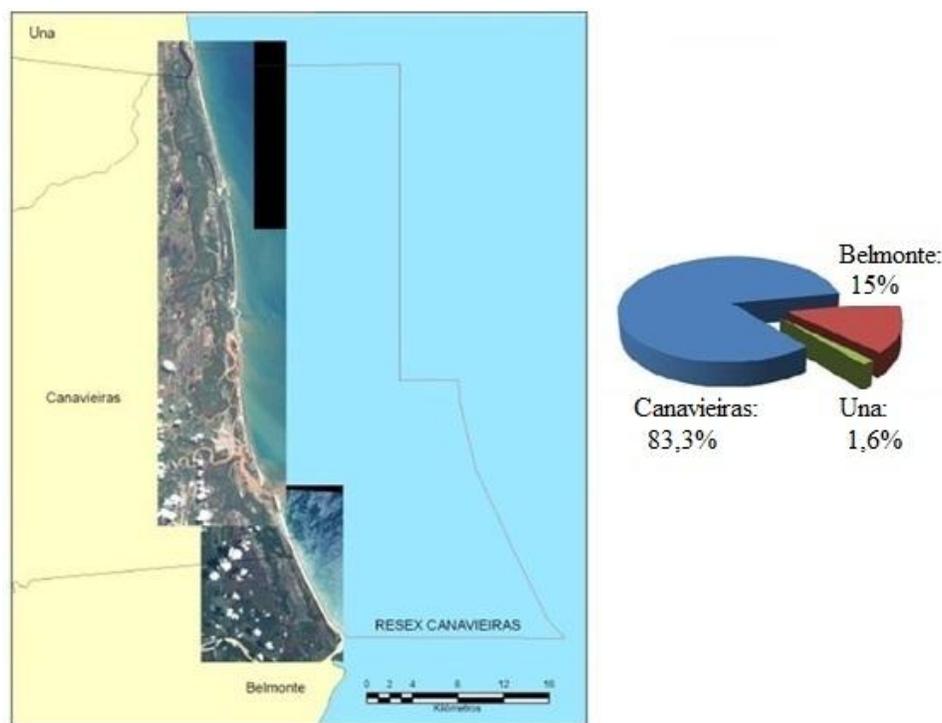
Segundo dados do censo realizado no âmbito do *Projeto Desenvolvimento Socioambiental Sustentável na RESEX Canavieiras (Projeto Envolver)*, realizado no ano de 2009, estima-se que haja de 1.300 a 1.400 famílias beneficiárias (5.600 pessoas) na RESEX (CURADO, 2010). A maioria dos beneficiários da RESEX reside no município de Canavieiras (83%), sendo que somente 24% dos usuários residem dentro dos limites físicos da RESEX (Figura 14).

A intenção do Envolver acabou sendo macro, sem querer. No início, a maior intenção era saber quantos pescadores eram favoráveis à RESEX, tanto é que vários responderam negativamente quanto a essa questão. Também, a gente queria saber quais as práticas de pesca que estão sendo executadas dentro da RESEX; como é que está a questão da moradia dele; que tipo de dificuldades eles encontram... No ramo da saúde, tem assistência à saúde? (Liderança da Barra Velha)

---

<sup>108</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário.

<sup>109</sup> Estimativa do ICMBio de Canavieiras. Devido à resistência quanto à existência da RESEX, muitos acabam não se cadastrando. Esse tema será abordado na seção 3.2.2.

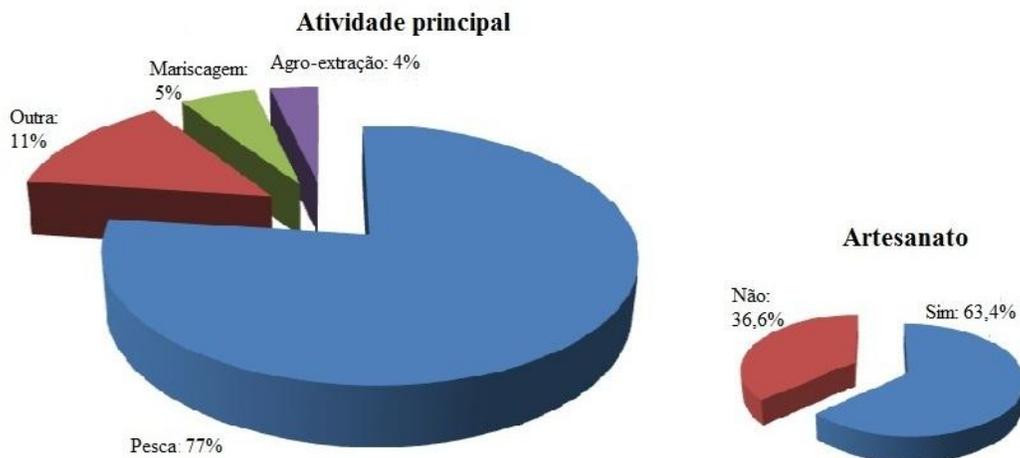


**Figura 14:** Relação da porcentagem de beneficiários da RESEX Canaveiras, de acordo com seus municípios.  
 Fonte: CI-Brasil (2010).

É notável a importância da atividade pesqueira para os beneficiários da RESEX: 82% têm a pesca e a mariscagem como principal atividade, sendo que 90% dos entrevistados do censo comercializam seu pescado, normalmente com atravessadores. A atividade de mariscagem é caracterizada pela exploração de diversos recursos como caranguejos, siris, aratu (*Goniopsis cruentata*), ostra, sururu (*Mytella charruana*) e camarões (branco, rosa e sete barbas – *Litopenaeus schimitti*; *Farfantepenaeus paulensis*, *F. brasiliensis*, *F. subtilis*; e *Xiphopenaeus kroyeri*, respectivamente). O principal recurso explorado é o caranguejo-uçá. A atividade agroextrativa (17% possuem roça) e o artesanato (com destaque aos petrechos de pesca) também aparecem como opção, mas, normalmente, para uso próprio (Figura 15). Na Figura 15, a atividade “outra” está representada por benefícios governamentais e/ou biscates (CURADO, 2010).

É uma arte, é uma profissão, é bonito e dá prazer. Muitos têm vergonha, mas ser pescador é uma coisa normal! (Marisqueira de Campinhos)

Peguei problema nas munheca de meter a mão no mangue e carregar saco. (Pescador do Puxim da Praia)



**Figura 15:** Principais atividades dos usuários da RESEX Canavieiras.  
Fonte: CI-Brasil (2010).

Peixes que não se come, em geral, nas comunidades: bagre, arraia, peroá, caramuru, baiacu (porque são de couro). Mulher menstruada e em pós-parto não pode comer. Homem quando tá com corte no corpo, porque inflama. Aratu é remoso pra mulher. Esses peixes são remosos e provocam reações no organismo que levam a inflamações. Cangurupim não é de couro, é de escama, mas se destaca nisso. Esse peixe é respeitado! (Lideranças da AMEX)

### 3.2.2.1 Puxim do Sul (ou Puxim de Dentro)

Localiza-se às margens da rodovia BA-001, distante 25 km da sede do município de Canavieiras.

Já em 1703, segundo eu já li um livro, já habitavam um pessoal da família Vieira Pinto, ali no Puxim da pista. E aí surgiu né? O pessoal foi tomando conta das terras, ocupando as terras e hoje eu sou um dos ocupantes; uma das raízes dessa família, desse pessoal. (Pescador do Puxim da Praia)

Em Puxim do Sul, a articulação política é consistente, tendo representações comunitárias claras e atuantes no cenário municipal, apesar de a falta de cooperativismo também ser apontada como um ponto negativo. Essa articulação política teve origem na década de 1970, no contexto dos movimentos pela democratização do uso da terra. Ainda nessa década, tornou-se um assentamento do INCRA.

Tava no auge da briga da invasão né, aí um camarada me disse: oí, tem um pedaço de terra de tal lugar assim, assim e assim. E eu disse: iéé? Então eu vou lá! Aí chamei um primo meu, que ele também não tinha posse ainda, a terra demarcada né. Aí então nós foi e lutamos, roçamos nós mesmo e tirei a posse. E aí eu fiz um barraco e continuei lá

dentro. E aí cansou da minha mãe ir lá: meu filho, pelo amor de Deus! A polícia chegou na rua lá e disse que vai ter sangue, que vai dar no meio da canela. E eu digo, ai minha mãe! Pode ir embora que depois eu vou. Às vezes, eu acompanhava ela e, às vezes, eu era teimoso né e eu ficava. Às vezes, eu ia até a rua e de lá eu dava um truque e vinha pra cá, ficava no barraco. Aí o que eu fazia cá? Eu tinha aquele saco de alinhagem de cacau e eu entrava dentro do saco, deixava lá dentro a mandioca com a panelinha cozinhando no barraco e ficava de cá de fora. Aí quem chegasse não ia dizer que eu tava fora de casa vendo as mandioca. Outras vez eu pegava uns bagaços de piaçava, uns capins e uns negócio e eu enrolava e fazia feito uma pessoa, ao comprido. Quem chegar aqui, vai pensar que é eu, e deixa que eu to lá dentro do saco olhando tudo.

[...]

Eu não sou passarinho pra morrer de graça, então eu vou pra briga mesmo. O grupozinho é pequeno, mas nós somos infernal! (Liderança do Puxim do Sul)

Puxim do Sul possui pouco mais de cem famílias residentes, das quais pouco mais de setenta são de pescadores (LINS, 2011). Há limites dessa comunidade em que ocorrem riachos e rios, os quais possibilitam a extração dos recursos pesqueiros do manguezal e sustentam a pesca como atividade econômica de maior importância em nível local.

A pesca se consolidou como atividade principal a partir do momento em que a agricultura deixou de garantir a sustentabilidade dos assentamentos, inicialmente localizados na margem oeste da rodovia. Planta-se, por exemplo, coco, piaçava, cenoura, batata, abóbora, mandioca, milho e frutas tropicais, mas a comunidade se dedica de forma mais intensa à mariscagem e à captura de crustáceos, como aratu, guaiamum, caranguejo, siri de mangue, siri de ponta e do siri-nema (*Callinectes bocourt*). Dentre os sete núcleos de Canavieiras, Puxim do Sul é o segundo quanto ao uso do caranguejo e o terceiro quanto à extensão territorial da RESEX, com 16,33%. Puxim do Sul apresenta treze pontos de pesca e possui três portos (MACHADO, 2007; PANGEA, 2007; LINS, 2011; dados de campo).

O Puxim tem uma parte que é posseiro. Quase todo mundo tem roça e vive do mangue. E mesmo quem é posseiro, como eu, vive do mangue. (Pescador do Puxim do Sul)

Puxim do Sul apresenta um padrão de ocupação típico de periferias de pequenos centros urbanos, com a maioria das casas feitas de alvenaria, porém sem reboco e acabamento interno, além de construções feitas em madeira, principalmente as mais antigas. As ruas não são pavimentadas (Figura 16). Há disponibilidade de energia elétrica, água encanada para boa parte das residências e infraestrutura, como abrigos nas paradas de ônibus, telefones públicos, um pequeno comércio de gêneros básicos e alimentícios, além de escola primária. Existe ainda uma

padaria e duas casas de farinha (uma é pertencente à associação comunitária) (MACHADO, 2007; dados de campo).

Hoje em dia é tudo no dinheiro. Acabou aquilo, não se troca mais. Mas, no tempo de minha avó, eu trocava coco por fumo, trocava coco por cachaça, trocava caranguejo por farinha, trocava guaiamum. E era assim, tudo era trocado, na venda mesmo, nas bodegas. Minha vó chegava: toma aqui menino três, quatro cocos e vá lá buscar uma pinga pra mim. Minha avó por parte de mãe gostava de tomar uma pinga, mas também não tinha chumbo porque ela era pescadeira. Pegava peixe de vez que tinha que mandar os meus tios ir buscar que sozinha ela não guentava trazer. (Pescador do Puxim do Sul)



**Figura 16:** Rua, casas e atracadouro do Puxim do Sul.  
Fonte: Lins (2011) e Dumith (2012).

A falta de transporte público para os estudantes e a carência de serviços de saúde são os motivos das maiores reivindicações da população local. Existe um posto de saúde em Puxim do Sul, mas sem as condições adequadas. A ausência de equipamentos e a indisponibilidade de profissionais obrigam a população a se deslocar frequentemente para a sede municipal de Canavieiras ou para o município de Una em busca de atendimento. Não existem módulos policiais ou postos de segurança pública (MACHADO, 2007).

As escolas disponíveis possuem apenas o ensino fundamental, condicionando os estudantes a terem que se deslocar até à sede municipal para seguir os estudos. Como as condições econômicas são desfavoráveis para a maioria das famílias, muitos encerram o aprendizado pela impossibilidade de frequentar a escola (MACHADO, 2007). É a comunidade de Canavieiras que mais possui beneficiários do *Bolsa Família* – 80,6% (LINS, 2011).

Puxim do Sul, segundo Lins (2011), é a localidade com o maior número de pescadores sem instrução dentre as comunidades de Canavieiras. Além disso, há significativamente o problema dos “analfabetos funcionais”, que são os indivíduos que sabem apenas assinar o nome.

Puxim do Sul se destaca pela questão da agricultura. São posseiros do INCRA no processo de Reforma Agrária. Puxim tem duas frentes: uma frente da agricultura, que tá fora da área da RESEX, e tem a frente da pesca. Puxim se destaca por dois pontos: teve a primeira associação do município, no que diz respeito à questão agrícola, e a primeira associação do município no que diz respeito à pesca. Levaram não sei quantas horas pra convencer o pessoal do cartório a fazer a associação. O pessoal do cartório não sabia o que era associação. São conhecidos como produtores da melhor farinha do município – farinha do Puxim. Tem muita gente aqui que vende farinha que não é do Puxim dizendo que é do Puxim pra poder vender. (Liderança da Barra Velha)

Atualmente, Puxim do Sul possui três associações: a dos moradores, a dos posseiros e a dos pescadores – *Associação de Pescadores do Puxim do Sul* (AMPS, de 1998). O padroeiro da comunidade é São Francisco de Assis.

### 3.2.2.2 Oiticica

Localiza-se às margens da rodovia BA-001, distante 32 km da sede do município de Canavieiras. Em Oiticica, residem noventa famílias, das quais sessenta são compostas por pescadores e/ou marisqueiras (LINS, 2011).

Oiticica apresenta o maior número de áreas de pesca do município, com um total de 28 áreas de pesca estabelecidas na faixa de manguezal. Possui uma superfície que representa 14,72% da área total de manguezais existentes em Canavieiras, sendo a quarta maior comunidade de Canavieiras, em extensão. Contudo, os pescadores não extrapolam seus limites territoriais estabelecidos, e Oiticica apresenta um acesso limitado ao seu espaço territorial. Isso é evidenciado na contradição de ocupar o terceiro lugar na quantidade de portos (quatorze), dos quais a maioria está em rios de caudal menor. Este fato dimensiona os problemas que a comunidade tem com o acesso aos seus portos, já que os de livre trânsito estão distantes da comunidade. Os portos próximos existem, porém, apresentam baixo caudal, o que inviabiliza a navegação durante as marés baixas e dificulta a qualidade de vida da comunidade pesqueira (MACHADO, 2007).

Assim como o Puxim do Sul, Oiticica é um assentamento do INCRA.

Aqui é anterior ao Puxim. Mais velho que Canavieiras. (Liderança de Oiticica)

A infraestrutura de serviços na área da moradia, ensino e saúde é semelhante à do Puxim do Sul. Quanto à pesca, em Oiticica, a maioria dos indivíduos é do sexo feminino, ficando os homens encarregados do trabalho na roça, na pequena fábrica de processamento de polpa de frutas e do trabalho disponível em outras localidades. Oiticica é a comunidade que possui a maior quantidade de marisqueiras que se dedicam à extração de lambreta (MACHADO 2007; LINS, 2011).

Em Oiticica, a falta de organização e articulação dos seus membros é apontada pelos moradores como um problema significativo, embora exista a *Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Povoado de Oiticica* (APEMDOPO, de 2006).

Comemora-se em Oiticica a festa de Santo Antônio (13/6), seu padroeiro. Contudo, a comemoração passou para o dia de São Pedro (29/06) porque as pessoas passaram a comemorar no centro de Canavieiras, onde se comemora o dia Santo Antônio por ele ser padroeiro de Atalaia.

### 3.2.2.3 Puxim de Fora (ou Puxim da Praia)

Puxim de Fora está distante, linearmente, 26,7 Km de Canavieiras. A comunidade concentra 1,62% de áreas de manguezal no seu território, cifra que representa a segunda menor área de manguezal do município. O uso incipiente do manguezal se realiza em oito áreas de pesca, sempre próximas ao espaço insular, acessadas através de dezessete portos. O acesso a Puxim de Fora é difícil, dando-se por barco ou pela extensa faixa de praia, através de caminhada ou de veículo traçado (Figura 17) (MACHADO, 2007).

Residem 59 famílias na comunidade, e os contatos com o centro de Canavieiras são pouco frequentes, restringindo a disponibilidade de serviços e mercadorias à vila próxima à entrada do Hotel Transamérica da Ilha de Comandatuba (Una). O cultivo e a produção de coco seco representam a principal atividade econômica da comunidade do Puxim de Fora. O coco é comercializado, principalmente, nos municípios de Ilhéus e Itabuna. A pesca se constitui em uma atividade econômica complementar (MACHADO, 2007; LINS, 2011).



**Figura 17:** Acesso ao Puxim de Fora via manguezal e perspectiva das suas costas fluvial e marinha.  
Fonte: Dumith (2012).

No tempo de meus pais e meus avós, eu lembro que os coqueiro eram bem conservados, eram limpo. Tinha uma vantagem que a população da comunidade era maior e o pessoal tinha mais interesse de limpar. Hoje, muitos já morreram e muitos também se deslocaram da comunidade. Saíram né? Hoje, o coqueiro precisa de ser cultivado, zelado. Tem que limpar e tirar o mato. Hoje as plantações tá muito no mato. O coco não tem um valor certo; às vezes ele sobe, baixa, alteia, daqui a um pouco ele cai de vez e aí não tem como manter aquela propriedade limpa né? E também tinha que usar um adubo, um adubo que não fosse nem químico que venha a agredir a terra né? Mas um adubo orgânico que venha a ajudar a terra. (Liderança do Puxim da Praia)

As atividades extrativistas vinculadas aos recursos pesqueiros da costa (peixes) são realizadas preferencialmente no verão a fim de abastecer a demanda turística nos municípios de Canavieiras e do seu entorno, que aumenta durante esse período. Os recursos do estuário são utilizados prioritariamente para o autoconsumo, destacando-se a captura do caranguejo e do aratu. A produção de coco e de pescado também é vendida na vila próxima à entrada do Hotel Transamérica, para comerciantes e restaurantes locais ou para intermediários.

Camarão ficou escasso, antigamente era com tarrafa e com a mão. Uma vez peguei 10 quilos num lance. (Pescador do Puxim da Praia)

Ô menina! Antes, a gente ia tarrafar e vinha um monte de peixe. Hoje em dia, a lama esquentada e o peixe vai embora. No inverno que tá melhor. (Pescador do Puxim da Praia)

A exploração da área é bastante antiga, anterior ao século XIX, e marcada pelas relações familiares e vínculos de parentesco. As pessoas mantêm relações solidárias de sobrevivência, apesar de não possuírem uma organização formal e sua representatividade junto ao município ser pouco significativa. Existe a *Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia* (AMAPP, de 2004), a qual tem sua sede no prédio desativado da escola.

Antigamente, existia sempre pessoas de fora e a gente dava muito apoio. Mas depois que surgiu a Reserva, a gente caímos na real que esses gringos não vieram ajudar as comunidades, e eu falo até em termos geral, dentro da Reserva mesmo. Os gringos vêm com o interesse de pegar e escoar essas famílias de nativos. Oferecem valores altos pelas terras pra poderem se apossar dali e o pessoal sair. Hoje muitos se deram mal. Dentro da Reserva mesmo tem algumas comunidades que teve pessoas que saíram e hoje tão passando uma perrengue danada. Porque eles tinham interesse de tirar todo mundo, aí chegava lá, ameaçava o pessoal, botava cão de guarda, pessoas armadas pra não ter acesso ao estuário que o pescador vai até o manguezal. Eles compravam essas terras e interditaram essas passagens, daí dificultou muito pras pessoas. (Liderança do Puxim da Praia)

Não há mais escolas para as crianças, forçando-as ao deslocamento para outras localidades a fim de terem acesso à educação. A comunidade não dispõe de água encanada, rede de esgoto, energia elétrica, posto de saúde e telefones públicos. O lixo doméstico é lançado nos rios, enterrado ou queimado, provocando um impacto negativo no ecossistema de manguezal.

O pessoal reclama da renda das família lá ser baixa em consequência da energia que não tem pra conservar pescados. Muitas vezes, a gente pega o pescado, o marisco, enfim, numas horas impróprias e não como transportar pro outro lado, entendeu? Até que hoje já tem mais uma facilidade que nós temos esses motorzinhos de rabeta que já nos ajudam. Mas, antigamente, era tudo só no remo, muito cansativo, desgastante. (Pescador do Puxim da Praia)

O que forçou um pouco as pessoas saírem das comunidades pra virem até a cidade foi a questão educacional. O pescador não teve acesso à educação na escola, mas ele tenta dar pro filho dele. Então, de que forma eu posso fazer isso? Vou vender minha terrinha aqui, vou comprar uma casinha na cidade pra botar meus filhos pra estudar. Nem que ele vá quatro dias pescar lá na comunidade onde morava, mas a mulher e o filho tão aqui na cidade estudando. (Pescador de Campinhos)

A imagem de São Boaventura – padroeiro de Canavieiras –, segundo a lenda, foi encontrada por pescadores em Puxim da Praia no início do século XVIII. Contudo, pelo fato de

hoje predominarem evangélicos na comunidade, quase não há comemoração do padroeiro. Outra lenda que existe é a lenda do *Boitató* – “tipo uma luz acesa e os pescadores corriam” (Pescador do Puxim da Praia).

Há uns tempos atrás, a única religião que existia era a católica. Padre frequentava as comunidades. Com o passar dos anos, foi aparecendo o evangelismo. Se mudou a crença e muda todo o ciclo. Depois da missa era comum ter comes e bebes: manguzá, mingau, bolo, forrozinho com violão, cavaquinho e tambor. Hoje em dia, não se faz isso. Tem mais evangélicos do que católicos. (Pescador de Campinhos)

#### 3.2.2.4 Barra Velha (ou Ilha da Barra Velha)

Barra Velha está distante, linearmente, 20,3 km do centro de Canavieiras. Concentra no seu território insular 5,37 % da superfície total de manguezal utilizada pelos pescadores artesanais do município, apresentando 23 pontos de pesca e 31 portos, distribuídos em maior quantidade no setor interno da Ilha. A ligação com o continente é feita através de uma balsa (Figura 18) mantida pela Prefeitura Municipal e operada por moradores. Conjuntamente com a prática da pesca, tem o cultivo do coco como atividade econômica principal. Das 30 famílias residentes, 21 são de pescadores (MACHADO, 2007; LINS, 2011).

Na comunidade de Barra Velha, o principal produto é o camarão branco (*Litopenaeus schimitti*) seco salgado, que possui consumidores regionais fiéis à reconhecida qualidade desse crustáceo. Pescar em mar aberto também é uma prática frequente, e o principal destino da produção é a comercialização, principalmente para intermediários. Homens e mulheres participam efetivamente da pesca estuarina, porém os deslocamentos masculinos atingem as maiores distâncias. As mulheres dedicam-se também à mariscagem, mas com o objetivo principal de autoconsumo, salvo quando os excedentes são consideráveis (MACHADO, 2007; LINS, 2011).

Quanto às atividades econômicas agrícolas, o cultivo do coco e de dendê se destaca. O fruto do coqueiro é empregado sob várias formas: *in natura* (água de coco), seco e óleo.

Barra Velha é a comunidade que mais vende óleo de coco. Coco sem água serve pra fazer óleo. Vende no comércio local mesmo. Serve pra cosmético e medicina. Em média, 1 litro de coco se vende a 15 reais. (Pescador da Barra Velha)

Além do coco e da pesca, existe a criação de pequenos animais, produção da piaçava, de farinha de mandioca (Figura 18), o cultivo de pequenas hortas.

Têm cinco casas de farinha. Vende o excedente, por lá mesmo ou em Canavieiras. A maior parte fica lá em Barra Velha mesmo. O pessoal de lá compra. Já teve mais de dez casas de farinha. (Liderança da Barra Velha)



**Figura 18:** Comunidade da Barra Velha, casa de farinha e balsa de acesso.  
Fonte: Machado (2007) e Almeida (2011)<sup>110</sup>.

Segundo os moradores do lugar, os primeiros habitantes se estabeleceram na Barra Velha ainda no começo do século XX, antes do início do apogeu da lavoura de cacau na região. As casas não dispõem de água encanada, rede de esgoto e telefones públicos. A energia elétrica foi um direito adquirido recentemente (2005), através da instalação de painéis solares nas residências<sup>111</sup>. Barra Velha não possui escola, nem posto de saúde. Os moradores da Barra Velha mantêm contatos regulares com a cidade, onde adquirem mantimentos e produtos pessoais. Esses contatos são realizados quinzenalmente em média, mas alguns moradores chegam a permanecer dois meses sem sair da comunidade (MACHADO, 2007).

Em Barra Velha, a população praticamente desapareceu. É preciso repensar essa área. Quem está lá? Deveria ter transporte melhor e escolas de 1º e 2º graus. As pessoas de lá estão saindo por falta de opção. Não tem luz! Os velhos estão morrendo e não está havendo reposição. Poderia se criar um restaurante típico, com moquecas. São atividades ligadas à pesca, aos pescadores e ao pescado. Em 1978, tinha uma capela – Nossa Senhora D’Ajuda –, e o terço era rezado só pelos homens! Que interessante! E todas as orações eram em latim, e não era um latim totalmente errado. Era uma pronúncia popular,

<sup>110</sup> Cedida por Ernesto Monteiro de Almeida – morador da Barra Velha.

<sup>111</sup> Iniciativa da Companhia de Ação Regional, Banco do Nordeste e Governo do Estado da Bahia, com o apoio da Prefeitura Municipal de Canavieiras. É a única fonte de geração de energia que a Barra Velha possui, mas nem todas as casas dispõem desse serviço.

mas não tão errada! A última vez que fui foi em 1992 e ainda tinha isso. Tudo girava em torno daquela capela. Tinha uma imagem pequenininha de madeira. Lá não se comia carne, só marisco, camarão, ostra, catado... O almoço era oferecido por eles, não se pagava nada! Ainda existia um guaíamum gigante. (Representante da Câmara de Vereadores)

Seus membros estão organizados na *Associação de Pescadores, Marisqueiras e Extrativistas da Barra Velha* (APEMBAVE, de 2007), com forte representatividade junto ao município, principalmente no setor pesqueiro. Celebra-se a festa de seu padroeiro – São Brás – no dia 3 de fevereiro.

Barra Velha ia ter o maior campo de golfe da América Latina. Mas isso tudo (resorts, hotel cassino...) é só falatório. Nunca se viu nada em papel nenhum. (Liderança da Barra Velha)

### 3.2.2.5 Campinhos

No extremo sul do município de Canavieiras, encontram-se os povoados de Jacaré, Brasas, Laranjeiras, Marobá e Campinhos, reunidos sob uma única denominação após a constituição da *Associação dos Pescadores e Agricultores de Campinhos* (APAC, de 2004), já que Campinhos é a mais antiga.

Campinhos é a comunidade mais unida. É onde tem o maior número de pessoas convivendo junto num só lugar de uma mesma coisa é lá. Os outros tudo tem mais diferença. (Liderança da Barra Velha)

União é quando alguém faz alguma coisa errada e a gente mesmo pode sentar e conversar com ele e ele ouvir. Isso tem acontecido comigo; pessoas que moram muito distante chegar comigo, sentar e pedir um parecer: o que que eu posso fazer? Se eu faço isso? O que que você acha de melhor? (Liderança de Campinhos)

Campinhos apresenta difícil acesso, exclusivamente por via hídrica (Figura 19), dependendo das condições climáticas e de maré. Possui cerca de 10 km de distância do centro de Canavieiras (MACHADO, 2007).

Só de barco. E a gente agradece a Deus de ser só de barco. Estrada pra lá, enquanto eu tiver vida... Só se o pessoal de lá, só se a comunidade disser assim: nós queremos! Mas se não for isso, é melhor sem estrada. (Liderança de Campinhos)



**Figura 19:** Acesso, manguezais, residências e atracadouro da comunidade de Campinhos.  
 Fonte: Dumith (2012).

Puxim de Fora, Barra Velha e Campinhos são lugares em que o acesso é difícil, permanecendo relativamente isolados do modo de vida cidadão. As relações de parentesco e proximidade predominam, mas se veem ameaçadas por empreendimentos de hotelaria (Barra Velha e Puxim de Fora) e carcinicultura (Campinhos), que tentam se instalar próximos a estes assentamentos, com o apoio da administração municipal (MACHADO, 2007, p. 134).

A comunidade de Campinhos está vinculada mais diretamente aos recursos do estuário e braços de mar, utilizando 26,73% da extensão territorial total de manguezal do município. Apresenta onze portos e nove áreas de pesca. Tem na atividade pesqueira sua única prática econômica, concentrando-se na captura de crustáceos e moluscos, predominando o aratu. Existem 130 famílias, das quais, mais da metade são de pescadores e marisqueiras e o restante, de agricultores (MACHADO, 2007; LINS, 2011).

Os pescadores e marisqueiras de Campinhos precisam se deslocar até o centro de Canavieiras para a obtenção de mercadorias, pois só existem duas mercearias com poucos suprimentos. Não existem padarias na comunidade, mas um vendedor do município de Belmonte comercializa pão na localidade uma vez por semana.

A maioria de Barra Velha tá na produção terrestre. Tá na pesca como suprimento da renda. Em Campinhos a gente vê lá um leque de outras atividades que eram praticadas no tempo do avô de “pescador”, no tempo que o pai de “pescador” era criança, que hoje não se faz mais, parou. E a gente quer retomar isso. Eles eram os especialistas de Canavieiras

na fabricação de beiju. Vinha só de lá. Farinha todas as outras comunidades tinham, mas a parte de beiju era Campinhos. Os mais velhos foram e os mais novos opinaram, foram embora de casa e não se dedicaram a pegar aquilo ali. Outra coisa que tinha muito em Campinhos e Barra Velha era o cultivo da melancia, do milho, abóbora e sumiu. Barra Velha ainda sobreviveu um pouco disso aí porque o território lá, o pessoal não ficou dependente só, ao longo do tempo, do transporte por água; teve acesso ao carro entrar lá. Então, algumas pessoas que pararam de produzir em Campinhos não foi nem a questão de querer mudar a atividade, foi questão de o transporte pra trazer esse produtos não pagar o que ia vender. O cara vinha todo sábado pra trazer beiju pra vender aqui no porto. Naquela época, era uma coisa; hoje, é outra. Dependendo da situação que ele vem vender, ele pode vender e pode não vender uma quantidade que vai pagar as despesas todas de vir pra cá, entendeu? Hoje vem um outro fator pra cobrir isso. Hoje, em qualquer escola que você entra, vai ter a merenda escolar. Mas, na maioria dos casos e das escolas, quando você entrava na hora da merenda na escola, tinham muitas crianças que não vão merendar; trazem a merenda de casa, não comem a merenda da escola. É o dia a dia dentro de casa! Eu fui criado comendo bolo de puba, pamonha de puba, pamonha de milho, mingau de puba, farinha de coco, bagoço de coco com açúcar, peixe frito, merendava três horas da tarde ovo. Hoje vá dá pra um filho da gente e vê se ele quer comer? Ele quer um real pra ir comprar a porcaria do biscoito recheado. Aí, esse povo que produzia o beiju pra cidade tomar café de manhã; a cidade quer tomar café hoje nem é com pão mais, não quer nem o pão em si: “eu quero pizza, eu quero uma lasanha”. Ah, mas vá se lascar! Aí, o aparecimento dessas coisas prontas levou com que esse povo se desanimasse de fazer isso. Na cidade hoje, no geral, a concepção de que a boa alimentação vale, tá voltando à tona. Aos pouquinhos tá voltando. Mas no momento agora, se a gente coloca beiju pra vender disso e daquilo, a gente não vai conseguir vender. (Pescador da Barra Velha)

Antigamente, aqui no porto, aqui na rampa, tinha um beiju especial que era do Campinhos. Hoje não existe mais. O povo corria tudo de manhã cedo pra ir comprar o beiju tradicional do Campinhos. Quer dizer, tem que voltar tudo de novo. Tem que ter financiamento de estruturar a coisa pra criar prazer no agricultor pra que ele não possa inchar a periferia das cidades. (Liderança do Puxim do Sul)

As casas são feitas de madeira, de palha, e de alvenaria, sendo essa última menos frequente. Não há disponibilidade de água encanada, rede de esgoto, telefones públicos e posto de saúde. A energia elétrica chegou no ano de 2011.

A energia elétrica foi uma conquista da RESEX. [...]

A RESEX veio pra garantir nosso território. Sempre procuramos ter a liberdade de usar aquilo que nossos avós deixaram. E vamos deixar pras gerações futuras. Sem contar a parte de capacitação (levar informações pras pessoas que viviam com mentes fechadas), de estrutura (energia, casa, embarcação). Hoje a maioria das pessoas que mora em comunidade está consciente de que, estando organizado, se pode ir até o Governo reivindicar os direitos. Se não tivesse a RESEX, mesmo com a Associação, não se teria tantas conquistas. A burocracia ia ser muito maior. Sem contar as parcerias que se faz com outras instituições. (Liderança de Campinhos)

Dentre as principais comunidades de Canavieiras, Campinhos é a que tem o maior número de filhos por família. As residências, em média, têm de três a seis pessoas. Campinhos é

a comunidade em que se identificou a maior presença de trabalho em parceria e forte presença de familiares, cerca de 70% (LINS, 2011).

Em relação à educação, existe apenas uma escola que oferece o ensino fundamental. Contudo, há, comumente, a falta de professor devido à dificuldade de locomoção.

Em Campinhos, comemora-se o dia de São Sebastião (20 de janeiro) e de Nossa Senhora D'Ajuda (15 de agosto) – padroeira da comunidade –, com momentos de orações diárias, de 1º a 15 de agosto.

Na região da Raposa, grande parte das pessoas já teve visões. Lá não é um bom lugar pra pescar. Meu pai mesmo já viu. No caso, ele ia pescando e de lá pra cá tava vindo um pessoal também jogando tarrafa. Mas quando chega encostado dele, que ele olha por baixo, ninguém, sumia! Outra vez ele vai e daqui a um pouco ele vê a canoa chiando e vinha aquela canoa naquela zoadada de quando a gente rema rápido e ficou esperando o pessoal passar. Negativo, não passou ninguém. Outros veem luz dentro dos mangues. Aquela luz grande, cresce e depois some de novo. Eu mesmo pescando, já vi. (Pescador de Campinhos)

#### 3.2.2.6 Atalaia (Ilha de Atalaia ou Vila de Atalaia)

Localizada a cerca de 4 km do centro de Canavieiras, Atalaia possui uma superfície total de 747,35 hectares e cinco áreas de pesca, utilizando apenas 0,87% da superfície total de manguezal do município. Até o início da década de 1980, as relações mantidas com a cidade eram realizadas exclusivamente por via hídrica, através de pequenas canoas. Em 1982, foi construída uma ponte ligando a Ilha de Atalaia à cidade de Canavieiras. Até a construção da ponte, só existia a *Vila de Atalaia* (ou vila dos pescadores). Atualmente, residem na Vila 59 famílias, das quais 32 de pescadores e marisqueiras (MACHADO, 2007; LINS, 2011).

Se eu pegar dois, três, quatro quilos eu fico satisfeito. O pescador é tipo um jogo; é tipo uma loteria. Muitas vezes, a gente tá trabalhando lá fora, tamu com aparelho de sonda – ela tá marcando o cardume de peixe; nós tamu vendo o peixe ali –, mas o peixe não quer comer. Quantas vezes você chega dentro de casa, sua geladeira tá abastecida de tudo, comida tá pronta, tem tudo aí e você não quer comer nada? Assim é o peixe no fundo do mar. Tem horas que a gente chega lá fora e bota várias espécies de isca pro peixe e ele não quer comer. (Pescador de Atalaia)

Segundo os moradores mais antigos, a ocupação da Vila de Atalaia ocorreu antes mesmo da conformação da cidade de Canavieiras. Desde a sua origem, a atividade pesqueira foi a principal prática produtiva do lugar, sendo complementada pela caça de pequenos animais nos primeiros tempos. Com o apogeu da lavoura de cacau, muitos pescadores passaram a se dedicar

também ao transporte do produto, utilizando canoas para fazer a comunicação com as lavouras e o porto da cidade (MACHADO, 2007).

Na comunidade de Atalaia, os pescadores dedicam-se à pesca estuarina e marinha. No estuário, capturam as espécies conhecidas como canguá (*Stellifer spp.*), tainha e robalo, utilizando a tarrafa e a tainheira. As pescadoras se dedicam mais à captura de siris de ponta. Em relação aos peixes marinhos, o badejo é o preferido pelo consumidor, atingindo os maiores patamares de preço dentre aqueles de origem marinha. Peixes como olho de boi (*Seriola lalandi*), cavala (*Scomberomorus cavalla*), dourado (*Salminus brasiliensis*; *Salminus maxillosos*) e vermelho (*Lutjanus purpureus*) também têm boa procura no mercado. O cação (*Carcharrhinus spp.*; *Sphyrna spp.*) – ou “tubarão” – é também apreciado, principalmente para ser utilizado no *Festival de Moquecas* (Figura 20) que a comunidade de Atalaia costuma organizar na época do Carnaval<sup>112</sup>. Em Atalaia, a maioria dos pescadores comercializa seus produtos diretamente com o consumidor (LINS, 2011).



**Figura 20:** Praias marinha e estuarina, VII Festival de Moquecas e Igreja de Santo Antônio da Vila de Atalaia. Fonte: Dumith (2012).

Briga por causa de ponto de pesca, não tem. É mais pra definir quem vai fazer plantão quando se fica embarcado 10, 15 dias. (Pescador de Atalaia)

<sup>112</sup> Foram realizados sete festivais.

As ondas que diz que vêm pra terra, que o mar lá é embolado né? Você não sabe, mas tem gente que observa que passa uma onda assim ó, a mestra, que se fala. Ela passa por baixo de todas. Você nota que você vê ela passar. Ela vem direto. Tem gente que se guia por ali quando tá perdido. Pode meter o barco ou a jangada por ela ali que vem bater em terra. Que o mar é embolado, o mar vem de todos os lados. Aí se chama onda mestra, vem bater em terra quando não tem aparelho... que antigamente não tinha aparelho né? Aí se guiava por ela quando ficava perdido no mar. (Pescador de Atalaia)

O desenvolvimento atual da Ilha de Atalaia está restrito ao seu setor central, próximo à ponte de acesso, onde se encontram hotéis, pousadas, cabanas de praia e residências de veraneio, próximas à vila de pescadores de Atalaia. Na Ilha como um todo, há rede de abastecimento de água, energia elétrica e telefones públicos, mas não existe infraestrutura de comércio e serviços na Vila. Existe uma escola de ensino fundamental.

De primeiro havia muita especulação imobiliária dentro daqui do setor. Eles queriam até empatar as pessoas de ter acesso a seus locais de mariscagem, acesso aos porto. E hoje em dia é diferente. Hoje em dia não tá no poder do município, não tá no poder daqueles que compravam as áreas e queriam impedir. Hoje nós temos a liberdade de chegar lá e reclamar pelos nossos direitos. Temos o ICMBio, temos o IBAMA, que de certo ponto nos ajuda, nos acolhe e nos dá o direito que nós devemos ter. Embora ainda não teje completamente eficiente, em termos de nós reclamarmos e termos mais rápido as nossas reivindicações sendo atendidas, entendeu? Mas... pra diante deve melhorar mais né? Esperamos que sim. [...]

Hoje, com a Reserva, a gente se sente mais seguro; eu me sinto mais seguro, em termos de poder capturar meu peixe, fazer meu pescado, de poder me deslocar pra qualquer canto dentro da Reserva. (Pescador de Atalaia)

Hoje em dia, pra mim ficou melhor. Eu acho né? Na minha opinião! A gente pode reclamar de alguma coisa né? Não vê logo o resultado, mas depois vê. De primeiro, a gente via alguma coisa errada e não podia reclamar. Hoje, a gente tem onde reclamar. (Pescador de Atalaia)

Os contatos com a cidade são mantidos regularmente pelos pescadores e marisqueiras, mediante deslocamentos a pé, de bicicleta ou de canoa. Não existem transportes públicos entre a vila e a cidade, apenas o serviço de *motoboy*.

Além do Festival de Moquecas, comemora-se a o dia de São Sebastião em janeiro, com *puxada de mastro e bumba meu boi*. No mês de junho, há as festas de Santo Antônio – padroeiro de Atalaia –, de 1º a 13 de junho, e de São João (dia 24, mas normalmente as festas se estendem de uma semana a dez dias).

Quanto à representação dos pescadores, existe a *Associação de Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Atalaia* (APEMA, de 2003), a qual possui a melhor infraestrutura predial dentre as associações de segmento extrativista do município.

O pescador do mar sempre foi mais rebelde; mais difícil de trabalhar com eles. O pescador do estuário é mais fácil de se mobilizar, de se trabalhar. Pescador do mar sempre teve o mar como seu patrão. O pescador do rio não; ele tem essa dependência muito mais forte de você ter uma relação com outras pessoas. Pescador do mar sempre foi um círculo mais fechado. O pescador do mar, o jangadeiro, sempre teve o seu parceiro como se fosse o seu círculo de relação. Muito difícil o pescador de mar trocar de parceiro na pesca de jangada, só por morte ou doença e mesmo assim tinha vez que ficava sem pescar ou ia sozinho. Isso fazia com que a comunidade fosse um círculo fechado, inclusive, o conhecimento poucas pessoas detinham. Então você ia pro mar, por exemplo, o mar não tem bandeira lá dizendo “aqui é tal pesqueiro” e “aqui é tal pesqueiro”. As pedras, os pontos de pesca no mar normalmente são conhecidos por nomes que foram dados pelos pescadores. Muitas vezes, são nomes de pescadores. No rio também existem essas referências. Entretanto, no rio, o acesso a esses locais é muito mais democratizado. No mar, não; ou o pescador passa pra você como ele chegou em tal pedra ou você nunca vai saber. Muitas vezes, no mar, lá na Atalaia, o pescador tava em cima da pedra aqui e, quando a vinha a jangada apontando de lá, ele saía e ficava do lado, cinquenta metros de distância só do ponto de pesca. Entretanto, cê chegava do lado dele e botava você não pegava um peixe. Ou seja, tudo são artimanhas, estratégias, culturas né, que fazem do pescador de mar muito mais individualista do que o pescador de rio. Mais difícil de se organizar, mais difícil de você construir uma relação social. Pra fundar a associação de Atalaia, a gente fez mais de 40 reuniões! Reuniões que só iam duas pessoas: eu e o “companheiro”. Outras vezes, três: eu, “o companheiro” e meu tio. Entretanto, hoje a gente pode dizer o seguinte: politicamente, na hora do debate, a associação de Atalaia é muito forte; a crítica é muito forte. Então a galera não alisa. Se você for presidente, se prepare porque ninguém passa vaselina não! O sistema lá é barra pesada mesmo! Tem mulheres que se posicionam muito forte; homens também. Às vezes de conveniência, ou seja, em determinados momentos, porque tem alguma coisa que vai acontecer de interesse de “a” ou de “b”, as pessoas vão pra lá pra se posicionar. Mas isso é ruim? Não! Isso é bom. Isso faz com que o processo seja forte, porque a crítica ajuda a construir também.

[...]

O Festival de Moquecas é demonstração do nível de comprometimento desse povo. (Liderança de Atalaia)

### 3.2.2.7 Sede municipal

Não existe um bairro específico que congregue apenas pescadores, mas os mesmos se autodeterminam e são identificados pelos outros grupos como “pescadores da sede”. A população pesqueira da sede municipal concentra em seu território a maior área de manguezal: cerca de 35,23% da área total utilizada do município. Existem na sede 23 áreas de pesca, sendo que a maioria dos pescadores e marisqueiras que as utilizam residem na sede do município. Estima-se que há cerca de trinta peixarias na sede do município, mas nem dez são registradas na Colônia Z-20 (MACHADO, 2007). Há quatro fábricas de gelo.

Os pescadores da sede têm nos peixes de rio e camarão branco suas principais fontes de renda e possuem embarcações de maior porte. Na sede, há a maior concentração de catadores de caranguejos do município (LINS, 2011). Contudo, é comum seus moradores utilizarem-se das seis comunidades já apresentadas.

A sede não se sustenta na sede. A sede se sustenta em todas as comunidades. (Liderança da Barra Velha)

Na sede do município, existem duas associações: a *Associação de Pegadores e Catadores de Caranguejo de Canavieiras* (ATCC, de 2008) e a *Associação dos Pescadores e Catadeiras de Camarão de Canavieiras* (APESC, de 2008).

E graças a Deus que hoje nós ganhamos um pouquinho mais. A nossa união aqui, o nosso conjunto levou medo a alguns atravessador e aí teve que aumentar e eu creio que muitos hoje ganha um pouquinho a mais; alguns atravessador hoje paga aí, com certeza, sem dúvida, por causa da Associação. Se não fosse a Associação, eles não pagava mais caro, tava humilhando a gente. Tem tirador de caranguejo aqui velho que sabe disso; que nós foi muito humilhado aqui no começo. Então, hoje, só parabenizo a nós mesmo e à Associação que teve coragem de se unir. (Liderança da ATCC)

Com a implementação da RESEX, foi criada a *Associação Mãe dos Extrativistas da Reserva Extrativista de Canavieiras* (AMEX, de 2009), localizada junto ao prédio do ICMBio.

A Associação Mãe, pra nós aqui, tenta trazer pra nós o fortalecimento. Todos os projetos que inté hoje ela colocou, teve êxito! (Pescador de Oiticica)

A Associação Mãe funciona como um instrumento aglutinador e traz as comunidades pra participar do debate de uma forma equitativa. Quem tá de fora critica muito o modelo da Associação Mãe que nós implementamos aqui. Mas sabe qual é o grande desafio, qual é a grande vantagem nossa? É justamente porque quem critica não entende nada do que é gestão comunitária. Se dizem entender, mas não entendem nada! Se eles forem aí pra fora, eles vão ver que o que nós fazemos aqui ninguém faz! Aqui, um relatório que precisa ser feito ou um projeto que precisa ser escrito, quem faz somos nós. Então nós não temos a menor dor de cotovelo porque alguém tá nos criticando. Quem tá na frente vai receber sempre crítica de quem tá atrás. Isso é um processo claro. A gente tem que tá pronto pra isso. O nosso desafio é manter nosso nível de articulação e crescer cada vez mais. Porque dizem que o crescimento é uma linha que não sobe somente; uma hora vai descer. Nós temos que ter cuidado é na hora o nosso crescimento começar a querer diminuir o seu ritmo e sua velocidade e querer descer. Aí nós temos que ter cabeça de segurar mesmo e dizer: somos nós que temos que continuar esse processo. (Liderança da AMEX)

A maioria dos pescadores que habitam a sede do município estão assentados nos bairros da periferia do perímetro urbano da cidade de Canavieiras, grande parte localizada nas áreas ribeirinhas da cidade, e utilizam com maior frequência o estuário. A ocupação dessa área por pescadores é anterior à conformação da cidade, remetendo ao período em que Canavieiras ainda era considerada Vila (MACHADO, 2007).

Na sede do município, existem pessoas associadas à Colônia Z-20, mas que não exercem a atividade de pesca. Isso ocorre devido à procura pelos benefícios que os associados podem obter por lei, como o *seguro defeso*<sup>113</sup>, empréstimos bancários e outros. Em contrapartida, existem nas comunidades mais distantes, como Campinhos, assim como e nos bairros periféricos do centro, como a Ilha do Gado e a Favelinha, muitos pescadores exercendo a pesca (muitos, desde criança) e que, porém, não são associados à Colônia. Os motivos podem variar desde falta de informação, analfabetismo (ou analfabetismo funcional) à falta de documentos de identificação, como Registro Geral (RG) e/ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) (LINS, 2011).

Há disponibilidade de energia elétrica, água encanada, telefones públicos, supermercados, padarias e comércios em geral, bem como serviços de saúde e educação (Figura 21). Existe, porém, uma parcela da população ligada à pesca que vive em palafitas no entorno da cidade que não dispõe da infraestrutura básica.

É comemorado na sede municipal, com duas semanas de festividades (incluindo lavagem das escadarias da Igreja Matriz), o dia de São Boaventura – padroeiro de Canavieiras. Festeja-se também o dia de São Sebastião (com puxada de mastro e bumba meu boi), o Carnaval, o dia de São João e o *Festival do Caranguejo* (novembro). Ainda, existe um outro evento que atrai os moradores e turistas: a pesca esportiva do Marlin Azul (*Makaira nigricans*)<sup>114</sup>.



**Figura 21:** Aspectos citadinos de Canavieiras.  
Fonte: Dumith (2012).

<sup>113</sup> Lei nº 10.779/2003.

<sup>114</sup> A pesca ocorre no Banco *Royal Charlotte*, a cerca de trinta milhas da costa.

### 3.2.3 A gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras: o corpo institucional

A gestão da RESEX Canavieiras é, em princípio, compartilhada entre as instituições que compõem o seu Conselho Deliberativo<sup>115</sup>:

I - ICMBio;

II - IBAMA;

III - SEMA/BA – Instituto de Gestão das Águas e Clima;

IV - Delegacia da Capitania dos Portos em Ilhéus;

V - Prefeitura Municipal de Canavieiras;

VI - Câmara Municipal de Vereadores de Canavieiras;

VII - Universidade Estadual Santa Cruz (UESC);

VIII - Companhia Transamérica de Hotéis - Nordeste;

IX - PANGEA (suplente: CI-Brasil);

X - ECOTUBA;

XI - Associação de Turismo Viva Canavieiras;

XII - Associação dos Criadores de Camarão de Canavieiras (ACCC);

XIII - Associação dos Pescadores e Catadeiras de Camarão de Canavieiras;

XIV - Associação das Marisqueiras do Município de Canavieiras;

XV - Segmento<sup>116</sup> de Artesões da Pesca do Município de Canavieiras;

XVI - Associação de Tiradores e Catadeiras de Caranguejo de Canavieiras;

XVII - Associação dos Pescadores e Agricultores de Campinhos;

XVIII - Segmento de Agricultores Familiares de Campinhos;

XIX - Associação de Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Atalaia;

XX - Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia;

XXI - Associação de Pescadores do Puxim do Sul;

XXII - Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Povoado Oiticica;

XXIII - Associação de Pescadores, Marisqueiras e Extrativistas de Barra Velha;

XXIV - Colônia de Pescadores Z-20 de Canavieiras;

XXV - Colônia de Pescadores Z-21 de Belmonte.

---

<sup>115</sup> Dispostos nessa ordem no Diário Oficial da União de 04/09/2009.

<sup>116</sup> Os segmentos não possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O processo de composição do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras (CDRC) se iniciou em 2007. Até a sua validação, em 2009, grandes conflitos foram travados entres aqueles que eram contrários e favoráveis à RESEX (Anexo 5). Instituições que outrora se mostravam favoráveis à implementação da RESEX mudaram de posição.

Os maiores embates foram protagonizados pela Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, criadores de camarão, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), pessoas ligadas à Associação de Turismo, especuladores imobiliários (muitos deles, estrangeiros), empresários do setor hoteleiro e grande parte da população local de um lado; e segmentos extrativistas, IBAMA, ICMBio e ONGs (com destaque ao PANGEA e ao ECOTUBA) de outro lado.

Com a RESEX formada, o objetivo passou a ser o impedimento da formação do Conselho. Eles achavam que era isso que ia fazer a RESEX funcionar e existir de fato. [...]

A questão que fez a Prefeitura se voltar contrária, no meu ponto de vista, foram os carcinicultores e o pessoal da especulação imobiliária, que, depois que a RESEX foi criada, resolveram se manifestar e, como nós sabemos – a Economia e a Sociologia explicam bastante isso –, o poder econômico manda no poder político. Então, o poder político mudou de lado na medida em que o poder econômico hegemônico se manifestou contrário à Unidade. E aí, não era contrário à parte territorial; era contrário à RESEX inteira. Não tinha esse foco no território. Tudo bem que existia a especulação imobiliária que tinha o foco um pouco no território, mas a carcinicultura não. Na verdade, a carcinicultura não teria nem motivos objetivos pra ser contra a RESEX porque elas são fora da RESEX, mas elas não queriam fiscalização na sua porta, como nós temos aqui, e muito menos empoderar atores sociais excluídos dos processos de decisão política, que são os pescadores. Então, as possibilidades de alteração nas correlações de força, possibilidades de aumento da fiscalização, controle territorial, destinação de territórios à população tradicional são coisas que esses setores da economia não gostam. E aí o poder político tende a acompanhar. Agora, se você observar os arquivos da Prefeitura, você vai ver que o grande ator social responsável pela organização, o pleito, organização do pleito de criação da Reserva foi a Prefeitura Municipal. Isso tá registrado. (Analista ambiental do ICMBio)

A Prefeitura apoiava uma RESEX que tivesse área só de mangue e mar. Era isso que dizia nas atas e nos convites do IBAMA. Aí, na hora de demarcar, quando se incluiu área com terra, que incluiu o bairro de Atalaia e as áreas que estavam sendo destinadas a projetos turísticos (5 resorts) e carcinicultura (2 projetos), a coisa mudou. [...]

Virou a cidade do não pode. Não pode hotel, não pode carcinicultura, não pode eucalipto, não pode RESEX. Não tem como ter uma sinergia! (Representante da Prefeitura)

Segundo a Rede MangueMar Bahia (s.d), em 2007, a Prefeitura de Canavieiras iniciou uma campanha de difamação da RESEX Canavieiras. Em 13 de julho do respectivo ano, o prefeito decretou ponto facultativo na cidade, intimidando os funcionários da prefeitura a participarem da manifestação, sob a forma de marcha, contrária à RESEX, intitulada *Natureza*

sim, RESEX não<sup>117</sup> (Anexo 5). Não houve aula nas escolas e os postos de saúde foram fechados. Professores e alunos foram coagidos a participar da marcha. Funcionários das fazendas também teriam sido obrigados a participar da manifestação, sob pena de perder o emprego. A imprensa local não abriu espaço para o ponto de vista daqueles que defendem a RESEX. A CDL acordou o fechamento do comércio da cidade e coagiu os funcionários a participarem da manifestação<sup>118</sup>.

Entre os anos de 2006 e 2009, foram divulgadas diversas reportagens contrárias à RESEX no jornal local “de direita” *Tabu*, sendo que, parte delas, foram matérias destacadas na capa (Anexo 5). Não foi encontrada nenhuma reportagem favorável à RESEX.

Após tentativas frustradas, foi necessária a intervenção do Ministério Público Federal para que o CDRC fosse aprovado no ano de 2009.

A primeira reunião foi frustrada. A segunda, também foi traumática. Pedimos reforços pra Polícia de Choque, Polícia Federal. Foi somente com intervenção do Ministério Público Federal que conseguimos, e a reunião foi em Ilhéus pra evitar mais atrito. (Analista ambiental do ICMBio)

Apesar de terminado o embate referente à implementação do CDRC, muitos vestígios desse episódio ainda se fazem presentes. Além dessas pendências, há outros conflitos contemporâneos, o que afeta diretamente a robustez da instituição *RESEX Canavieiras*.

Já que a Audiência Pública foi na Barra Velha, seu “pescador”, que era o presidente da Associação, ficou muito visado. A bronca ficou em cima dele. Os animais (galinha, gato, cachorro) dele depois apareciam mortos, botavam veneno no poço dele. (Liderança do Puxim do Sul)

### 3.2.3.1 Análise da robustez institucional: *design principles de Ostrom*

#### 3.2.3.1.1 Princípio 1: *limites claramente definidos*

---

<sup>117</sup> Há um vídeo no endereço eletrônico do *Youtube* que ilustra esse episódio: <http://www.youtube.com/watch?v=0l36c0eQSQA>, (consultado em junho de 2012).

<sup>118</sup> Esse fato citado pela Rede MangueMar Bahia é também mencionado em outras fontes, tais como: sítio eletrônico do *Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil* (<http://www.conflictoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php>) e *Blog Políticos do Sul da Bahia* (<http://www.politicosdosuldabahia.com.br/v1/>). Notícias relacionadas à necessidade de intervenção do MPF para a implementação do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras são encontradas no sítio eletrônico do MPF do Estado da Bahia (<http://www.prba.mpf.gov.br/mpf-noticias/patrimonio-publico-e-social/mpf-ba-aprovada-proposta-para-conselho>) e em <http://web500.com.br/resex/?p=123>. Demais denúncias, como atentados criminosos, podem ser encontrados no endereço eletrônico da CI-Brasil (<http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=406>) e <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/ecoturismo-br/message/9590>. Todos esses endereços eletrônicos foram consultados em junho de 2012.

Os limites físicos da RESEX são definidos legalmente (Anexo 1), contudo, os extrativistas, em sua maioria, conhecem somente os limites correspondentes ao da sua comunidade.

Os limites não estão em linguagem acessível. Cada comunidade sabe os seus limites (da própria comunidade). As lideranças sabem, mas as comunidades não. E são dados muito mais meramente de latitudes e longitude do que como referências geográficas (morros) ou pontos de pesca. (Liderança da AMEX)

Quanto à questão da definição dos usuários dos recursos, o sentido de “usuários” proposto por Ostrom (1990; 2005; 2010) será, aqui, adaptado para o sentido de “beneficiários” para que haja coerência com as peculiaridades da instituição *RESEX Canavieiras*. A questão dos beneficiários dos recursos, tanto os naturais quanto os econômicos, da RESEX Canavieiras é motivo de divergências. Por mais que esteja claro quem tem o direito de ser beneficiário, o processo de cadastramento para tal não é acordado por todas as instituições que participam do processo de gestão da RESEX.

As lideranças da AMEX afirmam que muitos cadastrados como beneficiários não são extrativistas. Já o ICMBio, que é incumbido de acompanhar o cadastramento em parceria com o INCRA (quando se trata de UCs de Uso Sustentável), não tem pessoal para fiscalizar cada caso e, por isso, corrobora que as fichas cadastrais devem ser levadas ao CDRC para validação – ação que ainda não foi feita.

Existe um cadastro do INCRA de 2009/2010. Não necessariamente os cadastrados são os beneficiários, pois, no momento do cadastro, houve os oportunistas. Ainda tem que fazer uma seleção. Tem cerca de 1.200 cadastrados no INCRA. Isso que é o errado! O Governo tinha que ouvir os comunitários pra saber quem é beneficiário de verdade. (Lideranças da AMEX)

O cadastro deveria ser dinâmico e atualizado no dia a dia. Falta o Chico Mendes se apropriar desses dados cadastrais; das fichas cadastrais do INCRA. O do Envolver<sup>119</sup> não tem número de documento, as entrevistas foram feitas pelo filho do casal, não tem assinatura de ninguém... Então, isso não se valida num sistema público, não tem condições. O Programa Envolver é considerado um levantamento socioeconômico, não um cadastro. (Analista ambiental do ICMBio)

No Envolver, tinha pescador que tinha medo de dizer que era pescador. Era um momento conturbado. (Liderança da Barra Velha)

---

<sup>119</sup> Refere-se ao censo realizado no âmbito do Projeto Desenvolvimento Socioambiental Sustentável na RESEX Canavieiras, localmente, denominado Projeto Envolver.

Logo, não há comunicação adequada e nem confiança no processo de cadastramento dos beneficiários da RESEX e nem legitimação por parte das instituições que representam os segmentos extrativistas.

### 3.2.3.1.2 Princípio 2: congruência entre apropriação e provisão de regras e condições locais

Tratando-se de uma RESEX, o ideal (e determinado pela Lei do SNUC) é que houvesse o Plano de Manejo – atualizado continuamente – para intermediar as relações socioecológicas do território abrangido. No caso da RESEX Canavieiras, ainda não há o Plano de Manejo, mesmo ele tendo sido iniciado, sob coordenação do PANGEA, em 2007. O empecilho maior para a sua aprovação é a falta de entendimento entre os segmentos extrativistas e o ICMBio.

O que cria a RESEX é um Decreto Presidencial ou um Projeto de Lei. Os demais passos são relativos a sua implementação (Conselho Deliberativo, Plano de Manejo, CCDRU, população beneficiária identificada...) são coisas que vão acontecendo gradativamente, conforme a mobilização social e as condições econômicas e de infraestrutura suficiente pra fazer). É normal. A grande maioria das RESEXs não têm.

[...]

Existe um mar de complexidades que cerca essa questão. A Reserva de Canavieiras talvez seja uma das mais complexas do Brasil, porque aqui existe uma gama de usos além dos usos tradicionais.

[...]

As áreas litorâneas são mais complexas do que as florestais. Essa questão de usuário e beneficiário não existe. Lá, é morador e só tem aqueles. As áreas litorâneas são muito mais disputadas, mais complexas, o recurso não é fixo. O peixe migratório; uma hora tá dentro da RESEX, outra hora tá fora. (Analista ambiental do ICMBio)

A legislação hoje não reflete os usos tradicionais que sempre foram feitos das florestas e dos manguezais pelas populações tradicionais. Observe, os manguezais de Canavieiras são os mais preservados da Bahia, a gente não tem dúvida disso. Se não fosse a carcinicultura, que fez essa pressão na área de apicum, nós poderíamos dizer que ele é o mais preservado do Brasil. Entretanto, esses usos tradicionais, de tirar a madeira do mangue, não só pra queimar, mas pra construir a casa, pra uso em embarcações, isso sempre foi natural e isso não refletia no manguezal nenhum tipo de impacto, porque o corte é seletivo, levando em consideração a idade das árvores, o formato que a árvore tem. Normalmente, as árvores mais grossas sempre foram poupadas. As matriarcas dos manguezais – as grandes matrizes – sempre foram poupadas porque o pescador não derruba um mangue muito grosso porque ele não tem nem como trabalhar naquilo porque o próprio ambiente dificulta você trabalhar com uma madeira muito pesada. Então, o corte é seletivo, feito em áreas específicas. Ou seja, isso sempre fez com que o uso dos manguezais fosse sustentável, independente de ter Lei de Crimes Ambientais ou não. Hoje a Lei de Crimes Ambientais impede que o pescador faça qualquer tipo de uso. Se for considerar por lei hoje, não poderia nem tirar o caranguejo do mangue porque o mangue é Área de Preservação Permanente, se fosse levar ao fio da espada. A gente defende que o pescador tenha direito sim a utilizar o manguezal, seja pra tirar uma madeira, como sempre foi feito, pra construir a sua casa ou seja lá o que for, porque, senão, daqui a pouco a gente vai estar usando viga metálica e comprando madeira do

Pará. E até madeira do Pará tá difícil de vir praqui. Se a gente for levar em consideração, se for dizer: “ah, o mangue é intocável”... ele não é intocável! A própria natureza torna ele totalmente vulnerável. Se você for ver à barra de Atalaia, a quantidade de mangue que a barra de Atalaia já levou, seria o suficiente pra cobrir todas as casas da Reserva Extrativista. Ela já avançou ali o aproximadamente a mais de quarenta hectares de manguezal. Alguém vai multar a natureza por isso? Mas multa o pescador quando tira dois paus de mangue. Eu acho que, a princípio, deveria se garantir que os Planos de Manejo das Reservas Extrativistas tivessem a possibilidade de considerar esses usos, esses usos diversos tradicionais. O Plano de Manejo é, de certa forma, se for considerar ele relacionado com as outras leis, é um instrumento precário porque existe a Lei de Crimes Ambientais e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – que são Leis. Na nossa discussão agora de regulamentação do SNUC que é o Decreto Presidencial, nós esbarramos em várias barreiras, porque a gente queria flexibilizar isso; dar autonomia às comunidades a decidir isso, mas nós não podíamos fazer. Vai continuar acontecendo? Vai, porque a gente vai defender que isso aconteça, mas nós não vamos ter base legal pra nos amparar. No dia que o “cabra” do IBAMA e do Instituto Chico Mendes entender que o fulano for cortar uma vara lá pra poder fincar e amarrar uma rede ele cometeu um crime ambiental, o cara vai multar ele e ele não vai ter como recorrer, mesmo sendo uso tradicional. No dia que a gente precisar cortar um mangue de botão pra fazer um chá ou pra fazer um torso pra uma jangada, a gente vai ser multado. (Lideranças da AMEX)

Nem todo mundo tem dinheiro pra poder comprar uma peça. Uma peça lá na loja não tem condições! Uma peça de oito metros tá na faixa de mais de cem “contos”; mais de cem reais. Qual o pescador que vai ter condição de comprar oito peças nesse valor? Não consegue! Então, tem que ser feita essa conversa com o Governo, pra que a gente possa sempre ter esse uso artesanal mesmo. (Liderança de Campinhos)

Enquanto não é legitimado o Plano de Manejo, as regras de usos específicas à realidade socioecológica da RESEX Canavieiras estão condicionadas ao *Acordo de Pesca de Canavieiras*<sup>120</sup>, de 2006. O Acordo de Pesca foi uma reivindicação dos pescadores concomitantemente à solicitação da RESEX em Canavieiras, sendo que o Acordo de Pesca foi aprovado primeiro do que a RESEX e, portanto, é válido para todo o município. Novamente, os parceiros para discussão das regras de usos junto às comunidades foram o PANGEA e o IBAMA. Entre os anos de 2002 e 2004, com o andamento do Projeto Ações Integradas para Conservação, Recuperação e Preservação Ambiental do Manguezal de Canavieiras,

verificou-se a necessidade da realização de ações propositivas para que a pesca estuarina e marinha pudesse encontrar meios de elevar sua produção, haja visto a (*sic*) sobreexploração e uso de petrechos predatórios em algumas pescas dentro da RESEX. A partir desta realidade, as lideranças extrativistas juntamente com o PANGEA propuseram ações para o ordenamento pesqueiro na RESEX. Esse ordenamento foi iniciado com reuniões comunitárias com a participação de pescadores e marisqueiras para discutir tamanhos mínimos de captura, petrechos de pesca, abertura de malha, dentre outros

---

<sup>120</sup> Instrução Normativa (IN) n° 83/2006 do IBAMA. Aos infratores dessa IN, serão aplicadas as penalidades e sanções, respectivamente, previstas na Lei de Crimes Ambientais e no Decreto n° 3.179/1999.

assuntos. Após essas reuniões comunitárias, foram realizadas reuniões intercomunitárias de adequação e pactuação de todos os pontos discutidos. Após uma longa jornada de reuniões e discussões e após a aprovação final de todos os pontos, estes foram escritos na forma da lei e enviados ao IBAMA para que analisasse se havia algum ponto em desacordo com alguma lei vigente (PANGEA, 2007).

Seguem nos Quadros 10 e 11 e na Tabela 9 as determinações do Acordo de Pesca de Canavieiras:

Quadro 10 – Proibições de pesca, segundo o Acordo de Pesca de Canavieiras

<b>É proibida a pesca:</b>	
I - na área que compreende 8 milhas náuticas , a contar da preamar máxima da costa do município:	a) de qualquer espécie de peixe utilizando manzuá (ou covo) <sup>121</sup> ; e
	b) da lagosta vermelha utilizando rede de espera e manzuá.
II - subaquática, em todo o litoral do município de Canavieiras.	
De fêmeas ovadas de siri de mangue	
É proibido o uso de moirões de madeira para sustentação das redes de espera e a colocação de redes nos canais de navegação.	

Quadro 11 – Permissões de pesca, segundo o Acordo de Pesca de Canavieiras

<b>É permitida a pesca:</b>
I - com o uso de redes <sup>122</sup> de espera desde que a uma distância mínima de 300 m uma da outra, nas áreas de estuário;
II - com embarcações denominadas jangadas na área de 1 milha náutica, a contar da linha máxima de preamar;
III - de aratu somente com a utilização de caniço;
IV - de caranguejo-uçá somente pelo método de braceamento;
V - de guaiamum com a utilização de ratoeira <sup>123</sup> ;
VI - de siri de ponta e do siri-nema com siripóia e manzuá;
VII - de siri de mangue somente com gancho, siripóia e manzuá;
VIII - de camarão branco nos rios e estuários de Canavieiras, somente com a utilização de tarrafa;
IX - de robalo coco, ripa e barriga mole mediante a utilização de rede com malha de 6 cm entre nós opostos;
XI - de sururu somente de forma manual e mediante a utilização de facão; e,
XII - de ostra do mangue utilizando facão, de modo que as gaiteiras <sup>124</sup> não sejam retiradas;

<sup>121</sup> Entende-se por manzuá ou covo, armadilha que consiste em cesta pentagonal ou cilíndrica, originalmente feita de cipó ou lascas de plantas, mas podendo ser manufaturado com materiais metálicos e plásticos.

<sup>122</sup> Todas as redes instaladas deverão estar devidamente sinalizadas por bandeiras ou bóias.

<sup>123</sup> Entende-se por ratoeira: a) armadilha confeccionada com canos de PVC, madeira, arames ou borracha para capturar o guaiamum, mediante uso de uma isca; b) siripóia: armadilha com rede em forma circular moldada por vergalhão, ligada a um cabo e armada com isca para atrair crustáceos; e c) gancho: utensílio que consiste em um vergalhão com uma dobra na extremidade.

Tabela 9 – Espécies cuja captura, desembarque, transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização são proibidas, quando seus respectivos comprimentos não forem alcançados

	<b>Nome vulgar</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Tamanho mínimo (cm)</b> <sup>125</sup>
<b>Peixes</b>	Robalo ripa, barriga mole	<i>Centropomus ensiferus</i> e <i>C. pectinatus</i>	20
	Robalo Camburim-Açu	<i>Centropomus paralellus</i>	30
	Carapeba	<i>Diapterus rhombeus</i>	15
	Carapicum	<i>Eucinostomus gula</i> e <i>E. pseudogula</i>	15
	Caranha	<i>Archosargus rhomboidalis</i>	30
<b>Crustáceos</b>	Aratu	<i>Goniopsis cruentata</i>	4
	Caranguejo-uçá	<i>Ucides Cordatus</i>	6
	Guaiaumum	<i>Cardisoma guanhumi</i>	8
<b>Moluscos</b>	Sururu	<i>Mytella guianensis</i> e <i>M. scharruana</i>	4
	Ostra	<i>Crassostrea rhizophorae</i>	6
	Lambreta	<i>Lucina pectinata</i>	4

Também, deve-se estabelecer a largura mínima de 3 m para os caminhos que dão acesso aos portos e as áreas de pesca no manguezal, e garantir acesso livre à zona denominada tradicionalmente como fundo do mangue<sup>126</sup> (e, tecnicamente, como ecótono) para desenvolvimento de extrativismo do guaiaumum. Além do Acordo de Pesca de Canavieiras, há as determinações dos períodos de defeso válidos para o Estado da Bahia (Tabela 10).

Tabela 10 – Espécies com períodos de defeso na Bahia

<b>Espécie</b> <sup>127</sup>	<b>Período de defeso</b>
Robalo	15/5 a 31/7
Camarão	1/4 a 15/5 e 15/9 a 30/10
Lagosta	1/12 a 31/5
Guaiaumum	1/1 a 31/3
Caranguejo-uçá (fêmea)	1/12 a 31/5
Caranguejo-uçá	Luas cheia e nova dos primeiros três meses do ano

<sup>124</sup> Entende-se por gaiteira, a estrutura do caule denominada tecnicamente como rizóforos, que tem a função de sustentar a árvore da espécie mangue verdadeiro (*Rhizophora mangle*) no substrato lamoso do manguezal.

<sup>125</sup> No caso dos peixes, define-se o comprimento total como sendo a distância tomada entre a extremidade anterior da cabeça e a extremidade posterior da nadadeira caudal. No caso dos crustáceos, o tamanho mínimo se refere ao da carapaça, que, por sua vez, define-se como sendo a distância tomada entre a maior largura da carapaça medida de uma lateral a outra. Para mensuração das dos moluscos, considera-se a medida tomada entre as extremidades da concha, a partir do seu umbo, como comprimento do molusco.

<sup>126</sup> Entende-se por fundo do mangue ou ecótono a zona de transição localizada nos ambientes terrestres que fazem limite com o manguezal, situada a até 200 m, a contar da linha de preamar máxima observada.

<sup>127</sup> Com exceção do robalo, todas essas espécies foram classificadas como ameaçadas de extinção na IN do MMA n° 05/2004.

Entretanto, as especificações determinadas legalmente em nível municipal prevalecem sobre as determinadas em nível estadual, a exemplo das especificações do guaiamum e do caranguejo-uçá. O guaiamum, em nível estadual, tem como tamanho mínimo de captura 7 cm, enquanto, no Acordo de Pesca de Canavieiras, seu tamanho mínimo é 8 cm. Já o caranguejo-uçá fêmea, que em nível estadual pode ser capturado de junho a novembro, em Canavieiras, segundo a *Lei Municipal n° 710/2005*, não pode ser capturado em nenhuma época do ano. Outra diretriz que o Acordo de Pesca municipal derruba é a estabelecida por Portaria do IBAMA<sup>128</sup> para as regiões Norte e Nordeste, na qual, dentre outras determinações, consta que a captura do caranguejo-uçá pode ser por braceamento com auxílio de gancho ou cambito com proteção na extremidade. O Acordo de Pesca restringe, em Canavieiras, a captura ao método de braceamento.

Essas Leis construídas em nível municipal com a participação dos pescadores locais é uma demonstração de capacidade de organização e busca pelo reconhecimento de suas demandas específicas, representando, inclusive, uma *memória institucional* anterior à criação da RESEX Canavieiras. No entanto, há incongruências que os pescadores ainda não conseguiram reverter, como os períodos de defesos do robalo e do guaiamum, e o de andada do caranguejo-uçá.

A andada dos caranguejos é a disputa dos caranguejos macho pra ficar com a fêmea. Aquele que ganhar a fêmea, vai pro buraco com ela; vai acasalar com ela. (Marisqueira da sede municipal)

O defeso do robalo, segundo todos os pescadores entrevistados das seis comunidades e da sede municipal, deveria ser alterado.

O defeso do robalo deveria prolongar mais. Devia ir até o mês de setembro porque ainda tá ovado. (Pescador de Atalaia)

Tinha que aumentar o defeso do robalo até setembro. Já falamos bastante pro ICMBio. (Catador de caranguejo do Puxim da Praia)

No caso do guaiamum, ninguém entende o porquê de a sua captura ser proibida pelo período de três meses consecutivos e não somente no seu período de andada, como ocorre com o

---

<sup>128</sup> Portaria n° 034/2003 do IBAMA.

caranguejo-uçá<sup>129</sup> – *desinformação que acaba gerando discordância*. Quanto ao caranguejo-uçá, uma Instrução Normativa (IN) interministerial entre o MMA e o MPA emitida anualmente define os períodos de sua andada, os quais correspondem às três primeiras luas cheias e às três primeiras luas novas dos meses de janeiro a março. Essa IN interministerial rege os períodos de andada em todos os Estados da região Nordeste e o Estado do Pará, na região Norte. Além de suspender a captura, também proíbe manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização do caranguejo-uçá.

Esses períodos de andada pré-determinados mecanicamente pelo Governo Federal também têm gerado divergências – mais acirradas do que com a questão da andada do guaiamum, devido à importância maior que o caranguejo-uçá representa nas condições básicas de sobrevivência de grande parte dos extrativistas artesanais de Canavieiras.

Ele andou na lua cheia. Agora, na lua nova tá fechado, mas ele não vai andar. É isso aí que prejudica a gente. Se ele iniciar a andada dele na lua nova, ele termina na lua nova; se ele iniciar na lua cheia, ele termina lua cheia. [...]

Eles são biólogo que estudam o caranguejo, sabem também. Eu não vou tirar nenhuma sabedoria, porque a pessoa que estuda, sabe também. Mas só que a gente tem a prática. Eles têm a teoria. [...]

Uma vez aconteceu de chover demais, juntou água doce com salgada e o caranguejo andou nas duas luas. Aí passaram a fechar nas duas luas. Mas isso foi um fenômeno isolado, faz tempo, tipo 2007 e 2008. Teimam com a gente! (Catador de caranguejo da sede municipal)

Outra coisa que o biólogo não sabe, eu tenho certeza disso porque eu falei na cara de um deles lá: quando chove, o caranguejo é curioso. Eu tô falando assim porque quando eu fiz a pergunta pra alguns biólogos e eles não soube me responder. Quando chove, o caranguejo sai e anda. Poderia caracterizar que é aí é a andada, o acasalamento. Porque ele anda! Nós pega ele de bobeira. Ele é besta! Caranguejo vê aquela zoada ali em cima e sai pra fora. Acaba se perdendo! Não sei se é porque não enxerga e tal. Lá no Maranhão, na reunião que eu fui lá, um biólogo me falou, falou pra todos que tavam lá, que os biólogos deveria tá junto com os tirador de caranguejo, pra tá conhecendo mais. Se eles quisessem aprender mais, porque eles já têm o estudo, eles tinham que tá ali no meio do mangue pra pegar a prática. (Liderança da ATCC)

Persiste, por parte do Estado, a falta de flexibilidade e de aproximação dos extrativistas locais para que haja compartilhamento das tomadas de decisões. As regras de uso para os sistemas socioecológicos locais seguem subordinadas à verticalidade do poder.

---

<sup>129</sup> Em outros Estados, como o vizinho Espírito Santo, a captura do guaiamum é fechada juntamente com o período de andada do caranguejo-uçá – o que também aponta para a falta de atenção às especificidades de cada espécie.

O caranguejo anuncia que vai andar semanas antes porque libera um cheiro dentro do mangue. É por isso que a gente fala que essa Portaria é feita de uma forma que eles fazem na teoria lá, não na prática. Nós que trabalhamos no dia a dia no manguezal é que sabe. Sabemos que o caranguejo semanas antes solta o odor; o cheiro e aí começa a espumar também. Ele começa a ficar agitado e a espumar, espumar e o cheiro é forte! (Liderança da ATCC)

Soma-se à questão da incongruência e rigidez na definição dos períodos de andada os fatos de (i) não haver um período de proteção (defeso) durante a eclise<sup>130</sup> do caranguejo-uçá – fase em que o crustáceo também fica vulnerável –, e (ii) o catador de caranguejo não receber o seguro defeso correspondente aos períodos de andada, afetando diretamente suas condições de sobrevivência e de (des)valorização cultural. Já que cada um dos seis períodos de andada tem duração de cinco dias, o caranguejeiro fica impedido de trabalhar por trinta dias entre os meses de janeiro e março.

A gente teve em Brasília agora na semana retrasada e a gente teve lá no escritório do ministro da pesca, só que ele não tava lá e tava o secretário dele. E eu digo: – Iéé? O senhor que é o responsável pelas Portarias de fecha do caranguejo? Rapaiz, pois eu vou dizer uma coisa pro senhor: por que é que tá acontecendo esses negócios na legislação brasileira? Essas Portarias de vocês tão muito erradas! Porque se vocês querem fazer uma Portaria, por que que vocês não chamam um pescador profissional? Por que que vocês vão fazer a Portaria de qualquer jeito? Eu vou dizer uma coisa pro senhor: o robalo é quem dá o seguro; não teve fiscalização pro robalo. A lagosta dá o seguro desemprego; não teve fiscalização pra lagosta. O camarão dá o seguro desemprego; não teve fiscalização pra ele. Por que o caranguejo não dá seguro e por que que vocês pegam e atacam os pequenos? É por que é peixe pequeno que tubarão tem que pegar pra comer? Vocês tinham que atacar é os grandes, não é os pequenos. Os caranguejeiros, nós, somos prejudicados. Meu amigo, quem não tem da onde tirar, o pescador que é pescador, que é tirador de caranguejo; que tá na maré todos os dias tirando caranguejo, se ele for hoje ele come; se não for, ele não come. E aí, um pai de família com cinco, seis filhos dentro de casa, vai comer o quê? Vocês tão sendo fábrica de fazer ladrão! O pai de família tá no mangue e tá vendo que o caranguejo não tá andando e não pode pegar. Aí vem o IBAMA, pega e toma o motor e ainda dá uma multa de cinco mil reais. Um caranguejeiro como é que vai pagar? – Minha filha, tá acontecendo isso mesmo? Nós já recebemos quatro reclamação, disse ele.

– Então eu vou botar a senhora de frente com o responsável que faz as Portarias, ainda não sou eu.

– Aí ele ligou, aí o cara disse:

– Rapaiz, tô no meio de uma reunião muito importante aqui e eu não posso sair agora não.

– Tava no viva-voz.

– Deixa essa reunião agora e venha cá que tem uma comissão precisando lhe falar. Pronto, Dona “marisqueira”, tá aqui o responsável pelas Portarias.

– Eu rodei tudo quanto é cadeira que roda, assim ó. Meu amigo, vocês são doutores daqui de dentro do escritório. Vocês aqui dentro do escritório, vocês faz coisa que até Deus duvida! Só que, na prática, vocês não vão lá dentro pra saber. Procurem um pescador de responsabilidade, um pescador profissional pra vocês fazerem uma Portaria! Vocês tão

---

<sup>130</sup> Fase em que o caranguejo-uçá precisa trocar seu exoesqueleto para continuar crescendo.

atacando o pescador pequeno por quê? Quem tem seguro não é atacado. E a gente que não tem seguro, não tem uma defesa? O tanto de dia que fica parado, o camarada fica. Ou tem uma reserva ou não come; vai se endividar! Vocês tão atrapalhando a vida do pescador.

Ele calado, tava só assim ó, de braço cruzado olhando pra mim.

– Acabou minha senhora?

– Acabei.

Eles ficaram de vir aqui depois do Carnaval. Eu disse: – Por favor, quando chegar aqui em Canavieiras, chamem um pescador profissional. (Marisqueira da sede municipal)

Alguns catadores apontam como solução o fechamento do calendário de captura por meses consecutivos, como ocorre com as outras espécies. Assim, além de assegurar os direitos do seguro defeso equitativamente, estar-se-ia promovendo uma ação de proteção para a espécie por um período maior. Outro aspecto positivo, se fosse aumentado o período de defeso do caranguejo-uçá, é a possibilidade de poder-se combater com mais agilidade a sua captura ilegal nos períodos de andada, podendo, inclusive, dinamizar as operações de fiscalização que o ICMBio e o IBAMA fazem em parceria.

Essas operações correspondentes à fiscalização dos caranguejos retirados da RESEX ocorrem atualmente, em síntese, da seguinte forma: até a véspera do início da andada, o pescador/atravessador/comerciante que deseja mercadejar o produto deve preencher duas vias de uma (i)*guia de autorização para transporte e comercialização do caranguejo*, informando os dados da pessoa física ou jurídica, local de origem do produto, a forma (congelado inteiro, pré-cozido, vivo ou em partes) como o produto será estocado e a sua quantidade, dados do destinatário (físico ou jurídico) e dados do meio de transporte, incluindo o itinerário da viagem; e (ii)*declaração de estoque*, informando os dados da pessoa física ou jurídica, a forma como o produto será estocado e a sua quantidade e o endereço do local de armazenamento. Uma via fica com o declarante e a outra, com o ICMBio.

Quando começa a andada, o ICMBio, em parceria com agentes ambientais enviados pelo IBAMA (normalmente de municípios próximos, como Eunápolis e Ilhéus), dá início ao processo de fiscalização, o qual ocorre tanto nos estuários quanto nas rodovias. Quem for flagrado transportando, armazenando, beneficiando ou comercializando caranguejo-uçá no período de andada com data e/ou quantidade diferente (para menos ou para mais) da declarada na guia de autorização estará sujeito às autuações previstas em lei. O problema é que, como o caranguejo, de acordo com a legislação, “anda” seis vezes, são necessárias seis operações de fiscalização pontuais, o que elimina o “elemento surpresa” para os infratores, os quais, por sua vez, dentre

outras alternativas para burlar a lei, costumam esconder por alguns dias os caranguejos capturados dentro do mangue.

Por causa do caranguejo que anda, o pessoal costuma guardar o caranguejo dentro do mangue e tal. [...] O caranguejo dura em torno de três, quatro, cinco dias. Depende dele. Às vezes, dura até uma semana. Depende do tratar. Se nós guardar ele num saco, se um tiver morto, a gente tem que limpar o local, porque se um morrer, aquele caldo dele mata os outros. Se tiver água ali, tem que trocar e tal, pra não tá um matando o outro.

#### 3.2.3.1.3 Princípio 3: arranjos de escolha coletiva

A RESEX Canavieiras é munida de diversos espaços de discussão coletiva. Além da existência do Conselho Deliberativo, que seria o espaço mais abrangente (em termos de número de instituições) e o único com caráter de deliberação, todos os principais núcleos pesqueiros possuem, pelo menos, uma associação representativa do segmento extrativista, sendo que todas as associações costumam realizar com frequência reuniões para a discussão das demandas locais.

A maioria das associações costuma realizar, pelo menos, uma reunião por mês, mas, quando julgado necessário, reuniões extras são marcadas, havendo, normalmente, um bom número de participantes. O costume de realizar reuniões é anterior à implementação da RESEX. Embora a maioria das associações existentes hoje tenha sido cadastrada de forma legal posteriormente à criação da RESEX, o costume dos extrativistas de realizar reuniões, mesmo desprovidos de instituições formais, já se fazia presente.

Os dados do censo realizado no âmbito do Projeto Envolver corroboram que a participação em reuniões da Colônia e/ou das associações que representam o segmento extrativista é bastante significativa: 80% afirmam participar das reuniões, com destaque aos membros das associações de Atalaia, de Barra Velha e aos dos catadores de caranguejo da sede municipal, dos quais 61%, 63% e 73%, respectivamente, afirmam participar de todas as reuniões (CURADO, 2010).

As principais demandas são encaminhadas para a AMEX, a qual promove reuniões envolvendo representantes de todos os segmentos extrativistas quando alguma(s) associação(ões) solicita(m) ou quando surge uma demanda externa, não havendo, portanto, frequência definida. Os principais encaminhamentos da AMEX são levados para discussão nas reuniões do Conselho

Deliberativo, que por sua vez, de acordo com o Regimento Interno do CDRC<sup>131</sup>, devem ocorrer ordinariamente a cada dois meses.

#### 3.2.3.1.4 Princípios 4 e 5: *monitoramento e sanções graduadas*

Não existe nenhuma forma de monitoramento, formal ou informal, entre os extrativistas. A única forma de monitoramento que tem ocorrido atualmente é no âmbito do Projeto *Monitoramento Pesqueiro Participativo nas Reservas Extrativistas Marinhas do Corumbau, de Canavieiras e do Cassurubá, e na Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Bahia*<sup>132</sup>. Contudo, esse Projeto tem duração de dois anos (2010-2012) e, embora promova oficinas e reuniões de capacitação junto aos pescadores e demais extrativistas, possui um monitoramento de caráter biológico para fins estatísticos. Ainda não há indícios de que está se formando uma estrutura na qual os extrativistas manteriam o monitoramento biológico sem intervenção de outras instituições, como as ONGs, quando o Projeto finalizar.

A forma de controle que existe na RESEX Canavieiras é a *fiscalização*. No entanto, essa ação é delegada somente a órgãos governamentais – ICMBio, IBAMA e Marinha. É por meio da fiscalização governamental que sanções são aplicadas, não existindo, portanto, sanções informais que partam das próprias comunidades extrativistas. As sanções aplicadas são as previstas na *Lei de Crimes Ambientais* e sua gradação, conforme o Art. 6º da respectiva Lei, dependerá, em síntese: da gravidade do fato, da reincidência e da situação econômica do infrator (no caso de multa).

Ter sanções próprias é impossível porque a legislação brasileira não permite! Se isso acontecer aqui, quem vai ser punido não vai ser o cara e sim nós. Os processos de gestão territorial em muitos locais do mundo atribui às comunidades um poder e autonomia muito maior do que é atribuído no Brasil. Nós estamos dentro de uma Unidade de Conservação que se enquadra na 9.985, que é o SNUC, e que a nós nos submete a uma tutela governamental, quer nós queiramos ou não. Você imagine se hoje nós chegássemos aqui e queimássemos um barco de um pescador, queimássemos a rede de um pescador? Se o próprio IBAMA quando queimou, ocasionou, inclusive, ação contrária ao procedimento né, você imagine se os pescadores fizerem algo assim? Não quer dizer que não se deva ter normas e regras alternativas, mas a Reserva Extrativista de Canavieiras é uma Reserva muito diferenciada de uma Reserva Extrativista da... Amazônia, isolada, onde só se chega de barco viajando de três, quatro dias. Aqui não. Aqui nós estamos ao redor de três centros urbanos. Quer a gente queira ou não, tem um fluxo muito grande de

---

<sup>131</sup> O Regimento Interno do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras está em fase de aprovação, tendo sido pauta principal nas últimas duas reuniões do Conselho (dezembro de 2011 e junho de 2012).

<sup>132</sup> Esse Projeto foi interrompido (Decreto nº 7.59/2011) por alguns meses devido à falta de repasse de verba após escândalos no Governo em que ONGs poderiam estar envolvidas.

pessoas. Se nós quiséssemos criar regras de punição, nós precisávamos criar primeiro regras de punição pra quem não é extrativista (Lideranças da AMEX)

Nós não temos poder de polícia. Falam isso pra justificar a falta de competência. Por que não pegam os grandes? (Liderança da Barra Velha)

Não deveríamos, mas se intervêm. Problemas entre extrativistas têm que ser resolvidos pelos extrativistas. Por que que tem que ter cara de fora que vai dizer o que é certo ou errado pra população tradicional? Eles têm que ter os meios próprios. [...] Quando se tem uma Reserva, a população residente tem que buscar esse corpo, chamado população tradicional, pra fazer a gestão do território, que envolve mediar tudo isso e buscar... sem a necessidade de um agente externo, que não faz parte da população tradicional e que tem inclusive dificuldade pra entender essas questões, porque as populações tradicionais são movidas por uma cosmologia diferenciada do escopo da civilização ocidental. Então, o ente público de um Estado opressor e atrasado tem dificuldade... e o gestor público atua baseado na lei – na lei desse Estado, que não necessariamente é a compreensão da população tradicional. Então, você cria impasses. A atuação do Poder Público com o seu poder de polícia em cima dessa realidade pode agravar mais o problema do que trazer soluções. (Analista ambiental do ICMBio)

Na RESEX Canavieiras, o ICMBio conta com pouca infraestrutura para as operações de fiscalização: dois analistas ambientais, uma lancha e duas viaturas. Por isso, como incremento, são acordadas parcerias com o IBAMA, que, por sua vez, costuma acrescentar mais uma viatura e quatro agentes para as operações. É comum alguém da comunidade acompanhar as operações de fiscalização realizadas via água, devido ao seu maior conhecimento sobre as condições dos canais navegáveis, como, oscilação de marés e existência ou não de bancos de areia.

A Marinha também realiza fiscalizações de rotina para verificação da documentação pessoal e da embarcação, bem como dos equipamentos de segurança. Em épocas de defeso do robalo da lagosta e do camarão, às vezes, é feita uma parceria com o IBAMA, o qual fica encarregado da fiscalização dos recursos pesqueiros. Porém, essas operações em parceria também ocorrem fora do perímetro marinho (em média, de 9 milhas) contemplado pela RESEX.

Uma das reclamações por parte dos extrativistas é que a fiscalização do período de andada do caranguejo-uçá é muito mais planejada e aplicada do que as operações destinadas à captura ilegal do robalo, da lagosta e do camarão.

Dois, três meses antes já tava tudo programado pra fiscalização do caranguejo. O pessoal do IBAMA já tinha sido chamado e o dinheiro do Governo também já tinha sido mandado. (Liderança da ATCC)

O camarão e a lagosta seguem sendo alvos proeminentes da pesca industrial na região, inclusive, dentro da RESEX Canavieiras.

No mar, antes tinha duzentos barcos no mar. Hoje, tem sete, oito... (Liderança de Atalaia)

Tem barcos ilegais. Levam até as redes dos nativos! (Pescador do Puxim da Praia)

De 10 milhas pra fora, tem muita embarcação clandestina. A RESEX tá sem uma embarcação pra fazer a vigilância. O IBAMA reclama que tem pouco efetivo pra fazer a fiscalização. (Pescador de Atalaia)

As artes de pesca proibidas e, mesmo assim, utilizadas também são motivos para que os extrativistas reclamem por falta de fiscalização. As maiores reivindicações dos extrativistas podem ser verificadas no Quadro 12:

A fiscalização não existe! Nem aqui e no nosso Brasil ainda tá muito precário. Agora mesmo quando eu fui no Ceará, foram doze ou treze Estados reunidos e a pauta mais era essa; o tema era de que não existia fiscalização. Tem que ter fiscalização em tudo! (Liderança do Puxim do Sul)

Eu acho que devido à quantidade de pescadores e à falta de peixes, o pessoal fecha até os olhos. Que se eles fossem agir mesmo como manda a lei, com rigor, o pessoal passava mais dificuldade. Porque eu vou te falar uma coisa: é difícil fazer fiscalização ambiental com a miséria do povo. A pessoa, um profissional, vive daquela renda do marisco, mas a lei não permite que ele pegue aquela espécie, use aquele tipo de rede porque vai que tá agredindo a natureza. Tudo bem, mas na hora que a barriga dói, minha amiga... (Liderança do Puxim da Praia)

Quadro 12 – Petrechos de pesca indevidos em Canavieiras

Usos reivindicados	
Redinha para o caranguejo	É proibida em todo o território nacional pela Portaria nº 034/2003 do IBAMA e o Acordo de Pesca de Canavieiras só permite o método de braceamento.
Caçoeira e aparelho de ar comprimido para a pesca de mergulho da lagosta	Proibidos em território nacional pela IN nº 138/2006 do IBAMA.
Facho <sup>133</sup> para o aratu	O Acordo de Pesca de Canavieiras só permite o uso de facão.
Aparelhos de respiração artificial para a pesca amadora	Proibidos em território nacional pela Portaria nº 30/2003 do IBAMA.
Enxada para a lambreta	Não é proibida, embora o Acordo de Pesca de Canavieiras já tenha restringido a captura dos outros principais moluscos (sururu e ostra) ao uso do facão.

A redinha é uma maneira mais fácil de capturar, mas também é uma bomba atômica. Eu uso esse termo. Cai naquela armadilha, caranguejo de todo tamanho. Não têm o cuidado de tirar as fêmeas e os caranguejos pequenos e libertar eles, e também de pegar e recolher aquele material pra trazer pra casa. Se eles tivessem a consciência de usar a redinha, mas tivesse essa consciência, esse trabalho de pegar esse material e levar pra casa, até que eu acho que.... eu acho que ia chegar até a um acordo. Porque eu concordo com a facilidade

<sup>133</sup> Facho de luz; lanterna que paralisa o aratu em pesca noturna.

de pegar aquele marisco numa quantidade maior que aí vai ter uma renda maior. Mas também da maneira que eles agem, é fulminante isso aí. (Pescador do Puxim da Praia)

Se continuar assim, amanhã meus netos, meus bisnetos vai perguntar: “– Vovô, que negócio era caranguejo?” Só vai conhecer pela fotografia! (Pescador de Atalaia)

Falta proibir a lambreta de enxada. É cada buraco que faz! Descavam todas tocas de caranguejo, aquele mangue já não presta mais. Prejudica a ostra, o sururu, o caranguejo e a lambreta. Com facão não prejudica. O mangue demora anos pra se regenerar com a enxada. Com o facão é rapidinho. (Catador de caranguejo da sede municipal)

Percebe-se, por parte dos extrativistas, um saudosismo ao mencionarem o papel de conscientização desempenhado pelos comunitários na forma de *Agentes Ambientais Voluntários* do programa coordenado pelo IBAMA em 2002 (já mencionado na seção 3.2.1). Talvez, hoje em dia, uma ação de conscientização conjunta do ICMBio com os extrativistas poderia ser o primeiro passo para a geração de agentes voluntários ambientais, os quais seriam multiplicadores de informação, promovendo, dentre outras ações, o estímulo à sustentabilidade dos recursos naturais. Futuramente, essa ação conjunta poderia consolidar-se em uma forma de monitoramento informal, na qual a comunicação entre os beneficiários e os usos prudentes dos recursos naturais seriam otimizados.

#### 3.2.3.1.5 Princípio 6: mecanismos de resolução de conflitos

Os sete principais núcleos extrativistas possuem locais para discussão dos conflitos. As sedes das associações costumam ser o principal espaço de resolução das questões demandadas em suas respectivas comunidades, mas não é incomum as lideranças locais se dirigirem informalmente até os locais focos dos problemas na tentativa de dialogar e promover um acordo entre os atores envolvidos na questão. Se o diálogo não é o suficiente, os conflitos são dirigidos para a AMEX a fim de que sejam ouvidas as opiniões de pessoas das outras comunidades. Se, novamente, o diálogo não for suficiente, as questões são encaminhadas para o Conselho Deliberativo. Entretanto, a organização de uma reunião do Conselho pode ser um processo demorado.

Embora o Conselho Deliberativo seja considerado o órgão de maior representação dentro de uma RESEX, no caso de Canavieiras, as associações locais também acabam desempenhando um papel fundamental e, conseqüentemente, representando um mecanismo importante no que tange à resolução de conflitos. Como já exposto, a participação dos comunitários nas reuniões da

Colônia e de suas associações locais é significativa e, por isso, muitas questões são sanadas nesses espaços, sem a necessidade de intervenção de instituições governamentais.

Hoje se resolve os problemas nas reuniões. (Liderança do Puxim do Sul)

Quem é da associação não pega caranguejo com redinha. (Liderança da ATCC)

Contudo, acontecem situações em que os conflitos são levados diretamente ao ICMBio, para que as queixas sejam formalizadas. Porém, essas situações são mais comuns quando os envolvidos são pessoas “de fora”, ou seja, não são extrativistas tradicionais. Muitas queixas formais seguem sem reparo, sobretudo as referentes à questão de ocupação das terras interiores da RESEX.

Tem gringos lá ainda. De antes e depois da RESEX. Ninguém tirou eles. Nem visita foi feita lá. (Liderança do Puxim da Praia)

#### 3.2.3.1.6 Princípio 7: reconhecimento mínimo dos direitos de organização

O arranjo institucional *RESEX* é reconhecido pelo Estado como uma Unidade de Conservação, conforme previsto na Lei do SNUC, ou seja, é legitimada uma gestão diferenciada em seu território. Esse território deve ser gerido pelas populações extrativistas tradicionais, porém, em conjunto com outras instituições na forma de uma gestão compartilhada.

A gestão, de acordo com o SNUC, deve ser compartilhada e formalizada na instância do Conselho Deliberativo. Contudo, nem sempre o que é votado<sup>134</sup> e deliberado no Conselho Deliberativo obtém aprovação da Procuradoria Jurídica do ICMBio:

...o que faz com que a Reserva Extrativista de Canavieiras seja de uma complexidade tal que você não consegue abarcar todas as diversidades, todas as especificidades pra uma questão única. Então por isso que tem que se ter realmente pessoas aqui, principalmente por parte do órgão que se diz gestor, que entenda essas especificidades; que não queira trazer uma discussão de uma RESEX única e exclusivamente Florestal e ao mesmo tempo não queria discutir aqui só as especificidades de uma RESEX Marinha, como Arraial do Cabo ou Iguape. Canavieiras e Cassurubá são duas Reservas Extrativistas que têm em seu bojo, em sua realidade, tanto a questão florestal quanto a questão da pesca; quanto a questão estuarina pesqueira e marítima. Então, tem que se levar em consideração isso. E os usos também são muito diversos, principalmente quanto você traz pra essa discussão o turismo né? Ou seja, muitos usuários e, às vezes, esses usuários entram em conflito com os beneficiários. Entretanto, o que se tem que ter claro é que a

---

<sup>134</sup> Lembrando que a população tradicional tem o direito de maioria dos votos.

Reserva Extrativista não foi criada para os usuários; ela foi criada para os beneficiários. Se alguém tem que se adequar à realidade, não são os beneficiários; são os usuários. Só que isso tá entrando em atrito. E o atrito poderia ser solucionado com ações simples, como ordenamento, como Plano de Manejo, criar o Plano de Uso e o Acordo de Gestão... e que o órgão que se diz gestor de fato encarasse esses instrumentos como um instrumento norteador no processo de implementação. Mas, lamentavelmente, os processos de gestão estão ficando muito mais a critério das visões pessoais e particulares dos analistas do que baseados nesses procedimentos. Ou seja, a falta desses procedimentos é o que tem levado as Reservas Extrativistas ao caos de gestão que existe hoje. É claro que esses desafios não são desafios só do órgão gestor; são desafios principalmente que são colocados pras comunidades. Até onde vai o direito do usuário e até onde vai o direito do beneficiário? São perguntas que por mais que a gente diga que estão respondidas, porque a lei deixa de certa forma claro, mas a lei também tem várias interpretações, o que fica sujeito às brechas e à própria Procuradoria Jurídica do órgão gestor dar parecer contrários às deliberações de um Conselho Deliberativo como o da nossa Unidade. (Liderança da AMEX)

Leva pronto, “tem que ser, tem que ser”! Não há uma reflexão. Aí quando cai na Procuradoria ou em outros lugares externos ao Conselho, dizem que tem que ter mais reflexão e um processo mais participativo. (Analista ambiental do ICMBio)

A gestão compartilhada da RESEX Canavieiras integra órgãos locais, estaduais e federais, conectando instituições de diferentes níveis escalares.

#### 3.2.3.1.7 Princípio 8: conexões institucionais transescalares

Considerando que a atividade pesqueira está no bojo da RESEX Canavieiras, há a junção de instituições responsáveis pelas questões (i)da pesca, com normativas que se estendem ao domínio nacional, estadual ou municipal; (ii)das Unidades de Conservação e, em particular, das Reservas Extrativistas; e (iii)da RESEX Canavieiras, com as especificidades inerentes ao seu regimento interno. Portanto, há a conexão de instituições distribuídas em múltiplas escalas, ou seja, existe uma governança policêntrica no que diz respeito à gestão da RESEX Canavieiras (Quadro 13). Por haver uma governança policêntrica na RESEX Canavieiras, as ações de apropriação e provisão das regras, de monitoramento, de sanção e de resolução de conflitos estão distribuídas em múltiplas escalas. Isso significa que, por mais que o arranjo institucional *RESEX* tenha em sua essência a intenção de estimular o empoderamento e a organização das populações extrativistas tradicionais para que tenham maior autonomia na gestão de seu território, na prática, o sistema local está sempre imerso e dependente (por vezes, submisso) a sistemas maiores.

Essa dinâmica de interação entre os diferentes níveis influencia diretamente a robustez da instituição *RESEX Canavieiras*, de maneira positiva ou negativa, podendo fortalecer ou enfraquecer os seus processos de cogestão adaptativa. Dado o espaço temporal que o presente

trabalho conseguiu confrontar, algumas interações, tanto internas quanto transescalares, e *outcomes* importantes puderam ser observados, os quais serão abordados a seguir.

Quadro 13 – Conexões institucionais transescalares referentes à gestão da RESEX Canavieiras

Conexões transescalares	Instituições <sup>135</sup>
Atividade pesqueira em âmbito nacional, estadual e municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério da Pesca e Aquicultura</li> <li>- Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Biodiversidade e Florestas, e IBAMA)</li> <li>- Ministério da Defesa (Marinha)</li> <li>- Ministério do Desenvolvimento Agrário (Secretaria da Agricultura Familiar)</li> <li>- Ministério do Trabalho e Emprego</li> <li>- Ministério da Previdência (Instituto Nacional de Seguridade Social)</li> <li>- Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia</li> <li>- Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia</li> <li>- Assessoria de Assuntos do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Canavieiras</li> </ul>
Unidades de Conservação – Reserva Extrativista	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, ICMBio e IBAMA)</li> <li>- Ministério do Desenvolvimento Agrário (Secretaria da Agricultura Familiar e INCRA)</li> <li>- Ministério da Defesa (Marinha)</li> <li>- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria do Patrimônio da União)</li> <li>- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais<sup>136</sup>)</li> </ul>
Reserva Extrativista de Canavieiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ICMBio</li> <li>- IBAMA</li> <li>- SEMA/BA – Instituto de Gestão das Águas e Clima</li> <li>- Delegacia da Capitania dos Portos em Ilhéus</li> <li>- Prefeitura Municipal de Canavieiras</li> <li>- Câmara Municipal de Vereadores de Canavieiras</li> <li>- Universidade Estadual Santa Cruz</li> <li>- Companhia Transamérica de Hotéis - Nordeste</li> <li>- PANGEA (suplente: CI-Brasil)</li> <li>- ECOTUBA</li> <li>- Associação de TurismoViva Canavieiras</li> <li>- Associação dos Criadores de Camarão de Canavieiras</li> <li>- Associação dos Pescadores e Catadeiras de Camarão de Canavieiras</li> <li>- Associação das Marisqueiras do Município de Canavieiras</li> <li>- Segmento de Artesões da Pesca do Município de Canavieiras</li> <li>- Associação de Tiradores e Catadeiras de Caranguejo de Canavieiras</li> <li>- Associação dos Pescadores e Agricultores de Campinhos</li> <li>- Segmento de Agricultores Familiares de Campinhos</li> <li>- Associação de Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Atalaia</li> <li>- Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia</li> <li>- Associação de Pescadores do Puxim do Sul</li> <li>- Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Povoado Oiticica</li> <li>- Associação de Pescadores, Marisqueiras e Extrativistas de Barra Velha</li> <li>- Colônia de Pescadores Z-20 de Canavieiras</li> <li>- Colônia de Pescadores Z-21 de Belmonte</li> </ul>

<sup>135</sup> O MPA e o MMA são as instituições mais diretamente vinculadas à gestão dos recursos pesqueiros, uma vez que possuem competência para o estabelecimento dos atos normativos.

<sup>136</sup> Essa Comissão é presidida pelo MDS e secretariada pelo MMA, existindo quinze representantes entidades da administração pública federal e quinze, de organizações não governamentais (Decreto de 13 de julho de 2006).

### 3.2.3.1.7.1 Conexões institucionais: avanços e conflitos

Existem dinâmicas institucionais na RESEX Canavieiras que têm trazido melhorias na infraestrutura socioeconômica e conseqüente fortalecimento dos aspectos culturais dos pescadores. Algumas melhorias vêm “de cima”; outras, mesmo quando têm participação de parceiros, são frutos da organização comunitária.

Algumas ações que têm trazido benefícios imediatos para a RESEX podem ser verificadas no Quadro 14:

Quadro 14 – Benefícios socioeconômicos e culturais da RESEX Canavieiras

<b>Benefícios</b>	<b>Proponentes/executores</b>
Casas populares construídas nas comunidades de Oiticica, Puxim do Sul, Puxim da Praia, Campinhos, Atalaia e Barra Velha (finalizado)	As associações das seis comunidades em parceria com a ONG AMOVA, com o ICMBio e com a extinta SEAP <sup>137</sup> obtiveram a construção de mais de cem casas. O financiamento ficou sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia.
Censo socioeconômico dos extrativistas, embarcação para uso comunitário e diagnóstico do caranguejo-uçá (finalizado)	Ações promovidas pelo Projeto Envolver. Houve parceria entre: CI-Brasil, ECOTUBA, PANGEA, FGV, AMOVA, AMEX, ICMBio e Fundação SOS Mata Atlântica. O financiamento foi da <i>Brazil Hospitality Group</i> .
Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (em andamento)	O PNRA inclui as RESEXs e reconhece os seus extrativistas cadastrados no INCRA como beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF <sup>138</sup> ).
Programa de Apoio à Conservação Ambiental (ou “Bolsa Verde”) (em andamento)	O Bolsa Verde inclui as RESEXs como beneficiárias e prevê o repasse de trezentos reais trimestrais a famílias de extrema pobreza por um período de dois anos. É preciso estar cadastrado no INCRA. A coordenação é do MMA e há parcerias com o MDS, MDA, FUNAI, ICMBio e IBAMA. O financiamento é da Caixa Econômica Federal.
Valorização do gênero feminino na pesca (em andamento)	A Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Sul da Bahia (“Rede Mulheres”) conseguiu reconhecimento e financiamento da <i>Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres</i> para planejar e executar projetos prioritários propostos por mulheres de Canavieiras e municípios vizinhos.
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP <sup>139</sup> ) (em andamento)	O PCAP é um condicionante do IBAMA para o licenciamento das atividades de exploração marítimas de petróleo e gás natural de curta duração, a exemplo da atividade de perfuração do <i>Bloco BM-J-2</i> da Queiroz Galvão que está ocorrendo próxima à RESEX Canavieiras (cerca de 20 Km da costa). As principais demandas das comunidades da RESEX, no âmbito do que autodenominaram de <i>Fortalecimento da RESEX Canavieiras</i> , têm sido melhorias na infraestrutura das associações (ou construção nas comunidades que não as têm).

<sup>137</sup> Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca. Atual Ministério da Pesca e Aquicultura.

<sup>138</sup> O PRONAF reconhece os pescadores artesanais como beneficiários (Lei 11.326/2006), independentemente de estarem em uma RESEX.

<sup>139</sup> Por tratar-se de uma Unidade de Conservação, o dinheiro da compensação é destinado ao ICMBio. A distribuição da verba deverá ser acordada junto às associações extrativistas da RESEX.

Apesar de a RESEX Canavieiras prover a proteção e conservação dos recursos naturais e o asseguramento das práticas extrativistas tradicionais no seu território, ainda há muitas pessoas no município de Canavieiras, incluindo extrativistas dos sete principais núcleos, contrários à RESEX.

Mesmo com a RESEX, ainda tem divergências. Até de pessoas que recebem benefícios. (Pescador de Atalaia)

Tem gente que aceita e tem gente que não aceita a RESEX. O conflito é só esse. E, mesmo assim, receberam o benefício. (Liderança do Puxim da Praia)

Têm alguns que aprovam, outros que não. A associação aprova! [...] Quem mais critica é que não vive diretamente da pesca. (Liderança da ATCC)

Essas divergências são, ainda, consequências do forte movimento “Natureza sim, RESEX não” que aconteceu há três anos. Muitos moradores passaram a atribuir a culpa da falta de investimentos econômicos em Canavieiras para a RESEX.

O que trouxe estagnação econômica, afugentamentos foi a propaganda negativa e mentirosa promovida contra a RESEX. Era discurso de fazer qualquer um correr, ser contra. (Analista ambiental do ICMBio)

Porém, as lideranças comunitárias da RESEX atribuem esse problema à falta de comunicação e informação por parte do órgão gestor governamental. O censo do Projeto Envolver indica que 70% dos entrevistados desconhece o ICMBio, 29% não sabe o que é RESEX e 9% são contra a RESEX (CURADO, 2010).

Tá faltando informação. Tem muita gente que não entende o que é RESEX. Eles dão folheto, mas não é todo mundo que lê. Tem gente que tem preguiça de lê. A nossa ideia é colocar na rádio. (Liderança da ATCC)

A comunicação melhorou muito, mas a maioria das pessoas ainda acham que o responsável pela gestão é o IBAMA e não o ICMBio, e o próprio ICMBio tem culpa disso! [...] Quando era IBAMA, se discutia gestão de pesca. Depois do ICMBio, nunca mais se discutiu. Com o IBAMA era bem melhor, se tinha mais vontade. Com o IBAMA nós criamos um Acordo de Pesca, rapaiz! (Lideranças da AMEX)

As pessoas que são contrárias à RESEX não costumam comparecer nas reuniões das associações de sua comunidade, o que dificulta ainda mais o estabelecimento de diálogo para a

resolução desse entrave. Entretanto, mesmo que lentamente e mesmo que seja por conta de interesses financeiros, muitos extrativistas que pretendem tornar-se beneficiários das vantagens inerentes à RESEX Canavieiras vêm aparecendo na sede do ICMBio/AMEX em busca de informação –, o que pode ser o primeiro passo para a mudança de opinião.

Contudo, embora ainda haja um número significativo de pessoas que não aprovam e/ou desconhecem a RESEX, a organização das associações comunitárias – corporificada na AMEX – é considerada muito forte, inclusive, pelas demais instituições que compõem o CDRC. Entretanto, essa força na organização comunitária é, muitas vezes, motivo de incômodo para algumas instituições, o que gera conflitos.

Se acham fortes (e são) e atropelam todos a ferro e fogo! (Representante da ACCC)

Aqui nós temos o privilégio de ser os extrativistas que dão voz ao Conselho. Nós gostaríamos até que o pessoal que é do outro lado, que não é extrativista, participasse mais né? [...]

O processo de gestão em Canavieiras é um processo muito diferenciado. Nós aprendemos ao longo desses anos que o trabalho não necessariamente precisa do Estado nos tutelando pra que a coisa aconteça. E nós somos obrigados a aprender isso da forma mais dolorida possível. No meio do caminho, tivemos muitos bons parceiros, muitos bons amigos que nos ajudaram nisso, o que nos fez hoje ter uma autonomia da forma que nós temos hoje. [...]

Os outros é que tiveram que se adaptar com a nova realidade. Nós tivemos que nos adaptar a uma realidade nova no que diz respeito a ter relações externas, fazer articulação política por fora e tal. O que nós estamos fazendo hoje é exatamente a mesma coisa que nós fazíamos quando iniciou o processo da Reserva, de uma forma mais aprimorada, fomos caminhando, aprendendo no caminho... (Lideranças da AMEX)

A intenção é a integração. O ideal é que todas instituições cresçam juntas. Se uma instituição está se sobressaindo demais, é sinal de que a relação não esta sendo saudável. Excluem e depois abrem a boca pra falar que o ICMBio que não participa. (Analista ambiental do ICMBio)

Os conflitos institucionais transescalares da RESEX Canavieiras mais proeminentes dizem respeito à gestão do uso do solo, aos direitos assegurados pelos extrativistas em RESEXs, a interesses econômicos e à falta de comunicação, informação e confiança (Quadro 15). Alguns aspectos sugeridos/reclamados, mas que não chegam a configurar-se como conflitos, também foram listados no Quadro 15.

Quadro 15 – Principais conflitos transescalares na RESEX Canavieiras

Instituições	Conflitos
<p>AMEX X Prefeitura, Cam. de Vereadores, ACCC e Assoc. de Turismo</p>	<p>A administração municipal, a ACCC e a Assoc. de Turismo são contra a existência de uma RESEX em Canavieiras. Além de alegarem que a RESEX prejudica o desenvolvimento econômico, acreditam que não há uma população extrativista tradicional expressiva no município. Por isso, defendem a existência de uma Área de Proteção Ambiental (APA) ao invés de uma RESEX. Outros fatores que corroboram a sua defesa por uma APA são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o fato de o conselho de gestão em uma APA ser consultivo ao invés de deliberativo, uma vez que os extrativistas não teriam maturidade para deliberar ações que afetem o município como um todo;</li> <li>- a igualdade de votos no Conselho, para que nenhum segmento seja favorecido, tornando o processo mais democrático; e</li> <li>- o fato de que o arranjo RESEX seria efetivo somente para a Amazônia.</li> </ul> <p>“Acho que o termo ‘extrativista’ já está errado, pois remete à extração, não à sustentabilidade.” (Representante da Prefeitura)</p>
<p>SPU X ICMBio e Prefeitura</p>	<p>É grande a morosidade da SPU nos processos de CCDRU. Sem a concessão, a Prefeitura não pode tributar os terrenos do município e o ICMBio não pode coordenar a regularização fundiária da RESEX. Atualmente, o ICMBio obteve a concessão de 85% da área da RESEX. Porém, essa área corresponde somente ao perímetro marinho.</p>
<p>ICMBio X Prefeitura</p>	<p>Não há entendimento a respeito das atribuições de responsabilidades administrativas no que tange à gestão do solo dos territórios do município e da RESEX. O maior entrave recai na gestão do solo da Vila de Atalaia. Segue a descrição do conflito pelo representante da Prefeitura: “tinha proposta do ICMBio de a SPU passar a gestão do solo para o ICMBio e o ICMBio ia passar a gestão do solo para a RESEX, de um solo municipal – área urbana! O município é responsável pela educação, saúde, segurança e infraestrutura, mas se é uma área federal, como é que o município pode intervir? Por exemplo, pra instalar uma linha de energia elétrica, quem é o responsável? A SPU, a Prefeitura ou o ICMBio? Quem é o responsável por autorizar a linha? Para sustentar um posto de saúde, uma escola em uma área federal? É o município? Se ele não é responsável pela gestão do solo, como pode fazer a gestão de programas sociais, a manutenção de estradas...? A Prefeitura pra fazer algo na ilha de Atalaia, hoje, precisa da autorização do ICMBio. Como fica esse conflito? Se a Prefeitura é quem faz toda a manutenção em termos de gestão, ela deveria ter o direito de tributar. É constante essa dificuldade na gestão do solo, do território. [...]</p> <p>O ICMBio não licencia. Quem licencia é o município, Estado ou União. Aí o ICMBio autoriza o município a licenciar um empreendimento que tá dentro da área urbana. Então, o ICMBio tá mandando mais do que o município! Então, o município deixou de ser município; passou a ser um território. [...] Se houver a concretização da concessão do solo do ICMBio e deles para a RESEX, a Prefeitura vai ter que se retirar de lá e fazer um Decreto declarando que lá não é mais área urbana, nem território e nem município de Canavieiras.”</p>
<p>AMEX X ICMBio</p>	<p>Há, nitidamente, uma ausência de diálogo e confiança entre a AMEX e o ICMBio. A RESEX segue sem o Plano de Manejo por causa da falta de entendimento entre essas duas instituições. Devido a isso, não há também um Acordo de Gestão para nortear as decisões enquanto o Plano de Manejo não é estabelecido, e o Regimento Interno do CDRC está em fase de votação desde 2011. Entre os anos de 2006 e 2012, o ICMBio já mudou três vezes o gestor da RESEX Canavieiras, por reivindicação dos extrativistas.</p> <p>Posicionamento da AMEX:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o ICMBio concentra informação. Por exemplo, as últimas atas do CDRC não foram socializadas;</li> <li>- o ICMBio não participa das reuniões nas comunidades: “não se adaptam à realidade da gente. Querem reunião em horário comercial. O pescador não tem salário certo como eles.” Quanto à importância da presença do ICMBio nas reuniões para exercer, dentre outros elementos,</li> </ul>

o papel de conscientização, uma liderança do Puxim da Praia acrescenta: “a fiscalização é a maior fragilidade da RESEX. E também os gestores não aparecem nas comunidades pra dar uma assistência de conscientização nas pessoas, nas reuniões das associações, por exemplo.”

- as reuniões do CDRC não estão ocorrendo de dois em dois meses;

- o ICMBio não é a instituição que deveria conduzir as reuniões do CDRC; e

- o que é deliberado, às vezes, recebe pareceres contrários da Procuradoria Jurídica do ICMBio.

“O ICMBio como órgão gestor da Reserva Extrativista, como órgão encarregado de fazer a administração e que foi criado para tal, ele levou um nome que, infelizmente, na nossa avaliação – e não é uma avaliação minha, é uma avaliação de todos os extrativistas do Brasil –, não merece o nome que recebeu. Eu acho que o companheiro Chico deve tá se estremecendo lá no caixão, coitado, porque existe uma lacuna muito grande entre a realidade e a ficção. Ou seja, quem tá lá no escritório em Brasília não entende nada de Reserva Extrativista, assim como as pessoas que tão indo pras pontas. A gente acha que precisa avançar muito. Nós temos casos de pessoas do Instituto Chico Mendes que têm se esforçado, que têm feito uma diferença. Tem muitos gestores muito bons, mas a gente precisa que isso se replique, que isso não seja casos isolados. Aí eu avalio que o Instituto Chico Mendes precisa avançar muito pra justificar, pra ter o direito de dizer que é parceiro na gestão das Reservas Extrativistas.”

#### Posicionamento do ICMBio:

- o CDRC é o principal espaço de gestão da RESEX, mas não tem sido eficaz porque os extrativistas já levam as decisões prontas. Não há compartilhamento de informação porque “não há espaço pra construção de conhecimento e informação. O espaço está inviável. A imagem da instituição é denegrida constantemente. Querem ser autônomos; não aceitam a junção das tarefas. Vejo muita injustiça social! Há muitas questões que envolvem o lado financeiro e político e isso influencia diretamente nas formas de manejo. [...] A legislação prevê a cogestão, mas não de que forma. Quem define o quê? Qual o grupo de trabalho? Quem fará a auditoria? [...] As reuniões acontecem e já há uma decisão previamente tomada. Não há como alterar as decisões. De qualquer forma, o chefe tem que ter em mente que o objetivo maior é a manutenção dos modos de vida do extrativista.”

- quanto ao fato de as reuniões do CDRC não estarem acontecendo a cada dois meses, “o problema não é a condução, mas sim a preparação: local, mesa, cadeira, *data show*, preparar a apresentação, resgatar o histórico da última reunião, entrar em contato com os setores envolvidos, prestação de contas, *coffee break*, restaurante...”

- quando se trata de benefícios, os extrativistas querem fundamentar-se na lei, mas, quando atinge o lado pessoal, deixam de ser coerentes: “a lei não absorve a complexidade. E como é que vai fazer CCDRU? Em Atalaia mesmo tem muitos moradores que não são populações tradicionais. São donos de bar, têm casas de veraneio. Por lei, teriam que sair. E aí os órgãos extrativistas começam a lidar com isso como questões pessoais, com subjetividade: esse eu gosto, esse não; esse foi a favor da RESEX, esse não; esse é gente boa, esse não e aí nós discordamos. Tem que estar fundamentado em lei.”

- concorda que deveria haver menos intervenção governamental, mas os extrativistas ainda não teriam a maturidade necessária para a autogestão: “o Chico Mendes deveria ser menos interventor; deveria garantir as políticas públicas, criar e implementar seus mecanismos de gestão (regularização fundiária), ajudar o Conselho a funcionar, mas ir saindo gradativamente... Criar os meios externos pra coisa interna funcionar e largar na mão. Se não derem conta, tem que eliminar a Reserva. Assim são geridos os territórios quilombolas e indígenas (os indígenas menos porque a FUNAI ajuda bastante, mas o processo de gestão do território é feita pelos índios). Hoje, tem população tradicional dentro do Ministério da Justiça, Agrário e do Meio Ambiente. Dos três modelos que contemplam populações tradicionais, a RESEX é a mais

	controlada pelo Estado. Tanto a legislação... Tem servidores públicos federais ou estaduais inseridos no processo de gestão. E ela é toda regulada: tem um Conselho Deliberativo, cujo presidente é o representante da instituição; é o servidor público quem convoca as reuniões do Conselho. [...] Pra fiscalizações em alto mar, o ICMBio poderia colaborar, mas o ideal é que a comunidade faça isso. Se não tiver condições, pela fragilidade política, pela fragilidade de infraestrutura, aí se poderia realizar operações eventualmente.”
AMEX X ICMBio, IBAMA, ACCC, Assoc. de Turimo, Prefeitura e Cam. de Vereadores	<p>É grande o incômodo pelo direito de maioria de votos dos extrativistas nas deliberações do Conselho gestor<sup>140</sup>. As instituições alegam não estar havendo uma gestão compartilhada. A maior contestação das instituições que representam os segmentos não extrativistas é decorrente da falta de espaço para opinar, construir e refletir juntos sobre uma ideia, uma vez que os extrativistas já viriam para as reuniões do CDRC com a sua posição combinada e definida: “disposição pro diálogo é ausente porque já se define tudo um dia antes.” (Analista ambiental do ICMBio)</p> <p>Representantes da Assoc. de Turismo, da Prefeitura e da AMEX, respectivamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “A ideia de uma gestão compartilhada é fantástica, mas ela não tem sido exequível. O que adianta fazermos parte de um conselho de extrativistas, onde as ações dos extrativistas não são compartilhadas com os não extrativistas?”</li> <li>- “O Conselho Deliberativo é desestimulador pra quem não é beneficiário. Os outros órgãos que participam não têm poder de decisão nenhum. Então o que você vai fazer numa reunião dessas? Você vai lá só pra opinar e raramente vão acatar a sua opinião. A vazão é muito grande! Você não ajuda a decidir; o que vem pré-determinado é o que é decidido. Nem precisava ter Conselho! Eles que façam a reunião deles e depois comuniquem o restante. Mas a culpa não é deles, é da legislação.”</li> <li>- “A AMEX não está satisfeita com o modo que se dá a gestão compartilhada na RESEX, de forma nenhuma! Mesmo porque não existe gestão compartilhada. O que existe é uma pressão por parte nossa, da sociedade, e um processo de administração feito de forma governamental, mas que não interage um com o outro.”</li> </ul>
ACCC X AMEX	<p>A AMEX não considera em hipótese alguma a aprovação da atividade carcinicultora nos manguezais e nas suas áreas adjacentes. Já a ACCC defende que carcinicultura em Canavieiras é em terra firme e em áreas não propícias para a agricultura. Alega que a atividade carcinicultora mudou e que não é mais prejudicial, como outrora, para a desova das espécies estuarinas e para o meio ambiente como um todo, uma vez que teriam deixado de utilizar produtos químicos poluentes. Acredita que outras práticas realizadas na RESEX são mais prejudiciais do que a carcinicultura. O representante da ACCC indaga: “O que é melhor? Três barcos de pesca de arrasto que pega tudo pela frente, interrompe cadeias de produção e gera espécies que serão descartadas? Falam mal da carcinicultura porque não têm conhecimento.” E vai além: “O agronegócio é mal visto por todos, mas é necessário. Dependemos do alimento, do petróleo... [...] O que é melhor? A proteína do camarão poderia substituir a do boi. O que depreda mais? Criação de boi ou de camarão? O futuro será produzir muito em um espaço pequeno.”</p> <p>A ACCC afirma que o próprio Governo da Bahia, através, principalmente, da Bahia Pesca<sup>141</sup>, incentivou a atividade carcinicultora no município de Canavieiras, o que gerou o deslocamento de muitos trabalhadores de outros Estados para o município e região, os quais encontram-se, atualmente, prejudicados.</p>
ACCC X	Todos os projetos e empreendimento ativos de carcinicultura foram embargados pelo IBAMA. A ACCC alega sofrer injustamente os embargos da lei, uma vez que o próprio Governo estadual aprovou (e incentivou) as áreas para tal uso e que não é claro qual a instituição que

<sup>140</sup> O ICMBio, ao contrário das demais instituições pontuadas na coluna, acredita que a maioria de votos deva ser dos extrativistas. Porém, no caso da RESEX Canavieiras, os extrativistas não estariam lidando com esse direito de forma madura.

<sup>141</sup> Lembrando que, em 2003, a Bahia Pesca organizou e publicou o Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para a Carcinicultura Marinha.

IBAMA	<p>deve fazer a renovação da licença para a atividade carcinicultora em Canavieiras. Segundo o representante da ACCC, “até agora só ficou um passa e repassa. O IBAMA alega que é uma atividade de impacto local, por isso deveria ser competência da Prefeitura e do Estado (pelo CONDEMA e INEMA<sup>142</sup>), mas os outros dizem que é competência do IBAMA.”</p> <p>Atualmente, há doze fazendas de camarão funcionando por liminar no município de Canavieiras. Após a Resolução que determinou a redução da área da zona de amortecimento<sup>143</sup> de UCs, parte dos empreendimentos de carcinicultura deixou de estar na zona de amortecimento da RESEX Canavieiras<sup>144</sup>, fator que favorece a prática dessa atividade.</p>
ATCC e AMEX X MPA e MMA	<p>As questões centrais são a solicitação de um seguro defeso para os catadores de caranguejo durante o período de andata e a revisão do método para a determinação dos períodos de andata do caranguejo-uçá, uma vez que o conhecimento ecológico tradicional dos pescadores não tem sido considerado no processo de elaboração do calendário de pesca. Soma-se à questão do calendário de pesca os pedidos de mudança do período de defeso do robalo.</p>
AMAPP e AMEX X Hotel Transamérica	<p>O Hotel Transamérica utiliza a área da RESEX para fazer passeios turísticos de barcos/lanchas, sobretudo no território da comunidade do Puxim da Praia. O conflito reside no fato de algumas embarcações passarem pela área do Puxim em alta velocidade, amedrontando a pesca dos extrativistas e/ou até virando as suas embarcações.</p>
<p><b>Outras considerações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O MPA é a instituição responsável por emitir a licença de pesca para o pescador profissional (artesanal ou industrial), amador ou esportivo<sup>145</sup>. O IBAMA é a instituição responsável por fixar os períodos de defeso da atividade pesqueira, e o MTE é a instituição responsável por habilitar o pescador a receber o seguro defeso<sup>146</sup>. A incongruência é que não há controle – de nenhuma instituição – para averiguar se a espécie alvo indicada no documento de requisição do seguro defeso para o MTE é, sequer, capturada pelo pescador.</li> <li>- A Marinha troca demais de representante no CDRC.</li> <li>- A Câmara de Vereadores é a instituição que mais falta às reuniões do CDRC.</li> <li>- Instituições citadas para passarem a fazer parte do CDRC: Polícia Militar, CDL, INCRA, MPF, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), ACAP, Rede Mulheres, Associação de Pescadores e Marisqueiros de Pedra de Una.</li> </ul>	

<sup>142</sup> Respectivamente, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

<sup>143</sup> De acordo com o Art. 2º do SNUC, zona de amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.”

<sup>144</sup> A Resolução nº 428/2010 do CONAMA determinou que uma UC sem Plano de Manejo terá sua zona de amortecimento reduzida, não sendo mais de 10.000 metros, conforme definia a Resolução nº 13/1990 do CONAMA. Quando se tratar de empreendimentos de significativo impacto ambiental (assim considerados pelos órgãos ambientais licenciadores, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - EIA/Rima), a zona de amortecimento será de 3.000 metros. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/Rima, a zona de amortecimento a ser considerada, para as UC que ainda não têm Plano de Manejo, é de 2.000 metros. No caso de áreas urbanas consolidadas, APAs e RPPNs, essa Resolução é desconsiderada.

<sup>145</sup> Lei nº 11.959/2009.

<sup>146</sup> Lei nº 10.779/2003.

O arranjo institucional Reserva Extrativista é forte por parte da gestão comunitária. No que diz respeito à gestão institucional, precisa avançar muito. Como eu falei antes, Reserva Extrativista é um modelo que tá sendo construído, construído com muito suor, com sangue de companheiros que já morreram. Então, não é modelo como o Parque Nacional, que vem lá desde Yellowstone nos Estados Unidos. Reserva Extrativista é um modelo diferenciado. Não tem em nenhum outro lugar do mundo. Então nós temos o direito de cometer todos os erros e também buscar fazer todos os acertos e ajustes necessários pra que dê certo. Agora, lamentavelmente, é que essas fragilidades que toda a sociedade tem, e que nós não estamos à parte, são utilizadas contra nós e, muitas vezes, por instituições que deveriam nos apoiar. Ou seja, é muito fácil criticar uma associação comunitária. Agora, qual é a sua responsabilidade nessa fragilidade da associação comunitária? (Liderança da AMEX)

Apesar de as instituições representativas dos extrativistas da RESEX Canavieiras serem (auto)consideradas fortes, o arranjo institucional “RESEX” possui uma tutela governamental, na qual, além de o gestor do órgão governamental ser denominado de “chefe”<sup>147</sup>, há a obrigação de outras instituições gerirem conjuntamente o seu sistema socioecológico – logo, o sistema de uma RESEX é o resultado das relações de todas as instituições. Ou seja, por mais que existam associações (subsistemas) fortes, é preciso que as conexões entre as demais instituições sejam coesas para que o sistema, como um todo, seja robusto.

Embora as relações oriundas de uma gestão compartilhada em uma RESEX, teoricamente, enriqueçam o processo de formulação de ideias e fortaleçam a legitimação das decisões deliberadas, é primordial que todos os atores envolvidos na gestão tenham o devido esclarecimento, no mínimo, do que vem a ser “população extrativista tradicional” e de que uma RESEX deve atender aos interesses dessa população. Percebe-se que, na RESEX Canavieiras, ainda há atores, os quais fazem parte do corpo gestor, que, além de não abrirem mão de seus interesses econômicos, não compreendem o significado de “extrativista” e, conseqüentemente, de “RESEX”.

As interações institucionais transescalares conflituosas existentes na RESEX Canavieiras, sem dúvida, afetam a sua disposição para constituir-se em um território promotor de estratégias de ecodesenvolvimento. Entretanto, há aspectos históricos institucionais e iniciativas recentes – “de baixo” – que podem representar um direcionamento a formas de desenvolvimento mais socialmente justas e ecologicamente prudentes.

---

<sup>147</sup> “Chefe da Unidade” é o termo utilizado. Vide sítios eletrônicos do MMA e do ICMBio.

### 3.2.4 Estratégias de ecodesenvolvimento na RESEX Canavieiras: potencialidades e obstáculos

As dimensões socioeconômicas do sistema produtivo associado à pesca artesanal apresentam características importantes para o contexto local do município de Canavieiras, mas a aliança entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental pode ainda ser considerada incipiente. Apesar de a RESEX Canavieiras ter assegurado algumas conquistas políticas, econômicas e culturais para os pescadores, há fragilidades nas múltiplas dimensões que afetam o sistema produtivo do setor pesqueiro como um todo (Quadro 16).

O fato de a RESEX prever uma gestão territorial diferenciada com espaços participativos que propiciem uma maior autonomia aos atores locais para que possam manifestar sua capacidade latente de interpretar seus próprios problemas, suas necessidades e aspirações tem sido essencial no desafio de romper a administração economicista e tecnocrática convencional dos recursos naturais. Porém, os diversos conflitos residentes nas múltiplas camadas institucionais da RESEX Canavieiras evidenciam que as conexões transescalares têm sido pouco consistentes, não incentivando o êxito de ações coletivas que poderiam vir a dinamizar o circuito comercial do setor pesqueiro no município de Canavieiras.

Apesar dos entraves impostos pelos conflitos institucionais transescalares, a comunidade extrativista tradicional de Canavieiras busca constantemente o estabelecimento de parcerias locais e com atores exógenos, na tentativa de criar mecanismos sustentáveis de desenvolvimento, os quais valorizem os recursos naturais, o patrimônio cultural e o conhecimento local disponíveis na área (Quadro 16).

Quadro 16 – Potencialidades e obstáculos para o ecodesenvolvimento em Canavieiras

Dimensões	Potencialidades	Obstáculos
Sociopolítica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A existência do arranjo institucional “RESEX” pode representar um espaço de manobra favorável ao empoderamento das comunidades extrativistas tradicionais.</li> <li>- A participação e assessoria técnico-científica de ONGs (como o PANGEA, o ECOTUBA, a CI-Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica) e de universidades (como a UESC, a UFBA e a FGV) na realização de propostas educativo-formativas junto às comunidades da RESEX, podem intervir proativamente para um desenvolvimento integrado e sustentável.</li> <li>- As lideranças da RESEX viajam com regularidade para Brasília e para eventos com temática de interesse comunitário, possuem uma boa articulação política e fazem constante contato com lideranças de outras UCs brasileiras para a troca de experiências.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A incorporação da questão ambiental na esfera pública municipal é mínima e pouco funcional. A política municipal de meio ambiente não está inserida numa discussão transversal junto às políticas da RESEX.</li> <li>- Falta de entendimento do que vem a ser “população extrativista tradicional” e “RESEX” por parte de alguns órgãos gestores da RESEX.</li> <li>- Falta de comunicação entre as instituições responsáveis pela gestão da pesca e do território.</li> <li>- Não existe a Agenda 21 no município.</li> <li>- O modelo centralizador da gestão pública inviabiliza a participação popular e potencializa relações clientelistas com empresas privadas.</li> </ul>
Socioeconômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A nova geração tem buscado aprimorar a formação educacional.</li> <li>- A produção de alimentos para a subsistência, seja por meio da pesca ou da agricultura, ainda é massivamente originada localmente.</li> <li>- Alguns projetos têm sido discutidos junto a instituições externas, com a perspectiva de valorizar o conhecimento ecológico e agregar maior valor aos produtos endógenos, melhorando, assim, a qualidade de vida dos extrativistas: <ul style="list-style-type: none"> <li>→ No âmbito do <i>Programa de Aquisição de Alimentos</i> (CONAB e FAPESB), há previsão de fortalecimento da cadeia produtiva do caranguejo-uçá e do camarão branco, criando um selo de origem e melhorando as estruturas para o seu beneficiamento e comercialização.</li> <li>→ Pesquisadores da IESB, UESC e SAVE Brasil estão discutindo possibilidades de economia solidária<sup>148</sup> na RESEX Canavieiras, promovendo capacitação de membros das comunidades de pescadores e marisqueiras nas áreas de cooperativismo e associativismo<sup>149</sup>.</li> <li>→ Há discussão dos extrativistas com o MDA de um projeto que prevê o cultivo sustentável de ostra e sururu nas comunidades da RESEX, e o</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As comunidades da RESEX não dispõem de escolas de ensino fundamental e médio. Algumas, não possuem, sequer, escola de ensino fundamental.</li> <li>- Ainda há comunidades sem energia elétrica.</li> <li>- Não há unidades de beneficiamento dos recursos pesqueiros nas comunidades.</li> <li>- A tradição de fabricar artesanalmente embarcações e petrechos de pesca está se perdendo.</li> <li>- Desvalorização do tradicional em detrimento dos produtos externos, sem discussão sobre a origem do produto.</li> <li>- O hábito de comercializar as mercadorias na forma de trocas já não existe mais.</li> <li>- As condições sanitárias são mínimas nas seis comunidades; e a assistência à saúde é centralizada na sede municipal de Canavieiras e, mesmo assim, é bastante precária.</li> </ul>

<sup>148</sup> A economia solidária possui uma finalidade multidimensional que vai ao encontro dos preceitos do ecodesenvolvimento. Isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural, de maneira a centrar a valorização do ser humano e não do capital, por meio do cooperativismo e associativismo.

<sup>149</sup> Essas propostas são parte do programa de replicação do *Projeto Corredor Una-Lontras* (SAVE Brasil, IESB e apoio da União Européia).

	<p>beneficiamento e venda (sob a forma de enlatado) do caranguejo-uçá.</p> <p>→ Está em discussão entre os extrativistas, a UESC e a UFBA um projeto de cultivo e beneficiamento de ramas e frutas nativas nas comunidades de Campinhos e Barra Velha, devido à grande quantidade de, principalmente, manga e mangaba nesses locais. Essa proposta é vinculada ao “Projeto CID” (<i>Conocimiento, Inclusión e Desarrollo</i>, na área do MERCOSUL) e objetiva a valorização dos atributos territoriais, prevendo, dentre outras ações, cursos de capacitação comunitária e um selo de origem.</p> <p>→ Há promessa do MPA de instalar um <i>estaleiro-escola</i> na comunidade de Atalaia, o que, além de valorizar e ajudar a perpetuar os saberes tradicionais, estaria assegurando uma formação profissional para os jovens.</p> <p>- Alguns benefícios socioeconômicos governamentais são obtidos pelo município devido ao fato de haver uma RESEX (Quadro 14).</p>	<p>- A Colônia Z-20, ainda não conseguiu obter óleo isento de ICMS para os pescadores de Canavieiras, apesar de tentar desde 2006.</p> <p>- Os benefícios governamentais possuem caráter assistencialista, não promovendo uma educação estrutural que avance em direção a um desenvolvimento alternativo mais socialmente justo.</p> <p>- Há atividades de carcinicultura, silvicultura e exploração de petróleo/gás em Canavieiras.</p> <p>- Falta de interesse governamental de prover um monitoramento constante para construir-se um banco de dados, o qual permitiria uma análise temporal e a construção de diagnósticos da evolução dos usos dos recursos pesqueiros – tanto sob o ponto de vista biológico quanto sob a ótica socioeconômica.</p>
Sociocultural e socioecológica	<p>- Paisagens naturais bem preservadas.</p> <p>- Canavieiras faz parte do roteiro turístico “Costa do Cacau”.</p> <p>- Existência de uma RESEX.</p> <p>- Forte organização comunitária para tentar sanar falhas no sistema de gestão pesqueiro.</p> <p>- Ações de fortalecimento comunitário no âmbito do PCAP (Quadro 14).</p> <p>- Forte memória institucional, nas comunidades, presente no sentimento de territorialidade e no conhecimento ecológico do comportamento dos recursos pesqueiros.</p> <p>- Iniciativa de ecoturismo nas comunidades da RESEX, através da qual os participantes podem conhecer melhor a realidade local, desfrutar de comida típica servida em casas de comunitários e de hospedagem também em casas de comunitários.</p> <p>- Comemoração de festas tradicionais.</p>	<p>- Mesmo com a RESEX, ainda há especulação imobiliária.</p> <p>- Conflitos de uso entre a população extrativista tradicional e demais usuários.</p> <p>- Falta de adequação/atualização das regras ao sistema local.</p> <p>- Exploração insustentável dos recursos pesqueiros.</p> <p>- Falta de fiscalização dos recursos pesqueiros.</p> <p>- Legislação coerciva.</p> <p>- Os crustáceos com maior tamanho são levados para municípios vizinhos para serem comercializados.</p> <p>- Os restaurantes e hotéis/pousadas de Canavieiras, em geral, não compram o pescado dos extrativistas locais.</p> <p>- O costume de fabricar artesanalmente as embarcações e os petrechos de pesca vem perdendo-se gradativamente.</p> <p>- A dependência dos atravessadores – <i>os coronéis da pescaria</i> – ainda é muito grande.</p> <p>- As variáveis socioecológicas/culturais são desconsideradas na política de desenvolvimento, a qual possui um viés excessivamente economicista.</p>

As lideranças comunitárias da RESEX mostram-se cientes da importância de dinamizar o circuito comercial da pesca, dando atenção à conservação dos recursos naturais e à valorização cultural do pescador:

Esse ano, priorizamos questões em Canavieiras estruturantes, como luz e moradia. Focar na questão da produção. Pescador tem que ser reconhecido como produtor de alimentos. [...] Agregando valor ao produto, o pescador pode ter mais renda sem ter que pescar mais, o que diminuiria o esforço de pesca. [...]

Tem que fomentar a questão do extrativismo vegetal, agregar valor aos produtos. É uma alternativa de renda que diminui também a pressão em cima dos estuários, dos recursos pesqueiros. (Lideranças da AMEX)

Essa tomada de consciência, sobretudo por parte dos atores locais e em uma área que possui, legalmente, uma forma de gestão dos recursos naturais diferenciada (participativa), sem dúvida, pode representar um pilar para o desenvolvimento territorial sustentável. Entretanto, os traços históricos de autoritarismo político do coronelismo ainda estão imbricados na cultura de Canavieiras. A divisão de papéis entre “os que mandam” e “os que devem obedecer” reflete na falta de cooperação e sinergia dos atores locais para unidirecionar esforços com vistas a um desenvolvimento territorial mais socialmente justo, com descentralização política e ecologicamente prudente.

A RESEX Canavieiras consolidou um território tradicional já existente, o que incentivou o empoderamento dos atores locais. Apesar de haver conflitos entre instituições (subsistemas) que compõem o “sistema RESEX Canavieiras”, as reivindicações sociais no sentido *bottom up* representam a esperança de estabelecer novos ciclos adaptativos que realcem o aprendizado institucional. Enquanto essa esperança não vira realidade, as falhas históricas do sistema de gestão pesqueira, a inexistência de uma educação sistêmica basal, as práticas economicistas e a legislação coerciva ainda presentes no Brasil, fazem com que a tendência seja a de os recursos naturais assumirem a característica de livre acesso – “pegando” mais quem “pode (manda)” mais.

Por mais que, institucionalmente, a Reserva Extrativista seja uma Unidade de Conservação, mas, antes de mais nada, ela é um espaço territorial tradicional. E, com as suas diversas nuances e especificidades, deve considerar também que ela não deve ser nenhuma ilha de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento no meio do País ou no meio de um Estado, entendeu? Nós temos que considerar que temos que interagir com as diversas realidades do nosso entorno. Então, nós nunca vamos poder viver dentro de uma Reserva Extrativista imaginando que, do lado, tá se tendo muito desenvolvimento, e na RESEX nenhum; ou na RESEX, muito desenvolvimento, e do lado nenhum. Ou a gente

procura equilibrar isso, de uma forma clara pra se compatibilizar não só a preservação ambiental, mas com o desenvolvimento socioeconômico mesmo das comunidades... Essa questão de você imaginar que você vai preservar os espaços costeiro-marinhos sem os seres humanos, isso pra nós é conversa fiada; isso não existe pra nós. Nós temos que compatibilizar as coisas. Você vê que hoje no Brasil só se fala em PAC<sup>150</sup>, PAC, PAC, PAC, entendeu? É...grandes portos, grandes represas, grandes empreendimentos, ferrovias, petróleo e tal... E tudo isso passou perto, no entorno ou dentro de Unidades de Conservação. As Reservas Extrativistas vêm sofrendo essa realidade de forma muito forte. E o desafio pra nós é compatibilizar, fazer com que as decisões não sejam verticalizadas, ou seja, que o Governo decida e a gente aceite, mas participar dos processos decisórios, fazer com que a comunidade, mesmo que perca alguma coisa, ganhe uma outra. O caso de Canavieiras é um caso que a gente avança muito nesse espaço de discussão, seja na questão política, técnica, da instrução de implementação de políticas e tal. Mas, infelizmente, na maioria dos locais do Brasil, nas Reservas Extrativistas, isso não acontece; é tratorado mesmo! É levado de qualquer jeito, entendeu? (Liderança da AMEX)

---

<sup>150</sup> Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Quando Chemnitz, por exemplo, define o que é a razão de Estado, ele fala em ‘felicidade do Estado’, e nunca em ‘felicidade da população’. Não são os homens que devem ser felizes, não são os homens que devem ser prósperos, no limite, não são nem mesmo os homens que devem ser ricos, mas o próprio Estado. [...] O problema é a riqueza do Estado, não a da população. A razão de Estado é uma relação do Estado consigo mesmo, uma automanifestação na qual o elemento população está esboçado, mas não presente, esboçado mas não refletido” (FOUCAULT, 2008, p. 370).*

A crise na gestão dos recursos naturais de uso comum no espaço costeiro-marinho brasileiro permanece uma constante. O Estado, apesar das falhas históricas, ainda não assumiu uma nova postura, na qual fossem priorizadas políticas socioambientais estruturantes preventivas e proativas. Tratando-se (da falta) de políticas destinadas à gestão dos recursos pesqueiros, a crise toma dimensões preocupantes, sobretudo no setor artesanal.

A gestão dos recursos pesqueiros artesanais sob uma ótica sustentável não costuma figurar na agenda política brasileira. Prova disso é a política de incentivos fiscais à pesca industrial desencadeada na década de 1960 e a crescente marginalização social dos pescadores artesanais. Tratando-se da pesca, como um todo, a negligência de políticas públicas para esse setor é retratada na recente criação (2009<sup>151</sup>) de um ministério para tratar exclusivamente das questões pertinentes aos recursos pesqueiros. Mas, mais grave do que a criação tardia de um ministério é o fato de ele existir e não apresentar congruência na definição de suas normas, o que se reflete, por exemplo, na falta de participação dos usuários em escalas locais para a definição de regras de uso adaptadas ao seu contexto socioecológico. Logo, a gestão compartilhada permanece distribuída somente nas escalas “de cima”, cada uma com suas concepções distintas de gestão.

Outra questão que, ao longo dos anos, não recebeu a devida atenção política é a da valorização da identidade das populações extrativistas tradicionais, incluindo, mais uma vez, os pescadores artesanais. Na verdade, além de essas populações não serem valorizadas, muitas vezes, sequer são reconhecidas, formal ou informalmente, como tal. Em um mundo hodierno, onde a homogeneização mercadológica tem provocado a perda da diversidade biológica e cultural, as remanescentes populações extrativistas tradicionais e seus territórios deveriam ser ainda mais valorizados nas políticas públicas, principalmente ao tratar-se de seus (instintivos) usos sustentáveis dos recursos naturais.

Apesar das tentativas de reverter o quadro de gradativas perdas biológicas e culturais na forma de criação de Unidades de Conservação, não tem havido uma revolução transformadora

---

<sup>151</sup> O Ministério da Pesca e Aquicultura foi criado pela lei nº 11.958/2009.

estrutural no manejo de sistemas socioecológicos. No caso de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as RESEXs, por mais que as populações extrativistas tradicionais possam desfrutar de um manejo socioecológico diferenciado – com características de *propriedade comunal* –, sempre há a submissão a políticas nacionais generalizadas. Em outras palavras, no Brasil, todos os recursos naturais são regulados formalmente sob o regime de *propriedade estatal* – tal como sugeriu Hardin em sua visão draconiana para evitar a tragédia dos *commons*. Entretanto, é justamente o histórico regime de propriedade estatal que vem procrastinando a falta de eficiência na gestão dos recursos pesqueiros, o que, na prática, tem resultado na condição de *livre acesso*.

Portanto, a existência de uma instituição comunal robusta que exerça uma autogestão em seu território, no contexto brasileiro, é algo pouco provável e, ainda, não permitido por lei. No entanto, na luta pela sobrevivência, é preciso “jogar-se” com o que se tem, sempre na esperança de produzir entropia no sistema – que seja traduzida pela busca e obtenção de condições sociais mais justas. Nesse sentido, no Brasil, o que as populações extrativistas tradicionais possuem como alternativa jurídica mais promissora para dar continuidade aos seus modos de vida, até o momento, é o arranjo institucional “RESEX”.

No caso da RESEX Canavieiras, foi possível verificar, ao longo desse trabalho, que a sua população extrativista tradicional obteve conquistas importantes, conseguindo manter e diversificar traços culturais – nutrindo o seu sentimento de territorialidade. No entanto, quanto mais o território tradicional se fortalece, mais divergências criam-se com atores e instituições que não entendem e/ou não aprovam as finalidades da RESEX.

Pode-se constatar que as principais divergências entre os atores locais e entre si com os atores externos são frutos de políticas públicas (em micro e macro escalas) deficientes e de distintos interesses econômicos (do setor carnicultor e turístico, por exemplo). As políticas públicas não proveem uma educação basal que enfatize a importância da diversidade de sistemas socioecológicos complexos e nem uma legislação flexível para tais especificidades. Essa base falha da política alimenta a (e é alimentada pela – como um círculo vicioso) hegemônica ideologia economicista. Exemplo disso é o fato de a administração pública municipal de Canavieiras rejeitar a RESEX de sua cidade porque grandes empreendimentos capitalistas não mais podem lá se alocar, evidenciando a sua intenção de multiplicar o modelo de desenvolvimento econômico vigente. Também, a administração municipal parte do pressuposto

de que, se não se pode tributar a população alocada em uma Unidade de Conservação, não se deve oferecer estruturas básicas de moradia, tais como saúde, educação e energia elétrica.

Na RESEX Canavieiras, além do problema existente com instituições governamentais locais, há a falta de entendimento com o setor hoteleiro, turístico, carcinicultor e, de forma mais proeminente, com a instituição governamental federal *ICMBio*. Sendo assim, não há como planejar ações ecológica e economicamente sustentáveis, de maneira estruturante, em âmbito territorial, pois, além de não haver o suprimento de necessidades básicas do Estado, como assistência à educação, à saúde e à produção alimentar pesqueira de pequena escala, não há uma coesão transescalar de interesses.

Esses entraves, em sua maior parte, são consequentes das múltiplas brechas e interpretações que a legislação permite. Ora, a gestão compartilhada prevista por lei em uma RESEX acontece sem que haja a definição de papéis das instituições que exercem a sua gestão, deixando os protagonistas – no caso de Canavieiras, os pescadores artesanais – à margem dos interesses político-econômicos de instituições que não necessariamente vão colaborar no processo de empoderamento gradual dos extrativistas.

Apesar dos conflitos existentes nas interações institucionais transescalares da RESEX Canavieiras, há ações embrionárias, vindas “de baixo”, que estão tentando dinamizar o circuito pesqueiro artesanal; e as relações de territorialidade, cooperação e confiança entre um contingente significativo de extrativistas são bastante fortes – fato representado na luta pela criação e permanência da RESEX. Porém, em uma análise institucional sistêmica, é preciso considerar o todo, ou seja, o resultado das conexões que se dão entre todas as instituições que afetam as intermediações do sistema socioecológico da RESEX.

Nesse sentido, devido às condições de a RESEX Canavieiras não ter completado nem uma década de existência – e o tempo é um indicador importante para a análise de robustez institucional –; de não haver um automonitoramento comunitário, fiscalização governamental eficiente e prudência dos beneficiários/usuários, em geral, quanto aos usos dos recursos; de, na maior parte das situações, não estar havendo um processo satisfatório de comunicação e aprendizagem entre todas as escalas institucionais da sua gestão; de não haver o provimento de

regras congruentes e específicas para o contexto local; e de existir uma legislação de caráter coercivo, não se pode classificar a instituição “RESEX Canavieiras” como robusta<sup>152</sup>.

Contudo, as crises podem provocar a ruptura e reversão dos sistemas, estabelecendo novos ciclos adaptativos, nos quais o aprendizado institucional e uma racionalidade solidária de desenvolvimento socioeconômico sejam considerados. Enquanto isso, seguem os desafios (os quais transcendem a RESEX Canavieiras) de obter o reconhecimento social e jurídico da identidade cultural das populações extrativistas tradicionais; de potencializar economicamente os atributos físicos territoriais, por meio de um manejo participativo e integrador; de impedir o avanço da especulação imobiliária e do turismo culturalmente degradante; e o de obter “o peixe nosso de cada dia”.

---

<sup>152</sup> Estudos de caso que analisem a robustez institucional de outras RESEXs Marinhas, talvez, possam demonstrar que, quando comparadas, a RESEX Canavieiras possui conquistas e avanços salientes no cenário nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, P. R. e SUMAILA, U. R. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. In: **Marine Policy**, 31, 2007, p. 444-450.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos recursos territoriais. In: **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010, p. 27-47.

AB'SABER, A. **Brasil: Paisagens de exceção – o litoral e o Pantanal mato-grossense, patrimônios básicos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

AGUIAR, P. C. Um olhar geográfico sobre Canavieiras. In: **TABU**, 1ª quinzena de outubro de 2008, p. 11.

\_\_\_\_\_. **Transformações socioambientais do município de Canavieiras (Bahia): uma análise à influência da Resex**. Dissertação de Mestrado. Ilhéus: UESC, 2011.

ALVES, D. C. **Subsídios para avaliação participativa dos recursos pesqueiros da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Maringá: UEM, 2009.

AMORIM, R. R. e OLIVEIRA, R. C. Degradação ambiental e novas territorialidades no Extremo Sul da Bahia. In: **Cadernos de Geografia**, vol. 8 (22), 2007, p. 18-37.

ANDION, C.; SERVA, M.; e LÉVESQUE, B. O debate sobre a economia plural e a sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. In: **EISFORIA**, vol. 4. Florianópolis: PPGAGR, 2006, p. 199-221.

ARAÚJO, L. A. Perícia ambiental. In: CUNHA, S. e GUERRA, A. J. (orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 107-151.

ARMITAGE, D.; BERKES, F.; e DOUBLEDAY, N. Moving beyond Co-management. In: ARMITAGE, D.; BERKES, F.; e DOUBLEDAY, N. (orgs.). **Adaptive co-management: collaboration, learning and multi-level governance**. The University of British Columbia Press, 2007, p. 1-15.

\_\_\_\_\_ et al. Adaptive comanagement for social-ecological complexity. In: **Frontiers in Ecology and Environment**, nº 7 (2), 2009, p. 95-102.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: **Ambiente e Sociedade**, ano II, nº 5, 1999, p. 79-92.

BECKER, B. Prefácio. In: GUERRA, A. J. e COELHO, M. C. (orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 17-19.

BECKER, O. A reserva extrativista como instrumento de gestão territorial e ambiental. In: STEINBERGER, M. (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006, p. 349-369.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; e SEIXAS, C. (orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005a, p. 47-72.

\_\_\_\_\_. Conexões institucionais transescalares. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; e SEIXAS, C. (orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005b, p. 293-332.

\_\_\_\_\_. Adaptive Co-Management and Complexity: Exploring the Many Faces of Co-Management. In: ARMITAGE, D.; BERKES, F.; e DOUBLEDAY, N. (orgs.). **Adaptive co-management: collaboration, learning and multi-level governance**. The University of British Columbia Press, 2007, p. 19-37.

\_\_\_\_\_. Evolution of co-management: role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. In: **Journal of Environmental Management**, 90, 2009, p. 1692-1702.

\_\_\_\_\_ e FOLKE, C. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: BERKES, F. e FOLKE, C. (orgs.). **Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p.1-25.

\_\_\_\_\_ et al.; KALIKOSKI, D. C. (org. da versão em português). **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande: FURG, 2006.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARRIÈRE, J. P. e CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **EISFORIA**, vol. 4. Florianópolis: PPGAGR, 2006, p. 23-47.

CASH, D. et al. Scale and Cross-Scale Dynamics: Governance and Information in a Multilevel World. In: **Ecology and Society**, 11(2): 8, 2006.

CASTELLO, L. Re-pensando o estudo e o manejo da pesca no Brasil. In: **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**. 3(1), 2008, p. 18-22.

CASTRO, J. **Homens e Caranguejos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO JÚNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; e FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. e COELHO, M. C. (orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 25-65.

CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. In: **EISFORIA**, vol. 4. Florianópolis: PPGAGR, 2006, p. 225-247.

CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO LITORAL NORDESTE. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral nordestino – Projeto ESTATPESCA**, 2008.

CHUENPAGDEE, R. Interactive governance for marine conservation: an illustration. In: **Bulletin of Marine Science**, vol. 87 (2), 2011.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL. **Relatório final das atividades do Projeto Envolver: Desenvolvimento Socioambiental Sustentável na RESEX Canavieiras**, 2010.

COURLET, C. Os sistemas produtivos localizados: da definição ao modelo. In: **EISFORIA**, vol. 4. Florianópolis: PPGAGR, 2006, p. 49-79.

CUNHA, C. e LOUREIRO, C. F. Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p. 1-25.

CUNHA, L. H. e COELHO, M. C. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. e GUERRA, A. J. (orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 43-79.

CURADO, I. B. **Versão preliminar do Censo das famílias extrativistas usuárias da RESEX Canavieiras**, 2010.

DIAS NETO, J. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. In: Revista **CEPSUL – Biodiversidade e Conservação Marinha**, 1 (1), 2010, p. 66-80.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. 2.ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001a.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços naturais. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001b, p. 97-124.

\_\_\_\_\_. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

\_\_\_\_\_. Aspectos socioculturais do uso da água e as sociedades tradicionais. In: **Plano Nacional de Recursos Hídricos. Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil**, vol. 1. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília, 2006, p. 205-220.

\_\_\_\_\_. Marine Protected Areas and Artisanal Fisheries in Brazil. In: **SAMUDRA Monograph**. International Collective in Support of Fishworkers, Índia, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 6.ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2008b.

DIETZ, T. et al. The Drama of Commons. In: OSTROM, E. et al. (orgs.). **The Dramas of the Commons**. Washington: National Academy Press, 2002.

DIOS, C. e MARÇAL, M. Legislação ambiental e a gestão de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba-RJ. In: GUERRA, A. J. e COELHO, M. C. (orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 173-199.

ECOTUBA. **Plano de ação para o caranguejo-uçá em Canavieiras**. Canavieiras: ECOTUBA, 2006.

EGLER, C. A. G. et al. Dinâmica Territorial e Gestão Costeira no Brasil. In: **Anais do VI Encontro Nacional da ANPEGE**, Fortaleza, 2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The state of world fisheries and aquaculture**. Food and Agriculture Organization, Roma, 2010.

\_\_\_\_\_. **International Guidelines for Securing Sustainable Small-scale Fisheries**. Food and Agriculture Organization, Roma, 2012.

FEENY et al. The tragedy of the commons: twenty-two years later. In: CONCA, K.; ALBERTY, M.; e DABELKO, G. (orgs.). **Green planet blues: environmental politics from Stockholm to Rio**. Westview Press, 1995, p. 53-62.

FOLKE, C. et al. Resilience Thinking: Integrating Resilience, Adaptability and Transformability. In: **Ecology and Society**, 15(4): 20, 2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Fontes, 2008.

FRANÇA-FILHO, D. **Pelos caminhos da fé: aspectos da cristianização católica na história de Canavieiras**. Canavieiras: FUNEC, 2009.

GARCÍA, R. Interdisciplinariedad y sistemas complejos. In: LEFF, E. (org.). **Ciencias Sociales y formación ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994, p. 85-125.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. e GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 64-89.

GORDON, H. S. The economic theory of a common-property resource: the fishery. In: **The Journal of Political Economy**, vol. 62 (2), 1954, p. 124-142.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. In: **Science**, vol. 162, 1968, p. 1243-1248.

HOLLING, C. Resilience of ecosystems, local surprise and global change. In: CLARCK, W. e MUNN, R. (orgs.). **Sustainable development of the biosphere**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 292-317.

\_\_\_\_\_; BERKES, F.; E FOLKE, C. Science, sustainability and resource management. In: BERKES, F.; E FOLKE, C. (orgs.). **Linking Social and Ecological Systems: management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 342-361.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiros metodológicos: plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais**. Brasília: Ibama, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estatística da pesca 2007 Brasil: grandes regiões e unidades da Federação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

IUCN WCPA. **Towards Networks of Marine Protected Areas. The MPA Plan of Action for IUCN’s World Commission on Protected Areas**. Suíça, 2008.

JENTOFT, S. Co-management – the way forward. In: WILSON et al. (orgs.). **The fisheries co-management experience: accomplishments, challenges and prospects**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003, p. 1-14.

\_\_\_\_\_. Fisheries co-management as empowerment. In: **Marine Policy**, 29, 2005, p. 1-7.

JOLLIVET, M. e PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2000, 53-112.

KALIKOSKI, D. Áreas Marinhas Protegidas, Conservação e Justiça Social: Considerações à luz da Teoria dos Comuns. In: **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. Brasília: MMA/SBF, 2007, p. 67-79.

\_\_\_\_\_ e PINTO DA SILVA, P. Análise de gestão compartilhada: avaliação preliminar comparativa do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da RESEX de Arraial do Cabo (RJ). In: LOBO, A. (org.). **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: Edições IBAMA, 2007, p. 115-154.

\_\_\_\_\_; SEIXAS, C.; e ALMUDI, T. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. In. **Ambiente e Sociedade**, vol. XII (1), 2009, p. 151-172.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LINS, A. **A arte da pesca: análise socioeconômica da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia**. Dissertação de Mestrado. Ilhéus: UESC, 2011.

LOPES, P. F. A pesca na Baía da Ilha Grande: caracterização e conflitos. In: BEGOSSI, A. et al. (orgs.). **Ecologia de pescadores artesanais da Baía da Ilha Grande**. São Carlos: RiMa Editora, FAPESP, 2010, p. 101-178.

MACHADO, R. A. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2007.

MATOS, G. **O Modelo de von Thünen: um aplicativo computacional**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: PUC, 2005.

MCKEAN, M. e OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, p. 79-95.

MEDEIROS, R. **Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área da Baía de Tijucas, litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2009.

MELLO, N. Primeira parte: primeiras intervenções. In: NASCIMENTO e VIANNA (orgs.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 52-62.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura: Brasil 2010**. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretária de Biodiversidade e Florestas/Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Quarto relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010b.

MONTEIRO, C. A. **A questão ambiental no Brasil: 1960-1980**. São Paulo: IGEOG/USP, 1981.

MORAES, A. C. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MORIN, E. **O Método I: a natureza da natureza**. 2.ed. Portugal: Publicações Europa – América, 1977.

MOURA, R. et al. Conservação da biodiversidade, gestão pesqueira e promoção de equidade social: a contribuição das Áreas Marinhas Protegidas. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Biologia Marinha**. Armação dos Búzios (RJ), 2009, p. 157-163.

NASCIMENTO, D. M. e DOMINGUEZ, J. M. Remanescentes da cobertura vegetal: uma contribuição cartográfica à gestão ambiental na zona costeira dos municípios de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. In: **Cadernos de Geociências**, vol. 7 (2), 2010, p. 93-104.

OLSSON, P.; FOLKE, C.; e BERKES, F. Adaptive Comanagement for Building Resilience in Social–Ecological Systems. In: **Environmental Management**, vol. 34, n°1, 2004, p. 75–90.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Understanding institutional diversity**. United Kingdom: Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. A diagnostic approach for going beyond panaceas. In: **PNAS**, vol. 104 (39), 2007, p. 15181-15187.

\_\_\_\_\_. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. In: **American Economic Review**, 100, 2010, p. 641-672.

O’RIORDAN, T. Environmental science on the move. In: O’RIORDAN, T. (org.). **Environmental science for environment management**. 2.ed. University of East Anglia Norwich: Prentice Hall, 2000, p. 1-27.

PANGEA. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista de Canavieiras**. Canavieiras: PANGEA, 2007.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PINKERTON, E. Toward Specificity in Complexity: Understanding co-management from a social science perspective. In: WILSON et al. (orgs.). **The fisheries co-management**

**experience: accomplishments, challenges and prospects.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003, p. 61-77.

PINTO DA SILVA, P. **Common property to co-management: social change and participation in Brazil's first Maritime Extractive Reserve.** Tese de Doutorado: London School of Economics, 2002.

\_\_\_\_\_. From common property to co-management: lessons from Brazil's first maritime extractive reserve. In: **Marine Policy**, 24, 2004, p. 419-428.

\_\_\_\_\_. Da propriedade coletiva ao co-gerenciamiento: lições da primeira Reserva Extrativista Marinha brasileira. In: **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira.** Brasília: MMA/SBF, 2007, p. 161-179.

POMEROY, R. S.; PARKS, J. E.; e WATSON, L. M. **How is your MPA doing? A guidebook of natural and social indicators for evaluating Marine Protected Area management effectiveness.** IUCN, Suíça e Reino Unido, 2004.

PORTELA, M. **Varadouro – um jornal das selvas: um estudo sobre a vida no alternativo.** Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. In: **GEOgraphia.** Ano 1, nº 2, 1999, p. 67-88.

\_\_\_\_\_. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista).** Brasília: Ibama, 2003.

\_\_\_\_\_. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M. e BECKER, B. (orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 375-409.

PRATES, A. P. L. Plano Nacional de Áreas Protegidas O Contexto das Áreas Costeiras e Marinhas. In: **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira.** Brasília: MMA/SBF, 2007, p. 19-25.

\_\_\_\_\_ et al. Unidades de Conservação costeiras e marinhas de uso sustentável como instrumento para a gestão pesqueira. In: **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira.** Brasília: MMA/SBF, 2007, p. 27-39.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. In: **GeoTextos**, vol. 3 (1 e 2), 2007, p. 139-169.

QUEIROZ GALVÃO S/A. **Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração marítima no bloco BM-J-2,** 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REDE MANGUEMAR BAHIA. **Mapeamento dos conflitos sócio-ambientais relativos à carcinicultura no Estado da Bahia** (s.d.).

RODRIGUES, E. et al. Plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas de recursos pesqueiros. In: **Roteiros metodológicos: plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais**. Brasília: Ibama, 2004.

ROUSSEAU, J-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

SACHS, I.; VIEIRA, P. F. (org.) **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. Primeira parte: outras intervenções. In: NASCIMENTO e VIANNA (orgs.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 79-85.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n° 16, 2001, 37-61.

\_\_\_\_\_; SILVA, C.; e CARON, P. Estudo das trajetórias de desenvolvimento: contribuição metodológica para a análise das dinâmicas agrárias. In: **Ateliers de Caravelle**, Toulouse, 7, 1996, 53-72.

SEIXAS, C. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; e SEIXAS, C. (orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 73-111.

\_\_\_\_\_ e BERKES, F. Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa de Ibiraquera, Brasil. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; e SEIXAS, C. (orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 113- 146.

SIQUEIRA, A. M. **Quem são os extrativistas? Perfil dos pescadores e da atividade pesqueira na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau – BA**. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCAR, 2006.

SMITH, A. e BERKES, F. Uso comunitário de recursos do mangue em Santa Lúcia. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; e SEIXAS, C. (orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 177- 195.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 77-116.

SPÍNOLA, J. L.; CARDOSO, T. M.; e TEIXEIRA, C. Espaços e recursos naturais comuns e o arranjo institucional Reserva Extrativista: uma reflexão sobre benefícios e os desafios do processo de institucionalização. In: **Anais do V Encontro Nacional de Anppas**. Florianópolis (SC), 2010, p. 1-16.

TABU. **7 passos para se tentar o soerguimento do cacau**. 2ª quinzena de abril de 2009, p. 15.

TRANSAMÉRICA DE HOTÉIS NORDESTE LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental para as obras de contenção de processos erosivos na costa confrontante com o Hotel Transamérica, Ilha de Comandatuba, Município de Una, Bahia**. Salvador, 2010.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C.; e SALLES, R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: LOBO, A. (org.). **Nas redes da pesca artesanal costeira**. Brasília: Edições IBAMA, Brasília, 2007, p. 15-83.

VEIGA, J. E. **Empreendedorismo rural: uma primeira aproximação**. São Paulo: USP/FEA, 2003.

VIDIGAL et al., **Amazônia azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VIEIRA, P. F. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; e SEIXAS, C. (orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 333-377.

\_\_\_\_\_. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **EISFORIA**, vol. 4. Florianópolis: PPGAGR, 2006, p. 249-309.

\_\_\_\_\_. Introdução. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação. De Estocolmo a Joanesburgo. In: SACHS, I.; VIEIRA, P. F. (org.) **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

\_\_\_\_\_; BERKES, F.; e SEIXAS, C. A revolução ambiental e suas implicações epistemológicas, éticas e políticas. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; e SEIXAS, C. (orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 13-42.

\_\_\_\_\_; CAZELLA, A. A.; e CERDAN, C. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. In: **EISFORIA**, vol. 4. Florianópolis: PPGAGR, 2006, p. 13-20.

\_\_\_\_\_ et al. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de santa catarina. In: **Política e Sociedade**, nº 14, 2009, p. 335-380.

\_\_\_\_\_ et al. Introdução. In: VIEIRA, P. F. et al. (orgs.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010, p. 5-24.

WILSON, J. Scientific uncertain, complex systems and the design of common-pool institutions. In: OSTROM, E. et al. (orgs.). **The Dramas of the Commons**. Washington: National Academy Press, 2002.

YOUNG, O. Institutional dynamics: resilience, vulnerability and adaptation in environmental and resource regimes. In: **Global Environmental Change**, 20, 2010, p. 378-385.

### **Sítios eletrônicos:**

Bahia Pesca (<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/>), consultado em 23/04/2012.

Conservação Internacional do Brasil (<http://www.conservation.org.br/>), consultado em 02/08/2011.

*Food and Agriculture Organization of the United Nations* (internacional e nacional: <http://www.fao.org/> e <https://www.fao.org.br/>), consultados em 06/06/2011.

Imprensa Nacional da Presidência da República (<http://www.portal.in.gov.br/>), consultado em 28/08/2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://www.igbe.gov.br/>), consultado em 24/08/2011.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (<http://www.ibama.gov.br/>), consultado em 10/06/2012.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (<http://www.icmbio.gov.br/>), consultado em 10/06/2012.

Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia ([www.iesb.org.br/](http://www.iesb.org.br/)), consultado em 07/09, 2011.

*International Union for Conservation of Nature* (<http://www.iucn.org/>), consultado em 02/08/2011.

Ministério da Pesca e Aquicultura (<http://www.mpa.gov.br/>), consultado em 23/04/2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (<http://www.mda.gov.br/>), consultado em 30/04, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (<http://www.mds.gov.br/>), consultado em 20/06/2012.

Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br/sitio/>), consultado em 04/05/2012.

Ministério Público Federal do Estado da Bahia (<http://www.mp.ba.gov.br/>) consultado em 20/06/2012.

*World Database on Marine Protected Areas* (<http://www.wdpa.org/>), consultado em 02/08/2011.

## Anexo 1

DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2006

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista de Canavieiras, localizada nos Municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, Estado da Bahia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo nº 02006.002618/2001-79,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista de Canavieiras, localizada nos Municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, Estado da Bahia, com uma área aproximada de 100.645,85 ha (cem mil, seiscentos e quarenta e cinco hectares e oitenta e cinco centiares), com o seguinte memorial descritivo: Partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 38°58'24,02"Wgr e 15°22'58,46"S, localizado na linha de preamar máxima da praia da Ilha de Comandatuba, em Puxim da Praia, segue por uma distância aproximada de 2.358m e azimute 352°21'40" até o ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 38°58'34,53"Wgr e 15°21'42,41"S, localizado na linha de preamar máxima; deste, segue por uma reta de azimute 90° e distância aproximada de 4.142m, até o ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'15,60"Wgr e 15°21'42,38"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 180° e distância aproximada de 1.494m, até o ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'15,72"Wgr e 15°22'30,72"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 89°28'26" e distância aproximada de 13.430m até o ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 38°48'45,11"Wgr e 15°22'26,75"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 180°02'38" e distância aproximada de 27.752m até o ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 38°48'45"Wgr e 15°37'30,02"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 89°58'59" e distância aproximada de 4.957m até o ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 38°45'58,58"Wgr e 15°37'29,79"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 176°03'17" e distância aproximada de 2.047m até o ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 38°45'53,71"Wgr e 15°38'36,24"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute de 166°40'46" e distância aproximada de 5.852m até o ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 38°45'8,21"Wgr e 15°41'41,55"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute de 155°31'48" e distância aproximada de 14.452m até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 38°41'46,46"Wgr e 15°48'49,40"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 138°34'09" e distância aproximada de 2.346m até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 38°40'54,17"Wgr e 15°49'46,57"S, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue por uma reta de azimute 270°10'21" e distância aproximada de 18.492m até o ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 38°51'15,84"Wgr e 15°49'45,41"S, localizado na foz do Rio Jequitonha, no Município de Belmonte; deste, segue pela linha de preamar máxima, sentido norte-noroeste, por uma distância aproximada de 10.164m até o ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 38°53'58,84"Wgr e 15°44'58,51"S; deste, segue por uma reta de azimute 244°08'01" e distância aproximada de 425m até o ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 38°54'11,68"Wgr e 15°45'4,54"S, localizado na margem direita do Rio do Peso; deste, segue pela margem direita do referido rio, por uma distância aproximada de 11.200m até o ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 38°52'43,86"Wgr e 15°49'4,62"S; deste, segue por uma distância aproximada de 7.700m, contornando as áreas úmidas do limite da zona terrestre do mangue até o ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 38°54'9,60"Wgr e 15°48'59,68"S; deste, segue por uma reta de azimute 294°15'40" e distância aproximada de 2.103m até o ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas

38°55'14,07"Wgr e 15°48'31,59"S; deste, segue por uma reta de azimute 305°47'20" e distância aproximada de 2.864m até o ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'32,17"Wgr e 15°47'37,10"S, localizado no fundo das áreas úmidas da região dos campinhos; deste, segue, contornando as áreas úmidas, por uma reta de azimute 350°58'20" e distância aproximada de 2.926m até o ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'47,63"Wgr e 15°46'3,05"S, localizado no Município de Canavieiras; deste, segue contornando as áreas úmidas por uma distância aproximada de 3.056m até o ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'33,13"Wgr e 15°44'25,47"S; deste, segue por uma reta de azimute de 311°55'16" e distância aproximada de 1.280m até o ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 38°57'5,12"Wgr e 15°41'23,10"S, localizado no fundo da área úmida, atrás do manguezal da localidade denominada Laranjeiras; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue pela linha de preamar máxima, por uma distância de 6.416m até o ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 38°57'40,71"Wgr e 15°41'23,10"S, localizado na margem direita do Rio Pardo; deste, segue pela margem direita do referido rio, por uma distância aproximada de 2.200m até o ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'37,66"Wgr e 15°41'3,00"S; deste, segue por uma reta de azimute 99°48'05" e distância aproximada de 996m, cruzando o braço de rio até o ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'4.66"Wgr e 15°41'8,49"S, localizado na Ilha de Atalaia; deste, segue por uma reta de azimute 85°36'04" e distância aproximada de 105m até o ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'1,41"Wgr e 15°41'8,23"S; deste, segue por uma reta de azimute 350°32'15" e distância aproximada de 66m até o ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'1,50"Wgr e 15°41'6,15"S; deste, segue por uma reta de azimute 119°30'09" e distância aproximada de 137m até o ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas 38°55'57,17"Wgr e 15°41'7,61"S; deste, segue por uma reta de azimute de 139°01'41" e distância aproximada de 136m até o ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas 38°55'54,18"Wgr e 15°41'10,96"S; deste, segue por uma reta de azimute 161°33'54" e distância aproximada de 76m até o ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas 38°55'53,37"Wgr e 15°41'13,34"S; deste, segue por uma reta de azimute de 27°28'27" e distância aproximada de 151m até o ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas 38°55'51,02"Wgr e 15°41'8,94"S; deste, segue por uma reta de azimute 75°57'45" e distância aproximada de 99m até o ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas 38°55'47,80"Wgr e 15°41'8,16"S; deste, segue por uma reta de azimute 138°34'34" e distância aproximada de 43m até o ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas 38°55'47,86"Wgr e 15°41'9,56"S; deste, segue por uma reta de azimute 66°48'05" e distância aproximada de 49m até o ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas 38°55'46,35"Wgr e 15°41'8,94"S, situado na linha de preamar máxima da praia de Atalaia; deste, segue por uma distância aproximada de 10.043m pela linha de preamar máxima da Praia de Atalaia até o ponto 34, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'24,85"Wgr e 15°35'44'63"S, localizado na Barra do Albino; deste, segue por uma reta de azimute 270°20'35" e distância aproximada de 698m até o ponto 35, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'48,29"Wgr e 15°35'44,50"S; deste, segue por uma reta de azimute 173°45'28" e distância aproximada de 184m até o ponto 36, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'47,62"Wgr e 15°35'50,46"S; deste, segue por uma reta de azimute de 68°57'45" e distância aproximada de 128m até o ponto 37, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'43,59"Wgr e 15°35'48,96"S; deste, segue por uma reta de azimute 130°36'04" e distância aproximada de 170m até o ponto 38, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'39,25"Wgr e 15°35'52,58"S; deste, segue por uma reta de azimute de 159°43'02" e distância aproximada de 125m até o ponto 39, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'36,63"Wgr e 15°35'59,44"S; deste, segue por uma reta de azimute 262°14'05" e distância aproximada de 204m até o ponto 40, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'43,45"Wgr e 15°36'0,35"S; deste, segue pela linha de preamar máxima da contra-costa da Ilha de Atalaia, por uma distância aproximada de 5.825m até o ponto 41, de coordenadas geográficas aproximadas 38°56'47,16"Wgr e 15°38'38,73"S, localizado na bifurcação do Rio Cipó; deste, segue pelo referido rio por uma distância aproximada de 2.980m até o ponto 42, de coordenadas geográficas aproximadas 38°58'7,38"Wgr e 15°39'5,69"S, localizado na confluência do Riacho do Cocho de Baixo com o Rio Cipó; deste, segue pelo referido riacho, por uma distância aproximada de 1.935m até o ponto 43, de coordenadas geográficas aproximadas 38°58'30,19"Wgr e 15°38'8,02"S, localizado no limite da

zona terrestre do mangue, na linha da preamar máxima; deste, segue pelo limite da zona terrestre do mangue, pela linha de preamar máxima, por uma distância aproximada de 11.898m até o ponto 44, de coordenadas geográficas aproximadas 38°57'41,61"Wgr e 15°32'46,13"S, localizado a uma distância aproximada de 160m do Porto da Balsa da Barra Velha; deste, segue por uma linha reta de azimute 315° e distância aproximada de 199m até o ponto 45, de coordenadas geográficas aproximadas 38°57'46,35"Wgr e 15°32'41,54"S, localizado na linha de preamar máxima do Rio do Cotovelo; deste, segue por uma linha reta de azimute 242°59'14" e distância aproximada de 894m até o ponto 46, de coordenadas geográficas aproximadas 38°58'13,08"Wgr e 15°32'54,76"S; deste, segue por uma linha reta de azimute 181°07'39" e distância aproximada de 1.983m até o ponto 47, de coordenadas geográficas aproximadas 38°58'14,37"Wgr e 15°33'59,30"S; deste, segue por uma linha reta de azimute 215°47'31" e distância aproximada de 1.328m até o ponto 48, de coordenadas geográficas aproximadas 38°58'40,46"Wgr e 15°34'34,35"S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, na entrada da estrada Barra Velha; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância de 2.970m até o ponto 49, de coordenadas geográficas aproximadas 38°59'30,12"Wgr e 15°33'34,15"S, situado no limite da zona terrestre do mangue da localidade do XVIII (dezoito); deste, segue por uma reta de azimute 06°23'59" e distância aproximada de 2.066m até o ponto 50, de coordenadas geográficas aproximadas 38°59'22,40"Wgr e 15°32'27,33"S; deste, segue por uma reta de azimute 40°14'11" e distância aproximada de 1.323m até o ponto 51, de coordenadas geográficas aproximadas 38°59'19,52"Wgr e 15°32'24,01"S, situado no limite da zona terrestre do mangue na linha da preamar máxima; deste, segue no limite da zona terrestre do mangue, pela linha de preamar máxima, por uma distância aproximada de 11.180m até o ponto 52, de coordenadas geográficas aproximadas 38°59'23,32"Wgr e 15°27'18,98"S, localizado no Porto dos Homens; deste, segue pelo limite da zona terrestre do mangue, pela linha de preamar máxima, por uma distância aproximada de 7.570m até o ponto 53, de coordenadas geográficas aproximadas 38°59'55,28"Wgr e 15°23'40,91"S, localizado no Porto de Oiticica; deste, segue pelo limite da zona terrestre do mangue, pela linha de preamar máxima, por uma distância aproximada de 4.265m até o ponto 54, de coordenadas geográficas aproximadas 38°59'14,59"Wgr e 15°21'40,98"S, localizado a uma distância aproximada de 200m ao norte do Riacho Camarão; deste, segue por uma reta de azimute 98°14'46" e distância aproximada de 273m, cruzando o rio, até o ponto 55, de coordenadas geográficas aproximadas 38°59'5,52"Wgr e 15°21'42,24"S, localizado na frente do manguezal; deste, segue por uma reta de azimute de 128°17'25" e distância aproximada de 189m até o ponto 56, de coordenadas geográficas aproximadas 38°59'0,56"Wgr e 15°21'46,09"S, localizado na linha de preamar máxima; deste, segue pela linha de preamar máxima, por uma distância aproximada de 2.480m no sentido sul até o ponto 57, de coordenadas geográficas aproximadas 38°58'42,88"Wgr e 15°22'60"S, localizado no Porto do Gringo, na comunidade de Puxim de Fora; deste, segue por uma reta de azimute 85°14'11" e distância aproximada de 564m até o ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de 218.420,06 metros.

Art. 2° A Reserva Extrativista de Canavieiras tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 3° Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA administrar a Reserva Extrativista de Canavieiras, adotando as medidas necessárias para sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4° Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei n° 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da Reserva Extrativista de Canavieiras.

§ 1° O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o caput deste artigo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista de Canavieiras.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

*Marina Silva*

## Anexo 2

### QUESTIONÁRIO DOS PESCADORES

- 1) Quanto anos você tem? E há quanto tempo você já pesca?
- 2) O que você acha da vida de pescador?
- 3) Qual a espécie que você mais pega? Tem alguma espécie que tem mais valor para você? Tem algum peixe que você não gosta?
- 4) O que você faz com o peixe que você pega?
- 5) Você pesca em que tipo de barco? O que tem dentro dele? Tem motor?
- 6) E a sua comunidade, em geral, usa qual tipo de barco?
- 7) Que artes de pesca você utiliza?
- 8) E a sua comunidade, em geral, usa quais artes de pesca?
- 9) Você faz outra coisa além de pescar?
- 10) Você já ouviu falar na Reserva Extrativista de Canavieiras? O que ouviu falar? E você, gosta dela?
- 11) Você sabe onde a RESEX começa e onde ela termina?
- 12) Você acha que depois da RESEX melhorou a quantidade de peixe?
- 13) O que mudou na sua vida depois da RESEX? Você acha que ela trouxe alguma coisa de melhor para a sua vida? Ou ela piorou a sua vida?
- 14) Que tipo de coisa você acha que a RESEX pode fazer para melhorar a sua qualidade de vida?
- 15) Você acha que tá boa a comunicação da RESEX com os pescadores?
- 16) Quando você tem algum conflito em sua comunidade, onde e como você resolve?
- 17) Você faz parte de alguma cooperativa/associação/seguimento extrativista?
- 18) Você costuma frequentar as reuniões da Associação/Colônia da sua comunidade? Gosta delas?

19) Você acha que as lideranças da sua comunidade fazem o que pessoal da comunidades está pedindo? Você gosta da maneira que representam você?

20) Você considera os moradores da sua comunidade unidos pra melhorar a qualidade de vida dos pescadores?

21) Você concorda com o jeito que o calendário de pesca tá?

Espécie	Período de defeso	Sim	Não
Robalo	15/5 a 31/7		
Camarão	1/4 a 15/5 e 15/9 a 30/10		
Caranguejo (fêmea)	Não pode		
Caranguejo-uçá	Três primeiras luas cheia e nova do ano		
Guaíamum	janeiro a março. Tamanho mínimo = 8 cm		

22) Você gostaria de mudar algo no calendário de pesca? Tem mais alguma outra espécie que você acha que tem que cuidar melhor?

23) E quanto aos petrechos de pesca que podem e que não podem usar, você está de acordo?

24) Você e seus companheiros de pesca costumam observar a pescaria dos outros pra ver se eles estão fazendo alguma coisa errada? E se estiverem fazendo coisa errada, o que você faz?

25) Tem punição para aqueles que pescam de maneira errada?

26) Existe evento cultural em sua comunidade, como festas típicas?

27) O que você mais gosta em sua comunidade? E o que menos gosta?

28) Como você acha que está desenvolvimento econômico da sua comunidade? Você acha que a vida tá melhorando?

Dados pessoais:

Sexo: ( ) F ( ) M

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Comunidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Anexo 3

#### QUESTIONÁRIO DOS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE EXTRATIVISTAS (ASSOCIAÇÕES/COLÔNIAS DE PESCA E SEGUIMENTOS EXTRATIVISTAS)

- 1) Você representa qual associação/colônia/seguinto extrativista?
- 2) Você é pescador?
- 3) O que você acha da profissão de pescador?
- 4) Sua instituição existe há mais tempo do que a RESEX de Canavieiras ou ela foi criada depois da RESEX?
- 5) Você acha que a comunidade, em geral, aprova a RESEX?
- 6) Você acha que a comunidade, em geral, sabe onde a RESEX começa e termina?
- 7) O que a comunidade, em geral, espera da RESEX?
- 8) Você acha que a RESEX trouxe melhorias para a qualidade de vida dos extrativistas?
- 9) Quais dessas atividades você acredita que mais impactam a RESEX negativamente e por quê?  
Enumere de 1 a 5, sendo que a de número 1 é a que mais impacta.  
  
  - ( ) carcinicultura
  - ( ) turismo
  - ( ) especulação imobiliária
  - ( ) falta de fiscalização
  - ( ) pesca proibitiva
  - ( ) pesca esportiva
  - ( ) exploração de petróleo/gás
  - ( ) falta de comunicação entre os usuários
  - ( ) falta de comunicação entre as instituições representativas
  - ( ) falta de tratamento de efluentes domésticos e/ou industriais
  - ( ) falta de coleta de lixo
  - ( ) agricultura
  - ( ) pecuária
  - ( ) indústria(s). Qual(is)? \_\_\_\_\_
  - ( ) outro \_\_\_\_\_
- 10) Você percebeu um aumento de produção pesqueira depois que a RESEX foi implementada?
- 11) Você acha que o relacionamento dos pescadores melhorou depois da RESEX?

12) A sua comunidade, em geral, concorda com o calendário de pesca determinado pelo IBAMA e MPA?

Espécie	Período de defeso	Sim	Não
Robalo	15/5 a 31/7		
Camarão	1/4 a 15/5 e 15/9 a 30/10		
Caranguejo (fêmea)	Não pode		
Caranguejo-uçá	Três primeiras luas cheia e nova do ano		
Guaiamum	janeiro a março. Tamanho mínimo = 8 cm		

13) A sua comunidade, em geral, gostaria de mudar algo no calendário de pesca?

14) E quanto aos petrechos de pesca que podem e que não podem usar, a comunidade está de acordo?

15) Onde são feitas as reuniões de sua associação/colônia? A estrutura física é satisfatória para reunir as pessoas?

16) Com que frequência as reuniões de sua associação/colônia costumam acontecer?

17) Você acredita que as reuniões realizadas por sua associação/colônia promovem melhorias na vida dos pescadores?

18) Você considera que os pescadores da sua comunidade são interessados em comparecer nas reuniões?

19) Quais costumam ser as principais reclamações dos pescadores nas reuniões?

20) Quais costumam ser os principais conflitos da sua comunidade? Onde e como são resolvidos?

21) Os pescadores costumam se monitorar nas pescarias? O que os outros fazem de certo e de errado na hora de pescar é discutido nas reuniões?

22) Costuma haver representantes de órgãos do Governo ou de outras entidades nas reuniões da sua comunidade?

23) Você considera a sua associação/colônia uma instituição forte? O pessoal de sua comunidade é unido?

24) E quanto a RESEX, você acha que ela é forte?

25) Você acha que as políticas de manejo na RESEX são boas? Boas para quem, principalmente? Em quais aspectos?

26) Que(ais) tipo(s) de ação(ões) você acha que a RESEX pode fazer para melhorar a qualidade de vida dos extrativistas?

- 27) Você está satisfeito com a maneira que se dá a comunicação entre RESEX e pescadores?
- 28) A sua instituição está satisfeita com o modo que se dá a gestão da RESEX?
- 29) A sua instituição está satisfeita com o modo que as reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX são conduzidas?
- 30) A sua instituição está satisfeita com a frequência e o modo que se dá a definição das datas e pautas?
- 31) Sua instituição compareceu a todas reuniões do Conselho realizadas até hoje?
- 32) Como a sua instituição avalia os encaminhamentos deliberados no Conselho?
- 33) O que você tem a falar da relação da sua instituição com as demais instituições do Conselho Deliberativo da RESEX de Canavieiras?
- 34) Você considera que as instituições componentes do Conselho Deliberativo são as ideais para promover a gestão compartilhada da RESEX? Falta ou sobra alguma?
- 35) No Artigo 25 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, consta que um dos objetivos é que as instituições realizem a gestão da RESEX em parceria com o ICMBio e a AMEX. Como você avalia essas duas instituições?
- 36) Como você enxerga o desenvolvimento econômico da RESEX com as áreas de entorno? Você vê alguma evidência de desenvolvimento econômico dessa região associado com a qualidade ambiental?

Dados pessoais:

Sexo:  F  M

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### Anexo 4

### QUESTIONÁRIO DOS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES COMPONENTES DO CONSELHO DELIBERATIVO (com exceção das associações/colônias de pesca e segmentos extrativistas)

- 1) Qual instituição você representa?
- 2) Você costuma acompanhar os acontecimentos do setor pesqueiro?
- 3) O que você entende por comunidade extrativista tradicional?
- 4) O que você entende por gestão compartilhada?
- 5) O que você entende por RESEX?
- 6) Você acha que a RESEX Marinha é o modelo ideal para manutenção dos modos de vida das populações tradicionais extrativistas do litoral?
- 7) Existe algum envolvimento da sua instituição com os extrativistas ou com as instituições que representam eles?
- 8) E com as instituições representativas dos seguimentos não extrativistas componentes do Conselho Deliberativo da RESEX, há algum envolvimento?
- 9) A sua instituição está satisfeita com o modo que se dá a gestão da RESEX?
- 10) A sua instituição está satisfeita com o modo que as reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX são conduzidas?
- 11) A sua instituição está satisfeita com a frequência e o modo que se dá a definição das datas e pautas?
- 12) Sua instituição compareceu a todas reuniões do Conselho realizadas até hoje?
- 13) Quais costumam ser os principais conflitos apresentados nas reuniões do Conselho? Você acha pertinente as discussões dessas questões no Conselho?
- 14) Como a sua instituição avalia os encaminhamentos deliberados no Conselho?
- 15) O que você tem a falar da relação da sua instituição com as demais instituições do Conselho Deliberativo da RESEX?
- 16) Você considera que as instituições componentes do Conselho Deliberativo são as ideais para promover a gestão compartilhada da RESEX? Falta ou sobra alguma?

17) No Artigo 25 do Regimento Interno do Conselho, consta que um dos objetivos é que as instituições realizem a gestão da RESEX junto ao ICMBio e a AMEX. Como você avalia essas duas instituições?

18) Quais tipos de mudanças políticas você gostaria que fossem implementadas na RESEX? Qual plano de ação você considera prioritário?

19) Quais dessas atividades você acredita que mais impactam a RESEX negativamente e por quê? Enumere de 1 a 5, sendo que a de número 1 é a que mais impacta.

- carcinicultura
- turismo
- especulação imobiliária
- falta de fiscalização
- pesca proibitiva
- pesca esportiva
- exploração de petróleo/gás
- falta de comunicação entre os usuários
- falta de comunicação entre as instituições representativas
- falta de tratamento de efluentes domésticos e/ou industriais
- falta de coleta de lixo
- agricultura
- pecuária
- indústria(s). Qual(is)? \_\_\_\_\_
- outro \_\_\_\_\_

20) Como você enxerga o desenvolvimento econômico da RESEX com as áreas de entorno? Você vê alguma evidência de desenvolvimento econômico dessa região associado com a qualidade ambiental?

Dados pessoais:

Sexo:  F  M

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## Ação judicial tentará conter implantação da Resex

Empresários locais discutem a conveniência de ingressar em juízo com um mandato de segurança na tentativa de deter a implantação da Resex - Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, criada pelo presidente Lula no dia 5 de junho passado, através de decreto.

Certos de que a Resex é prejudicial para o desenvolvimento do município e da própria região, vários segmentos vêm manifestando seu apoio ao grupo que está à frente das providências iniciais, entre elas consulta a técnicos ambientais e a advogados especialistas no setor.

Após a publicação do decreto criando a Resex, os projetos hoteleiros e de carcinicultura previstos para serem instalados em nosso município entraram em compasso de espera. Com a Resex, os empresários não terão o título de domínio da terra, apenas poderão arrendá-la para implantar o seu empreendimento, método que afasta todo e qualquer investidor.

Os empresários ligados ao setor hoteleiro já tinham adquirido áreas em ilhas costeiras de Canavieiras e Una e encaminhado junto aos órgãos governamentais seus projetos. Com a criação da Resex, porém, eles estão praticamente impedidos de construir seus hotéis.

No caso da carcinicultura a situação também é grave: não só as fazendas já implantadas serão desestimuladas de prosseguir produzindo camarões, mas também novos projetos dificilmente serão autorizados.

É que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente estariam dominados por pessoal ligado ao setor ambiental do tipo xita, que vêm agressão à natureza em todo projeto de investimento.

### AÇÃO POLITICA

Os três senadores baianos - Antônio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho - tiveram audiência com autoridades do governo federal em que pedem revisão das recentes medidas adota-

das pelo presidente Lula, na área ambiental, em relação à Bahia. Eles se referiram explicitamente ao Parque Marinho de Abrolhos e à Reserva Extrativista de Canavieiras, uma vez que, mantidas as normas atuais, prejudicariam gravemente o desenvolvimento do sul e extremo-sul baianos.

O governador Paulo Souto também tem agido nesse sentido, mostrando a autoridades federais, através de documentos, que as duas medidas do presidente Lula causariam graves prejuízos à Bahia.

O prefeito Zairo Loureiro, por sua vez, enviou ofícios aos secretários estaduais do Meio Ambiente e da Cultura e Turismo abordando a questão. Anteriormente, o prefeito protocolou pedido de revisão do ato do presidente Lula no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

Já o deputado federal Josias Gomes, do PT, que prometera defender a revisão do caso, na verdade manteve-se afastado do assunto. É que ele passou os últimos meses negociando sua absolvição por ter sido flagrado recebendo dinheiro do "valerioduto".



Josias Gomes: omissão e defesa de interesse pessoal

## Resex dificulta negócios até no exterior, diz corretor de imóveis

A recente criação da Reserva Extrativista (Resex) de Canavieiras (Resex) pelo presidente Lula já começou a prejudicar os negócios imobiliários no município. Além disso, perdura a questão dos chamados terrenos de marinha, cujas providências de regularização junto à SPU - Secretaria de Patrimônio da União ainda não chegaram a bom termo. Todo empresário, como se sabe, tende a evitar investimento em área onde o direito de propriedade não está devidamente assegurado.



Mário Elísio em Porto, Portugal, com Ieda Avetar e Esperança Luz

A avaliação é do corretor de imóveis Mário Elísio Alves, diretor da Caemi Empreendimentos Imobiliários, empresa com 17 anos de forte presença no mercado municipal e regional e também com transações efetuadas com clientes estrangeiros, entre eles espanhóis, portugueses, italianos, alemães e suíços.

Semanas atrás Mário Elísio esteve em Portugal, onde durante cerca de 20 dias manteve contatos com grupos interessados em adquirir áreas para futuros projetos turísticos no sul da Bahia, quando exibiu DVD e fotografias sobre Canavieiras e forneceu dados sócio-econômicos sobre o município e a região.

Os contatos foram mantidos com executivos dos grupos Pestana, que possui mais de 80 hotéis em diversos países, inclusive o Brasil, e do Banco Espírito Santo, que entre outros investimentos em nosso país participa do projeto Costa do Saupe e acabou de adquirir o Hotel Praia do Forte, também na Bahia.

Mário Elísio constatou que os portu-

gues conhecem razoavelmente bem as potencialidades sul-baianas, mas esse conhecimento é restrito aos municípios de Porto Seguro, Ilheus e Itacaré. Ele considera fundamental uma divulgação intensa de Canavieiras, inclusive via internet, visando despertar o interesse do mercado pelo nosso município.

O diretor da Caemi planeja para um futuro próximo uma nova viagem à Europa, para retomada dos contatos com investidores portugueses e para abertura de diálogo com empresários espanhóis, particularmente de Madri e Barcelona. Ele teme, porém, que os empresários isolem nosso município de seus planos, se perdurar a questão da Reserva Extrativista de Canavieiras nos moldes atuais. Para Mário Elísio, é só uma questão de tempo a solução do problema relativo aos chamados terrenos de marinha, já a Reserva Extrativista é um complicador que tende a afastar os investimentos de nosso município.

## Desenvolvimento Integrar para conquistar

Almir Carvalho

É ditame da Carta Magna: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido direta ou indiretamente". Nunca esta assertiva foi tão verdadeira, nunca a sociedade civil pôde participar tanto na tomada de decisões.

Uma das conquistas sociais mais importantes para os municípios é a viabilidade de interlocução entre as entidades governamentais e não-governamentais no somatório de esforços para encontrar soluções aos problemas nas diversas áreas da convivência humana e principalmente naquela que mais afeta o agricultor: o desenvolvimento com sustentabilidade.

Na busca de respostas um palco se destaca: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, composto por representantes de todas as camadas sociais: governamentais e não-governamentais, principalmente agricultores, a ele cabe não somente avaliar, analisar, criticar o que está sendo feito, seu papel é maior: cabe-lhe ditar a política pública a ser implementada em cada município a partir de discussões setoriais, de um Plano Municipal de Desenvolvimento que permita aos dirigentes - federal, estadual e municipal - a concepção de políticas públicas que venham ao encontro dos anseios e das potencialidades locais.

Não há mais lugar para programas de governo que duram apenas o tempo de mandato do dirigente mor (4 ou 8 anos), não se pode mais tomar decisões sem que as bases de sustentação da economia - produtores rurais, comunidades, entidades de classe etc - sejam ouvidas. A integração de espaços, atores sociais, agentes, mercado e políticas públicas de intervenção, calcados no respeito à diversidade cultural, à equidade de tratamento são essenciais para que se tenha política de desenvolvimento séria e mais

"...a criação de Reservas Extrativistas (...) se tornou o carro-chefe, uma doença preservacionista do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, esquecendo que antes de qualquer outro ser vivo, está o homem..."

factual de acerto do que aquela embaixada ainda na contra-mão da história: que não ouve, não participa e sequer presta contas do que faz e por que faz.

Na busca deste maior diálogo, desta maior interação, os Conselhos Municipais (que não são contra nem a favor do prefeito, mas de atuação em prol dos municípios) devem melhor interagir visando proporcionar uma ampla discussão das diversas políticas públicas que vêm sendo implementadas, promovendo dessa forma, entre os principais atores envolvidos na questão, uma discussão sadia na busca de alternativas orientadas para promoção de ações adequadas à realidade local.

Somente com esta base forte, unida, subsidiando com informes o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, o poder público municipal, de forma supra-partidária, é que poderemos evitar o pelo menos minimizar o impacto de ações como a criação de Reservas Extrativistas, que se tornaram o carro-chefe, uma doença preservacionista do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, esquecendo que antes de qualquer outro ser vivo, está o homem, e de nada adianta proteger a floresta amazônica, o manguezal nordestino ou outro qualquer habitat se retirarmos a condição de manutenção e sobrevivência do "homo sapiens".

Que os xitas da ecologia entendam que não somos contra a proteção ambiental. O que toda sociedade civil, organizada ou não, do Oiapoque ao Chui pode, deve e tem de fazer é se levantar contra os excessos que vêm sendo praticados, sob pena de mais dia menos dia termos de morar debaixo das árvores porque sequer uma casa poderemos construir.



Almir Carvalho, autor deste artigo, é engenheiro-agrônomo, formando de Direito do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas e secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, com sede em Manaus.

Canavieirense de nascimento, Almir Carvalho está radicado na Amazônia há mais de 20 anos. Este mês ele esteve no sul da Bahia, quando participou em Itabuna de reunião do grupo gestor que visa a articulação e integração das políticas públicas para o meio rural, segundo defende o governo federal.

**IBAMA AFIRMA:  
Resex será implantada de qualquer jeito**

Eu vim para implantar a Resex de qualquer jeito. A afirmação tem sido feita por Sérgio Fernandes Freire, do Ibama/Instituto Chico Mendes, em reuniões com entidades locais. Ele foi designado há dois meses para o lugar de Geraldo Machado, que teve de deixar Canavieiras por criar sérios atritos com a sociedade local.

Sérgio Freire diz ignorar todas as manifestações que se registraram contra a implantação da Resex -

passante, ações na Justiça, denúncias de fraudes e acordo com o Governo Jaques Wagner para "congelar" a implantação enquanto é feita uma auditoria no processo de sua criação.

Ele disse também não reconhecer o fato de que em audiência pública a sociedade se manifestou contra a implantação da Resex e que não vê legitimidade dos comerciantes ligados à CDI, para liderar o movimento "Natureza Sim Resex Não". Pág. 6.

**PREFEITO & GOVERNADOR  
Resex é tema de conversa de Zairo com Wagner**

O prefeito Zairo Loureiro pediu ao governador Jaques Wagner que examine com o Presidente Lula uma alternativa para o caso da Resex. Zairo aproveitou uma audiência que o governador concedeu a prefeitos da Amure para tratar do assunto.

Canavieiras neste momento não pode nada mais, sr. governador, a não ser uma saída para o caso da Resex, que como foi concebida é uma grave ameaça ao desenvolvimento do município, disse Zairo ao governador, que manifestou a intenção de tratar do assunto na esfera federal.

Zairo e mais sete prefeitos, liderados pelo presidente da Amure, Orlando Filho, levaram ao governador propostas de interesse dos municípios da região. Pág. 12.



Vice-governador Edmundo Pereira e governador Jaques Wagner lidam o prefeito Zairo Loureiro.

**NATUREZA SIM, RESEX NÃO**

**Wagner e a Resex de Canavieiras**

O governador Jaques Wagner ainda não voltou a se pronunciar sobre a questão da Resex de Canavieiras.

O governador esteve em nossa cidade há cinco meses, quando disse em discurso na Praça do Sapo que trataria do assunto com a direção nacional do Ibama e com o presidente Lula.

Ele assumiu esse compromisso frente a uma praça lotada, a maioria dos presentes com faixas, cartazes e bandeiras da campanha Natureza Sim Resex Não.

O governador, recepcionado em sua chegada pelo prefeito Zairo Loureiro, foi acompanhado durante toda a sua permanência em Canavieiras por Alda Sobral. O ex-prefeito Almir Melo, que tinha se esforçado



Governador Jaques Wagner fala ao povo na Praça do Sapo

para que Wagner não visitasse Canavieiras, omitiu-se contrariado, não participando da recepção ao governador.



Na contra-mão dos interesses da maioria esmagadora da população, Ibama/Chico Mendes quer implantar a Resex em Canavieiras.



Edmundo Menezes, Marcos Bessa e Souza Neto apresentam sólidos argumentos sobre a inconveniência da Resex para o desenvolvimento de Canavieiras.

**Contestada mais uma vez a idéia de uma Resex em Canavieiras**

A Resex - Reserva Estratévista que o Ibama/Chico Mendes quer implantar em Canavieiras, na contra-mão dos interesses da esmagadora maioria da comunidade, foi um dos temas discutidos no Seminário de Engenharia Ambiental realizado no dia 29 de outubro na FTC de Ilubana. Defenderam a Resex, como sem-

pre fazem, Sérgio Freitas, funcionário do Ibama/Chico Mendes, e mais Elder Pedreira e Carlinhos Pinto. Contestaram o modelo Resex sob diversos pontos de vista o assessor de meio ambiente da prefeitura de Canavieiras, Marcos Bessa, e mais Souza Neto e Edinaldo Menezes.

**Estado quer município presente na gestão ambiental**

O assessor de Meio Ambiente da Prefeitura de Canavieiras, Marcos Bessa, participou neste 7 de novembro, na FTC de Ilubana, do Seminário Regional de Apresentação do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada e da primeira reunião que visa à futura formação do Grupo de Trabalho Regional-G3.

Através desse programa o governo estadual descentralizará a gestão pública visando a estruturação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente. A questão da Resex de Canavieiras está sendo um dos pontos mais discutidos no âmbito desse programa, já que se entende ser um erro a sua implantação.

**Povo manifesta-se de novo contra a Resex**

No dia 23 de outubro, fracassou mais uma vez a idéia de se criar o Conselho Deliberativo da Resex, ato exigido por lei para que essa unidade de conservação possa ser implantada. O povo compareceu em massa à audiência pública e, através de seus representantes, não permitiu a forma-

ção do conselho. O Ibama/Chico Mendes tem feito manobras estimulando a criação de entidades que sejam dóceis às suas idéias para anular na formação do conselho. A grande maioria das entidades realmente representativas do município contesta a idéia de Resex.

**95% da população não quer Resex**



Raimundo Stolze Souza Neto

A Resex é rejeitada por mais de 95% da população de Canavieiras. Apesar disso, o Ibama/Chico Mendes insiste em se manter na contra-mão, ameaçando fazer à força o que o povo rejeita.

São vários os candidatos a vereador que se posicionam contrários à Resex. O lojista Raimundo Stolze, do PSC, é dos que mais se pronuncia contra. Outro aspirante à veranção que adota o mesmo tom é o capão-de-coroeta reformado Souza Neto, do PT.

Entre os atuais vereadores, Otomiel Cassemiro Neto foi quem liderou um movimento na Câmara, de protesto contra a Resex junto a deputados e senadores de todo o país.

**Ação pioneira contra a Resex**

Foi no dia 19 de dezembro de 2005 que o prefeito Zairo Loureiro protocolou no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, o Ofício 124/2005, em que contestava o processo de criação da Resex.

Nesse mesmo dia, Zairo protocolou o mesmo documento na Casa Civil da Presidência da República, pedindo a interferência da ministra Dilma Rousseff em favor da questão.

No dia 26 de dezembro do mesmo ano, a então

ministra Maria da Silva mandou à Prefeitura de Canavieiras uma resposta em que dizia que o assunto seria analisado. Dias depois, o mesmo aconteceu com a ministra Dilma.

Essa foi a primeira ação formal contrária à Resex. Muitas outras, de igual teor, foram realizadas por várias entidades canavieirenses em seguida. A maior de todas: foi aquela memorável passeata de milhares de pessoas, com o comércio fechado em pleno dia de semana.

**Governador critica decisão**

O governador Jaques Wagner lamentou a decisão da Justiça de suspender uma resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente referente à Praia do Forte, no litoral norte baiano, o que vai dificultar o desenvolvimento turístico da área.

- É de uma taxa de autoritarismo inimaginável, porque não respeita um consenso que a própria sociedade construiu, crítico o governador, acrescentando que: "é uma coisa inusitada, que atrasa, dificulta e estimula o antagonismo entre empresários e ambientalistas".

**Mais uma Resex no sul-baiano**

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que até o fim do ano será criada uma Resex no sul-baiano, que incluirá os municípios do Prado, Alcobaça e Caravelas.

A maioria da população dessa área é contra a

criação da Resex. Quem está a favor é apenas uma parte de pescadores e marisqueiros e um grupo de ambientalistas tidos como alopradados. Há menos de um ano, em Alcobaça, a população incendiou um carro e uma lancha do Ibama.

**A "nossa" Resex é fora-da-lei**

A injetada Resex de Canavieiras não tem até hoje seu Conselho Deliberativo, conforme manda a lei. A população continua sem aceitar a formação desse Conselho, que obrigatoriamente tem que ter representantes da sociedade.

A Resex de Canavieiras existe apenas no papel e na pintura na porta de um carro do Ibama/Chico Mendes. Seria uma Resex fantasma...

Carlos de Carvalho

## Resex pode ser implantada com Conselho Deliberativo fraudulento

Até agora, através de novas manobras, o Ibama/Instituto Chico Mendes está tentando a todo custo constituir um Conselho Deliberativo fraudulento para a Resex de Canavieiras. A intenção é implantar a Resex de qualquer jeito, mesmo contra a vontade já manifestada de mais de 90% da população.

As fraudes anteriores, denunciadas à justiça, não foram suficientes para que a Resex fosse implantada. Novas manobras têm sido realizadas, especialmente a criação de entidades fantasmas, com dirigentes dóceis que ganharão assento no Conselho Deliberativo.

### RESEX É MAIS DESEMPREGO

Resex quer dizer Reserva Extrativista. É um tipo de preservação do meio ambiente que seria indicado para regiões de muita mata e pouco habitada, como a Amazônia. Na região onde se implanta uma Resex os proprietários de terra perdem o direito de explorá-la economicamente. Na verdade, a terra passa a ser do governo, que indeniza o proprietário pelas benfeitorias.

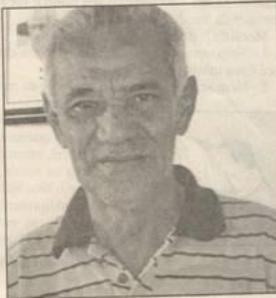
É por isso que se diz que uma Resex é fator de empobrecimento da população, já que impede as atividades econômicas e, conseqüentemente, gera mais desemprego.

### CÂMARA SIM, CDL FORA

O Ibama/Chico Mendes voltaram atrás e já aceitam que a Câmara de Vereadores integre o Conselho Deliberativo da Resex. Eles passaram mais de dois anos insistindo no absurdo de vetar a participação no conselho da mais antiga entidade pública de Canavieiras.

Mas outra insensatez continua como meta do Ibama/Chico Mendes: eles não admitem a participação da CDL. A CDL congrega representantes da principal atividade econômica da cidade, a que gera mais empregos e impostos, que é o comércio.

## RENVIL É VOZ SOLITÁRIA PRÓ RESEX



Renvil Fernandes foi reeleito presidente da Colônia Z-20 de Pescadores no dia 25 deste mês. É a quarta vez consecutiva que ele é eleito para o cargo. Ele foi mais uma vez candidato único.

Renvil é tido como o presidente que reorganizou a Colônia, o que tem permitido à entidade firmar convênios com órgãos do governo visando beneficiar os seus associados.

Pesa contra Renvil, porém, o fato de ter se subordinado aos interesses de um grupo, em prejuízo dos interesses da grande maioria da população.

É o caso de sua submissão à condenável idéia de se implantar uma Resex em Canavieiras.

## Dossiê para Dilma Rousseff pede que Resex seja revista

Um novo e alentado dossiê acaba de ser encaminhado à ministra Dilma Rousseff, com uma exposição de motivos em que é requerida "a descontinuidade do Decreto Presidencial de 5 de Junho de 2006, que criou a Reserva Extrativista de Canavieiras".

Este é o segundo documento que a Prefeitura protocola na Casa Civil da Presidência da República sobre o assunto. Há dois anos, logo após a publicação do Decreto, o prefeito Zairo Loureiro solicitou que a questão fosse revista.

### Pedidos e ações judiciais



Olívia Linhares

De 2006 até agora, várias entidades pediram oficialmente a autoridades federais e estaduais a revisão do Decreto de criação da Resex.

Entre essas entidades, estão a Câmara de Vereadores, CDL, Associação dos Carcinicultores, Associação dos Cabaneiros, Loja Maçônica, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Produtores Rurais e mais uma dezena de associações representativas de moradores e agricultores de distritos e povoados.

Além disso, processos tramitam na área judicial em que são apontadas fa-

lhas e até fraudes na elaboração de documentos que deram origem ao pedido inicial de criação da Resex.

### Resex não, APA sim

Desta vez, conforme explicou a advogada Olívia Linhares, assessora jurídica da prefeitura, o pedido é para que, com a requerida descontinuidade do Decreto que criou a Resex, sejam suspensos todos os atos pertinentes à formação do seu Conselho Deliberativo.

Ao propor a desconstituição do ato criador da Resex, o documento da prefeitura pede que sejam reavaliados os estudos técnicos e sócio-econômicos que embasaram a sua criação. Propõe, ainda, que seja viabilizada a criação em Canavieiras de uma APA - Área de Proteção Ambiental, em lugar da Resex.

# tabu

Ano 39 - Canavieiras, Bahia, 1ª quinzena de Agosto/2006 - Nº 728

E-mail: [jornaltabu@uol.com.br](mailto:jornaltabu@uol.com.br) - Site: [www.tabuonline.com.br](http://www.tabuonline.com.br)

## RESEX

### Plantas e animais protegidos e o homem ao abandono

As plantas e os animais ficarão bem protegidos, mas em compensação aumentarão as dificuldades de sobrevivência dos moradores. Este é o quadro desolador que nos espera a partir da implantação da Reserva Extrativista de Canavieiras (Resex), criada pelo presidente Lula no dia 6 de junho.

Imediatamente após o anúncio de criação da Resex, foram paralizados os projetos de hotéis que estavam em andamento, assim como a implantação de fazendas de camarão e de outros investimentos projeta-

dos para o município. Os negócios imobiliários na cidade estão em queda, e a tendência é de desvalorização dos imóveis, sejam urbanos ou rurais.

Seguindo o exemplo de outras regiões do país, um grupo de empresários de Canavieiras e Una planeja entrar em juízo com uma ação contra a implantação da Resex. Até técnicos do governo admitem que a Resex prejudicará o desenvolvimento do município e da própria região. Pág. 6.

**Pescador merece casa, mas nada de Resex**



só vai trazer desemprego e atraso. Pág. 12.

A vereadora Dalva da Pescan afirma que, como outras categorias, também os pescadores precisam de casas construídas pelo governo. Mas ela insiste que a Resex é uma iniciativa errada, que

TABU - 1ª quinzena/Abril/2009 - Pág. 12 - Canavieiras - BA

**Maluques da Resex**

Os ecoloucos da Resex diziam que seriam construídas 600 casas para as 12 mil pessoas que, segundo os cálculos malucos deles, vivem da pesca em Canavieiras. Agora, mais de três anos depois, dizem que vão construir só 80 casas, ainda assim sem prazo para início da obra.

**Novo laudo pericial atesta que Resex é ilegítima**

O Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto, de Salvador, emitiu laudo de exame pericial no dia 16 do mês passado, em que classifica como "inautênticas" várias assinaturas que constam no documento em que foi feito o pedido de criação da Resex - Reserva Extrativista de Canavieiras. Este é o segundo laudo pericial que comprova a falsidade das assinaturas e foi solicitado como contra-prova a laudo anterior, de Instituto grafotécnico de Brasília, que já havia constatado a inautenticidade das assinaturas. O técnico Ednaldo Menezes, que atua desde o início no Movimento Natureza Sim Resex Não, disse que o novo laudo será usado como prova para se reiterar, via administração ou judicial, a nulidade do decreto de criação da Resex. Entrevista com Ednaldo será publicada na próxima edição de TABU.

TABU - 1ª quinzena/Abril/2009 - Pág. 5 - Canavieiras - BA

**Desemprego cresce e empresários vão embora por causa da Resex**

Servidores do Ibama/Chico Mendes estão anunciando que serão construídas 80 casas para pescadores em nossa cidade, por conta do projeto da Resex - Reserva Extrativista. Eles tentam com esse anúncio amenizar a reação da população, que em mais de 90% é contrária à Resex.

Desde que foi criada há cerca de 4 anos, a Resex vem causando sérios prejuízos ao povo de Canavieiras, apesar de ainda não estar implantada de fato.

Em função da Resex, as fazendas de camarão que se instalaram em Canavieiras nos últimos 5 anos estão sendo fechadas. A maioria de seus 400 empregados com carteira assinada já foi demitida. O impacto

dessa medida tem gerado efeitos negativos em toda a cidade.

Devido à Resex, também está suspensa a construção de hotéis no litoral de Canavieiras. Estava prevista a construção de três hotéis - um de 5 estrelas e dois de 4 estrelas - que daria emprego a mais de mil pessoas durante a construção e a outro tanto quando estivessem prontos.

Além de provocar desemprego e impedir o surgimento de novos postos de trabalho, a Resex praticamente engessou o setor imobiliário local. Possíveis investidores, temendo prejuízos, cancelaram os projetos que tinham para Canavieiras.

TABU - 2ª quinzena/Abril/2009 - Pág. 14 - Canavieiras - BA

**Casas sim, Resex não**

As 29 casas que estão sendo construídas na Atalaia e também o serão em Campinhos e Barra Velha para extrativistas nada têm a ver com a Resex. O pessoal do Ibama/Chico Mendes tem se esforçado ao máximo para difundir essa fantasia.

Como disseram os vereadores a um preposto do Ibama/Chico Mendes: - Somos favoráveis à construção de casas para pescadores e para outras categorias profissionais, mas estamos com o povo no repúdio à ideia de Resex.

# tabu

## 40 anos

JORNAL SEM PRECONCEITOS

Ano 42 - Canavieiras, Bahia, 1ª quinzena de Julho/2009 - Nº 780

### Assinaturas falsas na criação da Resex

Um novo laudo pericial atesta que "assinaturas inautênticas e outras repetidas" constam do documento que deu início ao processo de criação da Resex - Reserva Extrativista de Canavieiras. O fato reforça o pedido de anulação do ato. *Pág. 11.*

**O povo e a Resex**

A voz do povo mais uma vez foi ouvida em alto e bom som, pronunciando-se de forma vigorosa por meio de aplausos em favor do já famoso "Natureza sim, Resex não". Foi ante críticas feitas à Resex durante evento na sede da Filarmônica 2 de Janeiro.

A reação do povo surpreendeu o próprio orador do momento, o deputado Fábio Souto, que em meio ao seu discurso apontou a Resex como um dos maiores entraves ao desenvolvimento do município.

Fábio registrou também que o governador Jaques Wagner, que prometera rever a questão junto ao presidente Lula, parece ter esquecido a promessa... Ai tromperram muito mais aplausos.

TABU - 1ª quinzena/Agosto/2010 - Pág. 12 - Canavieiras - BA

### Entidades suspeitas fora do conselho da Resex

Provar a irregularidade de várias associações suspeitas escolhidas pelo Ibama/Instituto Chico Mendes para compor o conselho deliberativo da Resex - Reserva Extrativista de Canavieiras.

Este é o objetivo de processo promovido por entidades legalmente constituídas, que requereram na Justiça uma ação cautelar de produção antecipada de provas.

A liminar já foi deferida pelo juiz Antonio Candido Garcia de Oliveira. As entidades criadas "em cima da perna" deverão ser excluídas do pretendido conselho e os envolvidos no caso, denunciados judicialmente.

### Resex pode ser declarada extinta

Já tem 11 volumes o Mandato de Segurança contra a criação da Resex - Reserva Extrativista de Canavieiras, que está sob análise do Supremo Tribunal Federal.

Advogados que cuidam do caso vieram de São Paulo e expuseram aos canavieirenses em que pé se encontram essa e outras ações.

A expectativa dos analistas é de que, em vista de irregularidades já constatadas, a justiça poderá declarar nulo o ato que criou a Resex. *Pág. 10.*



Misael de Souza

# tabu

## 40 anos

JORNAL SEM PRECONCEITOS

Ano 42 - Canavieiras, Bahia, 1ª e 2ª quinzenas de Maio/2009 - Nº 777

# tabu

## 40 anos

JORNAL SEM PRECONCEITOS

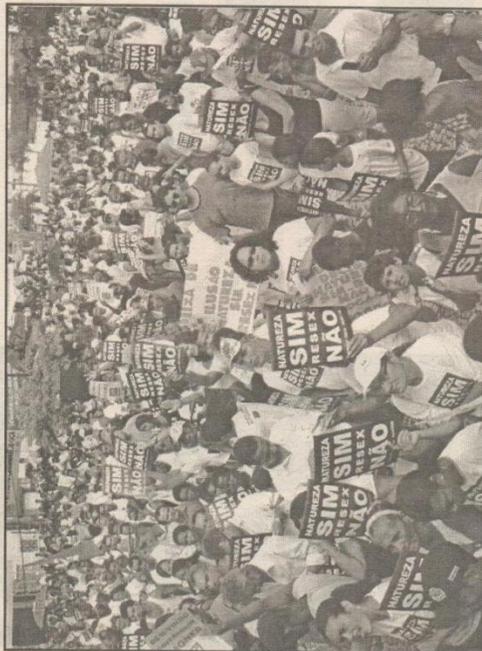
Ano 42 - Canavieiras, Bahia, 2ª quinzena de Setembro/2009 - Nº 784

## Que o Ibama não atrapalhe

Policiais armados já foram levados às fazendas de camarão, dois anos atrás, pelo Ibama/Instituto Chico Mendes. Era mais uma ação intimidatória contra a participação maciça da população na campanha Natureza Sim Resex Não, que tem o apoio da grande maioria das entidades locais, inclusive dos carnicultores.

A campanha condena a implantação em Canavieiras de uma Resex - Reserva Extrativista, um tipo de unidade de conservação que inibe o desenvolvimento e dificulta a geração de empregos. Por conta disso, está inviabilizada a instalação de três projetos hoteleiros no nosso litoral, que gerariam mais de mil empregos. Pelo gosto do Ibama/Chico Mendes, também seriam fechadas definitivamente as fazendas de camarão. Além disso, o preço dos imóveis despencou com a Resex.

A presença de milhares de pessoas nas ruas em passeata, três anos atrás, foi um dos pontos altos da campanha contra a Resex, quando o co-



mércio chegou a fechar as portas, apesar de ser um dia de semana. A Resex é contestada hoje através de ações judiciais e com a população a repudiando no dia-a-dia.

O governador Jaques Wagner é testemunha dessa insatisfação popular. Em visita à cidade há um ano, ele assistiu o povo em peso reprovar a Resex na praça pública. Pior: o governador, constrangido, presenciou dois oradores sabidamente identificados com a Resex, no seu palanque, serem impedidos de falar, com o povo recorrendo ao sagrado e democrático recurso da vaia.

Agora que se reiniciam as atividades do pólo camaroneiro, o povo canavieirense festeja a notícia, apelando para que o Ibama/Instituto Chico Mendes se restrinja às suas atividades fiscalizatórias, punindo possíveis desobediências das normas ambientais e, sobretudo, arquivando a aloprada idéia de instalar aqui uma Resex.

## Inverdades via rádio

O agrônomo Sérgio Freitas deitou falação na rádio Stúdio FM sobre as "maravilhas" da Resex.

Pena que os ouvintes não puderam "ver" que dito chefe da Resex nem cora de vergonha ao falar tantas imposturas cabeludas. Uma delas: a Resex não prejudica a geração de empregos.

O empresário Nogueira Júnior, da Stúdio FM, democrático como é, certamente vai abrir espaço para que seus ouvintes ouçam as bem fundamentadas verdades de lideranças do Movimento Natureza Sim Resex Não.



Sérgio Freitas

## Povo reage ao que não quer

Em pronunciamento oficial na Praça da Bandeira, no Dia da Cidade, o prefeito Zairo Loureiro tocou na "questão Resex" e foi muito aplaudido pela multidão.

No mesmo dia, na sessão solene da Câmara Municipal, outra vez Zairo tocou na "questão Resex" e mais uma vez o público o aplaudiu demoradamente.

## Pêsames com estagnação

Entidades dos municípios de Caravelas, Nova Viçosa e Prado receberam mensagens de pêsames de Canavieiras pela oficialização de uma Resex naquela região.

Apesar de presente ao lado de Lula no ato formal de oficialização dessa Resex, o governador Jaques Wagner sabe que "o senso comum na população é o de que reserva extrativista é sinônimo de estagnação".



Foto: Genivaldo Barros

## Advogado informa sobre processos contra a Resex

O advogado Misael de Souza, de São Paulo, esteve em Canavieiras prestando informações à sociedade sobre o andamento dos processos que questionam judicialmente a criação da Resex - Reserva Extrativista de Canavieiras.

A reunião, presidida por Ednaldo Menezes, foi realizada neste 16 de setembro, no Salão Paroquial, com a presença de representantes de 14 entidades canavieirenses e de várias outras pessoas interessadas no assunto.

Misael de Souza citou especialmente o Mandato de Segurança nº 26189, impetrado por carcinicultores locais, que já consta de 11 volumes e que continua em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Nesse Mandato de Segurança, representados pelo advogado Marcelo Palma, os carcinicultores requere-

Representantes de 14 entidades presentes à reunião e, ao lado, o advogado Misael de Souza



rem a suspensão dos efeitos do Decreto s/n, de 5 de julho de 2006, que criou a Resex. O advogado cita a série de irregularidades constatadas desde o início do processo de sua criação, que se caracteriza por ter nascido "maculado por vícios insanáveis", contendo "defeitos substanciais" que "violam direito líquido e certo dos impetrantes".

## RESEX PERPETUA A POBREZA

O advogado Elias Salles, representante local da OAB, disse que no município de Canavieiras não se verificam atividades extrativistas, o que se vê aqui é o trabalho autônomo ou assalariado nos setores agrícola, pecuário, pesqueiro, comercial e outros.

Já o presidente do Consel - Conselho Comunitário de Segurança, pastor Fausto Rabelo, lamentou que a Resex já tenha trazido prejuízos para o comércio e a população em geral ao impedir a construção de hotéis e a dificultar outras atividades produtivas.

Morador da Ilha de Barra Velha, Miltono Marinho Vasconcelos mais uma vez fez uma defesa veemente do direito à terra em que vivem as famílias de velhos sítiantes naquela ilha, hoje ameaçados de perder o direito sobre a propriedade.

Vários outros questionamentos foram feitos, todos na linha de que Resex é um tipo de Unidade de Conservação que desestimula as atividades produtivas, e como consequência impede a geração de empregos e perpetua a pobreza e a miséria.

## ENTIDADES ILEGÍTIMAS NA RESEX

O advogado Misael de Souza, a advogada Veronick Tateish e o administrador Ednaldo Menezes informaram também sobre a ilegitimidade de várias entidades que foram indicadas para integrar o Conselho Deliberativo da Resex, o que já é motivo de mais uma ação judicial.

Eles informaram que, através de documentos

públicos fornecidos pelo Poder Judiciário local, constata-se que muitas dessas entidades foram recentemente criadas, sendo entregues a diretorias escolhidas a dedo pelo Ibama/Instituto Chico Mendes, com o claro intuito de alijar-se do Conselho várias das mais representativas entidades canavieirenses.



Altos investimentos foram feitos nas fazendas de camarão com apoio oficial

## Criador de camarão vai à Justiça por ressarcimento de prejuízos

Criadores de camarão estão recorrendo à Justiça em busca de ressarcir prejuízos em razão de medidas que consideram exorbitantes adotadas por órgãos ambientais federais e que estão inviabilizando a atividade.

O mais recente problema refere-se ao fato de, autorizados pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente da Bahia e a EBDA, eles

reativaram seus criatórios, que agora vêm sendo interditados pelo Ibama/Instituto Chico Mendes.

Vultosos financiamentos contraídos por essas empresas junto a agências oficiais de crédito comparearam a ter parcelas vencidas sem que possam quitá-las em face desses reverses, comentou o gerente de uma das fazendas.

## População triste com mais desemprego

Entre a população em geral o clima é novamente de desapatamento, já que esperava-se que as fazendas de camarão voltassem a gerar empregos e, em próxima etapa, com o início da industrialização, a atividade chegasse a empregar os mais de mil trabalhadores projetados.

Nos últimos anos, as fazendas chegaram a contar com mais de 300 empregados com carteira assinada, além de muitos empreiteiros contratados. Além disso, os investimentos proporcionavam movimentação significativa no comércio em geral.

## Má vontade também com novos hotéis

Assim como em relação às fazendas de camarão, o chefe da Resex, Sérgio Feitas, não esconde a má vontade com projetos hoteleiros que queiram se instalar em Canavieiras. Ele assegura que o meio ambiente será gravemente afetado com a instalação de novos Transaméricas na região.

Por conta dessa disposição do Ibama/Chico Mendes, foram congelados três projetos de construção de resorts no município que estavam em andamento. Os imóveis em geral também sofreram desvalorização na cidade. Agora, com o fechamento das fazendas de camarão a situação fica ainda pior.

## Resex irregular será mostrada à Justiça

Ajuizar uma Ação Ordinária em Brasília, visando obter a declaração de nulidade do Decreto sem número, de 5 de junho de 2006, que criou a Resex de Canavieiras (Reserva Extrativista). O objetivo é poder se provar cabalmente todas as irregularidades verificadas ao longo do processo da criação da Resex.

Este é o caminho que advogados dos carcinicultores estão propondo, objetivando remover os entraves que dificultam e até

impedem a produção de camarões em cativeiro em nosso município, especialmente após a instalação da Resex.

Outras ações com objetivos correlatos continuam tramitando junto ao Supremo Tribunal Federal, Justiça Federal de Ilhéus e Vara Cível da Comarca de Canavieiras. Numa delas, a Medida Cautelar 2060057-2/2008, que já tem liminar deferida, argüiu-se a irregularidade de entidades que compõem o Conselho Deliberativo da Resex.